

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

**MULHERES E MILITÂNCIA NO ESPÍRITO SANTO: ENCONTROS E  
CONFRONTOS DURANTE A DITADURA MILITAR**

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Vitória

2006

INGRID FARIA GIANORDOLI-NASCIMENTO

**MULHERES E MILITÂNCIA NO ESPÍRITO SANTO: ENCONTROS E  
CONFRONTOS DURANTE A DITADURA MILITAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia, sob orientação do Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zeidi Araújo Trindade e co-orientação da Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima de Souza Santos.

Vitória

2006

A todas que,  
ao seguirem seus ideais,  
fizeram das desigualdades  
os caminhos da diversidade

**MULHERES E MILITÂNCIA NO ESPÍRITO SANTO:  
ENCONTROS E CONFRONTOS DURANTE A DITADURA  
MILITAR**

**Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Psicologia.

Aprovada em 18 de abril de 2006, por:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zeidi Araújo Trindade- Orientadora, UFES

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Denise Jodelet – EHESS, França.

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Ângela Maria Silva Arruda - UFRJ.

---

Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Maria Margarida Pereira Rodrigues - UFES.

---

Prof. Dr. Lídio de Souza - UFES.

## AGRADECIMENTOS

“a gente é tanta gente onde quer que a gente vá...”

Gonzaguinha, *Caminhos do Coração*.

Agradeço e dedico este trabalho às mulheres que, ao me abrirem suas vidas, me possibilitaram novos olhares e direções. A todas vocês meus mais sinceros sentimentos de admiração e respeito. Muito Obrigada !

À minha “para sempre” orientadora Zeidi Araújo Trindade, que me mostrou caminhos e os percorreu ao meu lado. Compreendeu minhas esperas e atropelos. Acreditou, quando eu me abatia. Foi orientadora e amiga sempre. Exemplo contínuo de força intelectual e generosidade. Tenho um grande orgulho por trabalharmos juntas nesses e nos próximos anos...

À minha co-orientadora, professora Maria de Fátima de Souza Santos, por acreditar intensamente em meu trabalho. Obrigada pela dedicação e respeito que ultrapassaram essas páginas.

Ao companheiro da minha vida, Adriano Roberto Afonso do Nascimento. Por acreditar incondicionalmente nas minhas possibilidades e estar ao meu lado sempre. Sem sua presença, nada seria possível. Muito obrigada por tornar esta jornada serena.

À minha mãe Nininha e a meu pai Bino, esteio desde o início. Obrigada pela presença tão perto, mesmo quando distantes.

Aos meus irmãos Flávio, Annelice e Thyara, que respeitam o meu trabalho mesmo quando é difícil aceitar a distância a que ele, às vezes, obriga.

Ao professor Lídio de Souza, exemplo que sigo. Sua atenção contínua, seu respeito e sua generosidade têm toda a minha admiração. Obrigada por abrandar minhas dificuldades.

À Professora, amiga e colega Maria Cristina Smith Menandro, por estar ao meu lado em seus múltiplos papéis. Presença forte em todos os momentos desse trabalho. Obrigada pelas sugestões, pelas dicas, pelo humor e pelo incentivo para as infindáveis... leituras.

Ao professor Paulo Rogério Meira Menandro, pela paixão com que se dedica ao trabalho e aos amigos. Sempre aprendo muito.

À família Afonso, minha total admiração.

À professora Sônia Regina Fiorin Enumo. Agradecendo sua presença sempre em minha trajetória.

À professora Maria Margarida Pereira Rodrigues, que tanto me ensina a ultrapassar fronteiras.

As Professoras Denise Jodelet e Angela Arruda por terem contribuído para que a defesa deste trabalho tenha sido um momento de emoção e respeito. Ensinando-me que seriedade, afetividade e trabalho, são juntos, umas das maiores dádivas dos grandes mestres.

À professora Angela Maria de Oliveira Almeida, pela generosidade e atenção que dedica àqueles que a acompanham.

Ao Profº. Vítor Buaiz por ter acreditado na relevância do meu trabalho e ter se tornado um importante colaborador e incentivador durante todo o percurso.

Aos meus colegas de doutoramento (Célia, Sibelle e Vaz), pelas conversas sempre animadas e pelas discussões proveitosas. Pelo apoio e pela compreensão.

Ao pessoal do NUPESES (Núcleo de Pesquisa em Saúde e Exclusão Social), pelo aprendizado contínuo.

Às alunas do NUPESES Milena Bertollo e Rafaela Rölke, pela dedicação e responsabilidade que dispensaram ao trabalho. A participação de vocês foi preciosa.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES, por fazerem dessa formação um aprendizado estimulante.

À professora Neide Maria de Oliveira pelo incentivo às minhas primeiras reflexões sobre o tema, antes mesmo dele se concretizar em um projeto.

À Família Souza Santos, incluindo D. Jovem e Goreth, pela atenção com que me trataram, transformando esse período do meu trabalho em uma grande alegria.

À Maria Lúcia Ribeiro Fajóli. Pela atenção e competência que dedica ao trabalho, facilitando o caminho de quem passa por aqui. Obrigado por tudo.

À CAPES, pela bolsa que me proporcionou a necessária dedicação exclusiva. Ao PROCAD (Programa de Cooperação Acadêmica UnB/UFES/UFPE), pelo período de bolsa de doutorado sanduíche que me possibilitou a estadia em Recife.

**.15 Gianordoli- Nascimento, Ingrid Faria**

N244m      Mulheres e militância no Espírito Santo: encontros  
2006      e confrontos durante a ditadura militar / Ingrid Faria  
Gianordoli- .

Nascimento. – 2006.

305 f.

Orientador: Zeidi Araújo Trindade  
Tese (doutorado)- Universidade Federal do Espírito  
Santo.

---

1. Psicologia - Teses. 2 . Psicologia social - Teses 3.  
Mulheres – Teses 4. Identidade social - Teses I. Trindade,  
Zeidi Araújo II. Universidade Federal do Espírito Santo  
II.Título

## **MULHERES E MILITÂNCIA NO ESPÍRITO SANTO: ENCONTROS E CONFRONTOS DURANTE A DITADURA MILITAR**

### **RESUMO**

O período da ditadura militar, instaurada no País em 1964 e que perdurou até 1985, marcado por uma sucessão de mudanças políticas, econômicas e sociais, caracterizou-se também pela gradativa e intensa repressão político-social aos seus opositores. Nesse cenário, destaca-se a militância política de mulheres opositoras ao regime. Transformando o contexto social e sendo por ele transformadas, essas mulheres, então, tanto no campo da política quanto no das relações de gênero, romperam com códigos tradicionais de conduta e propuseram, em seus lugares, formas alternativas de viver a condição feminina. Buscamos nessa investigação focalizar os aspectos psicossociais, principalmente aqueles relacionados aos processos de identificação, implicados na interconexão entre relações de gênero e campo político na militância de mulheres contra a ditadura militar brasileira, entre os anos de 1964 e 1985, no Estado do Espírito Santo. Com esse objetivo, foram realizadas entrevistas individuais com 09 mulheres que participaram de organizações que possuíam uma clara posição de resistência ao regime autoritário entre os anos de 1964 e 1973. Todas as entrevistadas foram estudantes universitárias engajadas no movimento estudantil e filiadas, durante algum tempo, a partidos políticos clandestinos. Também estiveram presas por períodos que variaram entre um mês e um ano. Buscou-se investigar a trajetória de vida dessas mulheres da infância aos dias atuais. As informações foram submetidas ao método fenomenológico para investigação psicológica e reorganizadas em narrativas que procuraram a identificação das particularidades e dos pontos em comum nas experiências relatadas. A análise dos dados procurou destacar, a partir dos relatos sobre suas trajetórias, a dinâmica dos elementos em jogo na constituição da identidade dessas mulheres. Entre esses elementos, estão os projetos de individualização e de autonomia; as motivações para a militância; os conflitos entre projetos individuais e coletivos; a vivência de situações limite, como a prisão e a

tortura; o casamento; a maternidade; as avaliações sobre o período e a participação política atual. Na reconstrução de suas trajetórias, as ex-militantes revelam a interação complexa entre motivações e escolhas e experiências incomuns e, por vezes duras, que delas resultaram. A complexidade dessa interação, por sua vez, contribui, e, de forma evidente, continua contribuindo, para a constituição de suas identidades.

**WOMEN AND ACTIVISM IN ESPÍRITO SANTO (BRAZIL):  
ENCOUNTERS AND CONFRONTATIONS DURING THE MILITARY  
DICTATORSHIP**

**ABSTRACT**

The military dictatorship period, which began in 1964 and lasted until 1985, marked by a succession of political, economical, and social changes, also characterized itself by the gradual and intense politico-social repression towards its antagonists. In this scenery, is remarkable the political activism of women antagonists to the regime. Transforming the social context and being transformed by it, these women, then, both within the political sphere and within gender relations, broke traditional code of conduct and proposed, instead, alternative forms to live the feminine condition. We aimed in this investigation to focus the psychosocial aspects, mainly those related to the identification processes, implied in the interconnection between gender relations and politics in women activism opposing against the dictatorial regime, from 1964 until 1985, in the state of Espírito Santo, Brazil. With this objective, individual interviews were conducted with 09 women who participated of organizations which clearly stood as resistance against the military dictatorship between 1964 and 1973. All interviewees were university students engaged in the student movement and affiliated, for some period, to clandestine political parties. They have also been imprisoned for periods which vary from one month to one year. We attempted to investigate the life trajectory of these women from infancy until now. The information was subjected to the phenomenological method for psychological investigation and reorganized in narratives that attempt to identify the particularities and the common points in the related experiences. The data analysis tried to highlight, from the accounts of their trajectories, the dynamics of the elements in play for the constitution of the identity of these women. Among these elements are the individuation and the autonomy projects; the motivations for the activism; the conflicts between individual and collective projects; the experience on limit situations, such as

imprisonment and torture; marriage; maternity; evaluations of the period; and current political participation. In the reconstruction of their trajectories, the former activists reveal the complex interactions between motivations and choices, and uncommon, sometimes hard, experiences that result from them. The complexity of this interaction, on the other hand, contributes, and, evidently, continues contributing, for the constitution of their identities.

## FEMMES ET MILITANCE EN ESPÍRITO SANTO (BRÉSIL): RENCONTRES ET CONFRONTATIONS PENDANT LA DICTATURE MILITAIRE

### RÉSUMÉ

La période de la dictature militaire, qui a été instaurée au Brésil en 1964 et qui a perduré jusqu'en 1985, marquée par une succession de changements politiques, économiques et sociaux, s'est aussi caractérisée par la graduelle et intense répression politico-sociale à ses opposants. Dans ce cadre, on remarque la militance politique des femmes s'opposant au régime. Transformant le contexte social et en étant par celui-ci transformées, ces femmes ont, alors, tant dans le domaine de la politique que dans celui des relations de genre, rompu avec les codes traditionnels de conduite et proposé, à leur place, des formes alternatives de vivre la condition féminine. Nous avons cherché, en cette enquête, à nous centrer sur les aspects psychosociaux, surtout sur ceux liés aux processus d'identification, impliqués dans l'interconnection entre les relations de genre et le champ politique dans la militance des femmes contre la dictature militaire brésilienne, entre les années 1964-1985, dans l'État d'Espírito Santo. Dans ce but, nous avons réalisé des interviews avec des femmes ayant participé à des organisations qui avaient une claire position de résistance au régime autoritaire entre les années 1964-1973. Toutes les interviewées étaient des étudiantes universitaires engagées dans le mouvement des étudiants et affiliées, pendant un certain temps, à des partis politiques clandestins. Elles ont aussi été arrêtées pour des périodes allant d'un mois à un an. On a cherché à faire une enquête sur la trajectoire de vie de ces femmes de l'enfance aux jours actuels. Les informations ont été soumises à la méthode phénoménologique pour l'investigation psychologique et réorganisées en narrations qui ont cherché l'identification des particularités et des points communs des expériences relatées. L'analyse des données a essayé de mettre en évidence, à partir des récits sur leurs trajectoires, la dynamique des éléments impliqués dans la construction de l'identité de ces femmes. Parmi ces éléments sont les projets d'individuation et d'autonomie ; les motivations pour la militance ; les conflits entre les projets individuels et collectifs ; l'expérience des situations limites, telles que l'emprisonnement et la torture ; le mariage ; la maternité ; les évaluations sur la période et la participation politique actuelle. Dans la reconstruction de leurs trajectoires, les ex-militantes révèlent la complexe interaction entre leurs motivations et leurs choix et les expériences inouïes et parfois dures qui en ont résulté. La compléxité de cette relation, à son tour, contribue et, de manière évidente, continue de contribuer à la constitution de leurs identités.

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	p. IV
Resumo.....	p. IX
Abstract.....	p. XI
Résumé.....	XIII
1. Apresentação.....	p. 15
2. Introdução.....	p. 17
2.1 O cenário político-social: os anos 60 e 70.....	p.17
2.2 A presença política da juventude brasileira pós 1964:	
o movimento estudantil.....	p. 23.
2.3 Enfrentando riscos: identidade feminina e militância.....	p.29
3. Objetivos.....	p. 44
4. Método.....	p. 45
4.1 O contexto da pesquisa.....	p. 45
4.2 Os sujeitos.....	p. 50
4.3 Procedimento de coleta de dados.....	p. 51
4.4 Instrumento.....	p. 55
4.5 Procedimento de Análise dos dados.....	p. 55
5. Resultados.....	p. 58
Primeiro Período de Militância (1964-1968).....	p. 60
Silvia.....	p. 61
Solange.....	p. 76
Sônia.....	p. 88
Suzana.....	p. 106
Segundo Período de Militância (1971-1972).....	p. 122
Raquel.....	p. 123
Rita.....	p. 134
Regina.....	p.144
Renata.....	p.157
Rosane.....	p. 169

6.Discussão .....	p.182
6.1 O Contexto Geracional das mulheres .....	p.182
6.2 Os papéis esperados e os caminhos seguidos.....	p.183
6.3 O processo de individuação: a migração para a Capital e o projeto de mobilidade social.....	p.193
6.4 A Socialização política e as práticas estudantis.....	p. 202
6.5 Os processos identitários.....	p. 222
6.5.1 Gênero e militância .....	p.222
6.5.2 Militância feminina e violência: Clandestinidade, tortura e prisão.....	p. 242
6.5.3 “De volta ao começo”: entre o individual e o coletivo.....	p. 264
7. Algumas considerações finais.....	p. 273
8. Referências.....	. p. 277
Anexos.....	p.287

## 1- APRESENTAÇÃO

A reconstituição da trajetória de vida de nove mulheres que se engajaram em movimentos de oposição ao regime militar foi a base para a elaboração desse trabalho. Sua relevância situa-se na necessidade, sob nosso ponto de vista, de análise mais aprofundada, no nível psicossocial, de questões vinculadas às relações de gênero em sua interconexão com o campo político na história recente do nosso país. Esse nos parece ser o caso da militância política de mulheres durante o regime de ditadura militar no Brasil, quando jovens assumiram um papel inédito tanto no campo da política quanto no das relações de gênero, rompendo com os códigos de sua época. Portanto, investigar a participação da mulher nesse contexto pode oferecer importantes informações que colaborem para um entendimento mais geral da construção social da identidade feminina que, a partir dessa época passa por intensas transformações.

A historiografia oficial de uma etapa importante para a constituição da memória social brasileira contemporânea, os anos da ditadura militar, só agora começa a assimilar, de forma mais sistemática, os depoimentos de alguns dos principais envolvidos nos acontecimentos desse período: os perseguidos por esse regime político de exceção. Por mais de 20 anos, uma grande parcela desses sujeitos não pôde, por motivos diversos, assumir e contar suas histórias, o que, segundo Ferreira (1996), mostra que a produção historiográfica e a própria constituição da memória situam-se em um mesmo campo de relações de poder, onde o discurso oficial e, consequentemente, a memória oficial, sobrepõem-se a outros discursos e memórias. É possível, então, que um acontecimento ou um período histórico só possam ser mais adequadamente recontados numa rede de discursos parciais, com seus atritos, pontos de contato e independências. Para que isso seja possível, no nosso entender, é necessário valorizar, cada vez mais, os depoimentos dos indivíduos cujas vozes se encontram fora da historiografia dita oficial. Dentro desse quadro, para o período acima citado, alguns autores (Ridenti, 1990; Ferreira, 1996; Abreu, 1997; Lima, 2002) apontam a escassez de informações sobre a participação das mulheres nos movimentos de resistência à

ditadura militar no Brasil, bem como sobre a importância que algumas delas tiveram em várias ações desses movimentos.

A partir desse quadro, acreditamos ser relevante trabalhar com depoimentos de mulheres que tiveram participação ativa nos acontecimentos do período, pois, como a categoria mulher é uma das que têm poucos registros históricos pertinentes, consideramos valioso o testemunho daquelas que militaram contra o regime. Além do mais, através do conteúdo de suas narrativas, com suas lembranças e consequente reconstrução de suas histórias de vida, haverá possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período no Estado do Espírito Santo, contribuindo para a construção de uma história ainda pouco contada.

Vale acrescentar que, a partir da década de 80, vem sendo realizado um esforço por parte da sociedade civil para que parte dessa memória seja elaborada através de testemunhos de ex-militantes, militares, artistas, familiares de desaparecidos, entre outros envolvidos direta ou indiretamente nos confrontos, produzindo uma maior circulação de relatos sobre esse período, o que certamente permite uma maior democratização do acesso a informações relevantes sobre a história brasileira recente. A publicação de testemunhos e a utilização dos mesmos para a veiculação em diversos meios (cinema, televisão, literatura ficcional ou não) vão dando visibilidade a diferentes versões da história da época. Contribuindo com essa democratização está a produção acadêmica, que, através de um esforço interdisciplinar, tem se empenhado em produzir pesquisas e reflexões teóricas com os objetivos de alargar o entendimento sobre o período e de avaliar os seus ainda perceptíveis desdobramentos no cotidiano do país.

## **2- INTRODUÇÃO**

### **2.1 O cenário político-social: os anos 60 e 70.**

Os dois maiores centros urbanos do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), além de outros como Belo Horizonte, Salvador, Recife, Porto Alegre, Goiânia e Vitória, presenciaram, na segunda metade do Século XX, uma mobilização que deu intenso vigor à vida estudantil do país. Segundo nos conta Martins Filho (1998), tudo começou, de certa forma, nos anos de 1962-1964, quando o movimento estudantil universitário se inseriu nas campanhas reformistas do final do período populista. Logo após, com o golpe de 1964, iniciou-se uma fase de silêncio forçado aos movimentos de massa. A partir de então, lutas estudantis renasceriam em resistência ao projeto de reforma educacional da ditadura e na luta contra a repressão policial-militar por ela fomentada. Em 1968, conhecido como o “ano dos estudantes”, os interesses do movimento já não estavam mais voltados apenas para as causas educacionais. A situação interna do País, que dispôs os jovens a exigirem mudanças que difundissem a justiça social a todas as camadas da população, fez com que esses se aproximassesem dos mais diversos grupos que também questionavam o regime militar.

De forma geral, os jovens dos anos 60 presenciaram um intenso movimento de renovação cultural que atingiu os meios de difusão cultural, da música popular ao cinema novo, passando pelo teatro e pela literatura, abordando alguns dos problemas sociais e políticos do país difundidos pela esquerda. A partir de 1965, o teatro brasileiro, por exemplo, apresentou textos desbravadores, engajando-se na denúncia de questões cruciais que abalavam a realidade brasileira, tornando-se um dos meios de maior resistência ao regime militar (Ferreira, 1996; Abreu, 1997; Michalski, 1994; Aguiar, 1994; Ventura, 1998; Simões, 1999).

Ainda no campo da produção artística, para Zuenir Ventura (1988), já em 1967, após os atentados contra o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, apareceram indícios de como seriam os acontecimentos futuros. Roda Viva, de Chico Buarque, foi uma das peças que chocou o público de classe média, além de ter se tornado alvo do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que em uma das

apresentações invadiu o teatro no qual a peça estava sendo encenada, espancando atores e destruindo cenário e equipamentos técnicos. Para o autor, esse primeiro movimento do arbítrio traduziu o fim da ilusão da cultura de esquerda pré-64. O ano de 1968 representou o fim da sua inocência (Ventura, 1988).

Grupos identificados pelo Regime como de esquerda passaram a ser perseguidos e, embora divididos, grande parte desses grupos se mobilizava para acelerar a implantação de um projeto revolucionário. Nesse momento, a participação estudantil se intensificou e as organizações clandestinas ganharam adesão de outras categorias que também se posicionavam contra a ditadura, tanto no campo quanto nas cidades (Ventura, 1998; Martins Filho, 1987; 1996; 1998; Valle, 1999). Esse processo vai de 1964 até 1968, ano que, segundo esses autores, representa um marco na história recente do Brasil.

Acontecimentos internacionais também tiveram considerável influência no panorama político brasileiro da época. A Revolução Cubana, ocorrida na década anterior, traduzia o ideário que inspirava parte da juventude e setores da esquerda. Particularmente o ano de 1968 parece ter sido também marcado por um “tufão estudantil” que “varreu democraticamente todos os quadrantes da geografia mundial” (Martins Filho, 1996, p.14). Os jovens estudantes dos quatro cantos do mundo iniciaram nesse período um movimento intenso, embora houvesse, para cada caso e nação, motivações e inimigos de diferentes ordens. O movimento estudantil se espalhou por diversos países, entre eles, França, Alemanha, México, Espanha, Senegal, Estados Unidos, Canadá, Argentina, Venezuela e Peru (Martins Filho, 1996; Brossat, 1999; Haug, 1999). Segundo Martins Filho (1996), essas foram algumas entre as dezenas de nações onde eclodiu esse movimento, que tinha como ponto comum “a indignação provocada pela violação, por parte das forças policiais, do espaço até então respeitado das Universidades” (p.13).

Entre nós, o ano também foi de radicalização de posições. Nos meios intelectual e artístico, contando com a forte adesão estudantil, o pensamento da esquerda se propagava. Discussões, debates e passeatas demonstravam o espírito de engajamento. Os seguimentos politicamente atuantes no Brasil, ao se encontrarem na passeata dos cem mil, “expressaram o ponto culminante desse

breve processo de unificação (...), que se dissemina equivalentemente em todos os grandes centros urbanos do País" ( Martins Filho, 1987, p. 141). Segundo Dirceu (1998) "nesse momento o país parecia ser todo de esquerda" (p. 43).

Ventura (1988) nos conta que o Governo Costa e Silva parecia temer a radicalização desse movimento. O "golpe dentro do golpe", o Ato Institucional nº 5, o AI-5, de 13 de Dezembro de 1968, tornou-se o divisor de águas e deu início ao período que ficou conhecido como "*os anos de chumbo*".

O AI-5 decretou a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos. A partir daí, o confronto saía do campo das idéias e descia às ruas, com a luta armada, e aos porões, com a tortura. O ideário de libertação difundido por qualquer segmento intelectual, artístico, estudantil ou operário, ficava impossibilitado de ser conjugado com a ideologia da Segurança Nacional imposta pelo Estado.

O regime militar declarou verdadeira guerra contra todos os grupos considerados de esquerda. A clandestinidade deixou de ser opcional para muitos e tornou-se obrigatória à medida que as idéias que inspiravam o movimento de reconstrução sócio-política do país, em conjunção com a transformação de valores e de costumes, tiveram que encontrar novas formas de existir para resistir. (Martins Filho, 1987; Ferreira, 1996; Carmo, 2001).

Os anos após o AI-5 foram marcados por uma forte censura, com considerável impacto sobre a sociedade do período, impacto que, segundo alguns autores, ainda não foi suficientemente analisado (Ferreira, 1996; Martins Filho, 1987; 1998; Carvalho, 1998).

Embora algumas organizações esquerdistas já viessem, antes mesmo de 1968, defendendo a reação pela força e já se preparassem para tal, as divergências internas existentes nos mais diversos movimentos esquerdistas, até então, não tinham ganhado tanta força<sup>1</sup>. Em 1968, acirraram-se as discussões sobre quais estratégias e táticas deveriam ser seguidas pelos partidos revolucionários. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), o mais expressivo partido de esquerda até então, já se encontrava dividido entre os grupos pacifistas e os adeptos da luta

---

<sup>1</sup> Ver exemplos dessa trajetória partidária no Anexo 1.

armada. O segundo grupo ganha corpo e a tese de que era preciso reagir à ditadura através da luta revolucionária armada consegue a adesão de diversas organizações que, nesse momento, já não mais se diferenciavam entre as de estudantes e as de operários, por exemplo. Tal movimentação se consolidou nos anos 70, vindo a compor o que passou a ser denominado como esquerda alternativa<sup>2</sup> (Gorender, 1987; Reis Filho, 1990; Araujo, 2000; Gaspari, 2002).

A crença de que a luta armada poderia ter êxito, contando com a adesão do restante da população, uniu velhos e novos militantes em diversas organizações que se espalharam por todo o território nacional: ALN (Aliança Libertadora Nacional); ANL (Aliança Nacional Libertadora); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Comandos de Libertação Nacional (Colina), entre outros que foram se originando de dissidências dessas e de outras organizações urbanas e rurais (Carvalho, 1998; Dirceu, 1998; Gaspari, 2002).

Os anos 70, como consequência, foram marcados por uma intensa perseguição a qualquer pessoa que os militares achassem que poderia levar aos líderes desses movimentos considerados subversivos. Havia muitos suspeitos. Iniciou-se uma verdadeira caça às Bruxas.

Esse se tornou, portanto, um período de intensa repressão. As cassações de mandatos e a suspensão de direitos políticos, as demissões nas universidades, entre tantas outras formas de perseguição, apontaram, em diversos casos, a clandestinidade ou o Exílio como garantias de sobrevivência.

Por outro lado, para alguns segmentos, particularmente da classe média, era o momento de “melhorar a vida”. ‘Coincidentemente’, acompanhando a exacerbão do autoritarismo, o festejado “milagre econômico” ampliou as oportunidades de trabalho em diversos setores, alargou as bases da diversificada sociedade de consumo, permitiu a ascensão social dos setores médios e “concentrou renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social” (Almeida e Weis, 2002, p. 333).

---

<sup>2</sup> Ver organograma das organizações de Esquerda, 1970/1971, no Anexo 2.

Logo, o que se deu foi uma vivência de contradições nas famílias de classe média: beneficiavam-se do crescimento econômico que prevaleceu até meados de 70 e passaram a ter seus filhos perseguidos e mortos pelo mesmo regime, o que “deixou a oposição de classe média ao mesmo tempo sob o chicote e o afago. (...) De um lado, a rejeição da ordem ditatorial; o horror (e o pavor) da tortura (...) o distanciamento psicológico diante da maioria integrada à normalidade, cantando: ‘eu te amo, meu Brasil, eu te amo’”<sup>3</sup> (Almeida e Weis, 2002, p.33). A isto, agregava-se ainda a forte censura às artes em um período de intensa produção cultural. Por outro lado, se dava a expansão do mercado de trabalho com novas profissões e atividades bem remuneradas para quem tinha um mínimo de formação, garantindo o aumento do poder aquisitivo inclusive para os jovens recém formados da universidade. De um lado, a possibilidade de concretizar o sonho da mobilidade social. Do outro, o medo de apanhar na universidade. “A realidade era uma sucessão de conflitos morais, impulsos, sentimentos e pensamentos contraditórios” (Almeida e Weis, 2002, p.33).

O politizado movimento estudantil de 68 se esvaziou e deu lugar a um movimento que buscava afrontar o conservadorismo do regime no plano dos costumes. Surge uma outra forma de oposição: a “contracultura”. A esse movimento associaram-se os jovens que não se identificavam com a esquerda tradicional, ou ainda aqueles que foram do movimento militarista e “desbundaram”, como se dizia na época. O movimento de contracultura foi hostilizado pelas esquerdas da época. (Almeida e Weis, 2002)

Nesse momento estava em plena marcha o movimento de ruptura de regras morais relacionadas a alguns comportamentos não vinculados tão diretamente, supunha-se, ao campo das lutas políticas. As mudanças na direção de uma redução da desigualdade, por exemplo, entre homens e mulheres teriam, nesse contexto, que conviver com o cerceamento dos direitos políticos desses mesmos sujeitos (Guillebaud, 1999; Carmo, 2001). É nesse contexto que, no Brasil, surge o feminismo.

---

<sup>3</sup> Composição de Dom e Ravel, gravação original de 1970.

Após a derrota da luta armada e o contato, no exílio, com grupos feministas<sup>4</sup>, as mulheres, na esteira da repercussão que o feminismo adquiriu internacionalmente, se voltaram para um movimento que propiciou as elaborações política e pessoal daquela derrota (Sarti, 1998). No Brasil, “as mulheres que aspiravam por uma sociedade mais justa e eqüitativa na relação entre os gêneros movimentavam-se” (Soihet, 2005, p. 319). Os grupos que se constituíram informalmente no Rio de Janeiro organizaram-se em 1975, declarado pela ONU “Ano Internacional da Mulher”, momento no qual se reconheceu internacionalmente a existência da discriminação contra as mulheres, fomentando um amplo debate sobre a desigualdade entre os gêneros, uma conquista política do movimento<sup>5</sup>.

A partir desse reconhecimento, as mulheres brasileiras estavam “mais equipadas para defesa de seus interesses, e organizadas, inclusive, para enfrentar as inúmeras tentativas de descréditos da importância de suas demandas” (Soihet, 2005, p.319). A organização feminista se espalhou pelo país, veiculando suas idéias e bandeiras sociais e políticas através dos jornais do movimento.

Em 1975 também teve inicio a longa transição em direção ao governo civil. Tal período, no que dizia respeito às possibilidades de oposição ao regime, é comparado ao de 1964–1968: não havia parâmetros bem definidos sobre o que era tolerado ou não. No entanto, o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, no Doi-Codi de São Paulo em 26-10-1975, causou uma intensa mobilização da sociedade contra as práticas do regime, o que, aliada aos conflitos internos do governo, acabou contribuindo para a aceleração do projeto de abertura política, que lentamente se firmava no país, principalmente após a extinção do AI-5, em 1º de abril de 1979 (Araújo, 2004).

Nesse momento, as organizações revolucionárias já se encontravam em total isolamento social, funcionando muito mais em função da proteção e sobrevivência do que restava de seu quadro de militantes do que de ações contra o

---

<sup>4</sup> Depoimentos nesse sentido são encontrados em Costa, Moraes, Marzola & Lima (1980).

<sup>5</sup> No segundo semestre desse mesmo ano, cria-se no Brasil o movimento feminino pela Anistia, “com o propósito de mobilizar a opinião pública contra a arbitrariedade do governo militar. Esposas, mães, filhas e companheiras saíram às ruas para denunciar as prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos dos atingidos pela repressão” (Colling, 1997:, p. 44).

regime. Portanto, parte delas, ao aceitarem a idéia de que a tão sonhada revolução não resistiria ao isolamento, se voltaram para as mudanças de atitudes e de pensamento que despontavam em um amplo setor da classe média oposicionista: a democracia era o objetivo a ser alcançado, pois, através dela, a sociedade civil se organizaria. Assim, todos passariam a ter acesso à participação no jogo político e, por meio deste, ainda que com limitações, defenderiam suas posições ideológicas e seus projetos políticos. Iniciou-se a luta democrática que durou até meados da década de 80<sup>6</sup>.

O Movimento da Anistia ganhou força nos setores sociais mais diversos, se tornando o marco da virada do regime, ao restituir a atividade política ao domínio público. Essa restituição origina um dos maiores movimentos de massa já vistos no país depois de 1968: o movimento das Diretas Já, que marca a luta pela redemocratização. Em 1984, a vida privada recupera a normalidade. Em 1985, fica oficializado o fim da ditadura militar no Brasil.

## **2.2 A presença política da juventude brasileira pós 1964: o movimento estudantil.**

Pontes e Carneiro (1968) mostram, através da organização da cobertura jornalística realizada pelo grupo O Estado de São Paulo sobre o movimento estudantil de 68, que o movimento de jovens estudantes já havia se intensificado no ano anterior, quando os estudantes brasileiros manifestaram-se pelos “excedentes” e contra as questões do acordo MEC-Usaid<sup>7</sup>. As discussões, os debates e passeatas demonstravam o espírito de engajamento estudantil.

---

<sup>6</sup> Segundo Araújo (2004), entende-se por luta democrática “a luta política empreendida por amplos setores da sociedade brasileira, com um grande peso da atuação das forças políticas de esquerda, entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980, mais especificamente entre 1974 e 1985” (p. 161).

<sup>7</sup> “O problema dos Excedentes constituiu no pós 64, uma das expressões mais nítidas do processo de abandono da anterior política educacional integradora, por parte dos governos militares”. Após o golpe há quase uma paralisação dos investimentos públicos na universidade. As escolas superiores não tinham capacidades de absorver a demanda crescente de alunos, que aprovados no vestibular, não conseguiam vagas. Em 1967 a crise nas universidades em relação as vagas é tão grande que os ruidosos movimentos se tornam o principal sintoma do agravamento da crise da escola superior brasileira (Martins Filho, 1987, p.123). Sobre o acordo Mec-Usaid ver Anexo 3.

Nesse momento, uniram-se na luta pela ampla democratização da educação os estudantes universitários, que eram pouco mais de 200 mil, ou seja, menos de 0,5% da população brasileira da época, quase todos filhos da classe média, e um grande número de estudantes secundaristas ( Reis Filho, 1999).

Entretanto, democratização não era a palavra de ordem nas políticas públicas e o que era um grande programa de lutas específicas transformou-se numa sucessão de conflitos. Aquilo que viria a ser chamado de rebelião dos estudantes (Gurgel, 2002) foi se formando lentamente.

Em 1964, a maioria dos estudantes assistiu passiva à derrubada do governo constitucional pelos militares, com o apoio da classe média. Logo após o golpe, o prédio da União Nacional dos Estudantes-UNE, no Rio de Janeiro, foi queimado. No fim do ano de 1964 foi aprovada a Lei Suplicy, que tinha como objetivo controlar as entidades representativas do movimento estudantil. As políticas estatais foram assolando os direitos constitucionais. As medidas econômicas não penalizaram apenas operários, como era esperado, e a repressão estava atingindo indistintamente lideranças populares, ou seja, inclusive *as pessoas de bem*. A classe média, que passou a ser tomada pelo desencanto, sentiu-se traída. A frustração ocasionada por essa “traição” estimulou o protesto dos estudantes, que passaram a ensaiar os primeiros movimentos de luta.

Em meados de 1965, a UNE, já considerada uma entidade clandestina, elege sua nova diretoria. A partir de setembro inicia-se uma série de manifestações nas principais cidades brasileiras em protesto à repressão.

Em 1967, os estudantes já compreendiam que a política educacional do governo em nada era compatível com suas reivindicações, principalmente no que tangia à Universidade: entre as intenções do governo estavam a universidade paga, o ensino mais “seletivo” nas universidades públicas, o ensino a serviço das grandes empresas e o fechamento de restaurantes universitários. Para Reis Filho (1999) e Martins Filho (1987; 1998), esses eram alguns dos motivos pelos quais se achava que as entidades estudantis precisavam ser fechadas ou, no mínimo, controladas. Afinal, as propostas de democratização da educação entravam em colisão com os objetivos estatais.

No início de 1968, um conselho nacional promovido pela UNE buscou definir novos caminhos para o enfrentamento. Entre os estudantes participantes, eram unanimidade a desconfiança no governo e a oposição às políticas educacionais por ele defendidas. No entanto, havia dúvidas em relação às opções de luta: manter as denúncias políticas, tentando retornar aos movimentos de rua, ou concentrar a atenção nos interesses imediatos da categoria estudantil, priorizando a luta nas próprias escolas (Martins Filho, 1987)

Os estudantes lutaram em 1968 por mais verbas para as escolas e Universidades, pela melhoria dos espaços de estudo, das bibliotecas e dos laboratórios, pela modernização dos equipamentos de ensino e de pesquisa e, principalmente, pela ampliação do acesso da população ao nível superior. Havia uma reivindicação por políticas de auxílios a estudantes de baixa renda: bolsas de estudo, transporte e restaurantes mais baratos<sup>8</sup> (Romagnoli e Gonçalves, 1979).

Deve-se observar que a luta não era só por melhorias materiais: havia reivindicações por reformas no ensino, por professores que se dispusessem ao diálogo e à troca, por participação na vida social e política. Os estudantes se sentiam agentes do processo de educação, reclamavam para que suas vozes fossem ouvidas na elaboração da política educacional.

Conforme apontam diversas publicações, o movimento estudantil se tornou uma das principais manchetes a partir de março de 1968 (Romagnoli e Gonçalves, 1979; Reis Filho 1999; Martins Filho 1987; 1998; Cardoso, 1998; Ventura, 1988; Ridenti, 1999). Esse foi o mês em que os estudantes tomaram definitivamente as ruas do País e as páginas dos jornais. Pode-se dizer, num certo sentido, que o ano de 1968 “começou” em 28 de março, pois, nessa data, a polícia invadiu o Calabouço, restaurante estudantil do Rio de Janeiro. Tal invasão resultou na

morte do estudante Edson Luis de Lima Souto, que deflagrou, em todo o país, a luta estudantil com toda a força acumulada, agora não apenas contra a política educacional do governo, mas contra o próprio governo (Romagnoli e Gonçalves, 1979, p.08).

---

<sup>8</sup> Pelas mesmas reivindicações mobilizaram-se também os estudantes capixabas.

Os estudantes não permitiram que a polícia levasse o corpo do jovem morto. Carregaram-no pelas ruas até a Assembléia Legislativa, onde foi velado. Milhares de pessoas compareceram ao enterro.

Três horas e meia depois, percorridos os seis ou sete quilômetros do trajeto, o portão do cemitério era forçado pela multidão (...). Reinava silêncio completo. O povo só voltou a assoviar o Hino Nacional depois de entrar no [Cemitério] São João Batista. Quando o corpo baixou à sepultura, as mais de 50 mil pessoas que lograram acesso ao interior do necrotério ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: ‘neste luto, começou a luta’. Era o sinal de que a maior manifestação popular brasileira pós-abril de 64 teria seqüência (Romagnoli e Gonçalves, 1979, p. 09).

A morte de Edson Luis intensificou a união dos estudantes, que já vinham realizando protestos em diversas cidades brasileiras: manifestações na Universidade de Brasília, pela qualidade do ensino e contra a repressão policial (Gurgel, 2002); manifestações contra o ensino pago no Paraná (Hagemeyer, 1998); luta pela matrícula dos “excedentes” em Alagoas (Oliveira, 1998).

Em Vitória, o Jornal A Gazeta, de 26 de março de 1968, noticiava que estudantes universitários estavam em greve em protesto pelo preço elevado das refeições servidas no restaurante universitário da capital capixaba, inaugurado naquele ano (Gianordoli-Nascimento, Trindade, Menandro, Rolke e Bertollo, 2004).

No dia 1º de abril de 1968, quarto aniversário da “Revolução” de 64, jornais noticiaram que os estudantes haviam planejado e realizado diversos comícios e manifestações-relâmpago em todo o país. Só no Rio de Janeiro, essas manifestações deixaram um saldo de dois mortos, 99 feridos e 231 presos.

Em 03 de abril de 1968, os estudantes capixabas organizam uma manifestação e saem às ruas de Vitória para protestar contra a morte de Edson Luis. Nesse mesmo dia, o jornal A Gazeta, na primeira página, alertava:

“Estudantes podem protestar sem quebra da normalidade”(Gianordoli-Nascimento et al, 2004).

Durante os meses de abril e maio os estudantes mobilizam-se para as lutas locais. O movimento tomava força e em todo país sucediam-se pequenas manifestações e atos públicos onde as reivindicações passavam a ser mais amplamente discutidas. “Em alguns lugares, lutas parciais anunciam a possibilidade de novos conflitos” (Reis Filho e Moraes, 1998, p.15). E novos conflitos realmente aconteceram em várias cidades brasileiras. Um dos mais graves, ocorrido em 21 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, ficou conhecido como “Sexta-feira sangrenta”: após uma concentração em frente ao Ministério da Educação, os estudantes seguiram para a embaixada Americana. Policiais começaram a atirar.

As ruas do Rio ocupadas pela polícia. Os tiroteios se repetem. Os estudantes reagem às balas com pedras e tijolos. Das janelas o povo vai a polícia e atira cinzeiros, copos, carimbos. (...) Durante oito horas a avenida se transforma numa verdadeira batalha campal (...). A guerra só terminaria às 8 da noite com um saldo de mil prisões e 28 mortos (segundo informações dos hospitais). Ou 3, segundo a versão oficial (Romagnoli e Gonçalves, 1979, p. 09).

Quatro dias depois, é organizada a manifestação que viria a ficar conhecida como a “Passeata dos 100 mil”. Representantes de vários setores da sociedade se unem em protesto contra as mortes, as prisões e a violência policial. A manifestação ocorreu sem a repressão da polícia, que apenas a acompanha de perto. Uma comissão foi designada para dialogar com o governo, reunindo representantes dos estudantes, dos profissionais liberais, dos professores, dos religiosos e das mães dos estudantes. Entretanto, o governo recusou-se a considerar a libertação dos que foram presos nas passeatas anteriores, e essa era uma das reivindicações preliminares da comissão. Novas manifestações voltaram a ocorrer em todo o país.

A abertura do segundo semestre escolar de 1968 trouxe junto a intensificação da repressão, a polarização dentro do movimento estudantil pelo

controle da renovação das entidades estaduais e nacionais e a prisão de lideranças e estudantes. Quanto mais protestos contra prisões e mortes de estudantes, mais prisões e mortes ocorriam (Martins Filho, 1996).

Ainda no segundo semestre de 1968, vários estudantes, entre eles os principais líderes do movimento estudantil do País, já na clandestinidade, se reuniram no congresso da UNE, em Ibiúna, interior paulista, a fim de realizarem clandestinamente a eleição do presidente da União Nacional dos Estudantes. Iniciado em 11 de outubro, o congresso foi “estourado” pela polícia no dia seguinte. Cerca de 700 líderes estudantis foram presos numa só operação policial. Um desastre político, tendo em vista o processo de declínio pelo qual o movimento vinha passando, declínio que se consolidou durante a década de 70 (Reis Filho e Moraes, 1998).

A polícia já não hesitava em dissolver à bala manifestações pacíficas, invadir igrejas e hospitais. Sua ação provocava desânimo e medo em vez de indignação. (...) O movimento mais amplo perdia fôlego. Era necessário inventar novas formas de luta e organização. O movimento estudantil de 1968 estava derrotado. (Reis Filho e Moraes, 1998, p. 18-19)

Para Martins Filho (1987), estudos aprofundados de algumas passagens da história do movimento estudantil poderiam apontar a impossibilidade de se atribuir à participação dos estudantes um caráter genérico e imutável, com conteúdos e objetivos permanentes. Nesse sentido, o autor indica que o conjunto do que se tem escrito sobre a questão tende a enfatizar a “condição estudantil” ou “juvenil” na definição das orientações das ações estudantis, como se essas condições fossem mais relevantes que a situação de classe. Entretanto, é essa situação que possibilita a classificação dos estudantes universitários como uma categoria social.

Martins Filho (1987), em estudo sobre o movimento estudantil universitário no período entre 1964 e 1968, questiona algumas afirmações genéricas em relação aos estudantes difundidas em trabalhos que tocam indiretamente o tema. Segundo o autor, tais afirmações podem ter tido origem na própria auto-imagem elaborada pelas lideranças estudantis universitárias que, em

alguns momentos, chegaram a afirmar uma participação constante ao lado do povo e na luta pelos seus interesses, o que historicamente ocorreu de forma muito limitada. A maior consequência de tais afirmações teria sido a criação de uma “mitologia estudantil” atribuída ao papel desempenhado pelo movimento dos estudantes nas lutas políticas dos anos 60. Esse mesmo autor também vai indicar que estudos que deram ênfase à “condição estudantil” realizados no início dos anos 60 definem o estudante como um “intelectual em formação”, argumentando que o radicalismo dos estudantes estaria relacionado ao contato dos jovens com o conhecimento transmitido na Universidade, ou seja, seria resultado de suas “qualificações intelectuais”. Um outro caminho explicativo, surgido em 1961, propunha que “o movimento estudantil tenderia a atuar posicionando-se a favor das reivindicações populares e nacionalistas (...) [o que] abriria ao estudante a perspectiva de uma atuação ‘revolucionária’” (Martins Filho, 1987, p. 21). Mais essencialista, haveria ainda outra corrente argumentando pela relação entre condição e contestação juvenil. “Não é mais o jovem estudante, mas o jovem em geral que se faz portador de um comportamento ‘revolucionário’ na visão aí exposta” (Martins Filho, 1987, p. 23).

A relação entre juventude e revolução ainda foi objeto de diversos estudos que procuraram tratar a militância política de estudantes dos anos 60 aos 90 ou a genérica atitude revolucionária juvenil (Sousa, 1999; Valle, 1999; Zaneti, 2001; Schimidt, 2001;). Esses autores nos levam a pensar que, historicamente, de alguma forma, a juventude recorrentemente aparece como um segmento socialmente visível quando nos reportamos a comportamentos revolucionários e políticos, sejam eles de caráter estudantil ou não.

Sousa (1999) indica a grande quantidade de estudos sobre a juventude realizados nos anos 60 - 70. Esses estudos, segundo ela, relacionam-se ao esboço do que viria a ser denominado “sociologia da juventude”, formada por trabalhos que procuravam aproximar autores clássicos e contemporâneos. Era constante nesses trabalhos a preocupação em relação aos modos através dos quais os jovens estavam se constituindo como fomentadores de demandas críticas e de transformações sociais.

Nesse sentido, as contribuições de Foracchi (1977), abordando a problemática da juventude em suas interfaces com a estrutura social, com a família, com a universidade e com seus grupos políticos de referência, foram fundamentais para o entendimento da condição do jovem nos anos 60, principalmente no que se refere à relação entre essa condição e a participação política no movimento estudantil.

Abramo (1994), em revisão sobre o tema da Juventude, argumenta que vários autores desenvolveram suas pesquisas a partir de noções que foram sendo generalizadas como próprias da identidade juvenil moderna: idéias baseadas na transitoriedade, individualização, ambigüidade, vivência de uma crise, momento de suspensão da vida social, estado natural de revolta, mal-estar da juventude. Tais noções aparecem demarcando a existência de um território próprio, naturalizado, dando visibilidade ao jovem na sociedade. Para a autora, entretanto, a juventude é uma construção sócio-histórica que, diante de um contexto social com o qual não está identificada, desenvolve relações próprias e imprime um conteúdo a sua transição fora das referências institucionais, articulando linguagens próprias.

Também Mische (1997), analisando as tentativas de explicação para a participação política dos jovens, aponta problemas. Um deles é exatamente a utilização “de modelos estáticos e deterministas de influência social. Tais modelos têm várias versões, desde a teoria funcionalista de socialização, que explica o comportamento dos jovens como a internalização de normas pré-concebidas, até análises mais estreitas de classes sociais, que reduzem a ação e os interesses dos jovens à sua posição nas relações de produção” (p. 138). A partir daí, indica a necessidade de instrumentos de análise que sejam capazes de compreender a multiplicidade das experiências e interações sociais, seu dinamismo e suas contingências, permitindo considerar, sobretudo, “as transformações (...) nas *redes inter-pessoais e organizacionais* nas quais os jovens se encontram, e como as estruturas diferenciadas dessas redes influenciam na articulação de *projetos sociais e pessoais*” (Mische, 1997, p.138). É a partir dessa necessidade que gostaríamos de enquadrar a discussão sobre a identidade social.

### 2.3 Enfrentando riscos: identidade feminina e militância

Admite-se que, no processo social de construção da realidade, os papéis masculinos e femininos são, por consequência, também social e culturalmente definidos, sendo que a cada gênero corresponde um código de conduta específico (Rosaldo e Lamphere, 1979; Rocha-Coutinho, 1994; Amâncio, 1994).

Alguns autores apontam as expectativas da cultura ocidental a respeito dos papéis sexuais na interação social, expectativas refletidas em relações que se apresentam não somente como diferentes, mas, sobretudo, como desiguais, evidenciando-se uma posição masculina dominante (Ortner, 1979; Rosaldo, 1979).

Segundo Rocha-Coutinho (1994), no caso das sociedades moderno-contemporâneas, essa assimetria hierárquica emerge em uma perspectiva que incorpora o conflito e o poder nas relações sociais, sobretudo pelo fato desses mesmos elementos estarem inseridos em um quadro mais geral de liberdade e igualitarismo, quadro esse que, aparentemente, busca romper a dicotomia entre público e privado, tão difundida pela ideologia dos tempos modernos. Essa ideologia, segundo Vaitsman (1994), passa a difundir a constituição social das mulheres como indivíduos, fazendo eclodir o conflito entre o individual e o coletivo, conflito característico do que se tem chamado de movimento pós-moderno nas sociedades contemporâneas.

Foi a partir dessa configuração sociocultural que se instalaram, nos últimos anos da década de 1960, os estudos sobre gênero, que procuraram abordar a problemática da diferença entre homens e mulheres, retirando da categoria *sexo* grande parte de seu poder explicativo e promovendo o questionamento dos pressupostos e propostas de universalização da dominação sob a noção de indivíduo (Vaitsman, 1994). Portanto, a categoria *gênero* tornou-se um referencial adequado para uma aproximação da realidade social que se constitui basicamente entre o pressuposto e a existência de uma hierarquia na qual a mulher ocupa uma posição inferior.

Segundo Rosaldo (1979), *gênero* pode ser definido como um modelo que revela as conexões entre relações de produção, processos políticos e concepções populares sobre a “natureza humana”. Para essa autora, a discussão sobre a

participação diferenciada e desigual da mulher na vida social, com os conseqüentes não reconhecimento do seu papel político na sociedade e exclusão dos espaços públicos, não anulam os efeitos políticos de suas atuações nas relações sociais, demonstrando que em momentos de crise abre-se espaço para a ação e concorrência das mulheres no meio social.

Voltando para o Brasil dos anos 60, o que encontramos é uma diferenciação de gênero difundida de acordo com os pressupostos acima discutidos. As mulheres estavam submetidas a um processo de socialização bastante desigual e hierárquico.

Para Vaitsman (1994), várias análises têm buscado estabelecer continuidades e descontinuidades entre as famílias de classe média urbana das décadas de 50 e de 80, analisando comportamentos tradicionais e hierárquicos em relação a outros modernos, individualistas. Como parte do processo de modernização do País, entre certos segmentos das classes médias, a família hierárquica com papéis bem definidos quanto ao gênero e à geração<sup>9</sup> teria dado lugar, sobretudo como ideal, a uma família moderna, havendo uma afirmação do individualismo, transformando aquela família hierárquica em outra família com um modelo mais igualitário, onde os papéis de gênero e geração estariam mais diluídos.

Por outro lado, outras análises apontam que esse processo não tem se dado sem conflitos (Amâncio,1994; Vaitsman,1994; Gianordoli,2000). Apesar dos avanços ocorridos, por exemplo, na valorização e na independência da mulher, os novos caminhos indicam de forma muito tímida uma alteração profunda nos papéis de gênero e na estrutura tradicional da família.

Conforme Vaitsman (1994), a modernização, que engloba a industrialização, o desenvolvimento de atividades educacionais, científicas e tecnológicas e a urbanização, teve implicações decisivas para as modernas divisão sexual do trabalho e construção social de gênero. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, reorganizou-se a partir da industrialização, na separação entre unidade

---

<sup>9</sup> Mannheim (1982) denomina como geração “um tipo particular de identidade de situação, abrangendo ‘grupos etários’ relacionados, incrustados em um processo histórico-social” (p. 73), observando, entretanto, que um dado contexto não afeta da mesma forma todos os indivíduos de um determinado grupo de vivência ou de idade.

doméstica e atividades empresariais. A família privatizou-se com a consequente exclusão das mulheres das práticas que, na construção das sociedades modernas, passaram a ser exercidas numa esfera pública, que, por sua vez, se transformaram em medida de poder, de prestígio, de riqueza e também de cidadania.

Segundo Trigo (1994), um elemento decisivo para a redefinição dessa estratificação de gênero foi a possibilidade de acesso das mulheres a um sistema educacional de segundo e terceiro graus em expansão. Trigo (1994) indica que é possível afirmar que, sob determinado ponto de vista, essa alteração da posição feminina no campo social, com consequentes reflexos nas relações entre os gêneros, ocorreu em interação com outras mudanças sócio-econômicas do período: “as mulheres entraram na universidade porque a classe média teve acesso a ela, verificando-se, portanto, um entrelaçamento das categorias de gênero e classe” (p.92). Assim, essa entrada na universidade pode ser entendida, ao mesmo tempo, como produto e produtora de mudanças nos comportamentos e nos códigos mais gerais de sociabilidade, o que fez com que fossem modificadas também as expectativas familiares e coletivas a respeito do lugar social a ser ocupado pela mulher.

Ainda segundo Vaitsman (1994), no início da década de 1970, as mulheres já constituíam metade da população estudantil do ensino médio (a escolha tipicamente feminina ainda era o Curso Normal). Entretanto,

a geração que entrou para a universidade a partir de meados dos anos 60 foi protagonista de um conjunto de mudanças econômicas, políticas, nos códigos de comportamento e nas relações entre os gêneros, que sinalizavam o esgotamento de certos pressupostos dos anos dourados da modernidade brasileira e a transição para um novo período (p. 68).

A partir da configuração geral dos espaços masculinos e femininos, encontra-se o campo de interação social com sua multiplicidade de planos e possibilidades, espaço de permanente transformação da identidade dos indivíduos. Um espaço como esse se refere a um contexto ordenado por pressupostos individualistas. Para Velho (1994), nesse contexto, essa interação oferece o campo de possibilidades de que dispõem os atores sociais para elaborarem e executarem

seus projetos individuais e coletivos, ficando, assim, recuperados o potencial de transformação da realidade social e o espaço para uma possível negociação na construção de identidades sociais - nesse caso, especificamente a de gênero.

Segundo Ferreira (1996), foi exatamente isso que fizeram as mulheres que militaram contra a ditadura brasileira, pois, ao alterarem sua atitude em relação a sua posição de gênero dentro do sistema sociocultural, também reconstruíram seu papel como atores políticos, em oposição ao código de poder imposto naquele momento.

Abreu (1997) destaca que a juventude revolucionária era formada por um conjunto de pessoas com idades que variavam, no final dos anos 60 e início dos anos 70, entre 14 e 24 anos e que compartilharam e viveram a mesma conjuntura histórica e o mesmo projeto coletivo (a derrubada do regime militar através da luta armada). O que fica claro, conforme indica Abreu, é que junto com o projeto de derrubar o regime também estava o de revolucionar os costumes, os valores e as relações sociais e afetivas, que deveriam ser mais igualitárias. Tais propostas eram partilhadas também por militantes que não participaram desse tipo de luta.

Apesar da grande variação na idade dos militantes, experiências comuns foram compartilhadas, o que, para Abreu (1997), caracteriza uma geração. Militantes mais novos e mais velhos vivenciaram acontecimentos que estruturaram uma época e que forneceram, aos que nela viveram, representações que orientaram comportamentos. Embora compartilhados, os fatos também são vividos diferentemente e, por isso, as intensidades desses mesmos fatos marcam de forma desigual os sujeitos, conforme valores e crenças dos grupos aos quais esses sujeitos pertencem. É nesse sentido que Velho (1989) alerta para a importância de se contextualizar a “*vertente geracional*” do grupo que se pretende estudar. Estariam, segundo ele, em inter-relação influências de dois níveis: a dos grupos mais imediatos e a de um conjunto maior denominado geração (p. 80).

Portanto, nos remetemos ao processo de socialização dos jovens militantes das organizações revolucionárias. Abreu (1997) argumenta que as gerações que os antecederam foram de fundamental importância e ajudaram a formar politicamente os guerrilheiros, tendo o início da socialização política dessa geração ocorrido, em

geral, na própria casa e através das próprias famílias desses jovens. A vida cristã de justiça social e de caridade e as discussões sobre pobreza, igualdade e educação fizeram parte do aprendizado de muitos desses jovens. “A pesquisa com ex-guerrilheiros mostra que uma sensibilidade para problemas sociais e uma opção pela luta contra as injustiças e a miséria no país foram despertadas muito cedo em casa (...)" (Abreu, 1997, p.190). Sendo essas algumas das bases da formação ideológica da época, para o segmento que nos interessa, podemos retomar a discussão sobre as mulheres.

A participação feminina nas organizações militantes pode vir a ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero. Portanto, ainda que menos freqüente, a participação de mulheres nessas organizações não pode ser considerada desprezível.

Consultando os dados de levantamento realizado sobre os réus dos processos judiciais da época, apresentados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, constatamos que em 695 processos que o Estado abriu contra os opositores do regime militar, 88% dos acusados eram do sexo masculino e 12% do sexo feminino (Arquidiocese de São Paulo, 1985).

Outros dados apontados por Abreu (1997) demonstram uma participação feminina ainda maior.

Se tomarmos o levantamento feito em 1970 pelo Estado Maior do Exército (Muricy, 1971) a respeito dos presos à disposição do Exército em todo território nacional observa-se que, de um total de pouco mais de quinhentos presos, 56% eram de estudantes ou pessoas que há pouco tempo haviam deixado a área estudantil. A média das idades dos presos era de 23 anos. O levantamento também mostra que, do total de presos, 20% eram mulheres, sendo que no Rio de Janeiro essa porcentagem atingia 26%, enquanto no Nordeste baixava para 11% e no Sul não ultrapassava 2%. (Abreu, 1997, p. 192)

Ferreira (1996) e Abreu (1997) apontam que a participação minoritária das mulheres na militância era acompanhada pelo fato de que raramente ocupavam lugares de comandos nas organizações. O planejamento das ações, das táticas e as

análises políticas eram tarefas masculinas nas quais as mulheres quase não tinham participação. Abreu (1997) acrescenta que a maioria das militantes eram estudantes, professoras ou tinham qualquer outra formação superior. Integrantes das denominadas camadas médias intelectualizadas, tinham, possivelmente, condições para desempenhar papéis mais destacados nas formulações políticas. Portanto, embora as mulheres tivessem condições intelectuais, faltava a elas condições de gênero.

Ridenti (1990), ao discutir a participação da mulher nos movimentos de guerrilha, indica que a presença feminina nesses movimentos reflete um processo de *libertação da mulher*, na medida em que tais grupos proporcionaram uma contestação à ordem estabelecida em todos os níveis. Entretanto, Ferreira (1996) e Colling (1997) nos mostram que, em nenhum momento dessa participação ficou evidente uma discussão de caráter eminentemente “feminista”. Segundo Ferreira (1996), os pressupostos do movimento feminista só foram absorvidos por algumas dessas mulheres em meados de 1970 (muitas vezes, quando já se encontravam presas).

O mais prudente seria admitir que, no mínimo, a participação das mulheres na militância política contra o Regime Militar deu início ao rompimento delas com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino” (Ridenti, 1990, p. 114).

No entanto, é importante salientar que as motivações que levaram uma minoria de mulheres a se envolverem em um movimento de militância e guerrilha devem ser compreendidas, conforme já foi observado anteriormente, no âmbito de um projeto coletivo orientado para a busca de democratização da sociedade, para uma transformação nas estruturas de poder e de autoridade (Ferreira, 1994).

Velho (1994) discute de maneira ampla e aprofundada a formulação de projetos tanto no nível individual quanto no coletivo e admite que a conjugação de ambos os níveis é um arranjo complexo. A partir dessa discussão, o autor nos leva a pensar a respeito da adesão de cada indivíduo a uma motivação de cunho genérico adicionando, a um projeto social, interesses particulares.

Nesse sentido podem ser consideradas as motivações que levaram jovens a aderirem a um projeto que consistia, na década de 60, na transformação da sociedade pela instauração da justiça social. Em função das diversas mudanças políticas e da intensificação da repressão, alinha-se ao projeto inicial um outro projeto, o da luta armada como forma de manter as condições para a ação transformadora da sociedade.

Aliada às conseqüências que algumas ações em busca da realização de um projeto social alcançaram (clandestinidade, prisão, tortura, exílio) o que se viu foi uma nova forma de vida a exigir dos militantes ajustes extraordinários à sua realidade, principalmente no que diz respeito ao seu desaparecimento do “mundo legal”, que, de acordo com a literatura, foi o primeiro passo que muitos jovens tiveram que dar na desesperada luta pela sobrevivência naquele contexto. Tais ajustes relacionaram-se necessariamente a um constante processo de construção de identidades, o que é uma das características principais do tipo de sociedade na qual se inseriam as organizações de esquerda.

Segundo Velho (1994), na complexidade da vida urbana contemporânea, o ator social participa de diferentes níveis de realidade, experimentando constantemente os processos de fragmentação e de diferenciação que marcam essa forma de vida social, possíveis em função do seu *potencial de metamorfose*, sem que com isso haja uma desestruturação de sua identidade.

A metamorfose de que falo possibilita, através do acionamento de códigos associados a contextos e domínios específicos - portanto, a universos simbólicos diferenciados -, que os indivíduos estejam sendo permanentemente reconstruídos. Assim, eles não se esgotam numa dimensão biológica-psicologizante, mas se transformam não por volição, mas porque fazem parte, eles próprios, do processo de construção social da realidade (Velho, 1994, p.29).

Nesse ponto, gostaríamos de recuperar alguns dos sentidos atribuídos ao conceito de identidade. Conforme definida por Pollack (1992), em “seu sentido mais superficial”, identidade pode ser entendida como a “imagem de si, para si e

para os outros” (p.204). Para a constituição da identidade são necessários alguns elementos, como a noção de pertencimento ao grupo, a percepção de continuidade do indivíduo no tempo e no espaço e a noção de coerência, ou seja, a noção de que diferentes elementos estão unificados no indivíduo. Tais elementos também podem ser entendidos como vinculados à identidade social, pois ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de transformações relacionadas ao contexto no qual vivem o sujeito e o seu grupo.

É para essa interação que Iñiguez (2001) chama a atenção. Embora a singularidade, a unicidade e até a exclusividade pareçam ser características imprescindíveis do que costumamos chamar de identidade, que, sem dúvida, apresenta certo caráter de continuidade e reconhecimento de si mesmo ao longo do tempo, por outro lado não podemos deixar de admitir que a temporalidade identitária reproduz a tensão dialética entre o igual e o diferente, a continuidade e a descontinuidade, a unicidade e a multiplicidade. Portanto, à identidade relacionam-se as vivências que se dão em meio às múltiplas relações sociais na pluralidade dos grupos sociais. Logo, “por oposição e complementaridade à identidade pessoal se fala comumente de identidade social” (Iñiguez, 2001). A identidade social remete à experiência grupal, ao nós, e, consequentemente, aos vínculos ou, segundo esse autor, para nos expressarmos em uma linguagem mais contemporânea, “às redes”. (p.210).

Nessa direção, Costalat-Founeau (1997) nos apresenta a identidade como parte da interação entre aspectos objetivos e subjetivos da sociedade. Assim, ela se constrói continuamente no processo de integração social iniciado com a socialização. Tal processo possibilita ao sujeito a construção das noções de coerência e de unidade do mundo social ao qual pertence, propiciando que ele se insira na realidade social repleta de complexidade, conflitos e incertezas que influenciam a interação social. A identidade remete, então, a uma construção social repleta de práticas, experiências e representações que têm a finalidade de manter os valores sociais. Portanto, ela pode ser entendida como um interminável processo de formação que se dá na interação do indivíduo com valores sociais em constantes transformação e negociação.

Mische (1997), ao discorrer sobre a noção de identidade, apresenta críticas dirigidas atualmente ao termo, argumentando que ele realmente apresenta “dificuldades teóricas”, principalmente relacionadas ao próprio termo, pelo fato de não ter permitido a conciliação das “pressuposições estáticas, categóricas e substancialistas **da palavra** com uma visão dinâmica, processual e interativa” (p. 138, grifo nosso), de uma perspectiva que propõe “um conceito de identidade como focalizador de projetos”, através do qual seja salientado o “processo fluído e contigente da formação das identidades na interação entre o ‘ciclo de vida’ da pessoa, a participação no movimento e as mudanças históricas da época” (p.139).

Hall (2000) também enfatiza que, nos últimos anos, o conceito de identidade tem sido duramente criticado. “Está-se efetuando uma completa desconstrução das perspectivas identitárias em uma variedade de áreas disciplinares, todas as quais, de uma forma ou de outra, criticam a idéia de uma identidade integral, originária e unificada” (p. 103). Buscando apresentar os impactos sofridos pelo conceito, decorrentes do ataque de diversas áreas, entre elas a da crítica feminista, Hall admite que a identidade resiste como “uma idéia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (p. 104). Assim, propõe uma concepção na qual as identidades encontram-se cada vez mais “fragmentadas e fraturadas”, sendo

multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos (...). Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (Hall, 2000, p. 108-109).

Hall também chama a atenção para o fato de que “as identidades podem funcionar, ao longo de toda sua história, como pontos de identificação e apego

apenas *por causa* de sua capacidade de excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto” (2000, p.110).

Tal reflexão se aproxima da análise de Souza (2004; 2005) sobre o binômio exclusão/violência social mediado pela identidade social. Segundo o autor, freqüentemente os processos de exclusão e violência se estabelecem na seguinte relação: a violência é produtora de exclusão, a exclusão pode ser entendida como uma forma de violência. No que tange à mediação pela identidade social, Souza (2005) retoma a perspectiva desenvolvida por Tajfel, segundo a qual: “as identidades sociais são compreendidas (...) também como processo e são elaborações possíveis apenas no jogo de relações intergrupais que, ao mesmo tempo, resultam de e implicam sempre em comparações e categorizações sociais, sejam elas positivas ou negativas” (p.1). Destacando ainda que as identidades sociais devem ser compreendidas como processos em constante mudança, como já destacava o próprio Tajfel (1983), caracteriza a identidade como “um processo múltiplo e ambíguo, que pode ser compreendido como sendo uma das bases tanto para a emergência de conflitos e de violência quanto para a luta contra a violência” (Souza, 2005: 02)<sup>10</sup>.

No entanto, no mesmo artigo, Souza salienta que os estudos sobre identidade social nessa perspectiva têm ocupado um lugar marginal na Psicologia Social produzida no Brasil, apontando que alguns dos possíveis fatores para tal situação relacionam-se:

- 1) à difusão de idéias ultrapassadas, e preconceituosas, que não se aplicam a qualquer objeto de investigação e, por consequência nem aos estudos sobre identidade, onde a principal talvez seja a idéia de que as identidades são completamente fixas; 2) à uma resistência que pesquisadores e teóricos apresentam, a perceber qualquer importância na estabilidade (...); 3) à ignorância de que, do ponto de vista lógico, só podemos falar em mudança ou transformação em relação a uma realidade que apresenta certa estabilidade e que, em última

---

<sup>10</sup> Em outro texto, o autor discute a possibilidade das identidades sociais também serem a base que estimula ações afirmativas (Souza, 2004).

instância, estabilidade e transformação formam uma unidade (Souza, 2005, p. 02).

As colocações de Hall (2000), Iñiguez (2001) e Souza (2005) nos levam a pensar que o conceito de identidade, embora passível de uma série de críticas, algumas não consistentemente fundamentadas, é um conceito importante para Psicologia Social, uma vez que pode contribuir para a compreensão da complexidade existente na dinâmica das interações sociais nas quais se enreda o sujeito.

Para Iñiguez (2001), a perspectiva de Tajfel foi capaz de inserir, no contexto de uma Psicologia Social individualista e de escassa relevância social, uma teorização que direciona o entendimento de processos admitidos como estritamente cognitivos, como a categorização e a diferenciação, rumo a uma compreensão na qual a dinâmica é eminentemente sócio-cognitiva.

De acordo com Tajfel (1982), todos nós temos necessidade de integridade e de respeito por nós mesmo e derivamos tal respeito da nossa filiação a certos grupos que são importantes para nós. Porém, segundo o autor, como os grupos não existem no isolamento social, a única maneira de atribuir valores positivos ao seu próprio grupo é através da sua comparação com os outros.

Os processos subjacentes às formas como ele (o grupo) se compara a outros grupos são cruciais para a forma como os seus membros o definem. Estas noções comparativas que os indivíduos constróem sobre o grupo, ou grupos a que pertencem, contribuem, por sua vez, para alguns importantes aspectos da definição de si próprios e da sua influência social (Tajfel, 1983, p.189).

Nesse sentido, Tajfel (1982) discute a importância que os grupos sociais apresentam quando concebidos como imersos em uma complexa e ampla estrutura de várias categorias sociais, categorias essas que são percebidas pelos indivíduos em termos de uma variedade de configurações, como as de poder, de prestígio, de maioria-minoria, de mudança, de flexibilidade ou de rigidez, das fronteiras dos grupos. Estabelece-se então uma relação entre o auto-conceito do indivíduo e sua

identidade social, que se dá através de um processo de comparação social intergrupal.

Logo, Tajfel (1983) define a identidade social de um indivíduo como composta por três fatores:

[1] o conhecimento que ele [indivíduo] tem de que pertence a determinados grupos sociais, juntamente com [2] o significado emocional e [3] de valor que ele atribui a essa pertença (p. 294).

Portanto, para Tajfel, o sentimento de pertença a um determinado grupo é um processo complexo no qual estão envolvidos componentes cognitivos, avaliativos e emocionais em interação mútua, podendo, conforme a situação, prevalecer um desses componentes. Portanto, já que a intensidade de seus componentes varia de acordo com o contexto das próprias relações inter-grupais, a pertença grupal não pode, também por esse motivo, ser considerada estática. Pertencer a um grupo implica compartilhar crenças, atitudes e, consequentemente, viver relações permeadas por uma carga valorativa e por percepções sobre a diferenciação do próprio grupo em relação aos demais, o que se dá em função da categorização social. “A categorização social é o processo através do qual se reúnem os objetos e acontecimentos sociais em grupos que são equivalentes no que diz respeito às ações, intenções e sistemas de crenças do indivíduo” (Tajfel, 1983, p.289-290).

Ao se referir à inter-relação entre imagem de si e imagem do grupo, Jodelet (2001) argumenta:

o engajamento e a implicação emocional com relação ao grupo ao qual pertencemos conduzem a nele investir sua própria identidade. A imagem que temos de nós próprios encontra-se, assim, ligada àquela que temos de nosso grupo, o que nos conduz a defendermos valores deles. A proteção do nós, incitaria, portanto, a diferenciar e, em seguida, a excluir aqueles que não estão nele (p. 61).

Entretanto, é importante considerar que os indivíduos estão sempre inseridos em múltiplas e diferentes categorias sociais (gênero, etnia, classe, profissão), o que indica que vários grupos possuem limites imprecisos e a inclusão de um indivíduo neles pode se dar, por exemplo, inclusive, pela semelhança física entre esse indivíduo e os membros do grupo.

Tajfel (1983) também chama atenção para o fato de que o sentimento de pertença a um determinado grupo está fortemente relacionado à capacidade que esse grupo tem de promover e manter a auto-estima positiva desse indivíduo, bem como garantir a satisfação das suas necessidades quando essas estão vinculadas diretamente ao grupo. Entretanto, como apontou Jodelet (2001), nenhum grupo é capaz de satisfazer totalmente as necessidades de um indivíduo. Assim, integramos vários grupos a fim de tentar alcançar o que consideramos relevante para nossa auto-estima e para a realização das tarefas cotidianas.

Quanto ao sentimento de pertença, sua intensidade vai estar diretamente condicionada à existência de situações de conflito inter-grupos:

As situações sociais que obrigam os indivíduos envolvidos a agir segundo sua pertença de grupo também acentuam neles certas identificações de grupos que antes não tinham grande significado para eles, ou talvez criem mesmo ou despertem pertenças de grupo antes adormecidas ou só potenciais (Tajfel, 1983, p. 272).

Baseado na perspectiva de que o sentimento de pertença não se dá somente em situações objetivas de pertencimento, Souza (2004) argumenta que a identificação com grupos considerados marginais, conduzindo assim à possibilidade de que laços de solidariedade venham a ser estabelecidos, é fator fundamental para ações afirmativas que possam funcionar como ações de “contrapoder, em defesa de grupos excluídos socialmente e moralmente, e que nesse sentido, contribui para a reafirmação de direitos e para o resgate da cidadania” (p. 67). Portanto, os mesmos processos de categorização social e de identificação podem estabelecer tanto formas de exclusão quanto de inclusão, possibilitando a união de grupos em torno de forças progressistas e afirmativas.

Segundo o autor, “assim como as identidades, a violência e a exclusão são metamorfoses, principalmente nas culturas miscigenadas como a nossa, onde a diversidade de interesses sociais é considerável” (Souza, 2005, p. 03).

Para exemplificar a metamorfose a que se refere, o autor toma como referência as mudanças que ocorreram no âmbito da violência praticada pelo Estado brasileiro durante o processo de abertura política.

Até o final dos anos 70 o grupo ‘inimigo’ do Estado possuía uma identidade muito clara: era aquele constituído pelos chamados terroristas, subversivos ou guerrilheiros (...). O Estado estava empenhado em literalmente aniquilar o “grupo inimigo”. A razão (...) parece óbvia: estes grupos questionavam as características e a força do estado autoritário e tentavam produzir a sua desestabilização. Nos anos 80 (...) as forças repressivas do Estado se dirigiram principalmente contra a classe operária. Pouco tempo depois, após uma verdadeira campanha de insegurança (...), as mesmas forças repressivas se deslocaram novamente, passando a perseguir, deter e, muitas vezes executar, os pobres envolvidos na baixa criminalidade. O exemplo estaria incompleto se não revelasse que o grupo de guerrilheiros, os operários e os ‘novos perseguidos’ também possuíam um grupo inimigo bem definido: o estado autoritário, seus representantes e seus agentes [a polícia, por exemplo] se constituíam em um “outro”, portador de características que deveriam ser combatidas de alguma maneira, o que revela um precioso jogo de relações intergrupais<sup>11</sup> (Souza, 2005, p. 04).

Como vimos acima, a possibilidade de se engajar em um projeto, seja coletivo ou individual, confere sentido e orientação às intenções dos indivíduos, traçando suas trajetórias e organizando suas identidades (Velho, 1994). Os jovens e os demais brasileiros que optaram pelo engajamento no projeto revolucionário de esquerda, por acreditarem estar a possibilidade de transformação da realidade de seu país condicionada à derrocada do regime militar, tiveram subitamente suas

---

<sup>11</sup> O autor destaca que entende “por baixa criminalidade a prática de pequenos delitos, geralmente envolvendo furto ou roubo de objetos de reduzido valor econômico” (p.04).

propostas estancadas. Com isso, encontraram-se frente à necessidade de redefinição de suas identidades e de suas auto-imagens: de agentes de transformação social passaram a vítimas das estratégias da repressão militar. Tal processo iniciou-se com os acontecimentos repressivos do ano de 1968 e estendeu-se aos anos setenta (Valle, 1999; Abreu, 1997).

Conforme nos falam Ferreira (1996) e Catela (2001), o processo de construção da identidade não foi interrompido, mas as condições nas quais ele continuava se dando colocaram os que viveram essa situação à beira de uma espécie de vazio existencial e social. As autoras apontam que, aos que sobreviveram, resta o recurso da construção da memória sobre esse período, pelo resgate de suas lembranças e, com elas, de suas identidades.

Assim, através dos depoimentos das mulheres que entrevistamos, esperamos estar dando continuidade e expansão a um processo singular de redefinição de identidades. Nesse processo, as ex-militantes surgem como agentes históricos e sociais que possuem como referência um dado grupo, participando de um determinado projeto coletivo. Sujeitos com biografias próprias em construção, que fizeram escolhas e sofreram suas consequências<sup>12</sup>.

### **3- OBJETIVOS**

- a) Identificar e descrever, segundo seus próprios depoimentos, as motivações e causas que levaram mulheres a participarem na militância política contrária ao Regime Militar no Brasil.

---

<sup>12</sup> Finalizando essa seção introdutória, gostaríamos de salientar que admitimos que as categorias identidade social e memória social estão entrelaçadas (Halbwachs, 1990; Jodelet, 1998; Pollak, 1992; Jedlowski, 2001; D'Allesio, 1998). No entanto, optamos conscientemente pela utilização quase que exclusiva da primeira, pois entendemos que ela, por si só, pode oferecer possibilidades interessantes de compreensão da situação a ser analisada.

- b) Identificar e descrever as funções e atividades, vinculadas a essa militância, exercidas por essas mulheres.
- c) Avaliar os aspectos facilitadores e restritivos, relacionados ao fato de serem mulheres, para o desempenho das funções relativas à militância.
- d) Identificar e descrever a significação da participação dessas mulheres na ação política e na luta contra o regime autoritário.
- e) Avaliar os reflexos dessa participação em sua inserção em outros grupos sociais, como família, amigos e trabalho, entre outros, no período em que participavam da militância.
- f) Identificar e descrever, através dos relatos sobre as trajetórias individual e coletiva dessas mulheres, possíveis reflexos da sua participação na militância para a construção de uma identidade feminina que começava a ser desenhada nos anos 60.
- g) Avaliar como esse processo contribuiu para a formação da identidade atual dessas mulheres.

Estes são, portanto, os aspectos principais que este trabalho pretendeclarear, tentando acompanhar a reconstrução de um período recente da história brasileira através dos relatos de quem participou dessa história, e foi, assim, por ela modificada.

## **4- MÉTODO**

### **4.1 O contexto da pesquisa**

Pretendemos apresentar nesse trabalho as experiências de vida de mulheres que, através da participação em organizações de esquerda, se opuseram à ditadura militar brasileira. A reconstituição das trajetórias de vida dessas ativistas políticas se deu a partir da elaboração dos dados recolhidos em entrevistas individuais. Portanto, consideramos conveniente fornecer algumas informações sobre aspectos relacionados à realização dessas entrevistas. Por se tratarem de tópicos algumas vezes relacionados à vivência do pesquisador em situações que envolvem também elementos emocionais, me permitirei, nessa seção, o uso alternado do discurso no singular e no plural.

Sendo de uma geração mais recente que a dessas mulheres, não me considerava, por isso, em condições de partilhar com elas sentimentos e sensações que pudessem fazer com que se sentissem compreendidas em seus relatos. Ainda não me sentia suficientemente familiarizada com o espírito da época, na medida em que é difícil alguém se sentir familiarizado com um tema tendo dele somente informações indiretas (material bibliográfico, mídia televisiva e comentários sobre o período).

Após longas, e imprescindíveis, conversas com um ex-militante sobre o cenário do movimento estudantil no Estado do Espírito Santo, estava certa de que necessitava me aproximar dos códigos culturais daquele período. Iniciei essa aproximação através de uma pesquisa no jornal local de maior circulação da época, escolhendo o ano de 1968 para obter informações sobre o movimento estudantil local. Esse acesso às notícias do período me deu alguma segurança para iniciar os contatos com as ex-militantes: conheci o roteiro das passeatas, os nomes das principais lideranças, os prédios da universidade onde aconteciam assembléias, o local onde se reuniam os estudantes, as disputas estudantis entre secundaristas e universitários e, principalmente, como se posicionavam os editoriais da época em relação ao movimento estudantil. Reaprendi a olhar e a me movimentar em uma cidade que já não é a mesma, redescobri lugares. Após os primeiros contatos com as ex-militantes, outros elementos também foram obtidos em reuniões de confraternização entre essas mulheres.

Em encontros solicitados por elas, reuni-me informalmente com dois grupos de mulheres: um dos grupos formado por aquelas que militaram juntas até 1968, mulheres com as quais, coincidentemente, fiz o contato primeiro; o segundo grupo composto pelas que militaram juntas em 1971, mulheres que me foram indicadas a partir da reunião com o primeiro grupo. Tive, ainda, acesso a documentação e a ricos arquivos pessoais, que contribuíram para a contextualização do período e para uma maior familiaridade com as trajetórias pessoais das que seriam entrevistadas. Sobretudo, as informações recuperadas nessas fontes ganharam vitalidade na narrativa das trajetórias de vida e na interação que se estabeleceu entre as entrevistadas e a entrevistadora. Esclareço que, ainda que admitida a importância desse material, nenhuma dessas fontes de informações foi sistematicamente analisada.

Todos esses contatos e informações revelaram um campo estimulante para a coleta de dados, estimulante por se caracterizar como dinâmico, contraditório e imprevisível.

De forma geral, o confronto do conteúdo das diferentes entrevistas produziu um diálogo de outra ordem, que recriou a trajetória coletiva de um grupo historicamente datado, trajetória esta que pôde ser fortalecida e reconstruída por cada uma das participantes e pelo próprio grupo das mulheres nas confraternizações. Foi na tensão entre as duas dimensões dos relatos que o procedimento revelou o quanto essa experiência tinha sido valiosa para essas mulheres na construção e na elaboração de suas identidades, ao mesmo tempo em que elas próprias, com suas lembranças, são valiosas para o registro histórico.

A primeira decisão que tomamos no estudo realizado referiu-se ao número de sujeitos com os quais estaríamos trabalhando e aos critérios uniformizadores que estabeleceríamos. Um trabalho de tal natureza e com características tão específicas de aprofundamento nos levou inevitavelmente a realizar uma Análise Qualitativa dos dados, e, para isso, precisamos de um conjunto de relatos que atendesse aos nossos objetivos. Portanto, os dados apontados pela literatura consultada indicaram uma preocupação inicial: teríamos mulheres dispostas a

contar suas trajetórias? De fato, eu já havia sido alertada para esse aspecto da pesquisa.

Ferreira (1996) e Colling (1997) apontaram algumas dificuldades no acesso à obtenção dos dados de seus trabalhos, indicando que alguns sujeitos não conseguem colaborar em função do desgaste emocional gerado pelo processo de rememoração.

Baseamo-nos em alguns elementos que Ferreira (1996) descreve em seu trabalho e que, segundo ela, facilitaram o seu acesso aos sujeitos. O primeiro elemento foi a necessidade de flexibilização dos aspectos uniformizadores que formam o perfil das mulheres. Portanto, nos preocupamos apenas em buscar mulheres que participaram de organizações que possuíram claramente uma posição de resistência ao regime militar, no período entre 1964 a 1985, priorizando sujeitos que participaram da militância política no Estado do Espírito Santo. Afinal, um de nossos interesses é contribuir para o registro histórico e para uma possível memória social sobre o período no Estado. A opção por um grupo pouco homogêneo em suas experiências se deu a partir da constatação, apontada por Ferreira (1996), que inicialmente tinha a intenção de obter um grupo bastante homogêneo em sua pesquisa, de que tal homogeneidade não seria nem possível nem necessária. Segundo ela,

A necessidade de relativizar (...) critérios surge no momento em que o campo da pesquisa revela seu caráter multifacetado e fragmentário, pela própria natureza da organização dos grupos militantes - o que não permite um perfil único para o conjunto - e também pela própria condição do relato individual, com a visão pessoal de cada experiência. (...) Outros limites se impuseram, exigindo uma adequação do material a ser pesquisado a certos constrangimentos de ordem prática (p. 16).

Tendo em vista as dificuldades apontadas pela literatura para a obtenção do contato com os sujeitos, nossa primeira preocupação foi iniciar esse processo a fim de que pudéssemos claramente afirmar a viabilidade de nossa proposta de trabalho. Fomos à busca dos sujeitos e, seguindo um segundo elemento/orientação apontado

por Ferreira (1996) e também por Catela (2001), o contato inicial com as ex-militantes foi realizado através da intermediação de um conhecido comum dos sujeitos e da pesquisadora, colaborador que se interessou pela proposta do trabalho e se prontificou a reunir nomes e, comunicando-as com antecedência sobre a proposta da pesquisa, fornecer os contatos.

A partir daí, seguimos a orientação de Ferreira (1996) em relação à dinâmica dos contatos e dos encontros com os sujeitos, permitindo que minha entrada no campo se desse através de “uma súbita imersão total” (p. 87).

Para nossa surpresa, ficou evidente a vontade que as mulheres tinham de colaborar, apesar do esforço que isso exigiria e do sofrimento que suas recordações provocariam. Algumas deixaram claro tal esforço em função de nunca terem falado sobre o assunto nem mesmo com filhos ou familiares, não garantindo que conseguiram realizar a entrevista. No entanto, todas se dispuseram a entrar em contato com amigas que haviam sido presas na mesma época ou militado no mesmo período, sendo que alguns contatos foram feitos sem que essas mulheres convivessem umas com as outras atualmente, chegando a estarem separadas há vinte anos.

Os primeiros contatos que estabelecemos foram por telefone ou por e-mail. Desses contatos surgiu o interesse, por parte de algumas participantes, de realizarem um encontro entre as mulheres que fariam parte da pesquisa, a fim de rememorarem o período e seus acontecimentos e promoverem uma aproximação gradual e coletiva das experiências vividas, o que provavelmente facilitaria a realização das entrevistas individuais. Entretanto, meu objetivo principal foi reaproximar as mulheres militantes e esclarecer a proposta da pesquisa. Por fim, tal encontro acabou sendo também de fundamental importância para a composição dos objetivos do trabalho, já que foi possível mapear os tópicos e temas relevantes para o grupo e observar a interação entre seus participantes.

Em função da insistência de uma das participantes, um primeiro encontro foi realizado em outubro de 2002, com a participação das mulheres com as quais havíamos nos comunicado até aquele momento (06). Esse primeiro encontro foi importante para a adesão das mulheres ao trabalho. Algumas delas, quando do

contato inicial, informaram que não se sentiam preparadas para falar sobre o período, se dispondi, entretanto, a se encontrarem com as demais participantes. Para minha surpresa, identificamos, durante o encontro, mulheres que militaram em períodos e grupos diferentes. Portanto, estavam reunidas naquele momento: 04 mulheres que pertenceram à mesma organização e participaram mais ativamente da militância no período de 1964 a 1968, ano em que algumas delas foram presas; e duas mulheres que pertenceram a uma outra organização e iniciaram a sua militância em 1971. Logo, nem todas as participantes se conheciam pessoalmente. Até o momento do encontro, aquelas que iniciaram a participação política em 1971 só conheciam das militantes do período anterior os nomes. Essa descoberta trouxe ao grupo reunido uma grande satisfação, pois perceberam as ligações que existiam entre suas trajetórias.

O clima do encontro surpreendeu pelo saudosismo e pela alegria que invadiram o grupo. Foram rememorados momentos, ações, estratégias e pessoas, me permitindo contato com os códigos daquelas mulheres e aproximando a pesquisadora dos sujeitos. Foi se constituindo, assim, uma relação de cumplicidade e de respeito mútuos, relação que contribuiu para a coleta de dados individuais à medida que o contato entre as partes foi se estreitando ao longo do tempo, tendo propiciado, inclusive, a indicação de mais 06 mulheres até então não contatadas. A partir desse encontro, todas se interessaram em disponibilizar arquivos pessoais, reportagens da época, cartas que escreveram ou receberam antes e depois da prisão. Depois desse encontro, uma das mulheres que se mostrava mais resistente à entrevista foi a primeira a marcá-la.

O segundo encontro se deu em julho de 2003, a pedido de uma das entrevistadas do grupo de militantes de 1971, entrevistada que reside atualmente fora do estado e não se encontrava com algumas de suas companheiras havia aproximadamente vinte anos. Foi uma confraternização com igual emoção, repleta de memórias felizes, retratos e um clima de total fraternidade entre essas mulheres, que cantaram seus hinos da prisão e me trataram como se fôssemos já antigas conhecidas. Participaram desse encontro sete mulheres, das quais 05 pertenceram à mesma organização partidária clandestina e estiveram presas juntas em 1972 (essas

05 mulheres compõem o segundo grupo de entrevistadas para essa pesquisa). As outras duas participantes estiveram presentes nas trajetórias das mulheres desse grupo, mas não tiveram ligações diretas com as organizações de esquerda, motivo pelo qual suas entrevistas não foram incluídas na análise dos dados. Dentre as cinco mulheres que compõem o segundo grupo de sujeitos da pesquisa, duas participaram da primeira reunião, o que proporcionou o contato com as demais e a realização deste segundo encontro, garantindo, assim, também a participação dessas últimas no presente trabalho.

A demonstração da intensa afetividade entre elas nesses dois encontros e a total novidade daquele mundo para mim provocaram um atordoamento que me perseguiu por alguns dias. Aliada à ansiedade causada pela quantidade de informações, rostos e emoções senti despontar uma mistura de realização e de medo, gerados pelo desafio e pela responsabilidade que eu pressentia existirem em relação ao campo, que ganhara, finalmente, contorno de realidade.

A realização destes encontros foi de extrema importância para a obtenção das primeiras informações à medida que me aproximou das memórias coletivas e me introduziu no universo do grupo, me tornando, por um período de tempo, o contato entre as amigas.

A partir desses encontros, e à medida que fui realizando as entrevistas individuais, passei a freqüentar a casa de algumas das entrevistadas, conhecendo seus familiares, participando de eventos pessoais e possibilitando, o que muito me orgulhou, o encontro entre filhos de militantes que não se conheciam pessoalmente, mas que partilhavam de memórias comuns de infância.

Até aqui, minha intenção foi descrever o contexto no qual a pesquisa foi se consolidando como realizável. Portanto, inicio agora a apresentação dos sujeitos entrevistados. Posteriormente, descreverei como se deu o processo de aproximação pesquisador-sujeito e como essa aproximação contribuiu para o desenvolvimento das entrevistas individuais.

## **4.2 Os sujeitos**

Foram estabelecidos *a priori* alguns critérios norteadores da seleção das mulheres a serem entrevistadas, tanto em função da perspectiva teórica, quanto das possibilidades concretas de obtenção de dados para uma análise qualitativa. Os critérios definiam que fariam parte da amostra mulheres, capixabas ou não, que tivessem participado ativamente de algum movimento de oposição ao regime militar, entre 1964 e 1985, e esta militância deveria ter acontecido no Estado do Espírito Santo.

O grupo de entrevistadas foi composto por nove mulheres, com faixa etária entre 48 e 58 anos. Todas são profissionais liberais bem colocadas no mercado de trabalho (algumas são funcionárias públicas que atuam, por convicção pessoal e compromisso ético, junto à população carente), fizeram parte do movimento estudantil secundário e/ou universitário e participaram de organizações que possuíram claramente uma posição de resistência ao regime militar no Estado do Espírito Santo no período entre 1964 a 1973.

Todas as ex-militantes contatadas se mostraram interessadas em participar após a leitura do projeto de pesquisa e posterior conversa sobre os objetivos do trabalho, chegando a mencionar que já haviam se recusado a falar de suas experiências anteriormente, principalmente para profissionais de gerações mais jovens que as suas, por acharem que não tinham conhecimento e vivência suficientes para compreenderem e alcançarem o que significou subjetivamente viver em tempos sombrios como os da Ditadura. No entanto, manifestaram certa satisfação ao saberem que pesquisadores de gerações posteriores às suas se interessavam em pesquisar a vida de pessoas comuns, que se dedicaram a uma causa coletiva, sendo esse um dos motivos pelos quais se dispuseram a colaborar com uma pesquisa acadêmica, que segundo elas, se destinava às jovens gerações. Logo, alguns elementos que caracterizavam a pesquisa foram fundamentais para a adesão das participantes ao trabalho, como: o conhecimento das propostas/objetivos do trabalho, a vinculação do mesmo a um programa de pós-graduação e a imersão que eu realizava no campo. De todos os primeiros contatos realizados apenas um não se concretizou em entrevista individual, por desavenças

ideológicas e políticas que se mantiveram, após o período de militância, entre essa ex-militante e as outras entrevistadas.

#### **4.3 Procedimento de coleta de dados**

A coleta foi realizada em etapas, conforme a disponibilidade dos sujeitos. As entrevistas foram agendadas e realizadas entre novembro de 2002 e janeiro de 2004. Todas foram gravadas após consentimento por escrito assinado pelas entrevistadas (modelo no Anexo 5). Com algumas entrevistadas, conversei informalmente antes que a entrevista gravada fosse realizada, procurando criar condições pessoais e emocionais que facilitassem o contato com as lembranças. O tempo de gravação das entrevistas variou de quatro a doze horas, respeitando sempre a disponibilidade de cada sujeito. Algumas preferiram realizar toda a entrevista de uma só vez, chegando a cerca de dezesseis horas o tempo máximo de contato entre pesquisadora e entrevistada. Outras entrevistas foram realizadas em dias intercalados, ocorrendo, em um caso, quatro encontros com duração de três a cinco horas cada um.

As entrevistas individuais foram orientadas por um protocolo semi-estruturado que serviu de referência sobre as temáticas que deveriam compor a entrevista, não havendo nenhum compromisso em seguir uma ordem específica ou cronológica nos relatos. O principal objetivo da entrevista foi permitir que as mulheres falassem de suas trajetórias de vida, enfatizando a socialização política que tiveram da infância à vida universitária, quando em geral atuaram como agentes político-sociais em uma militância organizada. A partir daí, solicitamos que avaliassem os reflexos dessa militância em seus desenvolvimentos pessoais.

As entrevistas foram realizadas em locais escolhidos pelas entrevistadas, que tinham total liberdade para escolher também o momento em que estivessem mais bem preparadas. Sete delas escolheram suas residências. As entrevistas realizadas entre o fim de 2003 e o início de 2004 ocorreram nesse período por opção das entrevistadas, que alegaram necessidade de um tempo maior para se reaproximarem das experiências do período. Aquela que manifestou inicialmente a maior dificuldade em reaver sua trajetória de militância, considerando o período da

ditadura um ‘tabu’, se empenhou inteiramente no trabalho: foi a primeira a realizar a entrevista individual, tornando-se aquela com quem eu passaria a ter uma relação especial de trabalho. Mais tarde, me convidou para um evento familiar, evento no qual me foram apresentados todos os seus familiares e, inclusive, algumas amigas de faculdade que partilharam os momentos difíceis ao seu lado. Uma das ex-militantes que reside atualmente fora do Estado me recebeu atenciosamente em seu escritório, em meio a uma agenda lotada de atividades, desculpando-se por, naquele momento, só dispor de cerca de uma hora e meia para me atender. A entrevista se estendeu por cerca de quatro horas, tendo ela que cancelar, por sua própria iniciativa, parte dos seus afazeres agendados para aquele período. Ao final da entrevista, declarou que, em meio à nossa conversa, entendeu a profundidade dos objetivos do trabalho, ao perceber que eu buscava muito mais do que simples informações.

Ao me deparar emocionalmente com uma certeza objetiva, que elas mesmas já tinham apontado em uma das reuniões grupais, a de que as transformações desencadeadas pela geração dessas mulheres facilitaram muitas das variadas escolhas disponíveis à minha geração, não foi possível amenizar o impacto que seus depoimentos tiveram sobre mim. De fato, Ferreira (1996) tem toda razão quando afirma a impossibilidade de separar a pesquisadora da mulher quando em meio a um trabalho que, por ser muito mais que um processo informativo e de rememoração, aproxima os sujeitos e os transforma.

Tendo consciência dessa situação, foi-me necessário um exercício constante para discernir, a cada momento das entrevistas, qual desses dois aspectos (aproximação e transformação) predominava, sendo obrigada a um esforço contínuo de distanciamento do que eu própria, ao mesmo tempo espectadora e participante do processo, vivia. Segundo Ferreira (1996), esse esforço é um procedimento comum e necessário na prática da pesquisa antropológica, da qual os procedimentos que usamos se aproximam, em que o pesquisador está em contato contínuo, direto, pessoal e intenso com o seu objeto de pesquisa.

Após a primeira entrevista, essas características da relação pesquisadora-entrevistada ficaram claras para mim. Reconhecer essas características não me

impediu, entretanto, de sair esgotada das entrevistas após horas contínuas de atenção incondicional às mulheres e às suas trajetórias. Passava, depois desses encontros, cerca de um ou dois dias sem conseguir pronunciar uma palavra a respeito das situações, “assentando” as minhas experiências e “digerindo” a delas. Busquei, assim, “construir e manter o distanciamento necessário na abordagem tanto do trabalho de campo como no da elaboração das conclusões sobre ele, para evitar resultados meramente ‘impressionistas’ ou naturalizados” (Ferreira, 1996, p.81). Por outro lado, a literatura me alertou para o fato de que esse distanciamento nunca é fácil e nem tampouco plenamente alcançado, principalmente quando em condições de observação ‘sobre si mesmo’. Além disso, tal interação não pode ser confundida com uma prática que busque a “objetividade pura” ou a “imparcialidade”, aspectos ilusórios em procedimentos dessa ordem.

É importante salientar, conforme indica Romanelli (1998), que a entrevista não é somente um instrumento metodológico. Ela caracteriza, sobretudo, a relação de troca presente no processo de pesquisa, não podendo ser, portanto, entendida apenas como um processo de apropriação do outro. Nesse sentido, a entrevista foi encarada, com base na perspectiva antropológica, como um processo de construção de dados sobre

experiências diversas dos sujeitos (...) [sendo] expressa pela linguagem, constituindo um produto cultural. Como tal, o que está presente na fala do sujeito são fatos de duas ordens: descrições de acontecimentos vividos por ele e interpretações, ou representações, acerca dessas vivências (Romanelli, 1998, p.129).

Segundo essa perspectiva, a entrevista se caracteriza como um produto da relação pesquisador–pesquisado, com seu conteúdo se expressando como algo que está em processo e não como algo formado por concepções definitivas. Sendo assim, ao longo da entrevista, é natural que o sujeito emita opiniões diversas, ou até contraditórias, sobre um mesmo tema.

Esse processo permitiu que, no decorrer das entrevistas realizadas, as mulheres elaborassem suas falas num procedimento, conforme elucida Romanelli

(1998), de “*tradução e síntese*” das experiências múltiplas, que foram sendo selecionadas e interpretadas, propiciando o desvelar do significado para si e para a pesquisadora no momento mesmo em que organizavam sua reflexão (p.130).

Desse modo, o encontro que ocorreu durante as entrevistas foi marcado por emoções e sentimentos que emergiram, tanto em mim, pesquisadora, quanto nos sujeitos, no decorrer da interação. Tal situação, para Romanelli (1998), caracteriza as presenças da alteridade e da inter-subjetividade, propiciando a configuração de uma relação essencialmente humana e subjetiva que deve ser admitida, explicitada e, assim, submetida aos recursos teóricos e metodológicos do pesquisador, recursos que lentamente também vão sendo adquiridos ao longo do trabalho de campo. Tais aspectos são denominados por alguns antropólogos como componentes de um *anthropological blues* (DaMatta, 1981) e são os mesmos que o pensamento positivista continua a acreditar que possam ser pautados pela objetividade (Romanelli, 1998; DaMatta, 1981).

Partindo dessa perspectiva e segundo indica Giorgi (1989), acreditamos que o pesquisador se torna um pesquisador-instrumento, cabendo a ele a interpretação, a descoberta do novo, do fato influente e desconhecido e até mesmo da possibilidade daquilo que ainda não foi pensado sobre os dados.

Cuidados especiais, durante todo o processo, são necessários para que seja resguardada a função desveladora da pesquisa, enquanto expressão e ampliação da perspectiva dos depoimentos recolhidos. As perspectivas dos pesquisadores são introduzidas então como possibilidades interpretativas e explicativas da situação em estudo (Giorgi, 1989, p.102).

Finalizo esta subseção com um breve comentário sobre as emoções que o contato pessoal com o objeto de estudo pode despertar no pesquisador. No meu caso, já havia sido alertada que alguns aspectos da minha pesquisa poderiam trazer dificuldades que eu, pessoalmente, teria que enfrentar. Não havia dúvida, portanto, que o conteúdo dos testemunhos teria sobre mim um grande impacto emocional,

causado pelas experiências vividas por essas mulheres: representações seriam reforçadas pelos pontos nos quais eu me identificava com elas.

Assim, nas quase 60 horas de entrevistas com essas mulheres, estão presentes em todas as narrativas passagens de alegrias e sofrimentos intensos. Descrições das mais profundas dores físicas, morais e psíquicas. Relatos sobre separações irreparáveis e sobre desespero. Também muita confiança e amizade, aprendizagem contínua, alegrias em reencontros desejados ou inesperados, esperança nas suas ações, certezas e incertezas sobre as escolhas, profunda admiração por suas próprias resistências, auto-estimas e capacidades de superação. Alegrias dos amores correspondidos e do nascimento dos filhos (mesmo nas situações mais adversas). Enfim, foram contatos permeados por muito sorriso, às vezes compondo um amálgama de complacência e de autocrítica, algumas risadas incontroláveis, muitas emoções contidas e algumas lágrimas compartilhadas. Difícil foi manter o autocontrole frente ao espanto e ao horror de algumas sevícias sofridas que, ao serem detalhadas, pareciam estilhaçar em mim, não necessariamente por me imaginar naquele lugar, mas por acompanhar os desdobramentos que esses acontecimentos tiveram em suas vivências. Em algumas situações, também pude ouvir relatos com certo distanciamento, até porque eram relatos que causavam também nelas a sensação de estranhamento.

Mais difícil foi segurar a emoção ao terminar as entrevistas ou ao relê-las. Realizadas em seu cotidiano, contaram-me seu passado revelando quem são em seu presente. Nesses momentos, tinha, subitamente, uma visão abrangente da vida dessas mulheres.

#### **4.4 Instrumento**

Utilizamos o seguinte protocolo semi-estruturado para as entrevistas individuais:

1. Identificação do sujeito: data de nascimento, naturalidade, estado civil, profissão (atuante ou não), escolaridade, classe social à qual acredita pertencer, religião (praticante ou não), número de filhos (sexo e idade), local onde reside.

2. Identificação do sujeito na época da militância: idade, estado civil, escolaridade (grau, curso, período, escola ou universidade em que estudava), local de moradia, religião (praticante ou não), grupo de militância ao qual pertencia, profissão dos pais, escolaridade dos pais, classe sócio-econômica à qual acreditava pertencer.
3. Vida familiar na infância/juventude.
4. Motivação/ causas que levaram ao ingresso na militância.
5. Trajetórias individual e coletiva na militância: funções, cargos, ações, atividades diversas.
6. Reflexões/ avaliações sobre ideologia no período.
7. Prisão, tortura e vida carcerária.
8. Significado e reflexos da militância na inserção em outros grupos sociais: família, amigos, religião, relações conjugais - na época da militância e atualmente.
9. Comparação entre as participações masculinas e as femininas na militância.
10. Avaliação das diferenças entre as consequências da militância para homens e mulheres.

#### **4.5 Procedimento de Análise dos dados**

Partindo da perspectiva discutida por Gomes (1998) em relação ao método fenomenológico, “nossa interesse não se restringe unicamente à vivência particular de uma pessoa em um certo ambiente. Não se está à procura da subjetividade. Nossa interesse é saber como diferentes pessoas experienciam uma certa condição que é comum a elas” (p.31).

Com base nessa perspectiva, adotamos o procedimento de organização de dados proposto por Bullington e Karlsson (1984), que descreveram um método fenomenológico para investigação psicológica bastante útil aos nossos propósitos, que tem sido adaptado e desenvolvido por Trindade (1991), Menandro (1995) e Gianordoli (2000). Perspectiva semelhante também tem sido utilizada por Gomes (1989) e Giorgi (1989).

O método ao qual estou chamando de fenomenológico estrutural busca descobrir na realidade em foco os padrões constitutivos e

estáveis, e suas variações transitórias ou periféricas. Sua confirmação enquanto análise está na habilidade de estabelecer e captar um sentido dialogal entre pessoas que compartilham, momentaneamente, interseções vivenciais. Suas contribuições não se restringem ao descritivo, mas abarcam indicações de transferibilidade se ações se fazem necessárias (Gomes, 1989, p.102).

Os dados das entrevistas foram organizados seguindo as fases descritas por Trindade (1991):

Fase 1: Realiza-se a leitura da transcrição integral das entrevistas com o objetivo de determinar as “unidades de significado, que são os aspectos das falas dos participantes que consideramos importantes para o nosso objetivo” (p.36).

Fase 2: Após a identificação das unidades de significado, as entrevistas são reorganizadas de acordo com aquelas, respeitando a transcrição literal. A distribuição das falas dos entrevistados nas unidades independe da seqüência em que foram verbalizadas. Um mesmo trecho da entrevista, se necessário, pode ser incluído em mais de uma unidade.

Fase 3: As falas dos sujeitos são convertidas em uma linguagem parcialmente padronizada, “focalizada no fenômeno sob observação” (p.37).

Fase 4: “Transformação das unidades de significado em uma ‘estrutura’, articulando os constituintes de significado específico encontrados nas respostas” (p.37).

Bullington e Karlsson (1984), argumentam que “a completa compreensão de um fenômeno não é o resultado de uma simples enumeração de constituintes, mas sim o modo como cada constituinte se relaciona com cada outro grupo constituinte” (p.61).

Giorgi (1989) acrescenta que, nesse enfoque fenomenológico, o pesquisador busca significados à medida que o sujeito descreve “fatos vividos no dia a dia exatamente como viveram”, ou seja, são solicitados a ele, na sua descrição, aspectos do mundo. Ao analisar tais fatos, descobre-se, em dada situação, o significado vivido que constitui o fenômeno estudado, significando que a descoberta do papel do sujeito em seu contexto forma outra dimensão do

esclarecimento de uma experiência total. O enfoque fenomenológico é então orientado primeiramente pra a descoberta, querendo captar como os fatos são vividos espontaneamente, ou pré - cientificamente. Segundo esse mesmo autor, “partindo de uma perspectiva fenomenológica”, três dimensões do significado são enfatizadas:

sentido, referência e valor funcional. O sentido refere-se à inteligibilidade inerente de uma experiência; referência refere-se ao fato de que algo além da experiência em si está sendo enfocado, e valor funcional refere-se ao fato de que todas as experiências são contextualizadas (p.120).

Partindo de tais princípios, cada uma das estruturas é uma articulação dos aspectos significativos de fenômenos relacionados à militância vivenciada pelas mulheres, permitindo uma apreensão mais integrada de cada um dos sujeitos e da articulação entre eles.

As unidades de significado correspondem a elementos presentes no próprio roteiro e a aspectos abordados durante a entrevista: suporte social, relação conjugal, mudanças, perdas e sacrifícios, preocupações e medos, visões de mundo anterior e posterior à militância, consequências positivas, autocontrole, consequências da prisão para os diversos planos vividos, aspectos que compõem as identidades masculina e feminina, e maternidade.

Cada estrutura narrativa tentou conciliar e integrar as unidades de significado sob a ordem cronológica dos fatos relatados. Em função das diferenças encontradas na forma como os relatos foram feitos pelos sujeitos, as estruturas contêm algumas pequenas diferenças nos seus aspectos formais, com tamanhos desiguais ou apresentando eventuais “idas e vindas” do discurso. Ressaltamos ainda que a organização dos dados foi efetuada com o cuidado de incluir nas estruturas informações que permitissem dar uma noção, com maior clareza, da história de convivência de cada sujeito com as demais entrevistadas .

Feitas tais considerações, partimos para a apresentação dos resultados obtidos. Tal seção é composta pelas estruturas resultantes de cada entrevista. Em seguida, passaremos a uma discussão que buscará integrar os dados das trajetórias das mulheres entrevistadas.

## 5- RESULTADOS

*“São as águas de março fechando o verão  
É promessa de vida no meu coração”.  
(Águas de Março. Tom Jobim)*

Nossa primeira preocupação em relação às estruturas narrativas era encontrar uma maneira de tornar nosso relato o mais próximo possível à realidade das entrevistas<sup>13</sup>. Procuramos trazer para perto do leitor cada um dos sujeitos, a fim de facilitar para o mesmo a compreensão dos resultados.

Assim, considerando as especificidades e características de cada uma das entrevistadas e objetivando garantir seu anonimato, optamos pela utilização de nomes fictícios. Com tal estratégia, pretendemos também tornar os relatos mais vivos e naturais, evitando a identificação dos sujeitos simplesmente por números ou por letras.

Assim, ainda que não tenha sido nossa intenção, as ex-militantes ficaram distribuídas em dois subgrupos baseados em períodos diferentes de militância: a) Grupo 01: formado por 04 mulheres que militaram até 1968, sendo que 03 delas pertenceram à mesma organização e a quarta era filiada a um partido clandestino. Todas quatro estavam ligadas, na época da militância, ao movimento estudantil universitário; b) Grupo 02: formado por 05 mulheres que iniciaram a militância em 1971, ao entrarem na universidade, e pertenceram ao mesmo partido, partido que atuava no movimento estudantil.

Algumas características diferenciaram os dois grupos. As mulheres do primeiro grupo, antes de iniciarem o curso superior, se engajaram na militância política através de movimentos religiosos e estudantis secundaristas. Quando do ingresso na militância, todas possuíam em média 17 anos. Quando, em 1968, foram presas ou perseguidas pelo regime, possuíam em média 20 anos de idade, o que estabelece um tempo de militância de quatro anos. Nesse segundo momento duas já haviam terminado o curso superior, as outras duas estavam no último ano. As mulheres do segundo grupo iniciaram a militância entre o primeiro e o segundo

---

<sup>13</sup> A fim de garantir essa característica, as referências aos companheiros dessas mulheres (namorado, marido, companheiro, ex-marido, ex-namorado) seguem a forma original dos relatos.

anos de faculdade, em média com 19 anos, filiando-se a um partido político clandestino via movimento estudantil. Foram presas em 1972, aproximadamente 07 meses após o início de sua militância. Tais características reafirmam os dados apontados pela literatura em relação ao acirramento da repressão militar após o AI-5, de 13 de Dezembro de 1968.

As origens das mulheres variaram: duas de origem urbana de classe baixa; duas de origem urbana de classe média; duas de origem rural de classe média; e três de origem rural de classe baixa. Todas as mulheres que moravam no interior migraram para a capital do estado com o objetivo de darem continuidade aos estudos. A aproximada distribuição das entrevistadas entre os períodos, as origens e as classes sociais não foram um critério *a priori*; ela só foi percebida depois da coleta de dados.

Optamos por identificar as mulheres que militaram no primeiro período com nomes iniciados pela letra S (Silvia, Solange, Suzana e Sônia). Para as mulheres que iniciaram a militância no segundo período optamos pela letra R (Raquel, Renata, Rosane, Regina, Rita). É importante observarmos que esses nomes não guardam qualquer semelhança nem com os nomes verdadeiros nem com os codinomes utilizados pelas entrevistadas durante a militância.

A seguir, mais algumas informações sobre as entrevistadas:

	Nome	Origem	Classe	Duração da militância	Organização
<b>Primeiro período de militância (1964-1968)</b>	Silvia	Interior ES	Baixa	1961-1969	PC / PC-Br Movimento Estudantil
	Solange	Interior ES	Média alta	1962-1968	Ação Popular/ Movimento Estudantil
	Sônia	Capital	Média alta	1964-1971	Ação Popular/ Movimento Estudantil
	Suzana	Capital	Média alta	1964-1968	Ação Popular/ Movimento Estudantil
<b>Segundo período de</b>	Raquel	Interior ES	Média baixa	1971-1972	PC do B Movimento Estudantil
	Rita	Interior ES	Baixa	1971-1972	PC do B Movimento Estudantil

<b>militância (1971-1972)</b>	Regina	Capital	Baixa	1971-1972	PC do B Movimento Estudantil
	Renata	Interior de MG	Média Alta	1971-1972	PC do B Movimento Estudantil
	Rosane	Capital	Baixa	1971-1972	PC do B Movimento Estudantil

## O COMEÇO: AS MULHERES E SUAS TRAJETÓRIAS

### Primeiro período de militância (1964-1968)

**Antonico**  
(Ismael Silva)

Ô, Antonico,  
 Vou lhe pedir um favor  
 Que só depende de sua boa vontade  
 É necessário uma viração pro Nestor  
 Que está vivendo em grande dificuldade  
 Ele está mesmo dançando na corda bamba  
 Ele é aquele que na escola de samba  
 Toca cuíca, toca surdo e tamborim  
 Faça por ele como se fosse por mim.  
 Até muamba já fizeram pro rapaz  
 Porque no samba ninguém faz o que ele faz  
 Mas hei de vê-lo muito bem, se Deus quiser  
 E agradeço pelo que você fizer.

**SILVIA - "E a gente ainda tem que lutar pra que essa Lei de Anistia seja melhorada".**

Silvia nasceu no ano de 1945, em uma pequena cidade do interior do Espírito Santo. Caçula de seis filhos, acabou recebendo uma atenção especial de sua mãe durante a infância e a juventude. Cercada por três irmãos que a antecediam, foi muito vigiada (suas duas irmãs mais velhas pouco se envolviam em seus conflitos com os homens da casa). Seu pai foi comerciante de destaque na cidade e a família tinha uma condição financeira estável, mas o pai foi à falência na época em que Silvia ainda estava no primário, o que abalou o estilo de vida e as relações familiares e levou-os a mudar para a capital, onde foram morar em um bairro da periferia. Com o abatimento do pai, devido à situação, seus irmãos passaram a exercer maior controle sobre ela.

Ainda que os estudos não fossem valorizados pelos irmãos, sua mãe defendeu seu propósito de estudar e um grande sacrifício foi realizado por todos para que ela pudesse continuar os estudos. Sua mãe, católica fervorosa, matriculou-a em um colégio de freiras considerado “de elite” e, para obter desconto na mensalidade, costurava para as freiras e fornecia ao colégio alimentos que cultivava numa pequena horta. Embora Silvia já tivesse decidido que não queria se casar e que se tornaria médica, não admitia as condições de submissão às quais ela e sua mãe estavam submetidas para garantir a escolarização: “*eu me sentia muito desajustada, porque nós estávamos já num estado de pobreza enorme e mamãe fazendo um enorme sacrifício pra pagar aquele colégio caro, eu circulando no meio da elite, onde eu me sentia um peixe fora d'água*”.

Achava sem sentido os sacrifícios que a família fazia porque a oprimiam, mesmo entendendo que os irmãos e a mãe tinham motivos diferentes: “*ela não conseguia dar conta da pressão dos homens da família sobre as possibilidades de ‘corrupção’ da mulher (...) em parte porque eles tinham também a concepção de que não era necessário estudar... Então, meu irmão me perseguia*”. A essa altura, Silvia já queria ter mais liberdade e estudar em escola pública, mas a mãe não permitia que ela freqüentasse uma escola mista, como era o Colégio Estadual, para

cursar o ginásio.

No início do ginásio, sua mãe retorna para uma cidade do interior e Silvia vai morar em uma pensão na cidade vizinha, seguida pelo controle diário de seu irmão, que trabalhava na mesma cidade. No segundo semestre desse mesmo ano, a família retorna à capital, no mesmo período em que um conflito se estabelece entre ela, os irmãos e a mãe por causa de um namorado 10 anos mais velho: “*Ái foi o ditame, né? Ou namora ou estuda. Não tem escolha*”.

Seu namoro durou de 1961 a 1964 e foi fundamental para o início da formação intelectual de esquerda de Silvia, pois ele a apresentou às literaturas russa e francesa e à filosofia: “*eu acho que não entendia muito não, mas eu fazia um esforço para entender*”. Essa leitura acabou despertando em Silvia um interesse que a levou a se filiar ao Partido Comunista, para o desespero de sua mãe, que, até então, não permitia que ela lesse qualquer coisa que não fossem livros religiosos: “*ele começou a me dar literatura pagã, chamemos assim, eu deixei de acreditar em Deus... e eu conversava com a mamãe (...) coitada, ela ficava assustada, preocupada*”.

Aos 16 anos, ela resolve romper com o controle da mãe e dos irmãos. Terminando o ginásio e já se preparando para o científico, anuncia sua decisão de sair de casa: “eu disse pra mamãe: ‘eu vou procurar um trabalho, eu vou me manter e vou para o colégio estadual’”. Ainda que, para os pais e irmãos, sua identificação com o comunismo não tivesse relação com a dinâmica da família, fica claro para Silvia que a convivência familiar propiciou a percepção e o interesse que se manifestaram, mais tarde, numa militância organizada: “*Isso talvez foi favorecido também, acho que muito, tanto pela mamãe quanto pelo papai, porque a mamãe (...) ela se envolvia em política, ela votava, ela discutia. Lá em casa, se falava muito em política... eu tinha muito interesse em saber das coisas*”.

Em 1964 Silvia abandona seu ideal de ser médica e entra na Universidade em outro curso. Filiada ao partido comunista, “*isso com 16 a 18 anos*”, participava ativamente das discussões em torno do golpe militar e se decepcionou com a opção do partido de não ter uma atuação mais forte: “*(...) quer dizer, me interessava muito o tema da justiça social, o tema da exploração, mas eu me ressentia da falta*

*de textos marxistas*”. A essa altura, seus interesses já extrapolavam os limites político-partidários, e ela participava também de outros movimentos importantes da cidade, como o movimento cultural de poetas e escritores, o grupo de teatro de oposição, os intelectuais de esquerda. Influenciada pela literatura existencialista de Simone de Beauvoir e Sartre, ela rompeu com padrões e adquiriu uma nova compreensão sobre as relações de gênero. Tinha um profundo interesse na revolução dos costumes, na liberdade de escolha, no respeito pela diferença e não aceitava ser segregada pelo fato de ser mulher. Esses pensamentos liberais a orientaram para um caminho diferente do prescrito para as mulheres daquela época, e foi uma das poucas a resistir ao casamento e às imposições sociais que se colocavam nos espaços menos esperados, e o PCB era um desses espaços. Como era muito jovem e a única mulher a freqüentar as reuniões, pelo menos que se lembre, os companheiros costumavam ter uma atitude paternalista, aconselhando-a sobre costumes e comportamentos, já que os dela eram liberais demais para os padrões da época: “*parece que, na verdade, as regras, as normas sociais do que é papel masculino, feminino, era ainda arraigado, super-arraigado. E, até hoje em dia, noto isso nas pessoas de esquerda*”.

As atitudes de seus irmãos não eram muito diferentes, embora não tivessem mais nenhum controle sobre sua vida. Apesar disso, nunca chegaram a romper o relacionamento. Quando saiu de casa, começou a trabalhar em um escritório, ajudando, agora, nas despesas da casa. Não chegou a ter uma residência fixa durante esse período: “*eu ficava um tempo na casa de uma colega, voltava pra casa, ficava uma semana, duas, voltava pra casa de outra colega, eu era assim, um tempo em cada lugar (...) Eu vivia com a minha sacola de roupa, mudando*”. Sua mãe pouco interferia no seu modo de viver, mas Silvia compreendeu que ela sofreu muito ao perceber que a filha havia rompido com as concepções religiosas e morais que defendia. “*Bastava o fato de eu ser comunista, escrever em jornal, sair de casa, fazer teatro, fumar, eu comecei a fumar com 16 anos (...) e o fato de que eu defendia o amor livre. Bom, também eu fui a primeira moça de Vitória a botar biquíni. Hoje é que eu avalio como isso era radical e continua sendo*”.

Claro que não se casou virgem, já que casamento não estava nos seus

planos, mas só teve sua primeira relação sexual aos 21 anos, em uma relação que considerou afetivamente importante. Radical ou não, não tinha uma vida sexual livre, como muitos pensavam a partir do estilo de vida que levava, e que era suficiente para ser considerada, pelos irmãos e por outras pessoas, como “*a ovelha negra*”: “*E aquele negócio: por pertencer a um grupinho onde a maioria era de homens... era minoria absoluta de mulheres... e os irmãos, eles questionavam o que eu tava fazendo da minha vida. Também um discurso muito anticomunista*”.

A partir de 65, já se encontrava desligada do partido e das reuniões clandestinas, não por medo de repressão, mas por não compartilhar de todas as propostas ideológicas: “*Eu passei a me autodenominar existencialista*”. Entretanto, não se afastou completamente das poucas atividades que ainda desenvolvia, como o jornal e sua distribuição. Além do mais, em seu grupo de amigos, vários continuavam dando notícias sobre os acontecimentos. Em 1967, ela se formou e pleiteou uma bolsa de mestrado na França. Com a demora da resposta, ingressou em um curso de especialização na UFES e deu continuidade a suas atividades no movimento estudantil, participando de manifestações contra o imperialismo americano e o Acordo MEC-USAID.

O ano de 1968 se inicia com o movimento estudantil atuando contra o aumento dos preços no Restaurante Universitário. Silvia se aproximou, então, de um grupo de estudantes e ex-companheiros do PCB, que estavam se organizando no PCBR: “*Mas a idéia do foco guerrilheiro eu não aceitava. Achava que era muito romântica, muito desligada do que era o Brasil (...). Aí, eu volto a ter uma militância orgânica*”. Infiltrada no movimento estudantil, atuou como líder na organização e nas discussões sobre as passeatas, e, em função de sua articulação teórica e sua habilidade política, na redação dos discursos e manifestos. As habilidades intelectuais e práticas de Silvia, juntamente com sua independência financeira e familiar, fizeram com que ela se tornasse um contato importante entre os líderes estaduais e nacionais do movimento. Durante esse período, realizou diversas viagens ao Rio de Janeiro e estreitou contatos e ações conjuntas com o movimento nacional estudantil e partidário.

Sua atuação a aproximou de um líder estudantil estadual que, na época,

despontava na Universidade durante as passeatas, com quem passou a namorar, e influenciou sua filiação ao PCBR. Planejaram, mais tarde, a saída de Vitória, com o objetivo de entrarem em um foco guerrilheiro armado. O casal, tendo uma forte atuação nas ações públicas e, principalmente, nas ações clandestinas, tornou-se conhecido no meio estudantil e permaneceu como figura emblemática para aqueles militantes posteriores a 68, que não tiveram a oportunidade de conhecê-los dada sua entrada na clandestinidade no final desse mesmo ano.

Silvia, bastante conhecida, começou a ser procurada pela repressão em meados de outubro de 1968, quando organizou uma passeata de apoio aos líderes estudantis presos no clandestino Congresso da UNE, em Ibiúna/SP, entre os quais estava seu namorado, Sônia, liderança estadual da AP, e outros representantes estudantis. Embora tenham organizado uma manifestação pacífica, seguindo todas as recomendações de segurança e obtendo autorização da polícia e do governo, foram surpreendidos por uma reação da força armada da polícia do Estado no fim da manifestação, que prendeu e feriu vários estudantes. Silvia já estava sendo perseguida e teve uma reação de defesa ao chefe de polícia que causou sua entrada imediata na clandestinidade: “*ele partiu pra cima de mim e eu vi quando ele disse ‘eu quero aquela’*”. E é aí que eu rodo a bolsa e dou na cara dele”. O esquema de segurança, muito bem armado pelos estudantes, retirou Silvia rapidamente do local e a escondeu por alguns dias. Rádios e jornais divulgavam o fato de que ela estava sendo procurada e seria capturada para “*que a população ficasse tranquila...*”.

Desse dia em diante ela não procurou mais sua família, por medida de segurança, mas se preocupava muito com o que a mãe estava passando: “*você imagina o que ela deve ter sentido, e os meus irmãos, porque quem era procurado pela polícia era ladrão, assassino, prostituta, aquele negócio todo...*”. Silvia permaneceu sem qualquer contato com a família até sua saída para o exílio, em agosto de 1969. Foi nessa época que realmente tomou consciência da proporção de sua atuação pois, até então não havia passado por qualquer situação de perseguição que a intimidasse: “*a partir desse momento, eu começo a sentir: ‘bom, minha vida corre perigo a partir de hoje’*”. Mesmo após a passeata, ela permanecia um pouco ingênuas: “*Eu saí de Vitória pensando que eu voltava em 15 dias. (...) Sai 15 dias,*

*20, vai esfriar isso aqui, eu volto... Não tinha noção do tamanho... Eu voltei 33 anos depois”.*

Ajudada pela abastada e tradicional família do namorado, que não a via com bons olhos, foi levada para São Paulo, onde ele se encontrava preso no Carandiru, tratado como preso comum: “*aí, eles tinham o problema de que não podiam estar viajando toda semana para São Paulo, (...) então, a noiva (...) vai cuidar disso (...). Eu me integrei ao comitê de noivas e mães de presos políticos*”. Em São Paulo, a vida na clandestinidade foi muito dura para Silvia. Sozinha, sem contato algum com o partido e morando de favor na casa de um colega de cela do namorado, passou a viver em função das visitas, vexatórias, e do movimento de soltura e reconhecimento da condição de presos políticos, onde encontrou apoio e fez algumas relações. Após a transferência do namorado para Jundiaí/SP, já na condição de preso político, ela foi morar, também de favor, na casa de uma outra família, onde permaneceu até a soltura do companheiro, em 12 de dezembro. A essa altura, eles já sabiam que algo estava para acontecer e que, se ele não saísse da prisão nesse momento, não sairia mais. Enquanto isso, em Vitória, ela havia sido considerada “amante e amasiada” do seu namorado e dada como desaparecida pelos órgãos oficiais.

A ingenuidade de Silvia e dos demais militantes acabou em 13 de Dezembro de 1968, no dia em que divulgaram o AI-5. Daí para frente, sucederam-se fugas contínuas dentro do próprio Estado do Rio de Janeiro, onde seu namorado, por ter sido reconhecido como militante e estar no comando militar do partido, se encontrava freqüentemente com a organização nacional do PC-BR. Silvia não tinha nenhum contato com os dirigentes ou com qualquer quadro do partido, sua atuação como destaque e líder intelectual de ações terminaram no Espírito Santo. Clandestina no Rio de Janeiro, ela seguia as ordens do namorado, que não a designava para ações perigosas. Nesse momento, ela já havia entendido que quanto menos questionasse melhor, principalmente após descobrir que estava grávida de quatro meses e que, assim, se tornaria mais visada: “*o máximo, assim, que eu cheguei a fazer... Aliás, era uma coisa bastante perigosa, mas que pra eles não revestia tanto perigo... era fazer observação do movimento de determinados*

*agentes das Forças Armadas. Fazia observação. Porque eu já tava grávida, né, barrigona... Então, ninguém desconfiava*”. Outra ação importante e perigosa da qual participou foi um transporte de armas para a guerrilha.

Durante o período que durou a clandestinidade, enquanto seu namorado viajava para organizar um foco de Guerrilha no Paraná e ações armadas urbanas do Rio de Janeiro, Silvia se deslocava de aparelho em aparelho e pela casa de pessoas que davam suporte ao partido. Durante um tempo também ficaram escondidos em uma fazenda da família do namorado. Nessa ocasião, ele começou a ensiná-la a atirar: “*eu lembro que era uma 45, me deu um coice danado*”. Os treinamentos não duraram muito tempo, pois tiveram que fugir da polícia, que havia chegado até a cidade à procura dos dois, pois um militante, sob tortura, contou que estavam fazendo treinamento guerrilheiro: “*Não sei o que é verdade, o que não é... era só ele me ensinando a atirar. Ele gostava muito de arma, ele gostava muito de caça. Então, na fazenda tinha armas. Ele disse: ‘você começa a aprender’. Mas não tinha grupo de ninguém lá...*”.

Ao voltarem para o Rio de Janeiro, se esconderam na casa de uns parentes do namorado. Para uma pessoa que havia conquistado sua independência familiar, que era completamente dona do seu destino, e que prezava a possibilidade de escolha e liberdade, a situação na qual estava representava um conflito difícil de ser vivenciado: “*horrível, horrível, horrível, horrível... era essa sensação de estar na mão dos outros, quer dizer, onde você não tinha poder de decisão nenhum, de ação nenhuma. Mas, como é que você saía disso? Você saía disso pela ação, você ia resolvendo pontualmente cada situação que se apresentava. Porque, pra mim, já era então claro... Era inviável eu voltar pra Vitória, recontatar a minha família... Com um filho na barriga, né?*”

Oprimida pela mãe do namorado, fugiu da casa dos parentes dele e se abrigou na casa de uma estudante de medicina, um contato do partido. Ela se tornou amiga de Silvia e levou-a a um ginecologista do partido, pela primeira vez durante a gravidez, quando passou mal com uma crise hipertensiva. Seu bebê nasceu em maio de 1969, em um parto clandestino difícil. Após o nascimento, já era claro para o casal que eles teriam que sair do país e entrar no exílio. O irmão

de seu namorado havia sido preso em uma ação armada. Em breve, a polícia chegaria até os dois. A partida para um país da América Latina não demorou muito. Foi o tempo de desmamar o bebê e tentar avisar a sua família.

Silvia foi convencida pelo namorado que seria mais seguro deixar o bebê com os pais dele, no Brasil, até que estivessem instalados no estrangeiro, quando, então, providenciariam o seu reencontro. Muito a contragosto, concordou. Ao ligar para um amigo em Vitória, recebeu a notícia que seu pai havia falecido há dois meses. À sua procura, a polícia havia ido ao enterro. A mãe de Silvia a encontrou no Rio de Janeiro para se despedirem e conhecer a neta. Só voltou a reencontrar a mãe após a abertura política. A neta não chegou a reencontrar a avó.

O exílio foi um alívio que durou pouco, pois passaram por condições de vida muito difíceis, na miséria de um país sul-americano gelado, sob uma ditadura que endurecia a cada momento, em uma situação de limitação social extrema. Silvia não queria mais se envolver com questões partidárias e políticas, enquanto seu namorado estava cada vez mais envolvido. As discussões foram se tornando diárias, principalmente porque ela queria a filha de volta e o namorado não achava aquela uma condição favorável. Acabou engravidando novamente, tendo um menino que veio a falecer aos seis meses, vítima de um vírus desconhecido. Bastante abalados pela perda do segundo filho e com o namorado entrando em paranóia, foram internados em uma clínica para descansarem, passando a ter acompanhamento psiquiátrico por um período: *“ele ficou numa paranóia só, achando que esse vírus tinha sido inoculado (...) por algum inimigo, que tinha sido a CIA e não sei o que...”*.

O casal se separou em 73, no mesmo período em que houve um golpe no Uruguai. Em condição bastante precária de vida, sem nenhuma renda, Silvia passou a viver da ajuda de uma vizinha que lhe dava um prato de comida no almoço e de dois brasileiros que lhe deram abrigo: *“um que vendia jornal e outro pintava paredes. Um era mineiro e o outro baiano. E eu comecei a dar aula de português. Eu tinha 3 alunas. Então, no final do dia, a gente juntava as moedinhas pra comprar alguma coisa pra comer. Era muito difícil, muito difícil”*. Com a vida sem perspectiva, completamente sem amparo e pensando recorrentemente em

suicídio, ela buscou ajuda psiquiátrica: “*um dia, fechei a casa inteira, abri o gás. Quando tive o primeiro choque, eu olhei o retrato da minha filha (...) Ela era muito bonita, e eu disse: ‘eu não posso fazer isso’*”. Silvia nunca mais teve a filha ao seu lado e poucas vezes recebeu sua visita. Somente aos seis anos a menina descobriu que era sua filha e mesmo nas vezes em que quis morar com a mãe, foi impedida pelos avós paternos. Há alguns anos, Silvia descobriu que ela havia sido registrada como filha dos avós, contrariando a certidão de nascimento que havia recebido quando nasceu.

Casada novamente, com um companheiro uruguai e recebendo um grande apoio da família de seu marido, ela reestruturou sua vida aos poucos e por pouco tempo. Silvia foi presa em duas ocasiões (ambas em 1976), sem saber o real motivo das prisões. Na primeira, alegaram que ela fora presa para ser enviada de volta ao Brasil, por solicitação das autoridades brasileiras. Por intervenção da família do marido, foi libertada. Na última prisão, duas semanas após a primeira, foi levada junto com o marido, que também permaneceu preso como forma de coagi-la. “*Então, fui torturada durante uma semana... Uma semana (Pausa). Eu fiquei... eu tinha que ficar assim, em pé em latas, com os braços levantados, eu desmaiei várias vezes, não podia comer. Não... é... me bateram, me bateram com toalhas molhadas, é...é... Como é que se chama? Vexame sexual? O cara vem, te toca toda...*”. Outra forma de tortura que a desestabilizou foi fazerem-na acreditar que estavam torturando seu marido por sua causa: “*escutei a tortura dos outros, é... Fizeram-me crer que tavam torturando-o também. Não tocaram... não tocaram nele. (Pausa)*”.

Nesses interrogatórios ela negava toda sua participação, seus conhecimentos, e reiterava que não tinha contatos políticos no Uruguai. Silvia estava completamente desligada de ações políticas e de seu ex-companheiro: “*... a denúncia, nessa segunda vez, é que eu era correio entre o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista Uruguai. Mas já tinha rompido, não tinha contato nenhum, com ninguém mais*”. Por outro lado, ela se recorda e até se arrepende de ter realizado ações perigosas, a mando do partido do namorado, durante o início do exílio. Nessa época, estava muito apaixonada e não o

questionava: “*a ditadura favoreceu muitas coisas que a gente não questionava, porque... a anormalidade era normalidade. Então, tudo passava como que era isso que se tinha a fazer (...). Eu fiz três viagens com destino pro Brasil, ou quatro (Pausa). Eu cheguei a entrar na cadeia onde tava preso o irmão dele, na época que houve outro seqüestro lá, em Montevidéu, que a gente tava negociando trocar preso político. Eu vinha pro Brasil com outro nome, disfarçada (...). Entrei na cadeia, conversei com os presos, coisa que, hoje em dia, eu não faria... Mas, na época, eu fiz*”.

Com a perseguição política se intensificando, ela decidiu pedir asilo em uma embaixada e passou cinco meses aguardando ser enviada ao México: “*com cento e tantas pessoas e trinta e tantas crianças, todos perseguidos (...) crianças que tavam sem os pais, os pais desaparecidos ou presos, com os avós. Enfim, (...) numa casa que a gente dormia um ao lado do outro, você não podia tomar banho todo dia, porque não tinha água pra todo mundo. Você tinha que ter o regime militar de vida. Não tinha a menor privacidade*”. Esse foi um outro período no qual não parava de refletir sobre o motivo pelo qual aquilo estava acontecendo com ela, já que não tinha mais nenhum envolvimento político há anos: “*Por quê? Por que me sucedia tanta coisa? (Pausa). E... e... me passava muitas coisas. (Pausa longa) E a certeza de que eu cada vez me afastava mais do Brasil. Eu não via o caminho de volta*”. O único fato que lhe assegurava esperança era o de ter uma nova família. Sua sogra cuidava de seu bem estar como se ela fosse sua filha.

Em 1978, no México já há dois anos, ela realizou o desejo de ter outro filho. Encontrava-se em um momento de vida feliz e seguro, embora ainda se envolvesse na luta pela obtenção da guarda de sua filha. Silvia sempre se sentiu em dívida com a filha, mas não queria que ela sofresse as consequências de escolhas que não haviam sido dela, e que, começava a perceber, não haviam sido suas também. Durante um longo período, viveu o que era possível; escolhas e decisões eram um luxo.

Com o movimento da Anistia se iniciando no Brasil, resolveu deixar a estabilidade que haviam adquirido para poder, novamente, tentar se aproximar da filha. Várias pessoas a aconselharam a não voltar naquele momento, mas Silvia já

havia esperado demais. Em Dezembro de 1979, ela renunciou ao asilo político e retornou ao Brasil com seu filho, na esperança de se instalar na Paraíba e tentar concurso na Universidade Federal: “*eu havia sido informada que estava tendo um incentivo a professores estrangeiros, nós poderíamos tentar concurso*”. Seu marido estava terminando uma formação no México e chegou ao Brasil três meses depois, seguido por sua mãe, que passou um ano com o casal. Nesse período, Silvia retorna a Vitória para rever sua família e apresentar seu filho, um encontro inesquecível, que, entretanto, não fez com que ela quisesse permanecer no estado. Silvia já não tinha mais, como referência, o Espírito Santo: “*eu não conseguia me encontrar no Espírito Santo. Eu não encontrava nada... que tinha sido a minha vida, né? Os meus amigos... não tinha mais ninguém lá, todo mundo fora... Os lugares já não eram os mesmos... Não conseguia me encontrar com as pessoas... não conseguia me... me situar de novo*”.

Ainda que tenham passado em concurso na Universidade, não puderam permanecer no Brasil. Seu marido não obteve o visto regular para se estabelecer e, em meio ao entrave burocrático, o casal teve a casa invadida duas vezes. A sensação de insegurança e perseguição havia retornado. O marido de Silvia já não tinha como suportar a situação e resolveu voltar para o México. Nesse meio de tempo, ela se descobre grávida novamente. Perde o filho, perda acompanhada por uma infecção. Assim que saiu do hospital, sua sogra viajou de volta para o Uruguai e sofreu um aneurisma no avião. Morreu três dias depois: “*foi uma perda enorme na minha vida. E veja a coincidência: ela faleceu no dia 31 de janeiro de 1981, e o meu filho morreu no dia 31 de janeiro de 1971. Eu fiquei inconsolável (Pausa). Inconsolável*”.

Com a perda da sogra, e na situação em que se encontravam no Brasil, retornaram para o México. Logo que chegaram, se separaram, mas não se divorciaram (haviam se casado legalmente em 1975). Acabaram tendo uma boa convivência, chegando a dividir a mesma casa, mesmo não estando mais vivendo matrimonialmente. Silvia entrou em um mestrado, retomou seu emprego e resolveu voltar ao Brasil novamente em 1983, contando com o auxilio do pai de sua filha para refazer a vida no Rio de Janeiro. Permaneceu empregada em um jornal até

1986, quando o jornal foi fechado. Desempregada, sem amigos, cuidando do filho ainda pequeno e sem conseguir se aproximar da filha como gostaria, ela se sentiu novamente “*despatriada*”, situação que progressivamente foi desencadeando um estado depressivo ao qual Silvia demorou muito para reagir: “*mas eu tava muito triste, eu tava muito estressada, eu só vivia trabalhando ou senão cuidando do meu filho (...). Mas... eu não tava... Aí, eu decidi que eu ia embora do Rio, mas eu não sabia o que eu ia fazer direito da minha vida, eu tava entrando em crise, né?*” *Aí, uma sobrinha minha tava morando em Rondônia, me disse: “tia, vem pra cá, você passa um tempo aqui, você não precisa trabalhar, enquanto você pensa”.* Para contribuir com a estabilidade que Silvia buscava, o ex-marido leva o filho para o México, retornando ao Brasil sempre que ela solicitava a presença do filho. Em julho de 1987, ela decidiu retornar para o Uruguai e por lá permaneceu, seguindo a carreira universitária por 15 anos, período que não lhe rendeu o retorno financeiro necessário e nem a estabilidade sonhada, em função da sua condição de estrangeira. Teve uma vida difícil financeiramente, continuava atormentada e dividida entre sua vida e o resgate de sua filha e, pouco a pouco, foi se esquivando de relações sociais, inclusive do filho, entrando em um quadro depressivo que durou de 1998 até 2001. Nesse longo período, refletiu sobre sua vida e resolveu que não poderia abandonar seu filho dessa maneira. Refletiu sobre todos os acontecimentos, refez as suas idas e vindas, decidiu que não teria mais o que fazer por sua filha e desistiu de tentar recuperá-la. Resolveu, então, voltar para Vitória para recuperar sua trajetória, sua vida, seus documentos e entrar com um pedido de reparação, que estava começando a se articular legalmente no Espírito Santo.

Refez os laços com seus irmãos e parentes e retornou à sua pátria, ao seu estado, às suas origens: “*na leitura que eu faço, hoje em dia, da minha trajetória (...), ficam claras algumas coisas. Entre elas, que talvez a marca maior da minha figura tenha se associado a uma questão de ruptura comportamental de cânones sociais fortemente associados a uma ideologia política, mas que, na minha prática, ela tinha muito mais a ver com um questionamento muito mais profundo da sociedade em que eu vivia, que é muito além de formas políticas. Mas isso não era claro para mim antes*”.

O que Silvia deseja atualmente é poder ter segurança e estabilidade de vida. Aos quase 60 anos de idade, não havia construído um patrimônio ou uma condição que pudessem lhe garantir uma possibilidade de aposentadoria ou um reconhecimento na carreira profissional. Para ela, é claro que a situação na qual se encontra é consequência do período ditatorial que não proporcionou possibilidades legais para que pudesse construir sua família ao lado de sua filha e, acima de tudo, lhe impôs um permanente estado de insegurança, exílio e “*despatriamento*” dentro de seu próprio País.

### **Reflexões de Silvia sobre relações de gênero e processos identitários**

Silvia sempre se destacou pela sua ânsia de conhecimento, de interesse e curiosidade pela vida. Segundo ela, sua história pessoal é composta por dois elementos fundamentais: “*Primeiro, um sentido indagativo primordial do porquê das coisas*”. Em segundo, está “*o tema da liberdade de escolha*”.

A percepção de que esses dois elementos são fundamentais para sua existência, para seu bem estar físico e mental, só foi ocorrendo aos poucos, ao longo, quando possível, das perdas elaboradas. Hoje, ela percebe que poderia ter percorrido um outro caminho, se não houvessem a ditadura, o exílio, a depressão que a abateu em diversos momentos, até a levar a um estado de paralisia total pela perda da liberdade de escolha ao longo dos anos e, principalmente, a perda do “querer saber”: “*inclusive foi o dado fundamental da minha depressão, que eu acho que era preferível ter morrido do que ter passado esses anos com aquele sentimento de que eu não me interessava mais por nada. Eu não queria saber mais nada, eu queria que me deixassem quieta. Tudo pra mim era pesado, tudo era ruído*”.

Seus primeiros rompimentos na juventude foram pessoais, familiares, locais. Mas, ela buscava muito além, queria revolucionar “*as formas de vida. A liberdade do ser humano. A liberdade de escolha. As pessoas têm que ser livres, têm que ter informação pra escolher*

primeiros escritos poéticos e autobiográficos. Já intuía, aos 20 anos, que, por suas escolhas, não poderia sobreviver muito tempo em si mesma: “(...) *acho que foi 66, eu escrevi (...): ‘a moça (claro, era eu) de saia roxa se olhou no espelho e viu um exílio longamente incorporado ao seu rosto’*”.

A opção de romper com as condições disponíveis e esperadas para uma mulher foi difícil e, por vezes, duvidosa. Usar a palavra exílio numa frase biográfica não era um simples recurso de composição: “*eu sabia da palavra exílio. Tudo isso porque eu lia muito os escritores europeus...*” Quanto ao sentido, também entendia sua extensão. E, talvez por isso, era tão claro para ela que não poderia seguir a vida de suas irmãs, como sua mãe tanto insistia. Casar também seria um exílio em si mesma. Ela já havia entendido que, em um casamento, nos modelos existentes, liberdade e curiosidade não poderiam conviver pacificamente: “*depois, eu vim a perceber que se eu tivesse ficado em Vitória e escolhido a vida de casada, ou eu teria enlouquecido, ou eu teria enlouquecido quem casasse comigo ou ambos teríamos enlouquecido*”. Além do mais, a construção da masculinidade envolvia uma dinâmica com o feminino com a qual ela não gostaria de compactuar: “*isso eu lembro, de que eu questionava muito, a questão dos homens, da voracidade que eles tinham pelas mulheres, né? Eu lembro ter sempre tido problemas com os meus namorados por questões de ciúme, e eu não lembro de ter traído ninguém (...)*”.

Essa não era uma perspectiva apenas da juventude, meio idealista, meio contestatória, era uma perspectiva de vida. Mesmo morando com seu atual marido por dois anos, no período do exílio, ela relutou quanto à proposta de casamento. Acabou aceitando, dada a segurança que poderia obter, profissional e pessoal, por se tornar cidadã legalizada. Contrariando sua concepção inicial sobre se casar, foi muito feliz nessa relação, ora vivendo dentro do modelo, ora subvertendo o padrão de esposa e casamento. No que tange à maternidade, o conflito se deu não pela vivência da mesma, mas pela demorada oportunidade de experienciá-la plenamente, como desejaria. Ainda que suas duas primeiras gestações não tenham sido planejadas e tivessem se dado em momentos de vida muito adversos, ser mãe contemplava um desejo que se mostrou importante para Silvia, inclusive mais

importante que sua própria militância e convicção ideológica. A partir do nascimento de sua primeira filha, sua militância passou a ser desempenhada como um cumprimento de tarefas necessárias ao momento, não significando uma efetiva necessidade abdicar da maternidade para poder dedicar-se integralmente à militância. Em momento algum Silvia relata que essa perspectiva era compartilhada pelo pai da criança. O ser mãe, pai e militante compunham o mesmo universo de referência para ambos, porém, com ordem de relevância diferente.

O relato de Silvia demonstra, hoje, a consciência sobre a radicalidade de sua mudança na hierarquia de gênero, o que não significa afirmar que estava atrelada a uma perspectiva de luta feminista: *"eu questionava era a estreiteza das mentalidades, era justamente isso. Vitória era aquele povinho centrado em si mesmo, a gente tinha muito pouco contato com o Rio, com São Paulo, com Belo Horizonte. O meu contato com o mundo era através dos livros"*. Por outro lado, o que hoje ela classifica como radicalidade, no período representava uma certa intensidade que não poderia durar muito tempo, devido à ousadia de seus atos, tão pouco comuns para uma mulher. Atrelava-se também à essa vivência a perspectiva, tão própria do período, de exaltação da juventude enquanto executora do projeto revolucionário: *"então, eu me dei o direito de viver o que eu pensava que eu tinha o direito de viver, que era encontrar os meus amigos, tomar uma cachaça, tomar uma cerveja, comprar livros. Mas eu tinha crises de angústia recorrentes, né? ...não conseguia imaginar a minha vida numa trajetória longa. Eu sempre dizia 'eu não vou passar dos 30, eu vou me queimar até os 30 anos'. Porque, aos 30 anos, você tá velho, você já fica conservador, entende? Então, eu sempre imaginei a minha vida assim como uma passagem rápida pelo mundo"*.

No entanto, mesmo tendo tido contato com a problemática de gênero, principalmente através da leitura de Simone de Beauvoir, quando menciona o engajamento na luta armada não salienta esse tema em suas reflexões. Sua ênfase é no regime. O senso crítico estava voltado mais para a ruptura com o sistema implantado pelo golpe militar do que com o papel que fora a ela designado dentro do quadro de militantes. Havia uma naturalização da situação, naquele momento, também por parte de seu companheiro. Afinal, estava em jogo uma função

histórica a cumprir e as metas eram iguais para todos: "*dentro do partido você notava, então, que tinha essa distinção, na verdade, né? É, porque eu tinha vontade de fazer as coisas e ele me dizia que não. Que provavelmente o partido dizia que não. Grávida, mulher, grávida, é um risco, é visado e, se cair, e tal... Mas nem me passava questionar isso não, até porque eu tava muito apaixonada*".

As observações sobre a vivência conjugal com seu companheiro de militância salientam que, embora a convivência íntima fosse livre das imposições sociais tradicionais e representassem uma ruptura com os moldes vigentes, eles recorreram a arranjos convencionais de convívio que, muitas vezes, beneficiavam a atuação da militância e eram sugeridas pelo partido.

Durante o exílio, o que mais atordou Silvia foram as questões existenciais, em função de sua busca pela compreensão do que vivia. A ruptura brusca de suas relações e atividades, embora esperadas, na prática geraram uma total perda de referência sobre si mesma. Durante um período, ela não mais se percebia dentro da trajetória que havia buscado. Não era mais militante, não podia ser a mãe de sua filha, não era mais esposa de seu companheiro e nem, tampouco, tinha um trabalho. Essa perda momentânea das referências ainda se repetiria algumas vezes, mas ela havia construído uma nova família por quem agora teria que lutar. É importante salientar que foram as possibilidades de uma nova rede de relações que fizeram com que Silvia não sucumbisse ao desespero e à insanidade, pois a mantinham ligada à realidade. Nesse aspecto, a maternidade é identificada como o principal motivo de luta contra as adversidades pessoais.

Embora sua depressão seja um dos exemplos por ela expostos para esse quadro, fica nítida, para ela, a importância dessa experiência vivenciada de forma ambígua. "*Porque entrar em depressão, como eu entrei, foi quase um imperativo que me foi dado pelo meu organismo, dizendo: 'pára, mulher. Você não agüenta mais, você tá no limite, ou já extrapolou os limite. Pára! Pára e pensa né?'''*". O retorno à vida na legalidade exigia de Silvia a retomada de seus projetos pessoais, que, até o momento da clandestinidade, estavam embasados na revolução, no projeto coletivo de derrubada do regime, na militância. Quando esses projetos já não mais faziam sentido, reaver a sua filha foi o seu principal projeto. No período

em que tem início sua depressão, percebe que não havia mais possibilidades de resgatá-la. É importante ressaltar que, para Silvia, estava em jogo não só a vontade de ser mãe e ter a filha ao seu lado, mas, acima de tudo, a necessidade de proporcionar à filha as condições para ser feliz.

Foi nesse sentido que o processo reflexivo, propiciado pela depressão, abriu novas formas de interpretação de sua trajetória e de si mesma: *"Olha, as coisas que ficaram claras nesse, nesse processo de reflexão sobre a minha vida... Primeiro, que, na verdade... as possibilidades que eu tive na vida de escolha foram poucas... Uma parte da vida, eu escolhi, a primeira parte. A segunda parte da vida foi um mar de consequências dessas primeiras escolhas e coisas que não foram escolhas"*. A compreensão dessas duas etapas a levou a se “desculpabilizar” pelo que viveu e fez os outros viverem, construindo um novo olhar sobre si mesma, reconhecendo que, acertando ou errando, sempre procurou ser verdadeira, e que não deveria se preocupar com o julgamento dos outros: *“Claro que a opinião da mamãe sempre importou pra mim... pelo fato dos sentimentos dela. Mas, o que pesava mesmo em mim era minha própria opinião sobre como eu estava me conduzindo. Então... me ficou uma consciência relativamente tranquila. E isso eu conversei muito, e muitas vezes, com a minha filha. Ela me dizia: ‘mas você... você precisa, você tem sentimento de culpa?’.* Não, eu não tenho sentimento de culpa em relação a você... porque... eu fiz mais do que teria que fazer pra que não acontecesse o que aconteceu. Eu não pude deter, eu não pude, mas eu não fiquei passiva frente ao processo. Isso, por um lado, me tranquilizava a consciência, né?”.

Voltar para o Brasil, e, mais especificamente, para Vitória, foi um reflexo dessa nova oportunidade de avaliação. Estava na hora de voltar e encarar sua trajetória de frente, rever todos os passos que deu, refazer definitivamente seus laços com sua família, reaver seus processos políticos, suas perdas financeiras e lutar para que a Lei de Anistia fosse definitivamente implantada no País. Ela estava decidida a contar sua história às autoridades e montar sua "petição de anistia", coisa que somente ela poderia fazer: *"Então, esse foi um... uma das motivações centrais. Por outro lado, eu dizia: ‘não, mas algumas pessoas eu vou ter que*

*encontrar, eu estando em Vitória, eu vou ter que encontrar. E a gente ainda tem que lutar pra que essa Lei de Anistia seja melhorada".*

**SOLANGE - “Eu não abdicaria um milímetro de nada que eu fiz, porque se não fosse do jeito que eu fiz é porque não era eu”.**

Solange nasceu em 1945, em um vilarejo de zona rural do Estado do Espírito Santo, passagem para todos os comerciantes e professores da região que se destinavam à capital: “*a gente vivia... centrado naquela comunidade e observando as pessoas em trânsito... Era um vilarejo pequeno, mas não era isolado, assim, do resto...*” As famílias de seu pai e de sua mãe viviam ali, de maneira que todos os moradores, em alguma medida, se consideravam parentes. Seus pais tiveram oito filhos: um homem e sete mulheres. Ela foi a terceira filha a nascer, com uma diferença de idade de dez anos para a irmã mais velha. Seu avô materno era um importante fazendeiro da região, com grandes conhecimentos políticos. Seu pai foi um respeitado comerciante, o que fazia com que a família se dividisse entre um bar, uma estalagem e uma venda.

Os papéis masculinos e femininos eram muito bem divididos, seguindo a estrutura patriarcal. Os meninos estavam sempre próximos dos homens da família e as meninas junto das mães, tias, comadres e, principalmente, madrinhas. As mulheres cuidavam da igreja e das festas religiosas, enquanto os homens se ocupavam do bar.

A formação religiosa foi muito forte na família de Solange. Além de sua formação escolar, esteve envolvida, desde criança, em todas as atividades da igreja. Participou da “Cruzadinha de Maria”, foi “Filha de Maria” e sempre atuou em obras de caridade realizadas pela comunidade. Em sua infância, a convivência social era intensa. As brincadeiras na rua, na praça e nos quintais, sempre sob os olhares dos adultos, “*que contavam histórias para entreter a meninada*”. Somente nessas horas meninos e meninas estavam juntos. A ordem era sempre mantida por sua mãe, a responsável por chamar a atenção, dar broncas e castigos nos filhos ou irmãos mais novos, que foram criados por ela após a morte da avó de Solange.

Os principais valores eram a verdade, a delicadeza, a obediência, a honestidade e o respeito: “*E, lá em casa, não se costumava, assim, a pessoa ficar contestando muito. A gente dizia as coisas de verdade. Sabia que ia ficar de castigo, mas tinha que falar a verdade. Então, eu sempre sabia que não podia fazer, porque, se fizesse, eu tinha que contar*”.

Ela se recorda, com muita alegria e emoção, de uma infância repleta de atenção, valores morais, igualdade e amor. Nunca percebeu preconceito de classe entre os empregados e patrões, que se tratavam todos por compadre e comadre, e, para os quais, as crianças deviam respeito e obediência sem distinção. Todas as crianças estudavam na mesma escola, onde os valores cívicos eram adotados com muita seriedade. A leitura não era tão importante assim... Acredita que a convivência social intensa valorizava a cultura oral. “*Primeiro livro que eu li, eu ganhei um livro de história... Tirei primeiro lugar na quarta série primária...*”.

Como não tinha como continuar os estudos no vilarejo, teve que ir estudar na cidade, junto com as meninas mais velhas. Todos eram mandados para os internatos religiosos, na região e nos municípios vizinhos, mas nem todos quiseram permanecer estudando. O primeiro internato em que estudou, aos 11 anos, ficava no seu próprio município e era restrito a meninas de famílias abastadas. Ali, então, começavam a aparecer as diferenças entre as crianças do vilarejo e as da cidade: “*Ali, então, era mais sofisticado... Era uma espécie de aristocracia rural*”. As meninas, em meio a muita leitura, aprendiam boas maneiras e tinham aulas de idiomas e ginástica olímpica. O que mais encantou Solange foram as bibliotecas; havia a da escola, a do município e a da prefeitura. Eram os locais que ela mais freqüentava na cidade: “*para prover essa minha falta de conhecimento intelectual conhecido, eu comecei a ler desmedidamente. Eu li toda a biblioteca da prefeitura*”. Solange também adorava o cinema, que era fiscalizado pelo padre e pela diretora do internato. Nenhum filme era passado na cidade sem que eles autorizassem. O padre era uma figura muito respeitada na cidade e dava aulas de Psicologia, Francês e Latim.

Com a mudança da família do município, ela estudou em mais um internato, até entrar para a Escola Normal. Era uma exigência familiar para as

moças. “*Porque, aí, quer dizer... A história é que, na verdade, num colégio interno, você sabia que as mesmas tradições morais eram mantidas*”. Em casa, durante as férias, eram mantidas as aulas de prendas domésticas (bordar, casear e outras atividades manuais), mas não precisava fazer as tarefas domésticas, já que sempre tiveram empregadas para isso.

Aos 17 anos, em 1962, mudou para Vitória para entrar na Universidade e cursar Letras, uma extensão do curso Normal: “*Era um processo muito normal... não tinha uma condição que era ou estudar ou casar... Nem nunca ouvi isso por lá*”. No entanto, a moradia não podia ser em qualquer lugar e ela foi morar em um pensionato onde várias meninas de sua cidade também moravam: “*mas eu ficava como se eu fosse interna. Eu não tinha autorização pra dormir fora. E isso era uma condição*”.

Estudando na Universidade Federal, chamada por uma colega de turma, começou a participar das atividades da Juventude Universitária Católica, onde foi politizada: “*a grande lição da JUC era ver, julgar e agir. Você precisava sempre analisar as coisas. Isso lá era muito rígido, sobre essa questão (...). Você, como um indivíduo, tinha que ser um indivíduo que se entendesse, se conhecesse e estivesse inserido dentro da sociedade... da comunidade estudantil*”. O aprendizado de como se comportar se deu, na prática, através de duas colegas de curso, que recebiam em sua casa os dirigentes nacionais. Nesses encontros eram discutidas e planejadas ações nacionais e estaduais, já voltadas para questões sociais e estudantis, apoiadas na idéia de um Jesus revolucionário, com uma missão de justiça social: “*e eu tinha que prestar atenção, porque não se podia perguntar muito. Porque eu sabia que as coisas vinham, às pinceladas, pra eu pensar a respeito. Quando chegasse dentro da JUC, nós éramos iguais, na hora da reunião*”.

O grupo passou a atuar com alfabetização popular, utilizando o método Paulo Freire em comunidades carentes, e desenvolveu ações em escolas públicas. Em uma delas, Solange implantou um grêmio líbero-esportivo, que contou com a participação de alunos que, mais tarde, no colégio estadual, se engajaram em uma militância organizada, por exemplo, pelo grupo de JEC: “*E eu consegui entender*

*depois... que aquilo era uma fábrica de liderança. Você pega os mais jovens e direciona a cidadania. O cara é líder. Comandar tem normas, tem que dar exemplo. Ao entrarem no Estadual, eles tinham uma proposta pra fazer, que não era de bagunça, não era de farra*”. As atuações do grupo foram adquirindo conotação político-social à medida em que discutiam as propostas das políticas estudantis. Solange também participava de ações em bairros populares, organizando discussões sobre necessidades básicas e questões de interesse social.

Vitória era um local onde se concentrava o trabalho de clérigos progressistas, que apoiavam os jovens em suas ações ideológicas. A essa altura, a Igreja Católica vinha tendo problemas com o governo militar e iniciou um processo de não reconhecimento das ações da JUC. Segundo Solange, em Vitória, os grupos da JUC e da JEC resistiram às mudanças propostas pela Igreja em suas frentes de atuação: “*olha, é a coisa também... A gente muita coisa não sabia com certeza. Houve muitas baixas na igreja. Quando retrocedeu, se criou as CEBs, os grupos... aqui foi criando outras coisas, mas a gente esperneia, porque queria continuar no que tava fazendo!*”. Somente hoje fica claro para Solange que, na época, eles não tinham noção das relações entre Igreja e Governo: “*Mas, quem tá vendo de fora vê diferente! Vê diferente... porque havia um embate ideológico nesse momento. Claro que foi um embate ideológico, por isso que teve que tomar uma decisão*”.

Naquele momento o grupo já estava participando de ações organizadas nacionalmente contra o regime, em função das políticas estudantis. Iniciou-se, portanto, na Igreja, uma reação nacional do bispado contra esta atuação, “*ficou muito vigiado*”. Tal reação teve como resultado a aproximação do grupo de Solange a um outro grupo, de organização nacional, que já estava atuando desligado da Igreja, em função do embate ideológico existente entre a JUC e a cúpula católica: “*politicamente... nós estávamos todos muito bem organizados. A gente acabou indo para a AP, foi uma força, foi uma forçada, não tinha mais onde se reunir... e eles eram um grupo ainda mais organizado*”.

A participação na Ação Popular ocorreu naturalmente através de uma das colegas que mantinha contato com a organização. Todos os companheiros

permaneceram vinculados ao grupo, executando ações de resistência, que ela julgava difíceis porque eram pessoas conhecidas. Em uma dessas ações, por exemplo, ela foi interceptada por um grupo de conhecidos que a haviam visto pichando palavras de protesto: “*nunca mais! Além do mais, que a pichação me agride, porque é algo que enfeia, emporcalha... Na minha época, lá atrás, eu falava, eu pensava: ‘meu Deus, é muito arriscado! Por tão pouquinho. Quantas pessoas vão ver isso... A gente fazia pelo sentido da disciplina’*”. Solange esclarece que a essência cristã não foi abandonada; o grupo passou a ser ecumênico e mantinha as relações religiosas em prol de um mundo mais cristão e de um cristianismo mais social.

Solange tinha muito medo de realizar tarefas que considerava impossíveis, por falta de estrutura. Entre elas, estavam as que se referiam à organização de grupos que atuavam nas fábricas, tentando criar células revolucionárias junto ao movimento operário: “*e era uma loucura pra tentar, porque, quando eu cheguei na AP, a gente chegou a pensar numa tentativa de criar um grupo operário. Mas, no Espírito Santo, funcionário da [Companhia] Vale [do Rio Doce] ter conselho de operário? Não! Jamais! Aquilo não funcionava desse jeito! E as pessoas falavam que era a minha mentalidade de pequena burguesa que não permitia enxergar*”.

As divergências ideológicas ou práticas existentes dentro do grupo nunca foram suficientes para paralisar das ações. Solange atribui essa condição ao espírito de cooperação do grupo em prol de um projeto coletivo maior, que garantia a participação de todos na realização das tarefas, mesmo quando essas pareciam inviáveis para alguns: “*E a gente sempre fez o que era para ser feito. A lealdade é uma coisa incrível no mundo jovem. Estar junto é estar. Senão, não consegue plantar alguma coisa. Era uma coisa coletiva mesmo. Esse sentimento de coletividade, ele era muito presente, né, muito presente*”.

Em 1964 toda sua família já morava em Vitória e sabia de seu envolvimento em uma organização política. Aliás, seria impossível que não soubessem, já que várias reuniões de planejamento se davam em sua casa. A principal tarefa era a tradução de textos de esquerda que eram recebidos, traduzidos e enviados para todo o País: “*Nós tínhamos uma formação cultural no*

*Espírito Santo muito forte. Nós podíamos traduzir coisas de muitas línguas!! Eu me lembro que, na nossa casa, chegavam uns documentos de Mao Tsé Tung... sobre a China... A questão do Vietnã... E nós traduzíamos, totalmente ilegal! Tinha o contato onde que aquilo já saía daqui e já ia pro resto Brasil". Além dessas ações, ela também guardava em sua casa materiais e um mimeógrafo no qual os manifestos eram copiados para serem distribuídos: "acabava indo algumas coisas pra lá, às vezes a gente tirava, botava no carro, levava num lugar pra rodar, mas voltava e ficava lá. Porque era a única forma... foi lá pra casa porque eu era professora. Eu tinha um álibi maior". Em geral, tudo era preparado na própria FAFI, durante os bailes ou os eventos que aconteciam para angariar fundos para o movimento estudantil.*

Ao longo desse período, Solange participou de todas as atividades que pudesse realizar fora de seu horário de trabalho, principalmente aquelas ligadas ao movimento universitário. Nesse rol encontravam-se as atividades do Centro de Cultura da Universidade, que era um pólo de resistência importantíssimo na FAFI: "Porque era o centro da fermentação, da alegria e da brincadeira também! Por isso que eles falavam que nós éramos festivos. Que nunca seria direito. Mas aí, nós conseguimos dinheiro pra financiar muita coisa da UNE", inclusive garantiam a participação dos líderes estudantis nos congressos nacionais da UNE, além de ajudarem no financiamento destes eventos. Nesse sentido, ela também agia de maneira muito arriscada em seu trabalho ao conseguir doações financeiras para o movimento, junto aos colegas simpatizantes das causas que defendia ou que se opunham às ações do governo: "eu falava: 'você quer ajudar? Você quer fazer alguma coisa?... Esse pessoal não pode nem articular... nem mesmo encontros, congressos ou estudos podem fazer sem dinheiro! Tem que sair daqui, tem que ir pra um canto, nós temos que financiar a ida do pessoal pros congressos de UNE". A própria Solange chegou a participar do Congresso Nacional da UNE realizado em Belo Horizonte, quando a liderança nacional era exercida por um dirigente da AP. "Nessa altura, o presidente de UNE já era também com formação religiosa, os movimentos já estavam todos se misturando".

A articulação dos grupos políticos foi acontecendo progressivamente em função das brigas pela liderança dos grandes movimentos. Recorda-se de uma atuação importante de líderes da AP, disputando com o PCBR a direção do movimento estudantil no Estado. Toda essa ação culminou com a articulação dos movimentos em torno da luta contra a reforma universitária, entre 1967 e 1968: “nas coisas fundamentais que eu ainda acompanhei, foi a resistência ao plano Suplicy. Porque existia, enquanto o povo estivesse junto... E nós vivíamos da paixão pela resistência (...). O que tinha que fazer nós fazíamos. Nós e mais uns outros... que já, na época, era PC do B. Aí, precisava unir, eram pessoas politizadas em prol daquela situação de sobrevivência”.

Um fator que ela ressalta com muita veemência é a coragem da liderança de mulheres daquele movimento, coragem que não se restringia apenas àquelas lideranças ligadas à AP, mas também às demais mulheres que tinham uma importante articulação no movimento estudantil: “eram mulheres de muita liderança, na verdade, ali dentro, né? As mulheres eram muito fortes... e, aí, era de igual pra igual, entre os homens e as mulheres... igual pra igual. Não tinha diferença... Porque tinha a Silvia, tinha a Sônia. Eram umas pessoas muito fortes, eram umas mulheres muito decididas, sabe? E, ao mesmo tempo, pessoas que você não podia falar nada delas em nada, eram pessoas muito... bonitas, se apresentavam, falavam muito bem. Se estávamos na Faculdade de Filosofia, não era uma questão de mulheres mais comportadas, não era nada disso!” É importante observar que, já naquela época, ela percebia ser aquele período um momento histórico para o Estado. Não só ela. Nas conversas cotidianas, também um amigo partilhava dessa percepção: “ele era do Direito e foi fazer História na Filosofia e falava: ‘perder essa fase é perder o Espírito Santo’”.

Solange também percebia certo preconceito entre os movimentos, principalmente da parte daqueles mais “reacionários”, como o PCBR, que considerava “pequeno-burquesas” as mulheres que participavam da AP. Ela acredita também que alguns companheiros de outros grupos percebiam algumas ações da AP como meio descabidas ou não realizáveis: “quem escrachava... eram

*os outros movimentos políticos, que enxergavam claramente as coisas que a gente fazia (risos) e riam! Com certeza! Nos achavam as bobas e idiotas dos negócios!*

Um dos pontos que, na época, ela considerava “*um erro de avaliação*” era a imposição de que os militantes deveriam se parecer com o povo. “*Houve um período em que se falava que a gente precisava ser mais parecida com o povo sofrido. Aquele foi um erro que os outros deviam achar muito engraçado. Porque... por mais que o pessoal estava tentando se profissionalizar, etc e tal, tinham que parecer, tinha que perceber como é que as operárias trabalhavam... Eu sempre achei... achei na época e acho hoje, era um erro de avaliação*”, mas “*era aceitável ... Era um universo muito grande pra analisar*”.

Ainda que Solange nunca tivesse feito parte das lideranças da AP e do movimento estudantil, ela foi a primeira a cair, tendo sido presa em 12 de junho de 1968, em função de uma sucessão de prisões que ocorreram no Rio de Janeiro: “*E... foi um pouco de inocência, ingenuidade, porque haviam avisado que tinha caído o aparelho no Rio e que tinham endereços daqui. Mas a gente achava que todas as coisas eram muito distantes... que não ia acontecer nada*”. Um dos endereços encontrados no Rio era de um estudante secundarista de Vitória, que, ao ser preso, entregou Solange e mais um companheiro: “*ele achou assim: ah, porque a gente era muito esperto e ia sair muito fácil, porque todo mundo sabia que a gente tinha um emprego, tinha tudo. (...) A intenção dele não foi ruim*”. A prisão de Solange foi uma surpresa para a organização, para sua família e para ela mesma. Até então, não haviam sido vítimas de ações da repressão, embora discutissem estratégias para enfrentá-las. A prisão de Solange foi o início do fim da organização no Estado.

No momento da prisão, quando os militares chegaram, ela estava em casa com sua família. “*Os dois caras, de maleta e terno. Eram da auditoria da aeronáutica*”. Seus pais e irmãos sempre souberam de seu envolvimento e nunca fizeram objeção. A confiança familiar sempre foi um valor cultivado, do qual Solange muito se orgulha: “*Tanto que a resposta do meu pai: ‘o senhor sabia do envolvimento (...)?’*”, foi assim: “*eu sempre tive certeza, eu sempre confiei 100% na minha filha (...), se ela faz, é porque tá certo*”. Imediatamente iniciou-se uma

operação familiar para esconder todo o material guardado em sua casa e avisar aos demais companheiros: “*você manda alguém na FAFI avisar! Avisa pra sumir!*” A mãe de Solange pediu para ser levada com a filha, e foi o que ocorreu. Os companheiros sumiram com o material e providenciaram um advogado para representá-la. Embora Solange entendesse a grandiosidade do gesto de sua mãe, não podia permitir que ela permanecesse presa ao seu lado no 38º BI. Assim, pediu para que ela fosse para casa e procurasse, imediatamente, um amigo jornalista e lhe pedisse para divulgar sua prisão e tomar as providências para que não pudessem deixá-la incomunicável: “*Falou com mamãe, orientou pra dizer que eu tinha sido seqüestrada (...) Mamãe foi perfeita, colocou uma foto minha com uma cara bem de menina...*”

Solange foi enviada ao Rio de Janeiro onde permaneceu presa “*em São Cristovão, no Batalhão de Infantaria*”, por uma semana, sendo submetida a interrogatórios contínuos e à tortura psicológica. Os interrogatórios eram realizados em uma sala, por cerca de oito horas seguidas: “*Tinha mimeógrafo, tinha álcool, que irresponsabilidade! Até hoje o que mais me preocupa era a falta de responsabilidade deles. Botar numa sala, parecia um escritório, tinha tudo de escritório, tanto papel, tanta coisa (...) Você pode... uma pessoa, num horário... fazer uma loucura!*”

Após o período de interrogatório, não permitiam que ela dormisse: “*fiquei cerca de uma semana sem dormir*”. Para conseguir suportar o estado de privação e as horas seguidas de interrogatório, ela foi desenvolvendo algumas técnicas: “*eu falei algumas coisas e depois usei técnicas de falar sem parar. Horas, horas, horas e horas, 6 horas, 8 horas... e eu resolvi fazer o seguinte (...): eu não olhava pra eles e eu não levantava a vista. Passou a quantidade de horas que precisava. E, depois, chegou a um ponto que eu comecei a fazer um teste, eu fazia sim ou não pra eles*”. Para suportar o período de encarceramento, utilizou uma forma de se “transportar mentalmente” daquele ambiente, como fazia na infância: “*eu precisava pensar em coisas boas (...). Eu, às vezes, saía dali. Eu resolvi, eu não ouvia mais eles. Eu não ouvi mais eles. O limite da minha resistência foi expandindo, você não acredita! Você sabe... E ali não é só uma questão religiosa*

*agora, é o cidadão. Era o cidadão, eu falava: ‘eles não vão me enlouquecer, eu não vou me entregar’”.*

Desde o primeiro dia em que chegaram ao Rio de Janeiro, ela e seu amigo decidiram fazer greve de fome. Com o passar dos dias, Solange foi chegando a um estado de fraqueza que não permitia que ela permanecesse mais naquele lugar: “*Depois, o que demorou mais pra entregar a gente eram as nossas condições físicas... e parei de beber também. Depois, eles tentavam me dar suco de laranja, mas minha boca cheia de afta. Já não comia mesmo nem se eu quisesse*”.

Voltou ao Espírito Santo, acompanhada pelo pai, que havia ido ao Rio com esse propósito: “*acho que não me algemaram em respeito ao meu pai*”. Chegando ao Estado, ficou presa mais alguns dias no 38º BI, na tentativa de que se recuperasse um pouco mais. Solange se emociona ao relembrar que uma de suas alunas era filha do comandante e intercedeu por ela para que não permanecesse presa naquelas condições: “*a menina era encantada comigo (...) Eu estava com uma fraqueza tão grande, que essa menina agarrada comigo... Quando eu cheguei aqui, ela começou a chorar (...). Aí, ele falou assim: ‘ou você é uma santa ou uma farsante’*”.

Após sua soltura, seu estado de saúde ainda era frágil. Mesmo assim, ela teve que pagar uma promessa que a mãe havia feito assim que saiu da cadeia: “*então, nós tínhamos que ir no Convento da Penha. E eu tinha que subir. E, com certeza, eu tinha que pagar, sabe, uma coisa assim pra mamãe... quando eu saí assim, tão debilitada, o padre da minha terra tava lá. Meu padre... era uma autoridade, na minha casa*”.

A principal lembrança que Solange traz consigo é a da solidariedade, do amor e do respeito que recebeu de todos os amigos de sua terra, que a trataram como uma pessoa importante, fazendo questão de visitá-la, de levar apoio, carinho e cuidados que lhe deram forças e condições de retomar a sua vida cotidiana. Auxiliada pelo presidente do sindicato dos trabalhadores, Solange retomou seu trabalho. Ainda que tenha sofrido algumas perseguições, jamais vai esquecer os gestos de solidariedade e de respeito que recebeu: “*eu tive muita sorte de ter encontrado um homem politizado, altamente politizado (...). Ele disse assim: ‘olha,*

*todo mundo está preocupado com você'. Ele dizia assim: 'você conversa com todo mundo, porque as pessoas estão sofrendo muito por você e com você!"*

Aos poucos, foi retomando a vida, mesmo que indiciada e incluída no inquérito da AP, que mais tarde foi instaurado. Só com a Anistia pôde receber o certificado de bons antecedentes: *"foi terrível, porque eu não consegui um atestado de bons antecedentes nem pra viajar! Nem pra fazer concurso"* na própria empresa em que trabalhava. A sensação de vigília e perseguição foi constante e aumentou após o AI-5. A partir de então, embora não mais tivesse sido presa, precisava comparecer ao quartel quando recebia as convocações para responder ao inquérito.

Em 1971, ela retorna à faculdade, fazendo um outro curso. Casa-se em 1972 com um colega de turma que não havia tido nenhuma experiência de militância e com ele permanece casada até hoje.

Atualmente, Solange acredita que sua motivação para atuar em uma militância política estava associada a fatores familiares e religiosos. Menciona a participação política de seu avô como um parâmetro importante, já que, embora este nunca tenha se filiado a um partido, sempre mostrou uma atitude politicamente ética, atuando gratuitamente como cidadão em prol do bem comum: *"foi uma experiência forte que eu vivenciei e que meu avô nunca usufruiu. Eu acho que até a própria minha militância mais tarde tinha que ser algo gratuito... Mas, eu nunca tinha, claro, que parar pra pensar que eu só poderia trabalhar politicamente de forma gratuita".*

O segundo ponto importante para sua militância foi a valorização da igualdade social, tão vivenciada em sua comunidade, embora repleta de contradições e diferenças que foram ficando claras para ela ao longo de seu amadurecimento: *"...era uma espécie de aristocracia rural. Que eu só vim quebrar muito tempo depois... agradeço muito, assim, as chances que eu tive de repensar algumas coisas que eu nem nunca havia pensado..."*. Conjugada a essa valorização, o projeto de transformação da realidade social como uma missão cristã, presente nos fundamentos da JUC, que até hoje ecoam nas concepções e valores morais e cristãos vivenciados por ela e estendidos a seus filhos.

### **Reflexões de Solange sobre relações de gênero e processos identitários**

As memórias de Solange sobre o período apresentam uma ambigüidade de sentimentos. Embora se orgulhe das relações e dos projetos pessoais e coletivos, as perdas lhe dão a certeza de que não era necessário passar pela repressão, pelo sofrimento e humilhação: “*porque não foi muita coisa que eu aprendi da situação por ter vivido isso. Eu preferiria não ter vivido*”. Por outro lado, sente-se orgulhosa por não ter tido amigos envolvidos, por exemplo, no inquérito da AP. Esses amigos foram fortes nos momentos decisivos.

Mas a ela importam as certezas que adquiriu. A principal delas foi sua relação com a política. Embora sua motivação não estivesse focalizada nas relações políticas, acreditou, por um período, que era o caminho certo para implantar ações de igualdade e justiça social. A trajetória político-partidária que alguns amigos de militância seguiram, após a abertura, serviu apenas para que ela pudesse escolher se distanciar da política e se estabilizar na caridade. Desde sua prisão, as relações políticas só lhe trouxeram sofrimento, decepção, falta de credibilidade. Também percebe que quase nada mudou no processo político desde então: “*eu nunca me apaixonei com a proposta da política no Brasil. Tem que haver o que comemorar, mas eu acho que tem muito o que lamentar. E eu sempre achei aquilo de uma sujeira! E eu não gostei também de ver amigos mal compreendidos e massacrados, não gostei! Pode ser até que eu veja outro tipo de política, mas esta não me encanta. Ela fere muito meus princípios*”.

Solange não abriu mão desses princípios, nem mesmo quando se associou ao projeto revolucionário, com propostas, objetivos e ações tão radicais: “*aquela parte dos princípios básicos, você não vai infringir mesmo, em nome de nada, de nenhuma revolução*”. Essa certeza também se relacionava à revolução dos costumes, tão associada aos revolucionários. Os princípios morais não estavam incluídos em suas propostas de mudança social, e esse era um dos motivos pelos quais seus pais confiavam tanto nela: “*eu tinha... uns conceitos muito rígidos. Acho que mamãe também tinha muita confiança nisso. Eu tinha os conceitos muito rígidos*”. Por isso, também, ela acha que sofriam preconceito por parte dos grupos

que as chamavam de burguesas. Estavam sempre muito bem vestidas nas festas e se comportavam dentro dos padrões morais esperados de uma moça: “*Então... a gente tinha um comportamento, na verdade, muito tradicional*”. Para ela e suas amigas, era muito claro que havia uma grande diferença entre ter valores morais tradicionais relacionados a comportamentos afetivo-sexuais e seguir um tradicionalismo burguês.

Um bom exemplo foi seu casamento, em 1972. Solange se casou virgem, após um ano de namoro, na igreja: “*respeitando a promessa em si do matrimônio ou sacramento. Aquilo, pra mim, era muito importante*”. Mas a coerência com sua proposta de vida, que buscava a igualdade social dentro do projeto coletivo que partilhava com seus amigos, a fez questionar o ritual tradicional a ser seguido: “*O que eu estava discutindo, junto com muitos amigos, na época, era a moda, o modismo, a questão de... daquele tradicionalismo externo. Não, não fazia parte das nossas histórias, dos nossos conceitos, de nossas convicções*”. Seu casamento foi “*muito fora de tradição*”, a começar pelo vestido, que não foi de noiva: “*eu me casei de vestido curto, do auge da minissaia. Minhas madrinhas (...), todo mundo parecia que tava só com a blusa*”. No lugar da grinalda, um chapéu. Do buquê, uma rosa natural: “*sou da fase de altíssima contestação, do 'faça amor e não faça guerra. A gente achava que fazia parte também da modernidade'*”. O que não significa que a lua de mel não tenha seguido os padrões esperados: “*a gente não entrava numa questão comportamental mais seriamente com relação a algumas tradições*”. Tradições familiares aprendidas e repassadas de mãe para filha. Solange manteve com sua filha os padrões morais que recebeu, como deveria ser com “*uma moça de família*”, que se casou dentro dos ritos e tradições.

A trajetória de Solange faz com que ela perceba continuidade em meio às rupturas, sendo essas mesmas rupturas fundamentais para o seu próprio reconhecimento. A passagem de Solange pela militância não esgotou sua capacidade de ação em prol dos valores de justiça social, nem, tampouco, a fez rejeitar a validade de seus propósitos iniciais, embora ela reconheça que houve equívocos na avaliação de estratégias e no alcance da ação política, nem sempre claros naquele momento.

Depois do fim da militância e da sua decepção com a política, ela permaneceu com seu ideal de crescimento espiritual através do cultivo da “*benevolência*”. A certeza de que, mais do que caber ao cidadão a postura ética cabe ao cristão a caridade, fez com que ela buscasse, acima de tudo, fazer a parte que lhe cabe junto aos que necessitam: “*houve um grande período em que a gente falava que não era pra se dar o peixe, precisava ensinar a pescar. Mas a gente tem visto tantas pessoas incapazes até de segurar a vara. Você precisa ouvi-los primeiro, ajudar. Então, esta é a política que eu costumo, que eu quero fazer.*

Solange não se arrepende de sua trajetória e não tem receio de afirmar para seus amigos da época, que até hoje partilham de suas memórias e experiências: “*Eu não abdicaria um milímetro de nada que eu fiz, porque se não fosse do jeito que eu fiz é porque não era eu. As respostas de cada coisa é resultado do que somos, não é verdade?*”

**SÔNIA** - “*E eu vou sempre lutar por um mundo melhor (...) tendo consciência de que nós vamos continuar num mundo de relativas injustiças, de relativas desigualdades*”.

Filha mais velha de pais pertencentes a famílias tradicionais de Vitória, embora nascida na capital, Sônia passou parte da infância em Brasília em função da carreira política do pai, um liberal que se interessou pela política ainda na juventude. A filiação partidária de seu pai, assumindo o cargo de “*presidente do movimento popular Jânio Quadros*”, promoveu o contexto de discussão política que marcou sua infância e adolescência. Com Jânio eleito, seu pai aceitou um cargo importante no governo federal. Em casa, as discussões progressistas eram freqüentes já que seu pai partilhava “*dessas idéias mais inovadoras (...). Ele achava que Jânio Quadros ia... resolver uma série de problemas, porque ele não tinha envolvimento com as chamadas oligarquias*”.

Após a renúncia de Jânio Quadros, a família retornou às pressas para Vitória. Seu pai se tornou diretor da faculdade de Direito, enquanto que ela, estudante secundarista, iniciou sua participação no movimento da Juventude

Estudantil Católica, a JEC. Sua formação cristã foi influenciada pela família da mãe, que era muito católica, estudou no colégio de freiras mais tradicional da cidade e, por escolha pessoal, participou da “*Cruzadinha de Maria*”, na qual prestava assistência aos pobres, o que a despertou sua visão para a desigualdade social.

Já no Colégio Estadual, envolvida com a reorganização do grêmio escolar, aproximou-se da União Estadual dos Estudantes, a UEE, e se interessou pelo projeto de alfabetização através do método Paulo Freire “*para alfabetizar pobres*”. Participando desse projeto, começou a freqüentar as reuniões que articularam as passeatas contra o golpe militar: “*vem a Revolução de 64. A UEE tomou uma posição absolutamente contra, né? Fomos fazer passeatas... ia junto. Era meio na onda, porque eu era... secundarista*”. Foi nesse período, aos 16 anos, que sofreu a primeira perseguição. Seu pai, já prevendo o endurecimento do regime dadas as informações que recebia, tentou convencer a filha dos riscos que corria: “*eles começaram a perseguir, prenderam muita gente, né? Então, papai falou: ‘seu nome vai acabar saindo nisso’*”. Seu nome foi, realmente, incluído em uma lista de subversivos. “*Papai ficou nervosíssimo: ‘você não pode mais ir’*”. Mas a filha usava argumentos baseados em princípios que o pai sempre defendeu. A aproximação ideológica com a esquerda se deu pouco a pouco, casualmente. As primeiras leituras sobre economia brasileira, para ajudar um colega que estava na faculdade de economia, forneceram a base para que percebesse as manobras do “*Imperialismo americano*”, que tanto viria a combater.

Para afastá-la dos grupos que se articulavam contra o regime, o pai apoiou sua ida para um intercâmbio nos Estados Unidos. Mas aquele país vivia um período de total efervescência política e ideológica em função da guerra do Vietnã e do Movimento Negro de Direitos Humanos, o que foi uma escola para seu retorno ao Brasil: “*... meus ‘pais’ americanos eram católicos democratas e eles eram contra esse negócio de jogar bomba... no Vietnã. Não tinha como não se envolver, meu ‘irmão’ americano foi enviado pra guerra*”.

Ao voltar, também apoiada pelo pai, passou no vestibular em um curso considerado masculino, para estranheza dos amigos, e logo se destacou entre os

colegas: “*Fui escolhida líder do movimento estudantil*”. Ao mesmo tempo, envolveu-se com um grupo cristão ecumênico que militava por um “*socialismo cristão*”: “*eles eram um pouco mais velhos, era justamente esse povo da antiga JUC*”. Foi, então, chamada por Solange para participar da AP: “*Porque ela discutia comigo e tal, pra me convencer. Aí começaram a me fazer a cabeça pra eu me candidatar à UEE*”. Sônia aceitou o desafio e compôs a chapa que representava a Ação Popular. Através de uma coligação, assumiu a Vice-Presidência da entidade, passando a representar os estudantes capixabas nas ações nacionais. Esse foi um momento de embate importante entre as lideranças estaduais, mas Sônia pouco se recorda das coligações entre os grupos.

Envolvida nas manifestações contra o acordo MEC-USAID, recorreu aos contatos estabelecidos nos Estados Unidos e conseguiu uma cópia do Relatório do acordo, ao qual, até então, não tinham tido acesso. A esta altura, ela já tinha revisto sua posição agressiva contra o povo americano: “*eu passei a ver as contradições internas dentro da sociedade americana*”. A experiência fora do país trouxe benefícios para a posição que ela veio a adotar em sua militância e gerou diferenças entre ela e os demais companheiros. Sônia não assumia posições por imposição, queria entender claramente os argumentos utilizados: “*E eu acho que isso me tornou uma pessoa um pouco mais racional. Não só porque eu tinha um pai que discutia... Como eu tinha essas outras informações, que me levavam a ter uma conduta um pouco mais reflexiva (...), eu queria formar minha própria opinião*”.

O intenso envolvimento com a militância gerou conflitos em casa e ela enfrentou a oposição do pai, muito preocupado com a segurança da filha. Para minimizar os atritos com a família, com quem sempre manteve ótimas relações, resolveu esconder dos pais sua atuação nacional, que começou no fim de 1967, para a organização do 30º Congresso Nacional da UNE, que estava “*na mão da Ação Popular*”. Embora ainda não se considerasse militante do grupo, já era reconhecida como uma liderança estudantil que representava a AP no estado. Referindo-se a episódios de reuniões, traça um detalhado perfil dos grupos e partidos que convergiam e divergiam nas decisões a serem tomadas, destacando as

estratégias, alianças, ações e dissidências de cada grupo, que se multiplicavam: “*Nós chegamos a ter quase uns cinqüenta partidos de grupos políticos. Havia cisão da cisão da cisão da cisão*”. Com a passeata dos cem mil, em junho de 68, as divergências partidárias e ideológicas perderam o sentido e os grupos se uniram em protestos contra a repressão e a ditadura: “*Porque, aí, eu acho que, de repente, com a morte desse estudante, do Edson Luis, aglutinou todo mundo. Acabou essa história de divergência... aglutinou todo mundo*”. Uma estratégia bastante utilizada pelos líderes estudantis era usar as represálias sofridas para fortalecer o movimento. Talvez, por isso, o ano de 68 tenha se tornado tão intenso para os dois lados, o dos estudantes e o da repressão. O trágico episódio da morte do estudante no Calabouço, em março de 1968, teve como resultado uma maciça adesão estudantil e apoio popular: “*e como a gente, da AP, era chamada massista... Enquanto os outros estavam pensando em fazer revolução armada, nós estávamos pensando em jogar as massas contra o governo. Então, essa pode ter sido uma das razões porque nós investimos tanto no movimento estudantil e passamos a ter tanta força*”.

Todas as bandeiras levantadas pelos estudantes capixabas durante o primeiro semestre de 68 foram planejadas junto com o movimento nacional, com estratégias que tinham como objetivo envolver o maior número possível de estudantes nas manifestações de protesto. Sônia enfatiza que, embora tenha havido uma importante massificação a favor do movimento em Vitória, principalmente contra a ditadura, “*que perseguia, prendia e, inclusive, matava*”, a oposição também marcava presença. Eram grupos de estudantes de “*extrema direita*”, que apoiavam o governo e que eram agressivamente contra o movimento estudantil. Destaca que seu curso era um dos que concentrava maior quantidade de alunos de “*direita*”, o que tumultuava as relações estudantis.

Analizando as ocorrências dos primeiros meses de 68, Sônia avalia que sinalizavam o endurecimento do regime militar. Segundo ela, o Congresso da UNE foi a gota d’água porque afrontou abertamente o governo, descumprindo todas as normas impostas pelo regime. Aponta também a influência do movimento internacional nesse período, com a juventude francesa questionando não só as

estruturas autoritárias do governo: “*as outras estruturas autoritárias, família, essas relações todas tavam... sendo discutidas*”. Nas reuniões informais essas questões eram amplamente discutidas entre as lideranças estudantis: “*Se misturam, porque eu acho que o movimento estudantil queria ser liderança de tudo. Não só do movimento estudantil, mas uma liderança dentro de... mudança de costumes*”. Mudanças essas conflituosas e ambíguas dentro do próprio movimento que ora defendia a presença das mulheres ora as colocavam em posição de desigualdade. Lembra que nos bastidores das assembléias é que apareciam as desigualdades de gênero e alguns líderes relacionavam a postura ideológica divergente das entidades estudantis ao fato de serem representadas por mulheres, desconsiderando a posição da entidade a qual ela e suas companheiras pertenciam e que tinha maior participação feminina.

No agitado ano de 1968 seu pai já sabia que seu envolvimento com o movimento estudantil extrapolava a atuação na universidade e o embate entre os dois foi inevitável, acontecendo às vésperas do Congresso da UNE: “*papai falou assim: ‘olha, a coisa tá ficando preta... se você for participar desse congresso de UNE, que tá todo mundo falando nesse congresso... eu tenho certeza que vai ficar todo mundo preso. Você não vai poder viajar... você ainda não tem maioridade, então eu te proíbo. E você não vai ter dinheiro, que eu vou te cortar o dinheiro pra isso, porque isso é um risco muito grande’*”. Essa foi a primeira vez que o pai agiu de forma imperativa e repressiva. Mesmo abalada com a desavença ela viajou, comunicando sua ida apenas ao irmão. A participação no Congresso, quando ocorreu sua primeira prisão, infelizmente seguida de outras, cada vez mais violentas, sinalizou o fim da atuação de Sônia no movimento estudantil.

A prisão aconteceu na hora do café da manhã, quando o sítio foi todo cercado por policiais. Foram todos levados para um presídio comum, em São Paulo, e lá permaneceram por uma semana. Com as manifestações pela soltura acontecendo em todo o País, ela tinha certeza que nada aconteceria. Relata que os pais fizeram uma enorme manifestação ao redor do presídio por dias. Os estudantes presos organizaram uma greve de fome para pressionar, enquanto uma quantidade enorme de comida chegava dentro das celas. A estratégia deles era cantar músicas

do Chico Buarque e do Geraldo Vandré, em duetos entre as celas masculina e feminina, que acabou contando com a participação de uma cela de prostitutas que aderiram às manifestações do grupo.

No retorno a Vitória sofreu ameaças, humilhações e alguns “safanões” no DOPS e depois foi solta. Os estudantes esperavam com uma manifestação e a estratégia de Sônia foi contar a eles todas as ameaças que sofreu, para divulgar o que estava acontecendo. Foi indiciada em vários processos pela lei de Segurança Nacional, tendo que responder a inquéritos, mas pode continuar a vida escolar. Em casa, não recebeu críticas nem advertências dos pais.

Com o AI-5, no verão de 69, Sônia foi detida novamente durante uma panfletagem. Voltando à Universidade sofreu ameaças e perseguições e decidiu pedir transferência para a Universidade Federal o Rio de Janeiro. Em 11 de abril, já no Rio de Janeiro, foi presa no Restaurante Universitário, em um protesto pacífico contra arbitrariedades cometidas dentro do próprio restaurante. Permaneceu presa por 15 dias, em uma prisão para presas comuns, sofrendo ameaças, prestando depoimentos contínuos e sendo submetida a diversas acareações. Foi recambiada para Vitória, a pedido da polícia capixaba que soube da sua prisão pelos jornais cariocas, alertando também a família. Um processo foi aberto contra ela na UFRJ enquadrando-a no artigo 477, que previa a suspensão do estudante por 3 anos em qualquer universidade do País. O enquadramento foi julgado improcedente muito tempo depois, em função de um grande esforço de seu pai e de advogados. Sua casa no Rio de Janeiro foi invadida e todo seu material escolar apreendido pela polícia. Permaneceu presa em Vitória na penitenciária feminina junto às presas comuns, incomunicável até o fim de um dos inquéritos, sendo impedida de dormir e se alimentar, sofrendo ameaças e passando por humilhações e agressões físicas. As acareações continuaram acontecendo e ela presenciou ameaças a seus colegas caso não a delatassem. A convivência com as presas comuns era muito tensa em função das rivalidades entre os grupos, mas com o passar dos dias Sônia pode explicar o motivo pelo qual estava presa e garantir sua segurança: “*E elas diziam assim: ‘qual o seu artigo?’*. Quando eu dizia: ‘não, é segurança nacional’. ‘O que que é isso? a gente não conhece esse artigo’ (...) ‘Ah, você é muito mixuruquinha,

*você não fez nada, um criminho de nada”.*

Solteira em julho de 1969, entrou definitivamente na clandestinidade aos 22 anos. Ao retornar para o Rio de Janeiro foi avisada por amigos, que sua casa tinha sido invadida, que os militantes da AP estavam sendo presos e que já estavam à procura dela. Impossibilitada de voltar para casa e sem ter para onde ir, após conseguir contato com a direção da AP. Filiou-se à organização e assumiu a clandestinidade. No tempo em que aguardou a organização definir para onde seria mandada, enviou um recado para sua família explicando a situação. Nessa ocasião seu pai tentou convencê-la a sair do País, mas ela não via possibilidade de abandonar a luta, depois de ter conhecido as prisões da ditadura. Sônia assumiu uma nova identidade, despediu-se da família em um telefonema, e seguiu para Belo Horizonte, onde se estabeleceu em um bairro operário na periferia.

Em Minas Gerais desenvolveu atividades políticas em Contagem e Juiz de Fora, organizando células e movimentos de bairros, como dirigente seccional de Belo Horizonte e diversas vezes esteve com a polícia em seu encalço. Durante esse período morou com operários em quartos alugados, que às vezes pagava com serviços. Trabalhou como ajudante de cabeleireira, vendedora de produtos de beleza e atendente em consultório dentário.: “...e lá eu tinha contato com pessoal que trabalhava em fábrica, organizava...porque a Ação Popular fazia mais esse trabalho que era de organização dos operários em bairros, resistência em fábrica (...) na perspectiva de gerar um clima anti-governo, né, que pudesse eventualmente levar a uma revolução”.

Sônia recorda com muita emoção das pessoas com quem dividiu sua vida nesse período, pessoas que ajudou e por quem foi ajudada. Faz questão de mencionar um episódio que marcou muito sua trajetória pessoal, quando morava em Juiz de Fora na casa de uma senhora de 60 anos que havia sido empregada doméstica do Carlos Lacerda e que era uma liderança na comunidade: “então ela era meio politizada, mas ela era analfabeta. Eu comecei a alfabetizar ela. Aí eu descobri que ela não conseguia aprender a ler porque ela não enxergava. Aí eu comprei um óculos pra ela. Eu recebia um salário mínimo, né, eu tirei e comecei a pagar em prestação um óculos e ela começou a entender as letras. Essa mulher

*ficou numa alegria quando começou a enxergar!”.*

Embora tenha recebido ajuda financeira do pai em alguns momentos, a questão salarial foi um fator importante na sua militância, porque na AP o trabalho era considerado fundamental, e Sônia concordava com essa perspectiva. Só os dirigentes nacionais viviam da contribuição da militância, porque eram muito visados e não tinham como trabalhar. Os outros militantes sobreviviam com os próprios salários e não eram sustentados pela organização ou por ações que rendessem ganhos financeiros, as chamadas expropriações, como assalto a Bancos: “... pra você viver aquele drama do cara que trabalha e vive do salário. Pra você entender essa realidade. Eu acho que isso talvez foi uma das razões porque a Ação Popular não entrou nessa loucura tão grande de outros grupos de partir prá arma e tudo”. Explica que a proposta ideológica da AP seguia o projeto Leninista de revolução: “a proposta de levante urbano das massas, que era greve geral pra depois você tomar o poder”. A aproximação com o PC do B trouxe uma perspectiva Maoísta, com a qual não concordava: “que pretendia fazer o cerco da cidade pelo campo”. Apesar da oposição de Sônia, seu grupo aderiu à guerrilha em Marabá, o que provocou divergências entre ela e os demais dirigentes: “Quando eu tentava botar elementos de racionalidade na coisa, aquilo era rechaçado, as pessoas não consideravam... a argumentação”. À medida que as discordâncias aumentavam, passou a ser marginalizada, com a justificativa de que estava contaminando as bases. A guerrilha armada rural foi imposta como uma “visão majoritária” e ela deveria aceitar o “centralismo democrático”, admitir que estava errada e se submeter à maioria. Foi um momento difícil porque não se convencia: “Pensei: ‘gente, será que eu tô louca? Não é possível, não entra na minha cabeça, se todo mundo pensa, só eu que não penso, só se eu for louca!’”

Em meio à análise ideológica que traçou, Sônia esclareceu que em condições de clandestinidade os militantes não sabiam o que realmente estava ocorrendo. As informações eram passadas de militante para militante, em encontros rápidos e codificados, o que tornava impossível a discussão de aspectos fundamentais, já que o grupo não se reunia por questão de segurança. A falta de informações a incomodava, por não saber o que realmente estava acontecendo e

nem conhecer alternativas.

Ao longo do relato detalhado das relações na organização e de suas discordâncias ideológicas, ela deixa transparecer o quanto as relações pessoais do militante eram determinadas pela organização. Uma situação que marca profundamente essa perspectiva foi sua separação forçada do namorado militante, de outra célula, que também não concordava com a proposta de guerrilha rural. Preocupada com a relação dos dois e suas convergências ideológicas, a organização cria empecilhos para a manutenção desse contato. Preso, esse rapaz se tornou um desaparecido político. Foi a partir desse episódio que ela começou a se afastar ideologicamente da organização e iniciou um processo de reflexão e crítica ao pensamento e ações da esquerda, que se consolidou no período em que ela, já fora do país, descobriu que o regime comunista não era exatamente o que a faziam acreditar.

Em dezembro de 1971, Sônia foi presa novamente e levada para o DOPS de Belo Horizonte. E em sua terceira prisão conheceu os verdadeiros e cruéis porões da ditadura, onde foi “*torturada física e mentalmente, durante meses, com recursos dos mais primitivos aos mais modernos, em prisões de Minas e do Rio de Janeiro, inclusive uma casa de campo mantida pelo Cinemar*”.

Durante os 30 primeiros dias de prisão era comum os presos ficarem incomunicáveis e serem considerados desaparecidos, ou seja, sua prisão não constava em nenhum registro. Essa era a fase das piores torturas e o momento no qual poderiam ser mortos que não havia como responsabilizar o Estado, o que não significa dizer que depois disso as torturas cessavam. Foi exatamente o que aconteceu com ela.

Sônia relata serena e detalhadamente seu período de “desaparecimento”. Recorda suas reações frente aos torturadores, aos outros torturados e as reflexões sobre si mesma. Ela se impressiona com a própria capacidade de se manter sob controle frente às torturas e interrogatórios. Acredita que sua recusa a revelar até mesmo informações sem importância foi ao mesmo tempo seu calvário e sua salvação: “*Eu tava absolutamente convencida que eu não ia dar informação, que isso não ia me valer de nada*”. Ela acredita que essa postura também servia para

atiçar a ira de seus torturadores e por isso foi alvo de tantas e variadas sessões, incluindo a simulação de execução de roleta russa, que foi um ato de puro terrorismo para minar sua resistência: “*Eu falei “o que pode acontecer de pior é eles ficarem com tanta raiva porque eu não dou informação e me matarem. Mas se eles me matarem, acaba pelo menos isso!”(...). Eu tinha uma racionalidade que eu fico impressionada como é que eu conseguia*”.

Sônia fala ainda de uma situação particularmente difícil que passou, por considerar que de todas as formas de tortura era a pior que poderia lhe acontecer. Pior do que ser torturada era ser submetida à acareação durante a tortura de companheiros, ou ser agente de tortura, forçada a acionar o mecanismo para choques elétricos em outros presos.

Para Sônia sua preservação mental deveu-se a uma forte convicção de permanecer calada. Desenvolveu exercícios de repetição mental que permitiam que ela se desligasse do processo de tortura durante as sessões: “*eu dizia assim... é como se eu tivesse, assim, vamos supor que houve um desabamento. Eu tô embaixo dos escombros. Não tem como sair. Essa é minha situação. Eu ficava me lembrando pra mim, essa é minha situação. Não tem saída! Abrir não é saída! Não vai melhorar minha situação! Só vai piorar a dos outros, sem melhorar a minha. Então eu não posso falar!*

Com as prisões consecutivas e as técnicas de tortura cada vez mais brutais a cada prisão, ela foi identificando o que eram técnicas primitivas e o que eram técnicas modernas. Em Belo horizonte as técnicas eram as “*mais comuns*”, das quais já tinha ouvido falar, o que não amenizava sua dor e desespero: “*eles botaram cobra em cima de mim, eles me deram muito choque elétrico, me afundaram a cabeça na... pau de arara, afogamento... A água era em baixo pra aumentar a potência do choque e é uma dor, uma dor! Uma coisa insuportável e com a cabeça dentro d’água assim, afogando. Era um balde assim pra cabeça afogar e choque ao mesmo tempo é, aí ficava um tempão naquilo. Sem roupa... orelha, né, coisa de orelha, dedão do pé, vagina, tudo! esses...essas técnicas que eles usam até com preso comum, também*”. As sessões de interrogatório e tortura eram contínuas, mas alternavam os métodos utilizados.

Sônia fala também sobre o tratamento que considera ter recebido por ser mulher: “*mulher era espancada muito no peito*”. Nos interrogatórios era sempre utilizada linguagem de baixo calão, com muito xingamento, além de comentários sarcásticos sobre seu corpo. Para essas ocasiões ela percebia uma diferença entre os torturadores que eram colocados na sala, cada um adotando uma postura diferente, do mais agressivo ao benevolente, que geralmente entrava na sala e pedia calmamente que ela se despissem. Se a ordem não fosse seguida, a roupa era arrancada, agressivamente, pelo outro torturador: “*é, um negócio bem constrangedor*”.

Sem saber por que, foi enviada para o Rio de Janeiro, onde passou por condições ainda piores: “*quando eles me levaram pra prisão a barra piorou, no Rio, que a barra piorou muito, aí que eu resolvi provocar*”. A provocação que ela adotou era desafiadora: “*eu até falei com eles assim ‘se tem uma coisa que vocês não vão conseguir é destruir... me destruir como pessoa, porque vocês tão tentando, mas isso vocês não vão conseguir’*”. Assegura que nunca se sentiu vítima por ter vivido essa situação e que sua atitude sempre foi de enfrentamento e desafio em relação aos torturadores conseguindo manter a cabeça erguida, apesar da situação terrível que enfrentou: “*Eu dizia assim: ‘se eu conseguir escapar com vida, eu não vou me envergonhar do que aconteceu aqui. Eu nunca... eu vou poder dormir tranquila, porque eu não denunciei companheiros, eu não falei contra ninguém, isso aí vai me dar uma tranquilidade’*”.

No Rio foi conduzida a um centro de tortura que reconheceu como sendo em Petrópolis. Embora não se recorde muito de como era o local e as condições, acredita que nessa casa as formas de tortura eram mais experimentais: “*eu não consigo muito lembrar de como era, porque como eu já tava muito ruim quando eu fui levada pra lá, e como eu já fui entrando no pau ali (...) eu me lembro muito, assim, eu tenho uma visão muito clara da geladeira, que eu ficava dentro*”. A “geladeira” consistia em uma câmara refrigerada em que havia alteração constante de temperatura, chegando a ficar muito frio, e uma variação sonora intensa: “*o som... porque era grave, agudo, mas era um negócio... a história do som com a temperatura era uma coisa assim que desestruturava completamente, eu pensava*

*assim “vou enlouquecer”. Porque você ficava ali... só ouvindo aquilo...eu ficava cantando. Tentando voltar minha atenção pra outra coisa, esforçando minha memória pra pensar em coisas pra eu não ouvir o som. Mas é uma coisa que enlouquece mesmo*”. A estratégia de Sônia para não ficar completamente desestabilizada era cantar todas as músicas de Chico Buarque que conhecia o mais alto possível: “e quando terminava começava tudo de novo”. Isso antes de descobrir que tinha tido os dois tímpanos perfurados pela técnica de tortura que ficou conhecida como “telefone”: “eu até fiquei aliviada por que nessa noite eu consegui dormir”. O período de tortura e reclusão foi tão grande e tão intenso que chegou a desejar que os torturadores se irritassem com ela a ponto de matá-la: “para vê se acabava logo com aquilo”.

Sônia descreve também o que era a permanência em órgãos de repressão como DOPS ou DOI-Codi, instalados em quartéis da polícia do Exército como recintos para interrogatórios de presos políticos ou como locais de tortura, marcando uma diferença entre a experiência individual e coletiva, já na condição de presos políticos em presídios normais. Nos primeiros ficou sempre em situação muito precária, sem alimentação suficiente, dormia no chão de celas sujas, sem nenhuma higiene, o que contribuía para debilitar ainda mais sua saúde.

Nessa situação, a solidariedade era um componente fundamental para que pudesse suportar o sofrimento. Como a maior parte do tempo ficou isolada, recebeu apoio de onde menos esperava: dos “soldadinhos”. Com o tempo ela percebeu que os carcereiros não sabiam exatamente o que se passava, e a presença deles muitas vezes amenizava a atmosfera de terror que prevalecia naquele ambiente. Em várias situações eles serviram de elo entre ela e o mundo exterior, e até mesmo intramuros, mostrando a coragem que muitos deles tinham ao ajudá-la, pois estavam correndo sérios riscos. Sônia conta que só pode identificar alguns de seus torturadores, para fins de seu processo, com a ajuda deles. Houve situações em que eles interferiam a seu favor, sem que ela solicitasse, para a limpeza de sua cela, levando vassoura, panos e material, além de fazerem companhia e brincadeiras, garantindo sua sanidade mental.

Sônia relata que também em coletivos de presos políticos, em presídios de

presos comuns, as relações com a carceragem foram um ponto de apoio importante, amenizando a condição de confinamento. Mas notava uma diferença na postura dos presos políticos homens, que geralmente reclamavam das relações de proximidade com a carceragem, acusando-as de estarem se associando à ditadura. Foi na prisão coletiva que ela descobriu que a esquerda não era exatamente como pensava. Embora soubesse que excessos aconteciam dos dois lados, para ela era inconcebível que as atrocidades comentadas sobre a esquerda, pelos torturadores, pudesse fazer algum sentido. A percepção da diversidade de grupos armados foi se materializando à medida que ela conversava ou ouvia comentários de militantes de grupos radicais. Certa ocasião, discutiu com um preso político que comemorava uma ação terrorista na Europa, divulgada na imprensa: *"eu falei: 'mas você acha isso bom, jogar uma bomba no aeroporto, matar um monte de gente inocente?'".* 'Lógico, como que vai fazer a propaganda da...da...da causa? Tem que fazer uma ação espetacular". Para Sônia esse começou a ser o divisor de águas entre ela e a esquerda, reforçando a ruptura que se iniciou com o ocorrido no episódio da AP: *"eu já vinha vivendo também essa questão da...é...essa ruptura dentro de mim (...). Foi assim dos grandes choques que eu tive na minha vida... quando eu comecei a entender...que no meio da esquerda tinha gente muito louca...e que tinham grupos completamente malucos. A gente já sabia um pouco...você já sabia um pouco que os caras faziam isso. Mas de repente eu tomei um choque, assim...de ver um cara vibrando com uma ação que eu achei absurda. Entende? Aí, pensei... eu tô a anos-luz desses caras".*

Esse era um dos pontos de confronto entre ela e os torturadores que, nas discussões ideológicas, afirmavam que ela não sabia do que estava falando. Enquanto eles achavam que era estratégia dela negar, ela achava que o que diziam era estratégia deles para desmobilizá-la. Um outro fato que considera marcante foi a compreensão das relações entre os órgãos de tortura. Ela jamais poderia imaginar que havia se tornado um objeto de disputa, através do qual os comandos e torturadores poderiam provar sua eficiência. Em um primeiro momento ela não compreendeu porque passou a ser mais bem tratada quando retornou ao quartel de Minas Gerais, sentiu que havia uma euforia entre os militares e ficou muito

temerosa achando que a tortura iria recomeçar: "Aí quando nós fomos chegando veio um dos caras que tinha me torturado. Tava no fusquinha com a mulher e filho dentro do carro. Ele: 'oi, tá chegando?'. Aí ele foi, parou o carro assim (...) 'como é que é, ela abriu o bico?'. Aí o cara falou assim: 'não'. Ele deu aquela gargalhada e foi embora". A situação ficou clara quando, conforme entrava no quartel os oficiais iam anunciando: 'ó, não abriu nada não!'. Passando por outros caras e falando assim 'ó, não abriu nada não'".

A primeira visita que recebeu de sua mãe foi nesse momento, e foi comemorada por ela com uma preparação de sua aparência. Teve direito a banho e pode pedir o que necessitasse para a visita. Bastante preocupada com sua condição física e com a reação da mãe quando a visse, solicitou um aparelho de barbear para raspar as pernas e uma pinça. Hoje acha graça desse episódio e relata com uma grande descontração a avaliação que os militares fizeram dos seus pedidos; "aí eles falaram assim 'é, a nossa maluca aí tá pedindo pinça! Você não acha que já não foi muito torturada não, menina? Pra ainda se torturar com uma pinça?'. Aí ficaram rindo da minha cara. 'Tá bom, você quer se torturar, toma a pinça! (...) É louca essa mulher, ficar arrancando cabelinho!'. Aí me deram a pinça. Fui lá pro banheiro, tirei minha sobrancelha, ajeitei um pouco minha sobrancelha assim...".

Após um longo período de reclusão e tortura, bastante debilitada física e psicologicamente, a visita da mãe trouxe um novo alento a sua vida, dando-lhe a certeza de que havia sobrevivido, de que não seria mais torturada e de que em breve estaria fora da cadeia, protegida e segura. Após sete meses em total confinamento, passando por um longo período de bárbaras torturas, presa na maior parte do tempo em solitária, com poucas notícias da vida extra-muros, e sem nenhuma noção de quanto tempo havia se passado desde sua prisão, sua esperança de vida retornou através de um radinho clandestino que a mãe havia colocado em seu bolso: "pra mim aquilo foi como se eu tivesse reencontrando o mundo. Foi uma coisa tão importante aquilo, tão importante aquilo, o meu psicológico foi a mil. Porque eu me lembro que na hora que eu botei o rádio tava dizendo assim: 'agora vamos ouvir uma nova música de Tom Jobim'. E isso era março. Aí dizia assim: 'são as águas de março fechando o verão, é promessa de vida no meu

*coração'. Menina, aquilo...olha, essa música até hoje me emociona, porque diz assim 'é pau, é pedra, é o fim do caminho, é um resto de toco, é um toco sozinho'. Aí quando dizia assim 'são as águas de março fechando o verão, é promessa de vida no meu coração'. Eu falei assim: 'gente, eu sobrevivi, eu tô ouvindo música de rádio, eu tô ouvindo o que tá acontecendo no mundo, eu entrei em contato com o mundo'.*

Em julho de 1972 foi colocada em liberdade condicional e ficou decidido que deveria se apresentar diariamente à Polícia Federal de Vitória. Nessa época seu pai já tinha conseguido sua absolvição em alguns processos, sendo um deles o do 477, o que permitiu a retomada de sua vida escolar. Depois de se recuperar da operação de reconstituição de tímpano, começou a trabalhar em um jornal e a dar aulas particulares, e iniciou um namoro com um conhecido da família que não tinha ligações políticas e partidárias, embora pudesse ser considerado de esquerda. Durante todo o ano de 1972 foi perseguida em seus empregos e era diariamente seguida, gerando um estado de tensão contínua, que se concretizou em mais uma prisão em dezembro, quando foi realizado um cerco à militância do PC do B no Estado, partido com o qual ela não tinha nenhuma ligação política ou ideológica, embora tivesse relações sociais com algumas pessoas que estavam sendo procuradas. Nessa ocasião, precisou fazer uma viagem para Belo Horizonte e comunicou à polícia que viajaria. Quando estava na estrada, o ônibus foi cercado pela polícia e ela foi presa e interrogada novamente sobre suas possíveis relações como PC do B. O horror de Sônia aumentou quando encontrou um dos oficiais que a torturou no Rio de Janeiro e que havia feito uma promessa de que eles se encontrariam novamente dentro de um ano, já que ela não tinha "colaborado" com ele. Ficou presa por alguns dias, sendo novamente agredida fisicamente e sofrendo torturas psicológicas. A alegação para sua prisão foi a de que havia se ausentado das apresentações diárias na Polícia Federal, quando na verdade já havia uma decisão judicial que a desobrigava.

Em 1973 ela se formou e continuou dando aulas em Vitória. Tanto ela quanto seu namorado passaram a ser seguidos diariamente: "*eu dava aula, era assim, eu entrava num ônibus, sentava um cara do lado. Eu já sabia que era*

*repressão. E algumas vezes ainda vinha até, teve uma vez, não sei uma ou duas, que vinham com livrinho de esquerda assim, uma vez era um livrinho do Lênin aberto".* O tormento de Sônia continuava e ela e o namorado já não tinham estabilidade de trabalho em Vitória. Casaram-se no início de 1974 e mudaram para o Rio de Janeiro, onde haviam conseguido trabalho. Voltando a ter contato com familiares de amigos da militância, envolveu-se na busca de seu ex-namorado da época de AP, preso pela repressão e dado como desaparecido. Acabaram conseguindo informações que ele já estava morto, embora seu corpo nunca tenha sido encontrado.

Muito bem assessorada por advogados contratados por seu pai, Sônia foi absolvida em todos os processos aos quais respondeu, julgados de uma só vez. Sua atuação no julgamento foi considerada extraordinária e impecável, chegando a emocionar a platéia e o júri. Como não havia denunciado ninguém, assumiu tudo que estava colocado em seu depoimento e fez um emocionante discurso sobre a trajetória política brasileira, revelando toda a tortura que sofreu: "*Aí eles tomaram um susto e eu falei assim 'confirmo, porque o que eu disse aí é que não conheço ninguém, não fiz nada, a única coisa que eu sou é contra o governo. E eu sou contra mesmo, porque eu acho que... 'mas isso eu fiz olhando a cara dos oficiais porque eu sabia que aqueles oficiais não eram torturadores. E deviam até se envergonhar um pouco das forças armadas tarem envolvidas naquilo".*

Em julho de 1975 a vida no Brasil já não estava mais viável: "*Havia muita perseguição, a gente não conseguia nem andar na rua sozinho, era polícia atrás*". Sônia conseguiu uma bolsa de estudo do governo Francês e o casal se mudou para Paris a fim de continuar os estudos e se libertar da repressão. Diferente de outros brasileiros que viviam como refugiados em Paris, eles não podiam se envolver na luta em favor da Anistia no Brasil porque eram bolsistas, tendo prazos e desenvolvendo um trabalho sério de formação acadêmica. Foi essa condição que possibilitou que Sônia se reestruturasse, tanto profissional quanto emocionalmente: "*Isso aí me desligou um bocado desse grupo de brasileiros que ficavam 24 horas pensando em voltar. A anistia que ia viabilizar a volta. E eu me lembro que eu tive muito embate, aconselhava: 'quando você voltar você vai fazer o que no Brasil?*

*Você tá jogando sua chance fora de estudar, de ter um emprego. Trate de estudar, trate de refazer sua vida aqui".*

Um segundo ponto fundamental que ela destaca, com a sua saída do país, foi ter oportunidade de conhecer a realidade dos países comunistas, fazer amigos oriundos desses lugares, ter acesso a autores em fonte primária e, principalmente, repensar as correntes ideológicas com a distância necessária no tempo e no espaço: *"eu comecei a tomar cada susto lá, quando eu comecei a ter acesso a toda a literatura de esquerda... E de repente eu vi, não que eu tenha chegado a romper com a esquerda de toda, mas eu fui vendo a loucura que era, e entrando em contato com aquelas pessoas fugidas daqueles países (...) eu comecei assim ‘‘gente, não é possível! O que eu tô querendo?’’"*

A saída do Brasil possibilitou muito mais a Sônia do que ela poderia imaginar, mostrando uma realidade política muito diferente da que conhecia. Considera que a convivência com militantes de esquerda e suas ideologias dogmáticas e acríticas, limitadas pela trajetória brasileira, que os afundou na consumição do exílio, possibilitou a ela a reconstrução de sua trajetória, de suas escolhas e, acima de tudo, de um futuro no qual não cabia a experiência do autoritarismo do passado: *"eu pude pensar essa coisa brasileira e fazer essa crítica ao autoritarismo, essa crítica e ver que as esquerdas tinham muito de autoritarismo, eu acho que isso tudo foi me levando a adquirir uma auto-confiança muito grande na minha capacidade de pensar. Então eu acho que, eu voltando no Brasil, não foi muito difícil pra mim me opor e ficar numa posição independente, vamos dizer. Não foi muito difícil"*.

Em Paris o casal teve uma filha, fizeram curso de mestrado e só retornaram ao Brasil em 1981. Tornaram-se funcionários públicos em 1983, decididos a não mais fazer parte da “esquerda”, o que gerou um intenso conflito com os amigos e na vida profissional. A partir dessa data Sônia estava segura do que queria da vida e seu caminho não era mais a trajetória política. Tornou-se uma profissional e começou a lutar pela sua profissão, e o faz até hoje: *"E eu falei: 'eu vou defender com unhas e dentes a minha autonomia (...) Eu tô solta, porque eu não posso estar com a direita, porque não acredito na direita brasileira, e eu não acredito na*

*esquerda brasileira. Assim, por um lado, isso me deu uma sensação de alívio porque, de repente, eu vou fazer aquilo que eu acredito. Eu não tenho mais amarras, eu não to presa a nada. Eu tenho que acreditar na minha capacidade de pensar, e eu vou me guiar pelas minhas idéias, e acabou”.*

#### **- Reflexões de Sônia sobre relações de gênero e processos identitários**

Sônia tem orgulho das transformações que foi percebendo em si mesma ao longo de sua trajetória, mesmo nos momentos de profundas dúvidas e contradições. Aprendeu a duras penas que a contradição e a ambigüidade fazem parte de toda realidade política e social.

Desde muito jovem, foi aprendendo que os limites que se impunham eram sempre os seus e que ela poderia testá-los sem se preocupar com amarras impostas. Foi assim com a política e com as relações de gênero. Acha que adquiriu esta postura com o pai e com o aval da mãe, que jamais quis lhe dizer que estilo de mulher deveria se tornar e, por isso, sempre esteve ao seu lado, auxiliando no que ela queria ser a cada momento: "*Minha mãe... não discutia muito nada não. Ela... sempre a favor dos filhos...*"

Sônia não economizou oportunidades e nem desperdiçou as que estavam disponíveis. Percebia que sempre tinha mais possibilidades que suas colegas; eram mais escolhas e menos dúvidas. Chegou a seguir as regras sociais que segregavam homens e mulheres de diversas atividades, lugares e ações, mesmo quando os seus pais rompiam com elas: "*Eu dizia: ‘papai, eu não posso, porque pega mal, mulher não pega carona com um homem’. Papai dizia assim: ‘não, mas isso é muita bobagem, pode pegar’.* Aí, *dizia assim: “mas o que quê vão falar?”. “Não liga pro que vão falar, não. Pega.’ ‘Eu não vou’... ‘Então, você vem à pé, porque eu não vou aí, não’*". Essa mesma lógica existia para os lugares que não deveriam ser freqüentados por mulheres, entre eles, os bares: "*porque eu ia pros outros lugares, mas não pra lá. Porque lá... eu achava que era só homens*". Com o tempo, passou a não mais se preocupar com essas questões. Foi exatamente assim quando resolveu cursar uma faculdade “para homens”, “*influenciada por um discurso desenvolvimentista muito em moda*”. Seus pais não interferiram em sua escolha e

nem tentaram dissuadi-la, mas começou a ser questionada pelos colegas que argumentavam que homens não gostavam de mulheres inteligentes: “*Eu dizia assim: ‘ah, mas se eles não gostam de mulher inteligente... Homem que não gosta de mulher inteligente, eu também não gosto. Então, estamos empatados. Eu não vou ter problema com isso, porque eu só quero um homem que esteja evoluído’*”.

Sônia acredita que não tenha se deixado “afetar” por “*esse discurso*”, por ter um pai que nunca achou que havia distinção entre o que era escolha de homem e de mulher: “*eu queria um homem desse tipo, não um homem que acha que a mulher não deve fazer as coisas, né?*” O que incluía dizer que casamento era apenas mais uma possibilidade e não a única.

Ainda assim, havia lugares que ela não freqüentava porque nenhuma de suas amigas, por proibição familiar, podia freqüentar. Com sua entrada na universidade, começou a achar que não estar com seus colegas de turma nos bares não fazia o menor sentido: “*Eu falei: ‘Suzana, isso não tem cabimento, não. Nós vamos lá’*”. A ida até o Britz Bar, onde todos os militantes e simpatizantes de esquerda se reuniam, foi um acontecimento que quebrou o tabu da entrada das meninas “de família” em um reduto masculino. É evidente que nem todas as outras meninas também começaram a freqüentá-lo, mas sua atitude deixou claro que os homens não tinham a menor restrição em dividirem o espaço com elas, o que era uma grande preocupação das amigas de Sônia: “*Até que nós fizemos assim, eu acho que umas dez... organizamos um dia de ir... nós vamos entrar e... Invadir. É isso que nós vamos fazer. Acabar a FAFI, nós vamos pra lá. E fizemos isso, entramos. Quando a gente entrou, foi um sucesso total. Os meninos: ‘Opa, até que enfim, chegou mulher, vão botar uma mesona, assim, um homem, uma mulher, um homem, uma mulher’*”.

As mudanças de costumes foram sendo discutidas nesse mesmo bar pelos militantes e simpatizantes de esquerda: “*a chamada esquerda festiva, que era a esquerda só do Britz Bar... Ficar discutindo política em barzinho, tomando cerveja e comendo pizza. Só a parte boa*”. A discussão sobre a liberdade sexual, o uso da pílula, a liberdade de ação para as mulheres eram pautas permanentes de discussão nos encontros informais da militância estudantil. Havia um embate que se travava

entre os homens e as mulheres do movimento que, na visão de Sônia, na época não tinha, necessariamente, a intenção de mudar concepções, até porque esse era um embate que os meninos adoravam travar com as meninas da AP: “*Quando a Ação Popular começa a se afastar um pouco da... daquela questão católica, então eu me lembro que a discussão era dizer assim: ‘ah, porque você é careta, você é contra, você é a favor de só... de ser virgenzinha’. Então, eles tentavam te agredir dessa maneira, pra você... quem sabe, na lábia, né? Ver se colava*”.

Sônia nunca teve grande preocupação com essas questões. Seu envolvimento na militância contra o regime militar e a favor da justiça e igualdade social era muito mais intenso. Nesse período, interessava a ela apenas ser militante, engajada e comprometida com a causa que abraçava. Segundo Sônia, sua identidade se baseava em ser militante de esquerda. Era assim que se sentia e era assim que era vista socialmente.

Ela acredita que sofreu uma grande crise de identidade na França, tendo que redefinir uma nova identidade para si mesma: “*fui criando uma identidade assim... e uma das coisas que eu prezava muito é que eu dizia: ‘eu quero ser reconhecida como intelectual agora. Não como uma pessoa de esquerda. E essa eu vou... vou construir essa identidade pra mim. Se eu tiver que defender alguma posição (...), eu vou defender a posição acadêmica’*”.

Essa mudança não representou uma perda para ela, mas uma transformação que não negava sua trajetória. Não interessava mais a ela ser reconhecida e se reconhecer nos pólos dos anos sessenta e setenta: “*de esquerda ou de direita, de tal grupo ou daquele outro, vinculada a tal partido ou a tal*”. Havia entendido em sua penosa trajetória que, entre os inimigos, estavam também os amigos, na igualdade também estava a diferença e, para haver inclusão, alguma exclusão teria que existir. Para militar, bastava uma causa e não um partido. Acima de tudo, ela havia entendido “*que nada é pra já*” e que, para ser uma coisa, você não tem que deixar de ser outras.

Hoje é mulher, pesquisadora, mãe, esposa, filha, profissional e militante, dependendo do momento. Só não é de esquerda, porque acha que para ser de esquerda, você não pode ser todo o resto. Para ela, toda mudança tem um preço a

ser pago nas relações sociais. O dela foi não conseguir se comunicar imediatamente com as pessoas. Havia passado por uma profunda mudança, mas a realidade em que se inseria continuava a mesma: “*E eu achava engracado que, depois, quando eu defendia algumas idéias, as pessoas falavam assim: ‘engraçado, você fala umas coisas engraçadas, a gente não entende o seu modo de pensar’*”.

A certeza de Sônia é saber que, em algum momento, a realidade se mostra com todas as suas contradições, como um dia se mostrou a ela, fazendo-a entender que “*a chamada utopia que eu acreditava, ela não existe. (...) E eu vou sempre lutar por um mundo melhor, por idéias, pelo lado da justiça, porque isso faz parte de mim (...). Mas, assim, sempre tendo consciência de que nós vamos continuar num mundo de relativas injustiças, de relativas desigualdades*”.

**SUZANA - “*Tudo o que se viveu é um alicerce pra esse momento de agora, de mais maturidade*”.**

Suzana nasceu em Vitória, filha de mãe baiana e pai capixaba. Seu pai, seguindo a trajetória de seu avô paterno, tornou-se médico em Salvador e voltou para Vitória já casado. Sua mãe foi criada em colégio interno e recebeu uma educação refinada e tradicional, como deveria ter toda filha de fazendeiro.

Suzana é a penúltima de uma fila de irmãos. Irmã é só uma, a mais velha, com dez anos de diferença para Suzana. Como meninos e meninas tinham uma criação diferente e havia muita diferença de idade, ela era um pouco “*sem parzinho*” entre os filhos. Estava constantemente com sua avó paterna que morava em sua casa: “*Ela teve uma... uma influência muito grande eu acho, na minha maneira de ser*”. Isso porque ela tinha “*um rigor na educação, na postura, na forma de falar (... ) tinha aquela preocupação de uma educação aprimorada*”.

Enquanto sua avó guardava um ar “*aristocrático*”, seus pais primavam pela arte, pela leveza, pelo cuidado e principalmente pelo estudo. Sua mãe desenhava, bordava, pintava e cuidava muito das pessoas que os procuravam necessitando da atenção médica do marido. Do seu pai se lembra que lia muito e todos os dias

reunia a família para ler a história dos países, além de preservar uma biblioteca pessoal onde ela adquiriu o gosto pela arte e literatura, nada foi imposto. Marcante em seus pais era o cuidado com os outros, com os que necessitavam de ajuda, com os mais pobres. Seu pai era funcionário público, o que o tornava diferente dos demais profissionais: “era médico de pobre”. E sua mãe era quem primeiro recebia as pessoas que o procuravam, mesmo durante a noite: “fazia uma espécie de anamnese” e depois passava tudo ao marido. Isso foi durante a infância de Suzana quando moravam em uma vila de pescadores, bem pequena, com ruas de areia e sem carros, em Vila Velha.

Quando estava com nove anos, a família voltou para Vitória, “para a Cidade”, e a vida de “liberdade” e brincadeiras ficou um pouco para trás. Sua irmã havia se casado aos 17 anos e teve um bebê de quem Suzana tomava conta depois da escola. Logo cedo começou a se sentir muito responsável.

Sua formação escolar foi diferente da dos demais irmãos por ser a única que sempre estudou em escola pública, o que lhe proporcionou desde muito nova uma percepção das diferenças sociais: “Então essa relação com essas outras meninas, colegas de escola, eu acho que isso foi melhor que me aconteceu. Porque a valorização que eu sempre fiz é... por perceber as dificuldades que os outros tinham”. Percebia também as diferenças entre suas colegas de escola e de catecismo: “eu acabei conhecendo outras meninas, né? E... e eram meninas mais bem cuidadas (...). Na escola pública eu tinha meninas de cor, cabelinho crespo.... Chego ali, vejo aquelas todas branquelas, loirinhas”, com as quais ela partilhava a educação e as condições de vida, inclusive o vestido de primeira comunhão: “esse era um momento de muita pompa, tudo muito bordado, muito rico”.

Não eram só as diferenças de classe que se apresentavam para ela, mas também as diferenças de gênero, dentro e fora de casa. As meninas sempre juntas, os irmãos sempre tomando conta, vigiando, principalmente um deles, quatro anos mais velho, que tomava para si a responsabilidade de controle sobre Suzana. Os papéis familiares eram bem delimitados: a mãe administrava o lar, o pai estudava e provia, e os irmãos tomavam conta da irmã: “Eu passei a perceber isso num nível de opressão até sobre... o fato de eu ser menina e, sobretudo, pelo fato de eu ser

*menina querendo coisas que não estavam dentro do padrão*”. Procurando outros espaços de convivência, foi bandeirante, um grupo considerado de elite na época, e participou da JEC (Juventude Estudantil Católica). Em casa, tinha muitas responsabilidades domésticas, em função da fragilidade emocional de sua mãe, e percebia a diferença entre ela e as outras meninas de sua idade: “*eu via, né, eu percebia assim que a cabeça das outras pessoas com quem eu convivia era mais desocupada, era mais criança, elas eram mais infantis*”. De certa maneira, a participação nesses grupos representava uma forma de escapar da pressão que sentia no espaço doméstico: “*Então eu era exigida pela avó, exigida pela mãe em certos momentos, os irmãos...*”

Hoje Suzana acha que sua “*rebeldia*” frente à situação e as constantes reclamações que fazia em relação às tarefas domésticas eram sua “*válvula de escape*”: “*Então eu passei a ser mais, assim, tipo rebelde mesmo, e...ficava inconformada porque que meus irmãos não podiam fazer isso, não podiam fazer aquilo...*”

No início da década de 60, tendo em torno de dezesseis anos, junto com Sônia, sua amiga dos tempos de bandeirante, se vinculou à JEC, no Colégio Estadual: “*que tinha uma participação de igreja, mas não era essa igreja beata, nada disso... era uma igreja mais com cunho social, com ideal de participação social, do cristão que tinha essa tarefa de líder na sociedade, na formação de uma nova sociedade. Então eu já percebo essa história de transformar a sociedade*”. Uma transformação que parecia dar sentido a toda diferença com a qual ela sempre conviveu. Com a participação nesse grupo, as idéias levantadas e discutidas por seu pai, durante as refeições, passaram a fazer sentido. Ele criticava a política partidária, as instituições de poder, como a igreja, a prática elitista da medicina, a corrupção: “*Então, diante de tudo isso, eu vejo naquele momento que meu pai não aceitava esses rumos da sociedade, esse comportamento*”.

Paralelamente, ela começou a participar no Grêmio Estudantil, junto com seus companheiros de JEC, em uma “*célula*” do movimento liderado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas: “*a questão do imperialismo americano aqui, dominando, e a gente já tinha toda uma luta política contra o imperialismo,*

*porque tava determinando que se reproduzisse um modelo (...) que a gente não queria. Aí, teve toda essa luta do MEC-USAID, essa coisa toda”.*

Junto à descoberta da ação política houve a importante descoberta da convivência com o gênero masculino: “*Ah, aí na JEC, a grande descoberta era isso, a possibilidade de você conviver agora com os meninos. Como eram adorados os meninos...*”. Claro que a opressão dos irmãos e a vigília familiar se intensificaram a partir da escola mista, mas a participação em um grupo religioso amenizava as desconfianças e se tornava uma ótima estratégia de negociação: “*Ah, essa primeira turma mista foi adorável. Então, nós descobrimos primeiro que eles eram, assim, muito... como irmãos. Aquela coisa, assim, meninos de JEC: “não, mamãe, não tem importância não, são meninos de JEC”.*” A atuação no Grêmio, voltada para ação estudantil crítica que se traduzia em artigos de jornais ou em organização de eventos, se associava às discussões da JEC em torno de uma participação cristã também crítica da hierarquia, do autoritarismo e do elitismo religioso e social. Essa conjunção acabou influenciando as escolhas profissionais, baseadas acima de tudo nos ideais que iam se construindo e concretizando nos grupos, principalmente após o Golpe de 64, quando os grupos militantes foram aos poucos se unindo à medida que a repressão aos movimentos estudantis aumentava. Aumentavam também as discussões na casa de Suzana, em função de suas participações cada vez mais politizadas, extrapolando os movimentos, questionando tudo e todos, até as decisões tomadas no condomínio do prédio: “*Então, eu já era chamada de subversiva, era uma pessoa que questionava, assim, em todos os ambientes. (...) E eu me lembro muito de uma vizinha falando: “você vai ser uma ótima deputada”.*”

A entrada na universidade foi acompanhada da intensificação dos movimentos e da sua participação. Por volta do ano de 1967, Suzana já estava participando do movimento de consolidação política da ação católica, que atuava junto com os movimentos estudantis universitário e secundarista. A essa altura Suzana já era presidente do Centro Acadêmico de seu curso, que não era na Universidade Federal, principal foco de organização política e estudantil: “*E aí é que eu começo a despertar pra essa questão, por exemplo, de partidos políticos*

*que já existiam e que estavam aí emergindo com força, como o PC do B, o PCB mesmo, e...e a gente foi vendo essas coisas, então, mais claramente".* A repressão já parecia muito próxima e, ao mesmo tempo, os diversos movimentos revolucionários se organizavam nacional e internacionalmente. O movimento católico da juventude precisava se consolidar politicamente, no âmbito dos movimentos estudantis, operários e sindicais, e atuar em todas as frentes que se julgasse necessário. Nesse momento, ficou claro para Suzana e seus companheiros que já não havia mais volta e que a hora de agir tinha chegado: “*então, esta, esta estruturação nacional precisava de fato se consolidar (...) Então, isso tudo foi...isso foi uma exigência histórica daquele momento, de que esses anseios todos se canalizassem para um partido político. Aí que eu falo que a gente se deu conta de que a gente tinha o poder, né? Primeiro o poder parece mais uma coisa muito mais idealista, de querer, de saber que era através da juventude, que nós é que tínhamos que virar a mesa (...) Aí, subiu à cabeça mesmo”.*

Nesse período, Sônia tornou-se uma liderança no Estado, articulando-se com a liderança nacional do movimento estudantil. Na visão de Suzana, Sônia teve um papel diferenciado e importante para a consolidação das tomadas de decisão e conhecimento das políticas estudantis que estavam sendo desenvolvidas pelo regime: “*Ela era uma liderança decisiva, articuladora e tudo mais (...). E ela tinha uma vinculação com o movimento mesmo, com o partido e com o movimento proletário. Era uma coisa mais... mais comunista mesmo, uma coisa bem explícita, assim*”. A vinculação política se intensificou quando os membros de movimentos de JUC e JEC se associaram à organização Ação Popular, a conhecida e perseguida AP, que foi se organizando no Estado através da liderança de Sônia, com a participação de Suzana, Solange e demais companheiros dos movimentos nacionais.

Suzana avalia que a participação das mulheres era fundamental, ainda que pequena em comparação ao número de homens envolvidos nos movimentos, e junto com Sônia, Silvia também surge como uma articuladora fundamental do movimento estudantil: “*Agora... o que eu sempre pensei comigo é que quem parece que sempre alimentava a chama eram as mulheres. Por exemplo, no*

*movimento... maio de 68 (...) Silvia. Nitidamente, quem dava sustentação àquele grupo... né? (...). Mas a gente percebia que quem alimentava aquilo tudo ali era a Silvia. Dentro do DCE, e... enfrentando madrugadas adentro”.*

Embora as mulheres estivessem presentes nas organizações os preconceitos e restrições existiam tanto dentro quanto fora do movimento. Para os que não estavam envolvidos, a sociedade em geral, as meninas que participavam de grupos políticos eram consideradas todas iguais: “*comunistas*” e “*avançadas demais*” para os costumes da época. Principalmente por que não era um comportamento feminino usual, em Vitória, “*frequentar bares, essas coisas*”, e nem tampouco andar de madrugada pela rua, passar noite fora de casa ou chegar após a meia-noite, o que elas costumavam fazer quando preparavam pichações e panfletagens. Sofriam um duplo preconceito: de um lado as mulheres que “*seguiam o modelo tradicional*” as consideravam “*diferentes*”, o que elas atribuíam à mentalidade provinciana de Vitória; do outro lado, o grupo de militância “*mais radical*” as considerava ainda muito tradicionais. As meninas que tinham ligação com o movimento cristão eram também discriminadas ideologicamente, pelos demais grupos militantes, que eram ainda bem diversificados até 1968, com espaço para aqueles que se interessavam pelo estudo das teorias de esquerda e para os grupos que partiram para a ação.

Para Suzana o envolvimento entre os grupos não significava a unidade, a homogeneidade, pois as tendências adotavam ideologias e práticas diferentes: “*Os eruditos, os muito chegados somente às grandes obras: ‘vamos nos dedicar mais a essa fundamentação teórica’ (...) esses discriminavam muito. E nós, inclusive, perante esse grupo...éramos as pequenas burguesas. Ainda assim, éramos vistas dessa forma. Sempre as mulheres eram mais discriminadas e rotuladas assim*”. Já o grupo dos que tinham uma ação partidária organizada no movimento político estudantil universitário as considerava menos preparadas. Segundo Suzana, mais pela origem do que pelo gênero: “*Sempre teve uma discriminação porque nós nos originamos de um movimento cristão (...). Aqueles que eram mais ligados ao PC do B sempre olhavam a gente de banda, como as igrejeiras, as cristanzinhas, uma coisa assim*” . Além, claro, de não partilharem da hoje chamada “*revolução dos*

*costumes sexuais*”, que já despontava nesse momento. Para o grupo de Suzana, os valores cristãos definiam a conduta moral: “(...) *ao passo que esse outro grupo já era um grupo muito mais avançado, mais livre. Então, eram outros valores do ponto de vista, é... da sexualidade. Então, nós éramos meninas direitas. A gente passava a noite, por exemplo, fora de casa, mas trabalhando, ali. Mas ninguém saía dali pra fazer um programa, pra dormir com um cara, pra isso e aquilo. Então, essa coisa de virgindade, essas coisas, ainda era um valor preservado, né? Mas isso era relativamente mal visto*”.

Com a intensa movimentação estudantil no ano de 1968, para ela um “*divisor de águas*”, a aproximação ficou menos conflituosa à medida que a participação se tornava igualitária e que as ações podiam ser desenvolvidas por todos, sem distinção de origem: “*eles foram vendo que a gente também participava, fazia tudo o que eles faziam, corríamos riscos, tínhamos capacidade, estudávamos e defendíamos teses a serem discutidas nacionalmente. Eu acho que a gente... tava ali em pé de igualdade, inclusive até mais... mais ousadas em certas... questões. Por exemplo, participávamos em reuniões de madrugada, na FAFI, pra... é... rodar jornais e... distribuir panfletos e coisas assim. Então, a gente ficava até de madrugada lá. Trabalhávamos junto com eles. Fazer bastões de pichação, éramos nós que fazíamos, não tinha o spray, que foi revolucionário*”. Os conflitos ocorriam em função das correntes ideológicas que conduziam os grupos gerando desacordos no campo das idéias, mas aglutinando nas ações e divisão de tarefas. No entanto, a disputa entre as lideranças eram constantes e se acirravam quando se dava entre líderes masculinos e femininos. Suzana fala de uma disputa na qual algumas mulheres assumiram um papel de decisão, de reflexão e análise da situação, mas esse papel não foi reconhecido, como ocorria com os líderes masculinos: “*Então, é como a gente via, por exemplo, a...a Silvia, ela teve esse papel, mas quem apareceu muito mais foi o cara, o companheiro (...). Mas a gente sentia que ela tinha muito mais consistência*”.

Se a disputa com os grupos não era fácil, em casa não era diferente, pois a família de Suzana sabia de sua proximidade política e ideológica com os movimentos. As negociações sobre sua participação não eram amenas: “*meus*

*irmãos achavam aquilo uma coisa terrível: ‘não, ela não pode, ela não deve ir, isso é perigoso’”. Eram eles que colocavam os limites, impunham o controle, gerando muita discussão, nas quais ela não se calava. Aprendeu dentro de casa a defender seu espaço, suas vontades e arcar com suas decisões, brigando de igual para igual: “eu também batia o pé firme (...) muita... garra mesmo pra você dizer: “não, eu sei o que eu tô fazendo, eu sei o que eu quero e é isso”. (...) o que eu tinha que falar, eu falava, não tinha muito o que ficava entalado, não”. O que não significava que eles sempre soubessem de suas ações. As madrugadas fabricando bastões e panfletos eram acobertadas por noites de estudos em casa de amigas; os bailes na FAFI disfarçavam as reuniões clandestinas para planejamento de passeatas; as filas no restaurante universitário escondiam comícios relâmpagos: “aquilo ali era um local...sabíamos que ia conseguir mobilizar o maior número de estudantes pra dar os informes, pra fazer essa mobilização pra uma passeata que ia acontecer, umas coisas assim. Então, ali era ponto importante de articulação”.*

Suzana participava ativamente das manifestações de massa, sempre com a presença truculenta da polícia, que não economizava bomba de gás lacrimogêneo, cassetetes e prisões. Ações de força que, aos poucos, foram mostrando os riscos, despertando o medo e instalando o que Suzana chama de “paranóia”: “é uma coisa que nós vivemos, a gente não pode negar isso, houve um momento em que a gente se sentia... vigiado, se sentia perseguido...e que a gente também tinha que fazer essas reuniões tudo clandestinas. Por exemplo, esses encontros na FAFI. No sábado tava rolando lá a festa e a gente subia e ia pra salas de aula, trancava-se, colocava o mimeógrafo lá de madrugada pra panfletar a cidade, uma série de coisas assim. Então, houve um período também que isso foi muito estressante, muito...”. Como as ações não se restringiam às passeatas, a “paranóia” era uma constante.

Nessa época Suzana já desenvolvia ações em bairros operários que se formavam na periferia por causa do êxodo rural, com diferentes grupos políticos, discutindo com a população questões de saúde básica, conscientização política, alfabetização. Atuava junto à igreja em uma frente de trabalho com prostitutas e fazia parte de um grupo de estudantes de seu curso que alfabetizavam com o

método “Paulo Freire”: “*Então, é por isso que a gente tinha um objetivo imediato, real e concreto que era a melhoria da condição de saúde da população, ou da educação da população, entendeu? Então, eu acho que nós teorizamos menos e participamos até mais do que antigamente. Mais do que aqueles grupos que só se preocupavam com as questões ideológicas*”. Por outro lado, essas ações apareciam mais, deixando-os mais expostos, e o risco foi ficando mais presente a cada manifestação e prisão. Depois da prisão de Solange, as manifestações foram ficando mais perigosas, como indicavam as notícias enviadas por seu namorado, que estava no Rio em 1968, e o risco atingia Vitória: “*aí, a gente foi vendo que a coisa era pra valer e era feia, e que aquilo significava mesmo não só prisão como morte também. Aí, a gente ficou sabendo, (...) aqui, se você ficasse depois do AI-5 você corria o risco de a qualquer momento ser apanhado. Então, foi um momento de uma diáspora mesmo. Muitos foram pra fora*”.

Em 1969 já não havia condição para dar continuidade aos movimentos e as articulações políticas foram enfraquecendo. Suzana não abandonou sua atuação na periferia e, depois de se formar, fez um concurso e se tornou funcionária pública. O exercício profissional possibilitou dar prosseguimento à atuação junto à população carente, mantendo os ideais de justiça social e cidadania nos quais acreditava, conservando seus valores, ainda que não pudesse agir com muita liberdade: “*eu era vigiada, eu era terrivelmente vigiada. Tinham três mulheres do meu lado o tempo inteiro pra me vigiar e ainda relatavam até pra polícia federal quais eram as minhas ações. Então, isso pesava, né? Então havia o receio de fato e a preservação mesmo...da sua integridade pessoal, familiar, né?*”.

Em 1970 Suzana se casou, “*até mesmo por uma questão de afirmação*” de uma vida mais simples, considerando estar rompendo com o modelo de casamento da época e realizando um casamento coerente com a ideologia de vida que haviam escolhido e adotado, na qual os valores “burgueses” de classe média já não faziam mais sentido: “*particularmente, gostaria que tivesse sido algo, talvez até num cartório, uma coisa bem simples*”. Mas os apelos familiares foram intensos e “*fizeram questão que casássemos na igreja*”. O problema, para o casal, não era necessariamente a igreja, já que o vínculo cristão existia, mas tudo o que se

associava ao ritual social do casamento naquele período, que não poderia ser quebrado. “*O pior é aquela coisa de ter que estar de vestido de noiva, tanto assim que eu não casei de roupa de noiva, casei de mini -saia*”.

Embora não vinculados a partido político algum, ela e seu marido continuavam com suas ações político-sociais voluntárias na periferia, junto com amigos, colegas de profissão e estudantes, que trabalhavam voluntariamente nos ambulatórios mantidos por esse grupo que, por sua vez, preocupava-se em realizar ações sociais que pudessem ser um espaço de reflexão e ação transformadora: “*a gente levava as amostras grátis pra lá e também fazia o atendimento médico (...).* *Aí, tinha curso de alfabetização de adultos, pras mães que participavam, tinha um trabalho com crianças, entende? Aí, foi modificando... essa ação assistencialista meramente pra algo que fosse transformador*”. Ao mesmo tempo, o casal, junto com outros participantes do grupo, apoiava o PC do B, fazendo doações de amostra grátis de remédio para a guerrilha do Araguaia, buscando recursos materiais e financeiros e dando suporte a ações dos militantes que eram estudantes universitários. Enfim, partilhavam ideologicamente com o partido, mas não estavam diretamente ligados como militantes ou filiados. Eram simpatizantes, como se denominava na época, pois estavam envolvidos indiretamente, auxiliando no que fosse possível. Mas para o regime não havia nenhuma distinção, tanto que seu marido foi preso em 1972, em uma ação em massa que prendeu quase ao mesmo tempo todos os militantes do PC do B daquele período: “*quando a repressão foi muito intensa aqui, pegou uma quantidade grande de militantes estudantes. Por isso nossa ligação com essa geração mais jovem foi tida aí*”. Suzana também foi levada para o quartel do 3º BC, mas não permaneceu presa por muito tempo.

As ações do grupo de simpatizantes foi descoberta porque um membro do PC do B, preso horas antes, entregou a participação de dois dos voluntários que estavam colaborando com o partido. Foi o Zé: “*Esse Zé foi que também logo... na primeira ameaça lá dentro da prisão, começou a falar besteiras (...) E era um cara que vivia dizendo que era revolucionário, que ia pra guerrilha, não sei o que, e foi, assim, o maior cagaço, logo no começo*”. Um dos denunciados, marido de uma

colega do grupo de Suzana, foi preso em casa. “*Aí, os policiais voltam lá, porque ele havia dito que em cima do guarda-roupa dele tinha uma quantidade de material. Doido, doido. Escancarou assim, na maior*”. A prisão se deu de surpresa, quando chegaram à casa desse casal amigo para planejar o trabalho voluntário: “*Foi no fatídico 8 de dezembro de 1972 (...) E aí, no momento em que nós chegamos à casa deles, (...) os policiais federais tavam lá dentro. Então quando nós chegamos, o policial nos recebe e pergunta: ‘quem é o senhor?’ (...) ‘Ah, que ótimo, porque nós íamos agora procurá-los’*”. Chegando ao quartel, ela e o marido foram separados. Ele foi imediatamente fichado, enquanto ela não passou por nenhum tipo de interrogatório. No entanto, percebendo que a prisão deles não era uma ação isolada, Suzana tratou de dar um jeito de saber quem mais estava preso, pedindo para ser levada ao banheiro e observando os locais por onde passava, já que teve que atravessar todo o quartel. Nesse momento, ela ouviu a voz de Sônia e descobriu que ela havia sido presa novamente.

Ainda que o envolvimento de Suzana sempre tivesse sido mais intenso do que o de seu marido, ela não foi levada para permanecer presa. Sem entender o motivo, ela foi levada para ser observada e seguida: “*eu já tinha sido chamada na polícia federal na época que eu era do diretório, quer dizer, eu tinha já ficha lá também (...) e isso não contou naquele momento, eles deram relevância maior ao fato de ser ele, que era isso, que era aquilo*”. Os militares não a detiveram, mas fizeram com que os levasse ao escritório de seu marido e à sua casa para busca de materiais, livros e tudo o mais que pudesse incriminá-lo. Ao chegarem em sua casa, ela pediu a um vizinho que a acompanhasse, para não permanecer sozinha com os soldados e ter a oportunidade de anunciar que seu marido estava preso, em uma tentativa de garantir a segurança de ambos. Dentro de casa encontraram um livro que foi considerado subversivo: “*A História do Capital, não imaginávamos que fosse uma coisa tão... um sacrilégio tão grande (...) Mas a polícia viu que tava tudo encapado, tudo tinha capa, pra ficar mais disfarçado, né?*”. A essa altura o medo de Suzana já era grande e a desconfiança imensa. Depois que reviraram toda a casa e apreenderam outros livros, ela foi novamente levada ao quartel e lá permaneceu até de manhã, quando a deixaram em casa: “*Bem, e aí é que... eu*

*tendo ficado de fora foi muito pior. Fizeram isso tudo, pegaram esses livros, não sei o que, e me deixaram: ‘Não abra a boca, não fale com ninguém... não comente nada com ninguém senão, seu marido morre. Vocês tão sendo vigiados o tempo inteiro’. Aí, realmente, nessa hora foi que eu senti que a coisa era pra valer”.*

A partir desse momento, concentrou-se em buscar apoio de diversas pessoas importantes que pudessem auxiliar, tanto obtendo notícias como desenvolvendo ações que pudessem tirar seu marido da prisão. Um das primeiras providências que Suzana tomou foi mudar para a casa da sogra, que estava se empenhando em fazer contato com amigos que pudessem auxiliar seu filho. Logo descobriram, através de uma vizinha cujo marido era militar, que no organograma do partido, montado pelos militares, o marido de Suzana havia sido colocado em uma posição importante: “*ela trazia alguma notícia dizendo: ‘Agora tá muito comprometido, porque meu marido passou numa sala e viu lá escrito, num quadro negro, o organograma e ele é o cabeça’*” (risos). Depois disso, procurar o pai de Sônia foi a medida tomada. Advogado de experiência, auxiliou na busca por informações.

Esse foi um período de extrema angústia para Suzana, principalmente por ter confirmada sua primeira gravidez, em um momento de muita fragilidade física e emocional. Durante esse período, as informações eram confusas e truncadas e o medo de ser presa a qualquer momento fazia com que ela não ficasse sozinha, alterasse cotidianamente suas atividades e buscassem forças e estratégias para se recuperar: “*Então, eu fiquei muito definhada, eu pesei quarenta quilos, por aí. (...) Então, nesse momento, tudo era uma coisa muito estressante, muito... é... confusa, a gente não obtia informação de nada (...) então, foi muito... muito... terrivelmente... difícil esse momento. E a gente, então, eu comecei a melhorar de saúde, ‘eu tenho que conseguir, porque sou eu que tenho que batalhar pra saber quem é que vai... é... divulgar isso, denunciar isso’*”. Foi também uma época de convivência precária com sua família; seus irmãos não se envolviam com tais questões e o apoio que necessitava vinha da família do marido, o que acabava por assegurar a segurança de todos: “*Eu me sentia mais segura próxima a minha sogra, ela tinha mais condições de me auxiliar no que fosse preciso*”.

Durante a prisão do marido a repressão foi se tornando cada vez mais próxima de Suzana. Embora ela tenha acompanhado as inúmeras prisões de Sônia e outras colegas, tenha visto os estragos causados pela tortura em suas amigas, os detalhes foram a ela sendo revelados à medida que convivia e encontrava com pessoas no Rio de Janeiro, quando foi buscar um advogado que assumisse a causa de seu marido: “*Ninguém queria pegar isso. Eram raros. Então eu consegui uma advogada no Rio que... é... assume, e com isso, naqueles escritórios daqueles advogados, até eu achar esse, a gente vai conhecendo... outras tantas pessoas, escuta outras tantas histórias, aí a gente fica sabendo de coisas muito... muito cruéis mesmo, de como eram essas sessões de tortura, dessa coisa que depois, essa literatura, o Brasil Nunca Mais, tudo isso é... relata*”.

É importante salientar que estes acontecimentos não afastaram Suzana e o marido da atuação política, mas os aproximaram ainda mais da luta pelos Direitos Humanos. Suzana lembra que é nesse momento que a Igreja Católica passa a ter uma atuação importante e histórica no estado do Espírito Santo. A Igreja, por ser mais progressista em Vitória, abriu um canal importante de atuação: “*ela passa a ser um espaço que nos dá esse acolhimento, onde essa reflexão foi se aprofundando, essa questão dos Direitos Humanos, e dessa coisa mais universal mesmo*”. Após a soltura do marido a ação, embora mais cautelosa, não deixou de existir. No entanto, a participação de Suzana foi se tornando menor em função da gravidez, dos filhos pequenos e dos cuidados à saúde de sua mãe.

A questão principal que ela valoriza hoje é a permanência dos valores de justiça e igualdade social. Mesmo o cenário político tendo se alterado, tanto eles quanto outros companheiros puderam manter suas concepções, seja no exercício da própria profissão, ou na atuação política. Outro fator importante foi poder diferenciar aqueles que eram realmente engajados dos que tinham uma atuação mais “festiva”: “*Pois é, porque depois é que a gente foi vendo, justamente, quem era só festivo, né, assumiu posições, por exemplo... profissionais que deram a ele vantagens no próprio sistema, entendeu? E outros, que eram mais coerentes, continuaram... com seus objetivos, com mais dificuldades, tanto assim, que não buscaram ganhar dinheiro como...na sua profissão*”. E isso se estende ao casal

como valor, já que sempre buscaram fazer da sua atuação profissional uma atuação política.

#### **- Reflexões de Suzana sobre relações de gênero e processos identitários**

A questão da desigualdade de gênero sempre marcou a trajetória de Suzana, seja na vida cotidiana, seja na atuação como militante, lutando, em alguns momentos com radicalidade e rebeldia, chegando a se afastar do modelo familiar no qual foi socializada, mas nunca se aliou a uma ação política feminista. As desigualdades de gênero a incomodavam, mas as desigualdades de classe eram muito mais valorizadas naquele momento, até porque as desigualdades de gênero eram consideradas naturais. Apesar de ter rompido com alguns modelos, esses rompimentos não incluíam a moral e ideologia cristãs, fortemente valorizadas no modelo familiar de classe média da época.

A ambigüidade é hoje percebida como um traço presente em toda sua trajetória social, e lhe rendeu possibilidades de escolha que não estavam disponíveis a todas as pessoas. Desde a infância participou e se identificou com grupos diversos, sempre se integrando, nunca se sentindo diferente ou inadequada. Acha que essa flexibilidade foi proporcionada por sua família, sem que houvesse essa intenção específica, e que fez toda a diferença em sua trajetória, mostrando que metamorfoses eram possíveis, mesmo quando os modelos eram impostos e hierárquicos. Afinal, dentro de sua casa, convivia com uma ambigüidade, pouco discutida, mas muito presente, que se manifestava em papéis e funções que nem sempre seguiam o tradicional: os irmãos e a avó eram autoritários, enquanto os pais eram mais liberais: *“eu não tive, assim, uma super proteção por parte da minha mãe (...) e papai não era muito exigente, não”*. Por outro lado os irmãos estavam sempre ao redor, *“muito protetores”*, enquanto a avó determinava os papéis masculinos e femininos que todos os netos deveriam seguir: *“isso foi marcando assim, foi mostrando pra mim uma diferença na educação e na própria colocação da mulher na sociedade. Eu acho que eu já fui percebendo isso: ‘por que eu que tenho que segurar isso? Por que não eles?’”*

Essa configuração familiar trouxe à Suzana uma habilidade que hoje é claramente percebida: “*eu sinto que eu tenho uma facilidade muito maior de me relacionar com homens, porque eu sempre convivi com homens. Então sempre tive mais facilidade*”. Assim, o que antes a incomodava, hoje a favorece. De certa maneira, discutir, discordar e criticar eram práticas comuns em sua casa, bastante fomentadas por seu pai, que não distingua formas de participação masculina e feminina: “*dele eu acho que eu peguei mais esta... coisa da... mais filosófica, mais também metafísica, essas coisas assim*”. De sua mãe, por outro lado, adquiriu características fundamentais a uma militante devidamente comprometida com a ideologia que escolheu seguir: “*eu acho que... esse dinamismo, essa iniciativa, eu herdei muito dela, que era uma pessoa que se sensibilizava com... com a necessidade do outro e prontamente ela atendia*”.

Se em casa ela teve possibilidade de adquirir habilidades úteis à militância, na militância ela teve também exemplos que lhe foram úteis em casa. Aprendeu a defender seu espaço, seus desejos, e a arcar com suas decisões, brigando de igual para igual. A presença importante das mulheres nas reuniões dos Diretórios possibilitou um lugar de atuação social significativo que não era valorizado, mas que foi relevante para a construção dos papéis de gênero de sua geração.

A desigualdade entre os gêneros aparecia de maneira mais explícita, para Suzana, quando se dava a disputa de poder nos movimentos dos quais participou. Afinal, algumas mulheres que participavam “*foram... se evidenciando como líderes, como pessoas capazes mesmo e... tinham um nível intelectual de reflexão profunda das coisas, de compreensão de todo o processo...tiveram que praticamente disputar com os homens*”.

A igreja politizada reuniu possibilidades de atuação e deu sentido e lugar ao que Suzana já vinha percebendo e buscando: um idealismo característico daquele período. “*Era entrega de vida e... Por isso que eu acho que o nosso grupo, que eu chamaria nosso grupo, aliado à questão da fé política, teve uma sustentação muito forte nessa analogia da entrega de vida, que a gente acreditava que o cristão entregava sua vida pra gerar mais vida. Então, politicamente, nós tínhamos também que ter essa coerência política que pudesse estar dando sustentação pra*

*isso*”. A coerência sempre foi para ela uma questão ética tanto pessoal quanto política.

Um bom exemplo é seu casamento, que não trouxe nenhum prejuízo a sua participação política, pelo contrário. Casou-se com um homem que seguiu uma trajetória política bastante ativa, embora não tivesse a mesma origem de militância que ela. No entanto, o mesmo não se deu com a maternidade, que restringiu sua participação por um período de tempo, o que fez com que ela questionasse os modelos de maternidade e paternidade, à medida que tinha que estar involuntariamente afastada de uma atuação mais participativa. Tentava minimizar essa condição realizando reuniões em sua casa, mas, com o nascimento de filhos em intervalos muito pequenos, essa possibilidade também foi se restringindo e a maternidade dificultou sua participação. Por outro lado, a paternidade pouco alterou a participação política de seu marido, que acabou se filiando a um partido e, posteriormente, seguindo carreira política.

Suas relações sociais não se modificaram e suas companheiras de movimento estudantil se mantiveram vinculadas à atuação de militância política e/ou social, tornando-se, para ela, exemplos de dignidade, ética e coerência. Isso porque algumas de suas companheiras que tiveram atuações de liderança foram presas, perseguidas, torturadas e exiladas, como Sônia: “*É uma fortaleza Sônia, uma coisa extraordinária (...) nem se vangloriando de ‘eu sou heroína’, nada disso, não. Com uma... uma postura muito digna, muito... reservada até, uma coisa muito mesmo... enfim, mas até se remontando a que outros passaram, mas a gente acabou sabendo de coisas muito cruéis mesmo*”.

A certeza de que a ação era necessária não era suficiente para que os sentimentos não se tornassem confusos e conflituosos. O impacto sofrido pelas diversas prisões de Sônia, por exemplo, nunca levou à desistência da participação, mas trouxe a reflexão do que essa participação significava: “*isso tudo também nos choca muito e nos coloca mais nesse sentimento de preservar-nos relativamente, né? Não que a gente fosse deixar de participar e de fazer, mas a gente tinha um cuidado mais... né? Foi uma coisa muito cruel. E, enfim, quando a gente fica sabendo (...) doeu. E você imaginar, né, que coisas tão bonitas, por ideais tão...*

*tão dignos, né? Um ser assim, tão entregue a isso, passar por essa situação toda. Então foi... muito duro, né?*

Continuar lutando era uma forma de demonstrar o respeito a essas pessoas, resistindo à violência imposta pela repressão: “*sobretudo, por um entendimento, por assim dizer, de que o sistema que oprime, que massacra, que gera morte, tudo isso, é ele que é o gerador de tudo isso, sabe? A gente fazia por um entendimento bem mais amplo, né?*”. Uma busca que não se esgotou em momento algum de sua trajetória social política e pessoal, que para ela é uma coisa só: “*é... a busca que continua, né? De uma transformação social de que agora, mais do nunca, é...pessoal também, do ponto de vista interior... transformação como pessoa num sentido maior, né?*”.

Refletindo hoje sobre o que ela e o marido viveram, tem dúvidas sobre se passariam por tudo outra vez: “*mas... a gente não se arrepende*”. A certeza de Suzana é de que tudo que construíram para suas vidas não poderia ter sido alcançado sem essas experiências, e que o importante é ter a percepção de que “*tudo o que se viveu é um alicerce pra esse momento de agora, de mais maturidade. De... perseguir essa grande meta que eu acho que é... a evolução do ser, desse salto no desconhecido*”.

## **Segundo período de militância (1971-1972)**

### **Assum Preto**

**( luiz Gonzaga e Humberto Teixeira)**

Tudo em volta é só beleza  
Sol de abril e a mata em flor  
Mas Assum Preto cego dos óios  
Num vendo a luz, ai, canta de dor

Talvez por ignorância  
Por maldade bem pió  
Furaro os óios do Assum Preto  
Prá ele assim, ai, canta mió  
Assum preto véve sorto  
Mas não pode avoá  
Mil vez a sina duma gaiola  
Desde que o céu, ai, pudesse oiá  
Assum Preto, meu cantá  
É tão triste como o teu  
Também robaro o meu amô  
Que era a luz, ai, dos olhos meus

**RAQUEL - “Era o que eu era capaz de fazer. E pronto.”**

Raquel é a caçula de uma família de cinco filhos, quatro mulheres e um homem. Quando nasceu, em um município do interior do Espírito Santo em 1952, sua irmã mais velha tinha 15 anos. Seu pai era funcionário público e sua mãe era professora, mas deixou de lecionar e se tornou uma dedicada dona de casa com o nascimento dos filhos e, embora não fossem ricos, a família era bastante respeitada na cidade. Durante a infância Raquel participava de tudo que acontecia na cidade, na igreja e na escola. Seus vestidos eram feitos pela mãe, um para cada ocasião, e ela gostava tanto das costuras da mãe que ficava insistindo para que ela “costurasse para fora”, mas isso a mãe dela não fazia : “ (...) *Acho que ela era muito exigente com ela mesma, e comigo também (...)*”. Raquel era muito aplicada nos estudos e sua mãe acompanhava os cadernos diariamente. O pai sempre dizia que essa era a única herança que ele podia deixar, então estudo era coisa muito séria: ” *Porque questão de estudo lá em casa era assim, determinante do que ia ter e do que não ia ter*”. Na época da adolescência das irmãs, estudar possibilitava ir aos bailes, acompanhadas pelos pais, e chegar em casa mais tarde: “ *eu não tinha esse problema (...) Na minha época, eu já podia ir sem eles. (...) Nunca me puseram irmão no pé. É, eu falava uma hora para buscar*”. Hoje Raquel reconhece que as regras de sua casa, na infância e juventude, eram diferentes das demais, e que seus pais agiam de forma diferenciada, mas, naquela época tudo parecia muito natural: “*eu achava que na casa de todo mundo era assim*”.

Só recentemente percebeu que seu pai era diferente dos outros, era “*uma pessoa de muito diálogo*”, flexível, que considerava os argumentos dos filhos. “*O tempo que me mostrou que realmente eu tive oportunidade diferenciada*”. O irmão mais velho pertencia a um grupo politicamente ativo de estudantes secundaristas, era crítico em relação ao sistema político brasileiro, e foi quem a iniciou nas primeiras incursões sobre a realidade política que, associadas às leituras “*obrigatórias*” da juventude, lhe mostraram ideais que ela aprendeu a procurar. A igreja católica também teve papel importante em sua formação, reforçando a solidariedade como valor praticado nas diversas atividades promovidas pela igreja, inclusive nas da Irmandade das Filhas de Maria.

A solidariedade dos pais, os discursos do irmão sobre igualdade e sua formação religiosa constituíram a base para suas convicções políticas e para a necessidade de fazer alguma coisa pelo coletivo, na tentativa de contribuir para a solução dos graves problemas sociais que percebia. Para alcançar esse objetivo, acreditava que estudar era o caminho e a profissão que escolheu parecia uma boa opção para conciliar a atividade profissional com suas convicções pessoais. Embora os pais não fizessem imposições, incentivavam a formação profissional mas, para as mulheres, isso significava fazer o Curso Normal, como fizeram as irmãs que estudaram. Mas Raquel queria outra coisa. Sabia que os pais não fariam objeção à sua mudança para a capital, para fazer faculdade, mas o curso escolhido tinha, na época, um perfil masculino, mais adequado ao seu irmão. A escolha profissional causou um certo mal estar para o pai de Raquel, porque os filhos haviam escolhido profissões contrárias, o único filho homem quis ir para o Rio de Janeiro para estudar Letras, e ela, que não conseguia permissão para sair do Estado para estudar o que desejava, achou que poderia alcançar seus objetivos em Vitória, fazendo um curso que considerava mais próximo do que desejava. Foi uma longa conversa com o pai, com forte apoio da mãe, mas ambos conseguiram o que queriam.

Com dezoito anos, em 1969, foi morar na casa de uma irmã casada, em Vitória, para fazer o cursinho. Muito aplicada nos estudos estabeleceu um cronograma rígido para que pudesse conciliar o estudo com seus treinos de voleibol e as viagens com o time estadual. Como era sustentada pelas irmãs, enquanto uma pagava o cursinho a outra lhe dava casa e comida, achava que tinha uma obrigação a cumprir e, por isso, só começou a sair de casa em 1970, quando passou no vestibular e foi morar com a irmã solteira.

Embora já estivesse morando há um ano em Vitória, pouco conhecia da cidade e das pessoas. O Diretório Acadêmico (DA), muito mais freqüentado por homens do que por mulheres, como todo o curso, era “*na verdade, o espaço de socialização dos alunos (...)*”. Além do envolvimento social que o DA promovia, ela foi observando o grau de politização através “*(...) do jornal, que era do diretório e, além disso, várias turmas tinham jornais*”. Foi a partir dos jornais que

Raquel começou a se identificar com a militância política presente no meio universitário.

Para ela não era a presença no Diretório que definia quem era politicamente engajado ou não, “*todo mundo tava lá dentro 24 horas, mas isso não quer dizer que todo mundo se envolveu*”. O primeiro sinal de engajamento político era a reação às reivindicações das políticas estudantis por melhorias escolares divulgadas nos jornais. Os dirigentes identificavam assim “*quem era mais sensível à situação*”, e Raquel foi bastante “*sensível a essa abordagem. Até porque as pessoas falavam alguma coisa que era o que eu acreditava*”.

Nesse contexto, as relações de Raquel no meio acadêmico foram se solidificando, a adaptação foi muito natural e ela começou a se sentir atraída a participar ativamente das mobilizações, greves e paralisações. Em função do risco que se corria ao estar em grupo dentro da universidade, as reuniões políticas em geral aconteciam no “*Britz Bar*”, um dos locais mais freqüentados pela juventude da época, e foi através destas reuniões que foi convidada a freqüentar grupos de estudos: “*textos políticos que eu tô falando*”. Foi assim que ela passou a participar de um movimento político organizado e ativo, a ter um envolvimento partidário.

Em meados de 1972, junto com Rita, se filiou ao PC do B, e naquele momento já havia uma percepção de que não existia uma distinção entre luta estudantil e luta nacional, as reivindicações eram uma só havendo, para ela, a necessidade de uma “*ferramenta*” de um “*braço político*” que desse maior sustentação ao movimento.

Para Raquel e seus companheiros a filiação ao PC do B não foi uma escolha, era a única opção partidária local: “*(...) Não tinha como escolher qual a linha ideológica que eu estou mais afinada: PC do B, PCB, VAR-Palmares... Tava longe, isso é o que tava perto*”. A partir do momento da filiação ao partido iniciava-se uma série de atividades clandestinas, não mais restritas apenas ao espaço universitário; as pichações ocorriam durante a madrugada e tinham que ser sempre muito cuidadosas para entregar os jornais do partido: “*Deus me livre se pegasse você com aquilo*”. Apenas um dos membros da célula recebia as instruções da cúpula para o grupo. A primeira ação de Raquel foi uma das mais arriscadas: realizar uma pichação “*Abaixo a ditadura*” em um dos bairros da

cidade durante a madrugada, enquanto outras células faziam o mesmo em outros. A satisfação era ver vários locais da cidade pichados pela manhã.

Segundo Raquel a presença de mulheres nas células “(...) *pra bancar namorado andando*”, era passado pelos dirigentes, criava uma fachada mais segura para as ações: “*Acho que eles se sentiam mais protegidos com mulher e homem...*”. Embora as regras de segurança devessem ser seguidas à risca, Raquel não levava a sério o uso do codinome, por achar completamente sem propósito para um grupo em que todos se conheciam: “*o que adianta codinome se todo mundo sabe meu nome verdadeiro, onde mora (...) achava a maior basbaquice*”. Apenas um membro tinha a identidade preservada, “*o chefão do partido*”, que tinha apenas um codinome e, por motivo de segurança, ninguém sabia quem ele era: “*então tinha reunião com o Zé, pra conhecer o Zé (...) Era considerado importante*”.

Mas para ela ficou claro que tanta segurança de nada adiantou, pois após alguns meses de lutas estudantis intensas os dirigentes do Movimento estudantil estavam bastante visados, e foi a partir de uma das manifestações que começou a repressão policial: “(...) *Um belo dia, a polícia sai com uma lista com o nome de uma série de pessoas e abre a temporada de caça*”. E aquele que estava cercado por normas de segurança e que nunca poderia ser entregue foi o primeiro a entregar todo mundo.

Em um domingo apareceu um colega em sua casa: “*Aí eu fui lá na varanda e me deram aquele aviso de morte*”, soube que a república na qual moravam vários dos estudantes, “*devidamente comprometidos com o partido*”, havia sido invadida pela polícia, os policiais tinham uma lista com todos os endereços.

A preocupação inicial foi procurar Rita para que avisassem ao namorado dela, que era um dirigente. Raquel achava que elas não estavam na lista e, para não entrarem em pânico, acharam mais urgente se preocuparem com o namorado de Rita: “*Mas é lógico que sempre fica a interrogação: qual o nível do meu envolvimento que as pessoas sabem? A polícia sabe de qual envolvimento meu? (...)*”. Embora o medo de estar na lista estivesse presente, ela sempre considerou que nessas situações a melhor coisa a fazer é agir e não ficar refletindo sobre o que poderia acontecer: “*(...) se você refletir muito sobre isso, você pode esmorecer*”.

Durante a fuga encontraram com um estudante que contou sobre outras prisões e que elas também estariam sendo procuradas. Os três procuraram, então, conhecidos que pudessem escondê-los. Raquel era bastante consciente da escolha que havia feito e sequer pensou em pedir qualquer ajuda à família, que ignorava sua militância, não só para protegê-los, mas por suas convicções: “*Como eu tinha entrado nisso por conta própria, sem autorização familiar, na minha cabeça era totalmente fora de propósito pedir ajuda à família, pedir dinheiro, não existia isso*”.

A fuga para o Rio de Janeiro significava para ela “*uma perspectiva de fazer a vida, de ficar por lá clandestinos... a gente acreditava que era possível, o Rio era muito grande... era uma ilusão (...)*”. Realmente, logo que chegaram ao centro da cidade se sentiram ameaçados por um guarda que os observava: “*policia olhar pra você era importantíssimo... e realmente nós estávamos muito maltrapilhos... uma semana plantada dentro de uma casa, que você não tinha acesso a nada, sabonete, creme, xampu ou coisas do gênero. (...) magros... éramos umas figuras lamentáveis*”.

O guarda, alegando que ia conduzi-los a uma pensão, levou-os para um quartel militar, e lá se foram as primeiras ilusões. Após algumas horas de incertezas e medo extremo, conseguiram ser dispensados, indo direto para a casa do tio do namorado de Rita. Raquel achava horrível depender da “*boa vontade*” de estranhos, incomodar e colocar em risco os outros, sem ter nenhuma alternativa, mas acreditava que essa situação só duraria cerca de dois dias, “*afinal de contas, eu tinha inteligência*”, arrumaria logo um emprego: “*poderia trabalhar como doméstica que fosse, ou comerciária. Dentro de mim ainda passava aquele deslumbrado de esperança*”.

Acreditando nisso Raquel procurou a ajuda do partido através de um conhecido que tinha no Rio de Janeiro. Soube, então, que eles sequer eram reconhecidos como militantes e que fuga só existia para os dirigentes. Essa foi uma das maiores decepções que teve com o movimento, afinal sempre foram levados a acreditar que se conseguissem fugir teriam apoio. Nesse momento ficou claro o quanto havia se

enganado, pois de nada adiantava estarem junto a uma organização que daria suporte apenas às suas convicções pessoais: “*isso é que chama enganar otário*”.

O único caminho foi seguir as imposições feitas pelos tios do amigo, que só conversavam com ele, por acharem que o sobrinho as havia influenciado: “*(...) nós éramos as dependentes, o papo era entre os homens...os ‘responsáveis’ pela gente*”. Sem vislumbrar mais nenhuma alternativa, Raquel concordou em se entregar: “*era o pior que podia passar pela cabeça, (...) ninguém saía vivo de lá, eu pensava: será que eu saio de lá!?*”. Por horas ela refletiu sobre o que estava vivendo, o que passava sua família e, o pior, a possibilidade de não terminar o curso superior que tanto desejava: “*Eu sempre soube do risco e agora eu estava vivendo o próprio risco*”. Foram várias horas de interrogatório no CINEMAR, pressionada para relatar suas relações com uma pessoa que sequer conhecia. Apesar das diversas ameaças de tortura, ela acreditava que nada lhe aconteceria e, de fato, não aconteceu. Bem diferente do que viu quando retornaram a Vitória e encontraram os amigos que já estavam presos, no atual 38º BI: “*(...) tomaram choque, faca no pé, telefone, várias coisas... nós três nada nesse nível*”.

Abalada com a situação dos amigos e com a sua própria, ela chegava a ter dúvidas em relação à “eficácia” dos interrogatórios, que considerava estranhos, apesar de serem ameaçadores e constantes: “*Aí usaram algumas táticas lá... de deixar sozinha numa salinha escura, só você e uma cadeira o tempo todo.... a porta abria uma cara aparecia e fazia assim brullllllll e fechava, aí passava, de novo, abria a porta e brulllll fechava, e foi .... será que isso é um tipo de tortura?, eu, será que isso mina a resistência de alguém? Se for isso, tá bom, eu tô agüentando*” . A postura de Raquel era sempre de negar conhecimento de qualquer informação sobre o partido: “*conforme fui treinada para tal*”. Durante um interrogatório acreditou que seria fisicamente agredida quando deu uma resposta que causou uma raiva intensa no militar que a interrogava, por ter sido interpretada por ele como uma forma de deboche. Como levou “*apenas uns safanões*”, atribuiu o fato à proteção que o tio do amigo prometera, e esse foi o último interrogatório.

Mas nem por isso a vida carcerária era mais amena para Raquel, pois as condições nas quais se encontravam as deixavam fragilizadas: alimentação

péssima, sem comunicação externa, sem banho de sol e trancadas em um quarto. Além disso, faziam freqüentes gritarias na tentativa de reivindicar melhores condições, o que gerava grande tensão entre elas e os militares. No entanto, Raquel se lembra de momentos harmoniosos e afetuosos, quando iniciavam as cantorias puxadas por Renata, a mais temida pelos militares.

A primeira visita ocorreu depois de um movimento organizado por uma entidade profissional, que exigia melhores condições e acesso aos que estavam presos. Pelo que Raquel recorda essa foi a única vez que saíram da cela depois de 40 dias de prisão. Mas como perceberam que a permissão para a saída era para mostrar à comissão que estavam sendo “*bem tratados*”, permaneceram fora da cela sob protesto. Este comportamento fez com que levassem um grande sermão do Capitão do Exército, sendo que nenhuma delas no momento estivesse prestando atenção em suas colocações, o que o deixou ainda mais irritado.

Logo depois as visitas foram liberadas e Raquel pode receber todo o apoio de sua família, que já tinha tentado vê-la por várias vezes. Ela se preocupava com a reação que pudessem ter, afinal : “*não eram, vamos dizer, com uma postura de esquerda*”.

Seus pais mudaram para Vitória nessa época, para que pudessem ficar mais próximos dela: “*eles ficaram do meu lado, assim, do ponto de vista do apoio, foram incapaz, numa situação difícil, de me fazer qualquer acusação*”. A família de Raquel conseguiu entender o que estava se passando com ela e o quanto estava sofrendo, mas isso ela só conseguiu externar depois que chegou em casa : “*eu comecei a me sentir angustiada com o que tinha passado. (...) Fui no meu quarto... tive uma crise convulsiva de choro. Não sei porque cargas d'água tocava uma música da Maria Betânia, e despertou uma emoção...*” . Maria Betânia foi o apelido que recebeu de um dos sargentos de plantão, que a tratava bem.

Demorou algum tempo para que Raquel voltasse a se emocionar, o retorno à vida cotidiana exigia uma forte perseverança, e ela não podia esmorecer: “*foi difícil! Voltar e ver que tudo tinha acabado, o diretório, a biblioteca que a gente tinha todinha, ninguém sabe até hoje cadê...*” Foi esse o momento mais difícil para ela, retomar as suas atividades escolares e voltar a se relacionar com as pessoas.

Sentia que tinham receio de se aproximar e ela também estava receosa: “*eu fiz um recolhimento... me afastei, fiquei mais na minha (...)*”. O isolamento social causou grande sofrimento e, algumas vezes, percebia que evitavam sua presença em lugares públicos. Embora não se considerasse capaz de agir dessa forma, Raquel entendeu que as pessoas tinham esse direito, pois nem todos estavam dispostos, como ela, a se comprometer e a “*correr todos os riscos*”: “*A partir do momento que eu entendi isso, eu parei de sofrer*”. Nessa fase ela só tinha os amigos da militância e se dedicou a dar apoio e acompanhar os que haviam sido transferidos para o Rio de Janeiro, visitando aqueles aos quais a família não tinha acesso e apoiando as amigas que viajavam com bebês.

Se a vida social tinha sofrido abalos após a prisão, a familiar também não passou ilesa e, ainda que na época tudo parecesse a ela muito natural, com o passar do tempo pode perceber a dimensão das transformações produzidas na vida de seus pais e do sofrimento que causou, e sente muito por isso. Eles mudaram para Vitória, deixando todas as suas relações e seu estilo de vida, para estarem mais perto de Raquel, por acharem que a culpa pela filha “*ter desandado de vez*” era deles. Acreditavam que como caçula, “*a filha exemplar*”, tinha sido sempre protegida, acompanhada, e não podiam ter permitido que ficasse sozinha durante os dois anos que esteve longe deles. A grande preocupação dos pais era que voltasse a se envolver com política e que, por causa do inquérito do 477, não terminasse os estudos. Na tentativa de convencê-la a se afastar da política, enfatizavam as consequências e quanto dificultaria sua vida pessoal e sua carreira o fato de não ter um atestado de “*bons antecedentes*”, tão importante naquela época. Embora Raquel não fosse de desacatar os pais achava que a decisão era dela: ”*eu ouvia, mas pensava e agia assim: esse é o meu caminho, eu tô traçando e acabou*”. Nesse período era seu pai quem cuidava de tudo com o advogado da defesa, “*e isso não dava para negociar*”, ainda que ela tentasse interferir, tentando impedir que fossem feitas alegações com as quais não concordava, o pai não considerou: “*como eu fazia da minha cabeça, ele também fez da dele*”. Já a mãe se preocupava com “*as más companhias*”, acreditando que tinham influenciado suas

escolhas políticas. Para afastá-la do grupo, sugeriram que começasse a trabalhar, e ela o fez por achar que não poderia mais ficar dependendo dos pais.

Enquanto respondia aos processos no Rio e em Vitória, começou a trabalhar em um jornal como estagiária, fez novas amizades, passou para repórter, depois editora e nesse período conheceu o homem que se tornaria seu marido, o que trouxe um novo conflito familiar. Raquel estava namorando um homem fora dos padrões desejáveis, e isso abalou muito sua mãe: “*A filha exemplar até vir para Vitória (...) primeiro me envolvo com esse movimento clandestino, vou para Cadeia (...) segundo, eu saio da cadeia e um ano depois me apaixono por um homem desquitado, que na época era um escândalo*”. Como não concordava com os pais, achava tudo normal, seguiu mais uma vez suas convicções e foi morar na casa de Renata.

Felizmente, os julgamentos passaram e Raquel foi absolvida, mas mesmo assim sofreu algumas consequências em sua vida profissional. Depois que se formou mudou para São Paulo para fazer especialização, lá se envolveu com um movimento que já havia conhecido em Vitória, as CEBES (Centro Brasileiro de Estudos em Saúde) e, retornando à Vitória, fundou uma Associação Profissional que passou a ter uma importante militância política em prol de sua área; ela agora era uma “*militante profissional*”. Esse foi um dos momentos mais difíceis para ela, pois por um longo tempo foi perseguida na Secretaria em que trabalhava, por haver um dossiê em seu nome, e foi impedida de atuar em sua área. Estar “*encostada*” em outro setor, sem poder exercer a profissão, foi um desespero para ela. Pensou em pedir demissão diversas vezes, mas os colegas de sindicato não a deixavam esmorecer: “*então é o período que eu vou chamar de resistência*”.

Nesse período o contato com os amigos de militância já eram muito esporádicos, todos estavam trabalhando, alguns se mudaram e Raquel não soube se eles também sofreram tais consequências. Suas angústias só tiveram fim quando recebeu uma correspondência que declarava que ela nada mais devia à justiça. Embora achasse que convivia de maneira “*amena*” com os problemas, por saber que faziam parte de suas escolhas, sentiu-se libertada: “*eu perguntei: isso*

*representa que eu tenho atestado de bons antecedentes?"* Ter esse atestado significava que o fato de ter sido presa política já não poderia ser usado contra ela.

Depois dessa ocorrência, Raquel não falou mais sobre o assunto, continuou acreditando que era um problema só seu e que nada teria a dizer a ninguém, nem à família, aos filhos ou aos amigos. Não tentou negar o passado, apenas não achava que queria ou precisava explorá-lo, e todos que a cercavam respeitaram sua decisão. Embora seus filhos saibam de toda sua história, não foi ela quem contou, e nunca se interessou em saber quem o fez. Mas sempre sentiu uma enorme gratidão por aqueles que a haviam ajudado em momentos tão difíceis, se arriscando para escondê-la. Eram colegas de profissão com quem sempre encontrava em eventos, e um belo dia, depois de uns vinte anos, ela resolveu falar: achou que estava na hora de tornar público esse agradecimento.

#### **- Reflexões de Raquel sobre relações de gênero e processos identitários**

Se durante tantos anos Raquel guardou a história de sua militância, o mesmo ela não fez com os seus ideais de igualdade, pelos quais ainda luta. Nem sua família e nem seu casamento a afastaram desse envolvimento.

Raquel sempre foi uma pessoa muito determinada, desde muito jovem lutou consigo mesma para manter seus mais diversos interesses, ainda que em alguns momentos parecessem incompatíveis. Claro que teve também que enfrentar as discordâncias de sua família para algumas escolhas, e isso incluía seus irmãos mais velhos. O fato de o tratamento sempre ser muito respeitoso na família fazia com que Raquel se sentisse na obrigação de não obrigá-los a conviver com o que não concordavam.

Esse foi o motivo pelo qual ela foi morar com Renata, durante o período de seu namoro. Compreendia a desaprovação da mãe, não só por seu namorado ser desquitado, mas também pelo fato de não mais seguir à risca as regras morais existentes na família, como passar algumas noites e fins de semana fora de casa. Achou que não poderia obrigar a mãe a conviver com isso. Afinal, sua família sempre esperou que ela se casasse “*como manda o figurino*”, de véu, grinalda, na igreja, virgem e com toda a pompa. Como haviam sido os casamentos de sua mãe

e de sua irmã. Claro que em nenhum momento isso havia sido imposto, mas sempre esteve implícito que deveria ser assim, o que não significava ser dona de casa e submissa ao marido, pelo contrário, a profissionalização sempre foi muito valorizada e foi disso que Raquel se valeu.

Para ela era muito natural defender que casamento ou marido não deveriam afastá-la de suas escolhas, isso sequer era uma preocupação na época. Casou-se em 1974, logo depois de se formar, “*bom, casar não era bem o termo*”, afinal não teve todos os rituais esperados. Ainda é viva a memória de seu irmão lhe dizendo que não era isso que ele havia sonhado para ela, mas que respeitava sua escolha.

Raquel continuou envolvida em sua militância, participava da diretoria do sindicato, da Associação, da Pastoral, trabalhava e ainda estudava psicanálise, uma das suas paixões. Eram muitas reuniões e atividades paralelas que não foram abandonadas depois do casamento, pois para ela “*sua vida era assim, como a de todo mundo*”. Não ter hora para chegar em casa, a dedicação aos compromissos à noite e seu envolvimento político eram investimentos que não colocavam em questão seu casamento ou seu papel de esposa, e seu marido nunca cobrou nada diferente: “*e não poderia ser diferente, esses negócios do gênero, isso nunca fez parte da minha vida*”. Demorou alguns anos para ela perceber que seu ritmo de vida não era tão natural quanto ela pensava: “*enquanto mulher, eu gozava de uma liberdade que não era comum das mulheres*”.

Mas esse ritmo teve que ser interrompido. Houve um momento no qual ela precisou rever suas escolhas, pesar suas prioridades e desistir de projetos, uma situação que até então ela não havia vivido como mulher. Isso ocorreu com o nascimento do seu segundo filho. Só no segundo, porque com o primeiro ela ainda conseguiu manter suas atividades já que tinha todo apoio de sua mãe para cuidar da criança, e só com a mãe Raquel sentia segurança de deixar seus filhos. Não confiava em mais ninguém. Com o nascimento da filha, compreendeu que não poderia sobreregar sua mãe, e também se sentia muito culpada em só buscar os filhos às dez horas da noite, depois da aula, da reunião no sindicato ou na pastoral: “*me sentia a última das mães, porque eu achava que os filhos precisavam... eu*

*tinha que estar mais junto*”. Esse foi um momento sofrido para ela, decidir entre sua vida pública e privada, pois tentar conciliar as duas estava ficando insuportável. Percebeu então que essa era uma escolha que só se colocava para ela e não existia para seu marido, que nesse momento também assumia um cargo importante: “*Ai veio o que é a diferença para homem e para mulher. Ele não se sentiu culpado, nunca cobrou nada (...) mas não precisava, então ele conseguiu levar a trajetória dele. Só que eu cobrava de mim mesma*”.

Com a situação insustentável, Raquel tomou a decisão baseada no que seria mais confortável para ela e para os filhos, e se dedicou mais a eles. Para isso deixou os estudos, a pastoral, se envolveu menos nas questões sindicais e passou a investir no seu trabalho na secretaria: “*não abandonei de vez a militância, tanto que acompanhei a reunião do sindicato, mas não com o mesmo envolvimento*”. Nem sempre seu marido concordava com essas decisões, porque achava que também significavam que Raquel não tinha confiança nele para cuidar dos filhos. Quando, por exemplo, ela deixava de fazer viagens importantes, de reconhecimento profissional, por não querer deixar os filhos, ele sempre cobrava mais confiança: “*ele chegou a dizer: você é confiável para eu viajar e deixar os filhos, mas eu não sou?! Sou o pai e quem vai tomar conta sou eu*”.

Essa decisão nunca foi motivo de sofrimento e reflexão sobre perdas, aliás, nenhuma de suas escolhas foram, ela sempre esteve certa que toda escolha significava perda de algo e estava sempre disposta a perdê-las em nome do que considerava maior, e em relação a maternidade não foi diferente: “*Eu me coloquei primeiro como mãe, depois como profissional*”.

Raquel sempre acordava os filhos para ir a escola, ajudava nos deveres, perguntava sobre o dia, levava aos lugares, cuidava do café da manhã. “*Eu mesmo olhando minha vida para trás, eu penso... tudo aquilo que eu consegui romper no contexto da família, de papel de mulher, esposa... eu talvez não tenha conseguido enquanto papel de mãe*”. Sente-se a mais tradicional das mães, “*que é abrir mão das coisas para filho*”, mas tudo com o maior prazer e consciência, sem culpa. Porque para ela uma coisa sempre foi muito clara em relação à sua vida e às suas

escolhas pessoais: “*eu não saberia fazer de outro jeito*”. Hoje se sente feliz e realizada com sua família, com o que escolheu e com sua história: “*porque tinha que ser, era o que eu era capaz de fazer. E pronto. Não tem outra coisa não*”.

### **RITA - “*Da roça para o mundo*”.**

Rita nasceu em 1951, no interior do Espírito Santo, “*na roça mesmo, nem tem no mapa*”. Aos seis anos mudou com seus pais e sete irmãos para uma fazenda em um lugarejo da região, “*muito pobre, não tinha iluminação, nada*”. Seu pai era filho de imigrantes alemães e portugueses, que o deserdaram quando ele se casou com sua mãe que era órfã, filha de judeu e neta de índia. Rita é a sexta de oito irmãos, três homens e cinco mulheres, todos alfabetizados pela irmã mais velha, já que não havia escola na região. Sua mãe era professora e fez questão de continuar dando aulas na cidade. Na família todos cuidavam da roça: “*só comprava trigo e sal, porque o resto tudo a gente que produzia*”. Rita acabou o primário com nove anos e por três anos ajudou a mãe a dar aula para adultos, à noite, na escola que o pai construiu na fazenda, ao lado da única capela da região. A principal leitura da família era literatura clássica, que Rita adorava e que a fez decidir, aos 12 anos, que seria a primeira entre os irmãos a sair da roça para estudar. Foi então que começou “*a fazer umas greves de fome (...) porque queria ir pra cidade estudar*”, e sua mãe conseguiu que um parente a recebesse. Freqüentou a primeira turma mista do Colégio Marista, escola considerada de ricos, e um de seus irmãos mais velhos ajudou a financiar os estudos. Rita aprendera a ter muito respeito pelo sacrifício de sua família e com isso investia todo seu tempo nos estudos, não demorando a se destacar na turma e começar a dar aulas de reforço para os demais alunos para ajudar nas despesas. Aprendeu com a mãe a importância de ter uma profissão, saber fazer algo na vida, aprender a ter objetivos, persistência: “*zelar por você, pelo seu nome, pelo seu corpo, pela sua saúde. Pela sua integridade física e moral*”.

Nessa época Rita tinha em torno de 13 anos e entrou para um dos movimentos da Igreja Católica que existia na época, no qual se “*levava a palavra de Deus aos necessitados*”, o que ela não achava suficiente porque as pessoas

tinham fome, “*eu achava isso um absurdo, (...) a palavra de Deus (...) satisfaz a gente que tá com a barriga cheia, agora essas pessoas....*”. Por ter essa posição, não era considerada “*um bom exemplo*” e não demorou a sair desse movimento.

Rita conheceu os problemas do país, dessa época, através de emissoras de rádio do exterior ouvidas por sua mãe: “*(...) Rádio Tirana, da Albânia, e Rádio Havana, de Cuba (...) falava o tempo todo das atrocidades que aconteciam aqui no Brasil*”. A mãe de Rita era politizada, lia muito e discutia a situação do país em casa: “*Mais minha mãe (...) Meu pai sempre foi mais alienado*”. Assim, Rita foi formando uma “*consciência política da realidade*”, que se consolidou aos 13 anos quando leu “*Os Subterrâneos da liberdade*”: “*Eu fiquei febril (...) quando acabei de ler aquele livro (...) aquelas cenas horríveis de tortura...*”. Foi nesse período que passou a participar do “*movimento de jovens da Igreja*”, um grupo no qual se discutia política social, sendo seu primeiro contato com um movimento articulado “*da esquerda*”. Deixou o movimento quando mudou para a Capital para fazer cursinho, indo morar na casa de uma família conhecida. Ingressou na Universidade em 1970, o que foi um grande acontecimento para ela.

A partir do final do primeiro ano começou a se integrar à “*efervescência*” da vida acadêmica nos jogos universitários, no Centro Acadêmico, nas peças encenadas, nos encontros no bar: “*eu fiquei deslumbrada com a escola, (...) porque era um formigamento essa coisa da política (...). Isso você já sentia em tudo quanto é lugar*”, e como já tinha consciência do que isso representava, a universidade “*(...) foi a oportunidade que eu tive de me engajar mesmo nesse movimento*”. No segundo ano de curso já participava das manifestações estudantis junto ao Diretório Acadêmico (DA), convivendo com invasões policiais nas manifestações e até na Universidade, sob a alegação de infiltração de pessoas “*subversivas*” influenciando os estudantes, principalmente os dirigentes do DA. Os estudantes estavam brigando por melhores condições para o curso e “*Claro que tinha gente do PC do B também nisso aí, mas era um interesse coletivo, né? Acadêmico (...)*”. Rita tinha “*muita consciência*” de que as reivindicações, na maioria das vezes violentamente combatidas, beneficiariam a formação estudantil e o atendimento à população. Pensando nesse bem comum, aceitou o convite para

participar de um partido clandestino, feito por um colega do DA que tinha observado seu interesse, engajamento e confiabilidade: “*Você vai ganhando a confiança e eles colocam pra você: ‘a gente faz parte e tal’, querem experimentar, ‘quer ir?’*” No dia seguinte ao convite ela já tinha uma “célula” e várias atividades a cumprir “*você já tá pichando, já tá panfletando, já tá indo fazer panfleto no mimeógrafo (...)*” Era a única mulher e o quarto membro de uma célula que já existia, o que era irregular pois, por causa das votações, o número deveria ser três.

Nessa época a família de Rita já morava na capital e nada sabia de seu envolvimento partidário, apenas das ações estudantis, que eram apoiadas por sua mãe. Para realizar pichações e panfletagens noturnas dizia que ia estudar na casa de uma amiga e, depois da ação, dormia na república onde moravam seus colegas de célula. As tarefas tinham que ser cumpridas com muito planejamento para que não houvesse risco e desperdício de material: “*Porque tinha essa coisa também de não jogar panfleto na rua, pra não estragar (...)*”. As relações entre os militantes também eram muito discretas e as normas de segurança eram seguidas com muita seriedade: todos sabiam quem participava do partido, mas não que cargo ocupavam e não se conversava sobre isso, só se comunicavam com os colegas de célula. Também por medida de segurança, Rita usava um codinome. Para os líderes, Rita tinha um ótimo perfil para ser uma militante infiltrada ilegalmente dentro da Universidade: “*(...) porque eu era a melhor aluna da sala.... mas eu era do PC do B*”.

Rita vinha de uma realidade dura e sua intenção era fazer algo que pudesse modificar a situação de vida das pessoas, o que ocasionava muitos embates teóricos com os companheiros de célula, durante as reuniões que faziam na praia, principalmente porque não concordava com os princípios revolucionários chineses “*(...) eu falava: (...) Nós somos outra realidade, nós somos outras pessoas, e isso é uma basbaquice, nós não temos que ficar lendo isso aqui*”.

As ações, embora diversas, não duraram muito tempo. A militância do grupo de Rita acabou em 02 de dezembro de 1972, depois que o principal dirigente no Estado foi preso e entregou os demais membros do partido. Numa manhã de sábado, ela havia combinado estudar com Raquel, também do partido, que soube,

por acaso, que a polícia do exército havia invadido a república de seus amigos de célula e que havia uma lista de “procurados”. Embora não soubessem quem estava na lista, as duas resolveram encontrar com o namorado de Rita, também militante, para avisá-lo e poderem fugir. Começou, então, uma fuga desesperada. Inicialmente rodaram pela cidade de ônibus para sair um pouco do tumulto: “*Não voltamos mais pra casa, sem roupa, sem nada. Nem falou com a família... ninguém. Sumimos*”. Esconderam-se por alguns dias numa casa de praia distante da cidade, ajudados por uma colega da faculdade, simpatizante do movimento estudantil. Apesar de tentarem agir normalmente, para não levantar suspeitas, não podiam se expor e ficavam trancados convivendo com o desespero, a fome e as inevitáveis discussões. O encontro com um aluno da faculdade reacendeu o desespero e resolveram fugir para o Rio de Janeiro, pedindo carona em caminhões. Rita e Raquel não conheciam a cidade, mas seu namorado tinha parentes por lá e, embora a regra fosse nunca procurar a família para não colocá-la em perigo, não tinham outra opção.

A chegada à casa dos tios do namorado foi bem difícil para ela. Afinal a família nada sabia sobre ela e nem que o sobrinho estava envolvido com partido político. Um dos tios chegou a cogitar a saída do País: “*Pra nós era impossível isso, porque nós não tínhamos condição. Vai viver de que? É diferente a pessoa que tem uma profissão...*”. Um outro tio, bem relacionado com os militares, sugeriu que se entregassem à polícia que ele garantiria a segurança e a integridade física de todos. Todas as negociações do tio eram feitas com o sobrinho, excluindo as mulheres, porque o considerava responsável pela condição das duas, devendo protegê-las: “*a gente foi pro Cinemar (...). Cada um foi numa sala separado pra ser interrogado (...). E realmente não teve tortura física. (pausa longa). O mental teve, mas física não teve (...)*”. A estratégia usada durante o interrogatório era negar as acusações revidando as ameaças, já que o acordo significava uma possibilidade maior de enfrentamento da situação: “*tínhamos a garantia de que não iam nos torturar... que eu acreditava mesmo*”. Mas a situação do namorado a preocupava muito porque parecia muito mais difícil que a sua, pois, além de enfrentar os militares, teve que enfrentar o pai. O estado dele no encontro após o

interrogatório levou Rita a acreditar que o namorado havia sido torturado: “*Tava trêmulo, o olho dele tava fundo. (...) porque ele tava tão acabado. Aí, eu falei: (...) eles te bateram? Eles te torturaram?*” A resposta veio do pai dele, depreciando a atitude do filho. Rita o enfrentou, embora mal o conhecesse: “*o dia que ele conseguir gritar com o senhor, ele vai gritar com o resto do mundo, entendeu?*”

Depois do interrogatório, os três voltaram ao Espírito Santo porque fazia parte do acordo sua apresentação ao exército do estado. Ela ainda se lembra da emoção do encontro com as companheiras, um misto de alegria e tristeza pelo estado em que se encontravam: “*(...) Nossa, as meninas tavam acabadas. Porque veio o pessoal do Cinemar pra cá (...) foi tortura pesadaça (...)*”. A chegada a essa base militar foi outro fator de apreensão para Rita e, apesar do acordo, o tratamento que recebeu nos interrogatórios foi muito mais ameaçador: “*Nossa, eu achei horrível aqui... (pausa longa) eu, assim... a pior tortura minha aqui foi a dos cachorros, né, porque eu tenho pavor de cachorros.*” Dois ou três pastores alemães avançavam sobre ela, deixando-a contra a parede: “*ficava com a cara aqui, na minha cara. (pausa) E o cara rindo (...)*”. Esse foi um período de muito medo para Rita, principalmente pela falta de informação, pela ausência de garantias para sua integridade física e pela incerteza quanto à liberação. Durante os interrogatórios havia sempre uma insinuação dúbia que soava para ela como uma ameaça de violência sexual: “*Porque é tudo um jogo, né? Ele fica falando: 'não, porque que você, uma menina... Ah, mulher bonitinha...'*”. Essa sensação permaneceu durante todo o período de prisão. Embora não falassem sobre isso, ela acredita que outras presas também sentiam o mesmo medo: “*acho que a pior coisa que pode acontecer é estupro, né? (...) Eu morria de medo dessas coisas (...). Eu... não sei se eu agüentaria, sabe?*”

Nesse período Rita e uma companheira de cela se descobriram ainda mais frágeis: estavam grávidas. Rita fez o possível para esconder a gravidez, mas sentiu-se mal e foi atendida por um médico do exército que propôs um aborto. O tom usado dava a sensação de que a integridade física dela e do bebê estavam em risco e que, caso ele nascesse, permaneceria na cadeia. Rita o enfrentou, recusando:

*“meu filho não precisa ser preso, ele pode nascer e ir morar com a minha família, porque ele não cometeu nenhum crime (...) meu filho não pode ser preso”.*

A primeira visita que recebeu da família foi horrível. Uma de suas irmãs e o marido, que era militar reformado, foram visitá-la e não pouparam acusações, *“que eu era uma louca (...), que eu não pensava em ninguém, que minha mãe ficou totalmente acabada”*, fazendo com que Rita não desejasse mais receber visitas. Nesse período ficou muito debilitada por não conseguir se alimentar - a condição da comida era péssima - e sofria muito pelo tratamento recebido da irmã e do cunhado. Passado algum tempo, foi dada permissão para que a mãe a visitasse, o que foi um acontecimento marcante, pois pôde contar à mãe que estava grávida e pedir desculpas pelo que estava passando. A mãe a abraçou, *“até hoje eu sinto aquele abraço”*, e disse a ela que, se o avô estivesse vivo, sentiria muito orgulho da neta: *“Nossa, aí, gente. Aí, eu falei: ‘ah, pode acontecer qualquer coisa agora, porque tudo compensou’”*. Com a visita de sua mãe e de outras mães, o cotidiano mudou na cela. Rita e outras amigas passaram a costurar algumas roupinhas que sua mãe havia levado, a alimentação melhorou durante alguns dias com as comidas que receberam de casa. No entanto, a convivência por vezes era difícil porque tinham *“desavenças ideológicas”* e discussões sobre o que deveria ter sido feito, o que ela percebe hoje que eram consequência das condições em que viviam: *“naquele momento, daquela convivência nossa... nós estávamos todas muito... esfaceladas”*.

Rita e seu namorado ficaram presos por um mês e, depois de soltos, responderam a processos por alguns anos, junto com os outros companheiros. A primeira decisão que tomaram foi contar sobre a gravidez à família do namorado, que morava no interior de Minas. Ela foi junto, a pedido do namorado e, mais uma vez, enfrentou o futuro sogro, que achou absurda a idéia de casamento, argumentando que ia estragar a vida do filho, que não tinham como se sustentar e que, para um pai, era uma decepção. Foi Rita quem respondeu enfatizando que trabalhava desde muito nova e que estava na hora do namorado também começar a trabalhar. Embora tenha sido uma discussão *“horrível”*, seu namorado nada falou. O casamento aconteceu um mês depois da soltura, numa cerimônia simples, no

cartório. Embora Rita achasse que morar junto era suficiente, o advogado sugeriu que o casamento poderia ajudar no julgamento. Este foi um ano bastante difícil para ela, que sempre avaliou que as consequências da prisão foram muito mais penosas para o companheiro. Os dois tiveram que enfrentar suas famílias, e Rita o fez, mas recebeu todo apoio da mãe, que era a “*matriarca*”, “*a chefe da família*”, e nenhum outro familiar teria coragem de “*fazer nenhum tipo de... gracinha sobre o meu comportamento*”. Na família do marido, contudo, não encontraram apoio, e Rita sempre achou que todos os acontecimentos foram muito assustadores para ele. De repente, ele teve que trabalhar, assumir uma família, continuar os estudos, uma vida bem diferente da que levava antes. Foram anos para estabelecer uma convivência razoável com a família do marido, principalmente com o sogro, que morreu achando que foi ela quem levou o marido para a militância, já que achava que o filho não teria coragem para fazer isso sozinho: “*Mas não era, porque (...) já era do PC do B quando eu fui, entendeu? Mas, eu falei: ‘ah, quer saber de uma coisa? Deixa ele pensar isso também’*”.

Rita, o marido e suas amigas retornaram aos estudos. Todos os outros homens, namorados de suas amigas, continuaram presos e foram transferidos para um presídio no Rio de Janeiro. Encontravam-se esporadicamente na Universidade e nas festas na casa de Rita, mas pouco se falava sobre a prisão e a militância.

Os amigos de faculdade foram bastante solidários durante a gravidez, ajudando como possível, mas passou por situações desagradáveis, como uma colega de turma que falava mal dela porque queria ser a “primeira da classe”: “*ela falou que achava um absurdo, que eu... uma pessoa, que era presidiária, (...) envolvida com não sei o que, ainda tirava a maior nota, que aquilo era uma injustiça*”. Rita não tinha tempo para lamentar as coisas ruins de sua vida, trabalhava e estudava muito, pois realmente não admitia tirar notas baixas, não queria que as pessoas falassem: ““*Tá vendo? Teve filho, relaxou, foi presa e tal*””. Ela e o marido nunca se envergonharam com esses comentários porque muita gente tinha um grande respeito por eles.

Rita também conseguiu emprego em um jornal: “*que era onde acolhia os ex-presidiários*”. No período em que seu marido estava fora do estado,

completando os estudos, a filha passava o dia com a avó enquanto ela trabalhava e estudava. Mas ele voltou antes de terminar por não agüentar ficar longe de casa e da família. Durante dois anos continuaram respondendo a processos, tanto em Vitória, pelo 477, quanto no Rio de Janeiro, o que mantinha o contato com os amigos, agora não mais na militância: “*porque, a partir desse momento rompem as ligações com a militância... acabou, esfacelou.... porque não tem como se articular*”. Como “*entregaram*” todos os dirigentes nacionais do PC do B, a militância “*acabou no Brasil*”. Mas não foi só o esfacelamento do partido que os afastou politicamente. A necessidade de sobrevivência fez com que passassem a ter uma convivência mais esporádica, já que empregos haviam sido perdidos e não se conseguia emprego com facilidade porque todos estavam fichados: “*porque... você era um... subversivo, né? Subversivo era uma coisa muito ruim*”.

Rita considera que também mudou depois de todas as experiências, passando a se preocupar também com a integridade física, com a segurança pessoal e familiar, o que gerou sentimentos diversos: “*acho que se transforma em um pouco de raiva, né? Frustração (...). E medo também. Porque você sai, mas é uma coisa tão insegura (...) sabe, de alguém te leva e acabou*”. Para ela, foi esse o clima que predominou durante os três anos de julgamento, afinal sabia que tudo aquilo era uma “*farsa..., julgavam todos juntos*”, e tinha medo de voltar para prisão. Na época da sentença já estava grávida da segunda filha e pediu à sua mãe que ficasse com a criança, caso fosse condenada. Felizmente, foram todas absolvidas.

Sua segunda filha nasceu pouco tempo depois e a vida de Rita, que já estava bem difícil, ficou um pouco mais complicada e ela precisou ir morar mais perto da mãe pois seu marido: “*dava umas aulas, assim, à noite, mas ele nunca assumiu essa coisa de ficar com uma criança em casa.*” Nessa época largou o emprego no jornal para iniciar um estágio, porque tinha um sonho a seguir e não pretendia desistir. Dessa maneira, conseguiu ser aprovada em uma seleção dificílima que demandaria um grande investimento profissional, o que seu marido não havia feito. Foram momentos penosos para a relação conjugal por ela precisar

ficar muito tempo fora de casa e fazer um alto investimento pessoal e familiar para desenvolver sua carreira e conseguir ter um bom desempenho.

Depois de terem sido absolvidos e de estarem trabalhando ela decidiu que queria um terceiro filho, com uma situação de vida diferente, e esse foi mais um problema para o casal. Rita queria passar pela experiência da gravidez e do parto com calma, “*eu queria ter uma gravidez, assim, igual todo mundo tem, sem essa coisa de prisão, sem essa coisa de julgamento, sem tudo isso*”. Mesmo contra a vontade do marido, ela engravidou, o que foi mais um fator de desgaste para a relação do casal. Outro ponto de atrito surgiu com as restrições que o marido tentava impor à sua vida profissional, pois, embora acreditando no amor do marido, não podia aceitá-las. Não demorou para a relação se deteriorar e Rita chegar à conclusão de que não poderia mais continuar casada.

Após a prisão, Rita não teve mais envolvimentos políticos partidários, tudo o que buscou foi se desenvolver como profissional, se dedicar arduamente à carreira e lutar para mitigar o sofrimento daqueles que a procuram. Considera que sua militância passou a ser pela vida.

#### **- Reflexões de Rita sobre relações de gênero e processos identitários**

Tornar-se a mulher que Rita é hoje foi um processo que lhe trouxe muito orgulho do que viveu. A mulher que sua mãe foi permitiu que ela pudesse fazer escolhas que possibilitaram a superação dos limites da sua cidade natal e o despertar de perspectivas pessoais mais interessantes, que ali não estavam disponíveis. Almejava um modelo de vida que havia aprendido a valorizar com a mãe. “*E ela ensinou à gente isso: que vocês são independentes, vocês têm que ter profissão, têm que ter alguma coisa, não pode ficar assim, têm que saber fazer...*”. Desde muito jovem percebia que não queria ter a vida das mulheres que conhecia: “*eu ficava imaginando que eu ia casar lá, ficar tendo filho, né, igual aquele povo que eu via lá. Deus! Me dava um horror pensar nisso!*”.

Não há dúvida que as mulheres da casa de Rita se tornaram fortes e independentes, mas nem sempre isso é fácil: “*É, a vida inteira eu ouvi falar isso: ‘que sua mãe, ela... anulou o seu pai’.* *E, assim, eu sempre ouvi isso a respeito das*

*mulheres da minha família.*” É claro que Rita também sempre foi percebida como uma mulher independente, forte, decidida e até “*mandona*”. Mas isso sempre significou a defesa de um espaço, de um lugar e de uma identidade que ela construiu em sua vida. Essa percepção fez com que ela entendesse que não é necessário existir uma relação de submissão entre homens e mulheres, gerando uma acomodação de papéis. Considera que a submissão tem um lado de comodismo, porque a pessoa não defende seu espaço, mas também não assume responsabilidades e que, por outro lado, o “*mandar*” não é feito só de privilégios: “*(...) você manda, mas aí você assume tudo*”.

Assumir muitas posições para defender seu espaço foi uma coisa que ela percebe que fez desde jovem, e isso incluía conviver e enfrentar o universo masculino, o que para ela não significava um problema: “*Eu sempre enfrentei eles muito bem*”. Durante a militância percebia que havia um “*machismo*” dentro do partido, uma regra de conduta rígida, mas não mais do que na sociedade como um todo, e não fazia diferença nenhuma para ela, porque desde pequena ela não se sentia “*feminina e frágil*”.

No entanto, Rita entende que, para que pudesse fazer escolhas diferentes das preconizadas para as mulheres, sua mãe teve que romper e até, em alguns momentos, inverter os papéis em sua vida, como Rita também sente que precisou fazer. Para se tornar a mulher que é hoje passou por muitas transformações pessoais e por momentos especiais que ocorreram durante a década de 70: “*eu tive três filhos, (...) comecei e terminei meu curso, fiz especialização (...) meu casamento começou a acabar (...) eu tive muitas mudanças na minha visão do mundo também*”. As transformações vividas e percebidas por Rita sobre si e o mundo são o que ela hoje chamou de “*Boom(s)*”: “*É um sentimento, assim, é uma coisa muito... de poder. É uma explosão. E isso na faculdade, foi uma coisa de percepção do outro. Foi uma coisa que eu me percebi como pessoa*”. Entrar na faculdade trouxe o “*boom*” pessoal/profissional, mostrando a realidade de um mundo que ela desejava conquistar e pelo qual estava disposta a lutar; a consciência sobre a ditadura, sobre as diferenças sociais e sobre a falta de liberdade, esse foi o “*boom*” para o mundo. Mas Rita não parou por aí, faltavam

ainda algumas descobertas sobre si mesma, sobre se sentir mulher, e a maternidade promoveu esse reconhecimento: “*eu tive esse boom novamente... assim... quando eu decidi ficar grávida [do terceiro filho]. (...) Acho que, pela primeira vez, eu tive consciência de que eu era uma mulher*”. Até esse momento não pensava muito sobre sua feminilidade e nem se identificava com o modelo de mulher que conhecia desde a adolescência: “*(...) porque eu era uma pessoa sem peito...e na minha época tinha que ter peito....agora meu peito tá grande, dar de mamar a três filhos, né? (risos)*”. Isso aconteceu principalmente por passar a “*vida inteira tendo que brigar pelo meu espaço*”.

Rita brigou também para ter respeitada sua escolha profissional, negando-se a assumir o modelo de esposa da época e, se o apoio da mãe evitou problemas com sua família, teve que enfrentar o sogro, que almejava um casamento, uma família e uma esposa tradicional para o filho: “*eu falei: “o senhor deve ter sonhado pra ele uma mulher bem burguesinha daqui, que pinte as unhas todo final de semana, e que faz sim pra todas as coisas que ele fale, porque só gosta de pessoas assim, que obedecam, né, então realmente eu sei que... eu sou um pesadelo, não sou um sonho prum pai como o senhor (...)*” .

Se a maternidade, mesmo importante, não a desviou de seus ideais pessoais e profissionais, ela não permitiria que com o casamento fosse diferente. Quando iniciava sua vida profissional o marido propôs que Rita trabalhasse menos, “*que eu te pago isso que você ganha*”, para se dedicar mais à família e à casa “*(...) Nossa, eu fiquei ofendidíssima*”. Para ela, essa possibilidade nunca existiu, pois sempre se considerou dedicada à família e à casa e ficou muito magoada quando descobriu que o marido não percebia seus esforços nem valorizava suas escolhas, revelando uma postura muito parecida com a do pai: “*Vou parar?! (...). Eu estudei a vida inteira e tal, agora vou ficar sustentada por marido?!*”.

A separação causou um grande impacto na família de Rita, que não via motivo para isso, já que eram um “*casal modelo*”, não brigavam nem tinham muitos desentendimentos, mas, para ela, não havia como conviver com alguém que não percebia suas transformações pessoais: “*eu achava que ele não tava me valorizando como profissional, sabe? (...). Porque pra ele, eu acho, que eu era*

*sempre aquela menina meio mocoronga,, lá da roça”.* A situação pós-separaçāo foi muito penosa porque o ex-marido manteve um forte vínculo com a família de Rita, que o achava injustiçado. Ela havia se tornado “*a megera*” por ter pedido a separação depois de tudo que viveram. Mesmo a mãe, apesar de não tê-la abandonado, achava que estava errada porque o ex-marido era muito bom. Sofreu muitas perdas com a separação e, em alguns momentos, viu-se muito sozinha, tendo que batalhar por três crianças, sem contar com o apoio da família e sem amigos, que eram mais amigos do marido “*realmente ele cultivava mais as amizades, eu ficava cuidando mais das crianças, da casa, trabalhando. Então ele era mais gentil com as pessoas, mais... disponível.*”

Rever sua trajetória é perceber que os ideais da juventude foram importantes para o que alcançou e para o que pode construir para si e sua família hoje “*num país, assim, tão conturbado igual a esse, com tantas dificuldades*”. Para ela, todas essas lembranças, as boas e as ruins, são fundamentais para o que sua vida é hoje, todas as escolhas foram importantes para a sua trajetória. Embora hoje pudesse optar por caminhos diferentes dos que escolheu naqueles momentos, percebe o quanto teve consciência do que estava vivendo e das possíveis conseqüências, avaliando que teve sorte porque não foi pior. Foram experiências que sedimentaram seu crescimento pessoal “*(...) Eu, com certeza, não teria sido essa pessoa se eu não tivesse passado por isso. Eu acho que eu sou uma pessoa com muito defeito, mas eu não sou mais exigente com os outros do que eu sou comigo, não*”.

Se houve momentos em que não sabia o que seria da sua vida, em outros soube exatamente o que fazer. Foi isso tudo que fez sua vida ser diferente do que se poderia esperar de uma jovem da zona rural, tornando-se uma profissional, conquistando um patrimônio e construindo uma família realizada. Por isso é que diz: “*eu sou uma pessoa muito feliz, (risos). E é isso, né?! (...) Da roça para o mundo... para o mundo*”.

**REGINA - “Hoje em dia nós temos o voto, que é a nossa arma”.**

Regina nasceu em 1945, em uma cidade do interior do Espírito Santo, mas foi criada em uma cidade bem próxima à capital. Seus pais eram de origem humilde, com pouco estudo, mas com grande vontade de dar aos sete filhos o melhor possível, o que incluía um grande respeito às regras morais e à dignidade. Era uma das quatro filhas do casal, intercaladas por três irmãos, todos com idades bem próximas: “*tudo diferença de um ano*”. Como de costume, os mais velhos ajudavam a mãe a tomar conta dos mais novos e dividiam tudo o que tinham, criando uma relação forte e solidária entre os irmãos, que se estendia a quem necessitasse.

Desde muito pequena Regina notava as diferenças entre as pessoas e a desigualdade ao seu redor, da qual não compreendia a origem. Mais velha, já trabalhando, percebeu que teria que lutar muito para mudar a realidade na qual vivia, e um dos caminhos seria estudar, fazer um curso superior para ter uma profissão e conseguir um bom emprego. e alcançou a meta de entrar na faculdade.

A oportunidade de fazer alguma coisa surgiu quando conheceu seu namorado, que além de bancário era militante ativo do movimento estudantil, com quem começou a conversar sobre as políticas estudantis e nacionais. A morte do estudante Edson Luis, ainda em 1968, foi o que a despertou para as condições impostas pela ditadura: “*eu achava absurdo aquilo, poxa! Se algum movimento aí matar o meu filho eu quero que todo mundo saiba, não que fique escondido (...) e naquela época era tudo proibido*”. O fato da imprensa não poder divulgar o que ela achava que não poderia ser calado fez com que simpatizasse com as causas do namorado: “*Vinha o papel, tudo o que ia pra imprensa proibido a gente tinha acesso*”.

Começaram, então, as leituras e as discussões que foram dando a ela a compreensão ideológica do que ela e sua família viviam, passando a entender as razões da desigualdade social: “*a gente vivia num país de militar, onde faziam as coisas por trás dos panos, escondido de tudo, matava, assassinava pessoas, a imprensa era proibida de falar, eles me ensinavam isso tudo*”. Levou algum tempo para que soubesse que o envolvimento do namorado ia além das questões estudantis, o que aconteceu só depois que ele foi preso, em 1968, durante o

clandestino Congresso Nacional dos Estudantes, que ocorreu na cidade de Ibiúna, no interior paulista. Foram momentos de apreensão para ela e sua família, que gostava bastante do rapaz e apoiava sua luta pelo Movimento Estudantil. Nessa época, ele já era filiado ao PC do B e passou a contar sobre sua militância e sobre as causas defendidas pelo partido. Aos poucos ela foi percebendo a legitimidade do partido e entendendo que os ideais partidários priorizavam o combate às desigualdades com as quais convivia, o que era compatível com seus ideais e com suas metas: “*eu vim de uma família pobre, humilde, então... a gente fica com aquele complexo de inferioridade. Quando a gente vê que pode existir uma sociedade que todas as pessoas podem ter os mesmos direitos, as mesmas coisas, poxa! Não existe coisa melhor que isso, né?*” Passou, então, a defender o socialismo como forma de governo para o Brasil, acreditando que o único caminho para chegar a isso seria derrubando a ditadura, através de uma revolução. Aos poucos, começou a participar de reuniões e fazer cursinho para ingressar na Universidade. Em 1971, entrou na Universidade e se filiou ao PC do B, mais ou menos no mesmo período em que se casou.

O casamento foi uma cerimônia simples, no cartório, na época em que o namorado se preparava para viajar para o Pará, com o objetivo de participar da Guerrilha do Araguaia. A decisão do casamento estava associada à sua ida para a guerrilha, por isso, a idéia inicial era não comunicarem às famílias que iriam se casar, o que só seria revelado no período do embarque do namorado. Sabia que a família resistiria à sua ida, já que pelos padrões morais da época namorados não viajavam juntos “*e eu não queria, assim, ofender a minha mãe (...). Aí, eu achei melhor assim pra eu poder convencer a minha mãe, porque eu teria que ir atrás dele*” . O pai de Regina havia falecido recentemente e sua mãe estava ainda muito fragilizada. Foi um choque quando descobriu que iam se casar sem avisar, mas aceitou o casamento porque gostava muito do namorado e o apoiava em sua militância.

A proposta do partido era de que todos os filiados pudessem se preparar para apoiar ou participar da guerrilha e essa preparação seriam as ações urbanas, para consolidar sua participação até estarem prontos para partir para o campo. Os

dirigentes nacionais já haviam indicado seu marido para o Araguaia, julgando que ele já tinha um período longo de militância e, portanto, estaria preparado, junto com outro dirigente regional, para atuarem na guerrilha armada rural. Mas mudaram de idéia quando ele não embarcou para o Pará porque Regina ficou doente na véspera de seu embarque: “*aí, no outro dia de manhã, ele não teve coragem de ir (...). Mas não abandonou a luta, só a Guerrilha*”. Como não estavam prontos para participar de uma guerrilha, já que isso implicaria um desprendimento maior do que o que tinham, tiveram a missão de abrigar em sua casa uma gráfica clandestina do partido no Estado: “*A gente casou, assim, mais pra ajudar o PC do B também, pra poder montar o aparelho na minha casa, pra ninguém desconfiar. Rodava o mimeógrafo lá em casa dia e noite. (...) Então a gente tinha aquilo muito clandestino*”. Nem mesmo a família de Regina sabia de seu envolvimento partidário, e era necessária muita cautela durante as visitas familiares, que só aconteciam com dia e hora marcados já que sua casa era também um aparelho de encontro para os dirigentes regionais e os secretariados de base. Todo o material produzido pelo partido estava escondido na casa de Regina e o próprio “Zé” se refugiava na gráfica clandestina durante o período de produção: “*era lá que os manifestos eram copiados. Tinha que ser tudo datilografado e depois faziam-se as cópias para a distribuição no Estado*”.

No partido, Regina trabalhava junto ao Movimento Estudantil e era responsável pelo Secretariado de Base: “*Minha função era dar assistência às bases, no caso (...) dar assistência às pessoas que estudavam perto de mim*”. Passava instruções e orientava os que atuavam junto à unidade em que estudava, um curso da FAFI, que também tinha militantes nos cursos de História, do Direito e de Artes. O risco que corria era maior do que o das outras mulheres envolvidas com a militância, pois além de esposa de dirigente regional, também conhecia e convivia com outros dirigentes. Ainda que não soubesse os cargos que ocupavam, sabia sobre as ligações com os demais comitês regionais e nacionais, além de abrigar em sua casa muito material considerado “subversivo”. Tinha consciência de todos esses riscos, sabia o grau de envolvimento que tinha, além de conhecer todos os recursos utilizados pela ditadura para obter informações e desmantelar as

organizações: “*eu sabia do risco que eu corria, de ser presa, torturada. Às vezes eles torturavam até filhos de militantes políticos, a gente lia isso também. Eu sabia que eu podia correr sérios riscos, mas eu admirava a luta dele, achava que aquilo era o certo e entrei*”.

Esse era um dos motivos que a faziam esconder da família seu envolvimento, deixando que acreditassem que apenas acompanhava o marido, sem estar comprometida. A maior parte de sua família apoiava e concordava com a militância de seu marido, embora não soubessem exatamente o que isso significava: “*Todo mundo achava ele muito inteligente, e concordava, assim, que na época o regime estava muito ruim mesmo (...) Algumas coisas tinham que mudar*”. Mas sua mãe jamais permitiria que ela corresse riscos e Regina não queria preocupá-la: “*A minha mãe tinha medo da gente ser preso. Você acha que minha mãe ia aceitar eu ficar com um negócio desse dentro da minha casa... ela não ia deixar*”. A mãe de Regina só soube realmente do envolvimento que a filha tinha quando ela foi presa em casa, em 1972. Foi uma das primeiras a ser presa, e recorda que no dia 28 de novembro bem cedo bateram à porta e ela achou que era o marido chegando de viagem, mas deu de frente com policiais que a buscavam para prestar depoimentos. Um de seus irmãos, presente no momento, tentou interceptá-los e queria ser levado junto. Muito preocupada com o marido, que podia chegar a qualquer momento, Regina pediu ao irmão que sumisse com tudo que era comprometedor na casa e que avisasse ao marido que ele deveria fugir.

Somente quando chegou ao 38º BI entendeu que estava sendo presa, ao perceber que lá já estavam outros companheiros. Não demorou para que começassem uma série de interrogatórios, seguidos de torturas, a fim de obter informações sobre seu marido. Já no primeiro interrogatório foi submetida à humilhação da nudez e, ao resistir, teve seu vestido rasgado à força em meio a “*socos nos ouvidos e telefone*”. Os interrogatórios eram sempre na calada da noite: “*depois que o batalhão se recolhia e ninguém pudesse presenciar o que se passava*”, retiravam-na da solitária, colocavam um capuz e circulavam de carro cerca de duas a três horas, dizendo que estava sendo conduzida para a OBAM para ser torturada até que falasse. Essa tentativa de amedrontar foi utilizada com todos

que estiveram presos, mas só foram descobrir que não saiam do quartel quando as mulheres presas puderam ver a chegada de Rita e Raquel, nas mesmas condições, “*por um buraquinho da fechadura*”.

Regina tinha muita convicção sobre seu papel na proteção do marido. Havia se preparado para um momento como esse, sabia que sua resistência era o que poderia salvá-lo, pois logo entendeu que os militares não iriam matá-la, como ameaçavam diariamente colocando um revólver em sua cabeça. Inclusive enquanto era obrigada a tirar as roupas para iniciar os interrogatórios, se encontrava na mira de um revólver: “*diziam que queriam fazer isso e aquilo só com você... tirar a roupa, abusar... passar a mão... era uma maneira assim, de querer que eu ficasse abatida psicologicamente*”. Rapidamente ela conseguiu se proteger dessa situação de intimidação e passou a usar isso a seu favor, enfrentando os militares durante as sessões de tortura: “*eu falava: ah, você tem coragem nada de me matar. (...) Eu falava assim: ‘ah, grandes coisas tirar a roupa perto de vocês (...), pra mim, vocês são tudo uns monstros, não são homens’*”. Aí, tirava na mesma hora”. Com o passar dos dias esse procedimento dos militares não foi mais utilizado, e eles chegavam a dizer que não adiantava usar esse recurso, pois ela não tinha vergonha. Mas Regina tinha muita vergonha e muito medo também, o que fazia era ocultá-los para não parecer e se tornar mais frágil. Essa mesma estratégia de aparentar força e indiferença ela usou durante as tentativas que fizeram para minar sua resistência, colocando uma cobra sobre seu corpo ou quando a deixaram presa por uma semana, em uma solitária, enrolada apenas em um cobertor de lã grosso em pleno verão: “*daqueles que são usados como manta por cavaleiros (...) aquilo era horrível*”.

Durante todos os momentos em que esteve presa, mesmo que não estivesse sendo interrogada, eram utilizadas torturas psicológicas e humilhações: “*você não podia tomar banho sem eles estarem perto, não podia usar o banheiro... tudo, todas as necessidades fisiológicas que você fosse fazer, tinha sempre o tenente oficial do dia perto*”. Os maus tratos levaram Regina ao adoecimento: “*Fiquei trinta dias ardendo de febre, chegava a estar verde, com a roupa do corpo*”. Foram trinta dias incomunicável e presa em uma solitária, sem saber o que se

passava com os demais e sua família, a alimentação e a água eram restritas e ficou sem banho por mais de dez dias, usando apenas seu vestido rasgado. Mas houve um momento no qual Regina se abateu e teve que fazer um grande esforço para se manter lutando, pois não esperava que fossem usar sua mãe para obter informações: “*Mamãe toda suada, naquela cela, assim, sem janela, sem nada, eles ali torturando mamãe*”. Soube depois que há semanas ela tentava ser recebida no quartel para visitar a filha e sempre era barrada. Um dia recebeu um comunicado em casa para que comparecesse para visita, e assim que chegou foi jogada numa solitária e coagida a falar por horas, sob diversas ameaças físicas.

Regina também foi coagida mais de uma vez a tentar obter informações sobre o marido através de seus sogros. Os militares a obrigavam a ligar e mentir, dizendo que estava liberada e queria saber sobre o marido. Algumas vezes ela teve que cumprir, mas sempre resistia, mostrando que não seria fácil fazê-la entregá-lo: “*Eu falava: de jeito nenhum, eu não ganho para isso... vocês que são polícia que liguem, são vocês que ganham para fazer esse tipo de trabalho*”. Hoje ela tem dúvidas sobre a origem de sua resistência: “*Não sei se era por amor... Ou se era por amor à luta mesmo... Era pelas duas coisas*”. Fossem quais fossem seus motivos, ela tinha, naqueles 60 dias, uma certeza: “*de que, se eu morresse na luta, era muito melhor do que morrer de acidente*”.

A convivência com as demais presas só ocorreu depois dos trinta dias de interrogatórios quando todos foram levados para um pátio, e Regina teve a dimensão da queda do partido. Todos estavam lá, exceto seu marido, que estava sendo caçado a qualquer preço. Ela chegou a ouvir comentários de que se fosse pego o matariam.

Regina negou sua participação e de outros conhecidos até o fim. As pessoas foram sendo soltas aos poucos só permanecendo ela, Renata e o namorado de Renata, que estava na hierarquia do partido no mesmo patamar que seu marido. Ela sente muito orgulho dos três terem resistido até o fim, sem entregar nenhum companheiro. Acredita que o que passou foi pouco perto do que esperava que pudesse lhe acontecer. Para ela, os homens presos passaram por torturas piores, como as sofridas pelo namorado de Renata, por quem Regina tem uma profunda

admiração, tanto que deu o nome dele ao seu primeiro filho para homenageá-lo. Mas isso foi durante a clandestinidade.

Assim que foi solta, sua vida virou um “*verdadeiro inferno*”. Era seguida todo tempo, na tentativa de que ela os levasse até seu marido. A mãe de Regina já havia conseguido saber por onde ele andava clandestino e as duas começaram a planejar a fuga de Regina do Estado para que pudesse encontrá-lo. Esse foi um dos momentos mais difíceis para ela, pois se tornaria outra pessoa, tendo que abandonar sua história e suas relações, inventando um passado e um presente para que pudesse convencer os taxistas, indo pelo interior, de cidade em cidade, até chegar a Belo Horizonte, onde se encontrava seu marido: “*é duro fazer as coisas assim... pra ninguém perceber que você tá fugindo da polícia... eu nunca tinha viajado sozinha antes*”.

Regina abandonou o emprego, a faculdade, e iniciou uma fuga intensa pelo interior do País. Juntos foram para o Pará, a fim de tentar contato com os militantes do PC do B que estavam por lá, na Guerrilha do Araguaia. A essa altura, todo o comitê nacional já tinha caído e não havia mais como localizar o partido, ainda que tentassem insistentemente. A Guerrilha estava sendo dizimada, ninguém dava informações sobre os militantes ou o partido, os dois estavam sem qualquer apoio da organização: “*O Zé entregou a direção nacional, né, nós ficamos sem contato com o PC do B (...). Ficamos perdidos pelo mundo afora. (...) Para a repressão, nós continuávamos sendo do partido, por isso queriam achar a gente, mas... nós não éramos mais ligados ao partido*”. Regina e seu marido permaneceram “*perdidos pelo mundo afora*” durante os quatro anos de clandestinidade. Para sobreviver, viviam escondidos na mata, em fazendas, pescando e caçando para se alimentarem. O pouco dinheiro que recebiam era enviado pela família do marido, da venda de alguns pertences que tinham.

Com dificuldades financeiras, Regina tentou voltar a trabalhar em uma empresa Estatal, mas acabou sendo descoberta e iniciaram uma nova fuga. Retornaram para Minas, fugiram novamente para o Rio de Janeiro e ela passou a sentir o tempo todo perseguida. Confundia pessoas e via vultos, chegando a achar que um missionário que distribuía santinhos na porta de sua casa fosse o Capitão

do Exército que a havia torturado: “*você fica vendo fantasma. (...) Você ia num lugar, você olhava pra tudo quanto é lado pra ver se tava sendo seguido, você olhava... eu realmente fiquei traumatizada, porque não era fácil. E eu fiquei clandestina mais ou menos de 73 a 77. Foi muito tempo clandestina*”. Durante esse período estiveram algumas vezes no Espírito Santo, acampados em praias distantes e conseguiam esporadicamente rever alguns familiares, que nunca sabiam por onde andavam. Claro que nem todos familiares de Regina e de seu marido apoiavam seus envolvimentos. Durante a clandestinidade uma prima de seu marido os entregou a polícia e ouviram insultos de um cunhado quando necessitaram de ajuda: “*ele falou: ‘eu não me misturo com essa gente’. Porque ele era contra, você entende? Ele era o anti-comunismo*”.

Seu primeiro filho nasceu nessa época, sob o protesto de toda sua família, que não via condições de terem um filho naquela situação de insegurança, passando necessidades, fugindo: “*porque eu não tinha teto, né? Tava correndo pelo mundo afora. Vocês vão botar uma criança no meio dessa confusão, né, e tudo, todo mundo foi contra*”. O marido de Regina também achou que não era o momento para terem esse filho, ponderou com ela as condições e falou que não queria. Esse foi o momento decisivo na vida de Regina, ela sentiu que era a hora de escolher entre o marido, a militância e um filho: “*Aí, eu pensei... eu pensei muito (...) e eu entreguei ele pra luta. Até ele lembra disso, ele fala assim comigo: ‘eu lembro você saindo do PC do B (...) Você falando: ‘olha, eu entrego você pra luta, mas eu agora desisto de lutar, porque agora eu vou lutar pelo meu filho’*”.

Seu filho já estava “crescidinho” quando ela resolveu voltar para sua vida legal, os dois estavam há muitos anos fugindo e Regina já não aquentava mais viver naquelas condições: *Eu pensei o seguinte: agora tem uma criança que eu tenho que proteger...*”. Ela voltou para Vitória, sem o marido, conseguiu um emprego e sua mãe ajudou a cuidar do filho. Foi um ano vivendo entre Espírito Santo e o interior de Minas, onde o marido estava, carregando o filho pequeno e tendo que ter muito cuidado para não levar os militares até seu marido.

Foi em 76 que ela, grávida do segundo filho, resolveu insistir para o marido cumprir sua pena, e eles poderem voltar à vida legal, sem perseguições e fugas,

criando os filhos como qualquer outra família. Ele havia sido julgado à revelia e condenado a 10 meses de reclusão. Como nessa época a situação política já estava mais branda e os advogados já podiam atuar e acompanhar a situação dos seus clientes, o marido de Regina resolveu que era hora de se entregar: “*os militares já tavam mais maleáveis, não tavam assassinando gente, a gente já tinha controle dos presos*”. Foi mais um ano difícil. Regina passou a trabalhar à noite e juntar recursos para visitar o marido no Rio de Janeiro. Viajava grávida e com o filho pequeno, sem ter onde ficar no Rio para descansar, o que dificultou muito suas viagens depois que a filha nasceu, tanto que o pai só foi conhecê-la aos oito meses de vida. Foi nesse período, quando faltavam uns dois meses para a soltura, que ela conseguiu permissão para passar as noites com ele na prisão, para a grande alegria do casal e do filho pequeno: ”*ele começou a sentir aquela alegria, assim, de poder dormir com o pai. E pulava em cima da cama. Foi uma coisa muito emocionante pra gente... ele não conseguia perceber que aquilo era um presídio*”.

Depois de solto, seu marido pôde concluir a faculdade e se formou no ano seguinte, mas Regina não pôde voltar a estudar porque havia sido expulsa da Universidade pelo Ato 477, o que até hoje a faz questionar suas escolhas. A família voltou para o interior de Minas, para a cidade onde tinham morado na clandestinidade, tiveram mais dois filhos e seu marido nunca abandonou a política, o que fez com que Regina vivesse sempre com medo de que tudo voltasse a acontecer: “*eu vivia estressada. Ai meu Deus, será que vai acontecer alguma coisa com ele, será que não vai...*”, mesmo depois da abertura, do país já democrático, ela se sente insegura: “*em relação ao futuro político do Brasil...*”. A memória do medo leva Regina a temer um retorno à ditadura e questionar a consolidação da democracia “*porque tudo é possível. Hoje o Lula tá no poder, mas amanhã pode ser os militares de novo. E se os militares tomam o poder, o que eles vão fazer com você? A marca sempre fica*”.

Regina tece, atualmente, diversas reflexões sobre o que viveu e o que vive. Reflete sobre as condições políticas e econômicas do País e seus reflexos na vida de sua família. Embora não se arrependa das escolhas que fez e consiga contar sua trajetória em meio a diversas gargalhadas, ficam claras também as perdas que ela e

o ex-marido sofreram, já que abriram mão de construir um patrimônio que garantisse segurança financeira, o que só adquiriram depois de muito amadurecimento político e pessoal: “*Então você vive num país capitalista igual ao nosso, que tudo depende de dinheiro... se você não tem sobrevive, mas com muita dificuldade. Hoje em dia eu vejo...por exemplo: quando eu tava no PC do B, lá correndo pelo mundo afora, meu dente cariava, eu não podia tratar o meu dente, não tinha dinheiro pra pagar o dentista. Conclusão: eu tive que arrancar os dentes (...). Então eu falo com meu filho: estuda, porque aquilo que você adquire de conhecimento, nunca ninguém vai te tirar*”.

#### **- Reflexões de Regina sobre relações de gênero e processos identitários**

Se sua militância lhe trouxe algumas perdas, há o que ela ganhou em sua trajetória: autonomia. Construída à custa de projetos, dedicações e ilusões destruídas, mas hoje completamente valorizada como mulher, por ter conseguido rever o seu papel de esposa e mãe ao longo de todos esses anos: “*eu fui uma das mulheres que nunca me preocupei comigo, só me preocupei com os outros. Assim, para os meus filhos e para o marido eu queria dar tudo do melhor, agora pra mim, eu sempre ficava com o pior. E isso foi me estressando, foi me desgastando*”.

Os rompimentos de Regina sempre ocorreram causando-lhe uma pressão que ela tentava amenizar como podia. O primeiro deles foi quanto à sua militância, afinal ser militante e guerrilheira causaria uma reação negativa em sua família, que ela achou que evitaria com o casamento, já que uma esposa deve sempre estar junto a seu marido em qualquer situação: “*A família não ia aceitar, me deixar ir... É, meu pai, e eu não queria ofender a minha mãe, e eu não ia fazer aquilo com a minha mãe, pegar, sumir, sem nunca mais dar notícia*”. E foi exatamente o que Regina fez durante a maior parte de seu casamento, de maneira que ser militante significava ser esposa: “*naquela época, era dependente, porque você fica dependente do marido... que eles sempre acham que eles são os tais. Então você sempre fica ali, na dependência daquela pessoa*”. Mas, para ela, essa não era uma condição só sua, mas de outras mulheres que militavam também, já que a questão

familiar contava muito nessa época. Ela acredita que esse era um dos motivos pelos quais não havia mulheres no comando do partido, apesar de na militância existirem mulheres bastante competentes e preparadas para assumirem tais atividades *“Não era por incompetência, as mulheres tinham mais problemas que os homens pra militar por causa da questão familiar, mas isso aí também não impedia”*.

O segundo maior conflito que Regina viveu frente à sua militância e seu casamento foi com a maternidade. Grávida durante a clandestinidade, teve que optar entre a militância e seu filho, já que seu marido também não queria ter um filho nas condições que se encontravam. A decisão foi de Regina, o projeto da maternidade nesse momento falou mais alto, e ela estava disposta a lutar sozinha, já que não existia a possibilidade de ser militante e mãe ao mesmo tempo, como ela vinha sendo militante e esposa. Entre ser a esposa-militante e mãe ela opta pela maternidade, abandonando assim a militância: *“Aí, eu virei e falei assim: ‘ó você quer saber de uma coisa, você pode correr pelo mundo afora atrás de PC do B, mas eu não, eu quero ter meu filho e eu vou ter. Eu vou sair do partido, vou me desligar... vou cuidar do meu filho e... qualquer coisa que acontecer com você, tudo bem, o problema é seu, agora eu acho que eu não posso fazer isso’”*.

Para Regina, ser mãe significava uma dedicação completa ao filho, e a garantia de não colocá-lo em risco. A partir do momento em que engravidou não poderia mais pensar somente no que acreditava, nos seus ideais, agora tinha um filho que dependia totalmente dela e por quem o seu amor era maior: *“enquanto você não tem filho, você admite: ‘ah, eu vou ser presa ali, tudo bem’. Mas na hora que chega o filho, infelizmente, a gente, a dor da mãe, assim, o sofrimento da mãe, o amor de mãe, ele bate mais forte pro lado do filho... do que pela luta”*.

Seu marido, por outro lado, em nenhum momento abandonou a luta, mesmo depois de estar na legalidade permaneceu fortemente vinculado à política. Ela nunca mais se filiou a partido político, embora participasse com o marido de alguns comícios e atos públicos, por manter suas convicções sobre a igualdade social: *“desde que Lula entrou... na campanha política aí eu ficava rouca de ir pra aqueles comícios com a bandeira vermelha. Era a saída que eu via, entendeu”*.

A vida política do marido não representava, para ela, a tranqüilidade em família que desejava, em função das constantes esperas e preocupações que passava e da luta pela sobrevivência em uma cidade do interior, com quatro filhos: “*mesmo depois da legalidade, a minha vida não foi, assim, igual todo mundo tem uma vida assim, tranqüila. Família longe, aqueles negócios todo de, vai pra aqui, volta pra ali, falta de dinheiro, e eu sempre quis dar tudo do bom e do melhor pros meus filhos*”. Com o tempo foi percebendo que sua trajetória havia imprimido nela um medo constante, o que lhe causava um imenso desgaste: “*E aquela preocupação ficou assim entrando na minha vida pra sempre. Então foi muito angustiante minha vida*”. Mesmo com todas as dificuldades achava que valia à pena lutar para manter seu casamento e sua família, em nome de todas as dificuldades que já havia vivido e dos sacrifícios a que se submetera para manter o marido ao seu lado. Por isso, quando seu marido pediu a separação ela não acreditou: “*Eu tinha ele, assim, como... como um grande companheiro, eu sempre fui muito apaixonada e eu, eu acho que eu, eu sempre fiz tudo pra salvar meu casamento de todas as maneiras... entendeu, então eu não esperava*”.

A separação causou uma grande instabilidade emocional em Regina, que não se reconhecia mais como mulher, se sentia humilhada, perdida frente às mudanças que estavam acontecendo em sua vida. Embora tivesse enfrentado tantas situações difíceis, sempre foi muito dependente do marido: “*Mas aí eu me acertei, eu, eu, eu comecei a ver que aquilo não era só comigo que acontecia, que hoje em dia é muito normal a pessoa... não deu certo, tá a fim de outra, vai viver com outra*”.

Regina levou muito tempo para compreender o quanto a separação lhe fez bem. Depois de um longo período de sofrimento ela pôde ir refazendo sua vida, tornando-se independente, lutando pela sua família, pelos seus interesses e pela sua identidade como mulher: “*eu passei a ser dona do meu nariz. Falei: ‘de hoje em diante, eu tenho que ter a minha vida, a minha vida hoje em dia não tá mais dividida igual era. Eu tenho que procurar... meu caminho’*. E me acertei, eu comecei a batalhar pelos meus interesses”.

Foi a partir daí que ela entendeu o quanto sua trajetória de sofrimento e privações podia ajudá-la nesse novo momento de superação. Afinal, seu casamento nunca havia significado para ela um lugar de *status* social, mesmo depois da ascensão política do marido, portanto ela poderia lutar pela sua sobrevivência e a de seus filhos fazendo o que fosse possível, como sempre havia feito antes: “*como eu pensava que a ditadura podia matar, eu sempre fui uma pessoa muito humilde... eu pensava se algum dia tiver que... lavar roupa pra mim viver, eu vou lavar. Eu nunca tive pose de ah, essa aí é casada com fulano de tal, não. Eu sempre fui uma pessoa muito consciente daquilo que eu era*”.

Hoje tem clareza da mudança na qualidade da relação com seu ex-marido, depois das transformações pelas quais passou. A separação trouxe uma qualidade de vida familiar que ela jamais poderia imaginar, já que a relação dos dois é muito mais compartilhada: ”*hoje ele não é marido, mas ele é um grande amigo*”. Os dois estão muito mais próximos hoje na vida familiar do que quando estavam casados: ”*então eu acho que a minha vida não piorou por causa disso*”. Além disso, Regina sente-se muito mais valorizada e segura e agradece muito por ter conseguido se libertar do papel de esposa e mãe que a tinha anulado como mulher: ”*Eu cresci muito. Com a separação, a mulher cresce. Que você tem que assumir seu papel de mulher mesmo, de mãe, de dona de casa, você tem que ir à luta*”.

Regina aprendeu a dirigir, a sair sozinha, a fazer novas amizades e voltou a estudar. Atualmente estuda inglês para poder se virar melhor nas viagens que faz aos Estados Unidos para visitar sua netinha, filha do seu filho mais velho, que depois de ter se envolvido na vida política estudantil, acabou indo tentar a vida fora do país e por lá ficou: ”*você vê... tanto que nós metemos a lenha nos americanos, temos uma neta americana*”.

É tudo isso que mostra a dimensão das mudanças em sua vida. Mesmo acreditando que perderam um longo tempo vivendo na clandestinidade, percebe que o que fizeram foi importante para que hoje ela pudesse estar visitando sua neta sem culpa ou preocupações: ”*eu não tenho arrependimento de nada, eu acho que nós contribuímos para que o país melhorasse um pouquinho*”.

Mas fica evidente para ela que seus filhos jamais podem buscar uma

transformação política pelo mesmo caminho que ela e seu hoje ex-marido escolheram: “*Hoje em dia, ele [o ex-marido] não está na política mais, e ele vê, ele mesmo fala quanto tempo eu perdi da minha vida*”. E essa é uma lição muito importante que os dois fazem questão de passar para os filhos, pois a luta política não termina nunca: “*Mas vai estudar primeiro, você estudando pode dar uma contribuição também. Hoje em dia nós temos o voto, que é a nossa arma*”.

**RENATA - “*Eu entendo todas as Renatas que eu fui, porque naquele momento era isso que eu era*”.**

Renata nasceu em uma cidade do interior de Minas Gerais em 1951. Foi a sexta de doze filhos e a quarta das seis mulheres: “*foram três mulheres, depois dois homens, depois eu, depois uma outra irmã, depois mais um monte de homens, depois uma outra mulher*”. Ser a sexta trouxe a Renata alguns benefícios e algumas perdas, já que havia “*três gerações*” de filhos criados com regras iguais, aplicadas com intensidades diferentes. A “*primeira geração*” dos filhos recebeu “*uma criação mais militar*”, a de Renata e seus irmãos mais próximos em idade já foi “*mais flexível*”, e no espaço de quatro anos após seu nascimento vem a “*terceira geração de filhos*” com a qual seus pais foram mais “*paizões*”.

Ao longo da juventude de Renata a rigidez nas regras era exigida por seu pai e ponderada por sua mãe. Acredita que essas características dos pais fizeram com que o casal pudesse começar uma difícil vida juntos, vencendo preconceitos e diferenças, o que certamente aprenderam com seus pais desde pequenos. Isso porque o pai de Renata é de origem humilde, um descendente de escravos que aprendeu com a mãe a lutar pelo seu lugar no mundo, por dignidade, respeito e muito trabalho desde onze anos de idade, em uma “*escola de ricos*” vinculada à igreja presbiteriana, na qual aprendeu a ler: “*ganhou bolsa desde que ele trabalhasse na limpeza*”. Já a mãe de Renata é descendente de europeus imigrantes, que se instalaram na região serrana do Espírito Santo, e aprendeu com a mãe a lutar e enfrentar o mundo, tratando os homens como iguais, desde que mudaram para o interior de Minas, onde sua mãe se tornou fazendeira após ter se

separado do marido, em meados da década de 30. Se romper com modelos foi algo vivido pela avó de Renata, com sua mãe não foi diferente. Foi “*rejeitada*” pela família aos 18 anos, quando se apaixonou pelo marido, negro e pastor protestante “*foi um escândalo na família*”. Depois de enfrentar preconceitos e “*agarrar todas as oportunidades*” que teve para crescer à custa de muito estudo, disciplina e trabalho, o pai de Renata tornou-se rígido em relação à educação e aos princípios religiosos que nortearam suas vidas: “*ele era um mulato, nordestino, pobre, foi analfabeto até os onze anos, a partir do momento que ele entrou na igreja, ele começou a fazer essa ascensão social*”. Foi através das possibilidades que teve na Igreja que se tornou um grande estudioso da religião e um líder da sua região, onde “*fundou o primeiro colégio... o primeiro ginásio do Vale do Rio Doce*”, no qual Renata e seus irmãos estudaram durante toda a infância e juventude.

Na casa de Renata estudar era coisa muito séria, e o maior valor que existia na família era a “*inteligência*”, pela qual ela se destacou assim que aprendeu a ler: “*Então eu era desde o inicio, assim... muito tratada, destacada, porque ele falava assim: “ela é muito inteligente”*”. Ser inteligente significava mais do que ler muito, era necessário saber argumentar, refletir, discutir e até discordar, o que fazia com que os modelos educacionais tradicionais, aprendidos por sua mãe, não fossem os mais valorizados. A mãe “*estudou fora*”, incentivada pelo marido, e esse princípio também foi aplicado aos filhos e às filhas: “*e nos criou todos com a idéia de que mulher não é para ficar em casa, mulher não é para cozinhar, mulher é pra sair e ter uma profissão. Então, ele empurrou as mulheres pra rua*”. Mas isso não significava que as regras morais femininas fossem mais flexíveis ou inexistentes, de modo que o casamento, a virgindade e os demais princípios religiosos deveriam ser seguidos e respeitados. A disciplina moral e religiosa era mais do que um princípio, era uma “*missão*”. A vida não poderia ser vivida de qualquer maneira, todos naquela família tinham uma missão a cumprir junto ao próximo, colocando em prática a solidariedade cristã, o amor ao próximo, “*o outro como igual*” e para isso deveriam respeitar a autoridade que seu pai exercia na comunidade: “*Era rígido, horário de chegar, de sair. A escola dominical, a igreja à noite, essas coisas todas tinham que ir. (...): “minha filha, o culto começa às sete e meia. Sete*

*e meia não é sete e vinte e nove nem sete e trinta e um. Esteja na igreja às sete e trinta minutos*”. Tais regras valiam também para os irmãos temporários, “*pessoas que tavam no colégio e, ao mesmo tempo, ele criou*”, aqueles alunos que parariam de estudar por falta de condições financeiras: “*eu nasci numa comunidade imensa, onde o... o egoísmo era o pior dos defeitos*”.

Todo esse incentivo fez com que Renata levasse os princípios paternos “*ao pé da letra*”, levando-a a romper com o pai durante sua juventude. Desde a infância ela já lia jornal ao lado do pai, mesmo a parte de política, e pedia explicações sobre o que lia, até que começou a chegar às suas próprias explicações. Os embates teóricos entre os dois passaram a ser constantes: “*Era uma casa onde se incentivava a pensar e a refletir sobre as coisas. E aí eu pensei, refleti e cheguei a conclusões diferentes das do meu pai*”. E isso incluía a Bíblia, Deus, os princípios morais religiosos e políticos. De certa maneira, outros irmãos de Renata também tiveram conflitos com o pai, mas não como os dela, que se davam nos planos das crenças, da ideologia e das emoções: “*Eu tava sóbria e dizia pra ele não acredito. (...) Não tinha nenhuma coisa que não passasse pelo estrito... pela minha máquina de pensar, que era o centro do meu coração*”. Expunha a autoridade da Igreja e de seu pai publicamente, em plena escola dominical, chocando a comunidade, até ser expulsa do conselho da Igreja, para grande tristeza do pai.

Nesse momento já participava de um grupo de adolescentes da cidade que fazia críticas ao regime militar, à desigualdade social, ao imperialismo americano e às prisões ideológicas: “*eram justamente... os mais inteligentes (...) todos os alunos da escola pública (...) Mas era assim, pobres brilhantes. Que se destacavam, mas também revoltados*”. Deixou de freqüentar a escola dominical, participava de pichações durante a madrugada e fazia leituras que o pai tentou impedir porque os autores eram filósofos agnósticos, “*mas já era tarde demais*”. Mais um motivo de confrontamento vinha da desaprovação do pai ao seu entrosamento com esse grupo de jovens que, embora não tivesse filiação partidária ou qualquer vínculo com movimentos organizados, era considerado “de esquerda”, eram “*os comunistas*”. O pai tinha um discurso considerado de “direita”, contra os comunistas, próprio do

que existia na época: “*não pode, porque os comunistas querem destruir a propriedade privada*”. Nesse momento era a mãe de Renata que a apoiava, compreendia e, principalmente, respeitava suas ações. Foi então que ficou sabendo que seu avô materno já havia sido acusado de ser comunista por lutar por justiça ao lado de colonos. A mãe dizia que entendia sua revolta e sua preocupação com os pobres “*porque é o mesmo que eu ouvi na minha casa do meu pai*”.

Aos 18 anos rompeu com o pai e decidiu que estava na hora de sair de casa. Muitos de seus amigos iam para Brasília estudar e ela queria ir também, mas não teve o consentimento do pai, que queria mandá-la para Belo Horizonte morar com uma irmã mais velha, na tentativa de afastá-la do grupo e mantê-la sob controle familiar. O dela era um plano de fuga e o do pai um plano de resgate. Foi o auge do conflito, “*e aí ele padeceu*”. Mesmo com o pai doente Renata não queria desistir de participar de uma militância mais organizada e, através de um amigo que estudava em Vitória descobriu que lá havia condição de morar, mesmo sem o apoio financeiro do pai. Começou, então, a dar aulas e juntar dinheiro e depois de seis meses comunicou ao pai sua decisão: “*Eu to afetada com sua chantagem, não vou fazer o que você acha que é pior, mas eu vou pra Vitória, no Espírito Santo*”. Foi a mãe que arrumou sua mala e a acompanhou à rodoviária, sem nada questionar ou cobrar, deixando claro o respeito que tinha por suas escolhas: “*Ela só... me abraçou. Quando eu saí, eu saí sem dizer pra onde eu ia, onde ia morar.*”

Assim como tinha chocado a família e a comunidade com suas posições em sua cidade natal, o mesmo ocorreu em Vitória ao se hospedar em uma república masculina, onde morava seu amigo. As donas de casa da vizinhança reclamavam muito de sua presença porque “*tinham filhas daquela idade e que queriam casar suas filhas com um dos estudantes ali. Então, na verdade, eu ameaçava todas as futuras sogras*”.

Renata passou no vestibular em primeiro lugar e no fim do ano de 1971, sem ter onde morar, aceitou o convite para morar na casa da família de um amigo, com quem havia estabelecido um vínculo forte em função de suas identificações ideológicas. As discussões políticas os aproximaram e fizeram com que ele contasse a Renata sobre sua militância junto ao PC do B, exatamente ao mesmo

tempo em que começaram a namorar: “*Aí, foi uma coisa, assim, avassaladora em todos os sentidos*”. Esse foi um momento decisivo e especial para ela, por ter encontrado a organização que tanto buscava quando saiu de sua cidade. Afinal, tinha total compreensão sobre o que significava estar sob uma ditadura, a repressão e a falta de liberdade e foi com essa argumentação que ela se filiou ao partido: “*eu quero uma militância, não quero essa coisa meio assim, vou lá picho muro, faço uma traquinagem. Eu quero... ser eficiente*”. Para isso começou a ler todas as publicações do partido e a entender o que buscava aquela organização. Pouco a pouco, foi percebendo que a guerrilha não era mais uma opção, mas a única medida que poderia ser eficiente, depois que as demais atitudes pacíficas realizadas pelo movimento estudantil em 1968 já não tinham como existir e nem mesmo o movimento estudantil existia mais como força possível: “*Teve um movimento que foi até 68, depois veio o AI-5. O começo dos anos setenta é o deserto, e depois tem um outro movimento que é o pau puro, que é a guerrilha*”. Além disso, a guerrilha urbana já havia se mostrado ineficiente frente à repressão em 1972 e não tinha mais condições de derrubar o regime, “*tinha virado uma coisa assim, meio aventura de meninos rebeldes. Seqüestraram o embaixador pra libertar os presos, pra depois serem presos por seqüestrar o embaixador, entendeu?*” Foi seu namorado quem lhe explicou o que pretendia o PC do B, que era mesmo necessário se preparar para a guerrilha rural, e que a proposta era construir uma relação com a comunidade, mobilizar os camponeses, montar uma estrutura e ensinar a guerrilha, preparando-os para enfrentar o regime: “*me pareceu naquele momento (...) que era a coisa consequente a fazer*”.

No início de 1972 passa a compor uma célula só de mulheres, da qual Regina já fazia parte. Renata ainda não conhecia bem a cidade e nem suas companheiras de célula, mas a ação de panfletagem em um bairro da periferia tinha que ser cumprida. Não sabiam que estavam sendo seguidas e foram abordadas por um homem que chegou a segurar Renata pelos pulsos no momento em que ela colava um panfleto em um orelhão. Regina correu para um lado enquanto ela provocava um escândalo na rua, fingindo estar sendo atacada pelo homem, que não esperava aquela reação e ficou constrangido, possibilitando que fugisse

“arrastando” a outra companheira que estava chorando e em pânico. Foi marcada uma reunião com o “Zé” para discutir o ocorrido e a companheira pediu para sair do partido. Renata, no entanto, fez questão de reafirmar sua participação, sabendo que poderia ser chamada para a guerrilha. O partido informava que havia grupos “*infiltrados na selva*”, que estavam se fortalecendo, e que a guerrilha poderia eclodir a qualquer momento: “*Então você faz parte do processo de fortalecimento do partido e um dia você vai pra lá*”.

Embora bastante comprometida com o partido e com sua missão pessoal, percebia que algumas posições que assumia geravam polêmica, pois discordava das propostas ideológicas e colocava suas opiniões sem nenhuma restrição. Achava a organização fechada e autoritária “*tão cheia de ‘você tem que aceitar isto...’ quanto aquela da qual eu tinha me libertado, eu falei: ‘Não. Não de novo’*”. Renata estava ali para lutar por um lugar na organização, sabia que poderia ascender no partido e contribuir de forma mais eficiente. Passou a questionar sua posição e a discriminação que sofria como mulher, porque sabia que tinha condição de se destacar, de subir na hierarquia do partido, mas isso nunca foi permitido. Nesse momento já tinha consciência de que sua luta não era só pela liberdade mas por um lugar social para a mulher: “*Mas esta discussão não tinha o menor espaço no partido*”. Ainda assim, chegou a ter uma conversa com o Zé sobre a questão, apontando a inexistência de mulheres no comitê central do partido, e percebeu então que a discriminação de gênero existia dentro do partido, que atribuía a responsabilidade pela situação feminina ao capitalismo e evitava discussões sobre o assunto. Por causa dessas discussões, Renata quase foi expulsa do partido: “*mas eu ganhei por um voto a mais*”. Passou, então, a realizar as tarefas que lhe eram destinadas, junto com Regina, numa célula tão irregular quanto a de Rita. As ações eram tentativas de divulgação das reuniões clandestinas da UNE, troca de documentos entre os membros do partido e pichações comemorativas: “*Estourou a guerrilha do Araguaia, isso em abril de 72. E aí a gente começou a fazer pichações de muro, eu cheguei a pichar muro em Vitória sobre a guerrilha do Araguaia, no Pará*”.

A partir desse momento os militantes mais antigos começavam a se preparar para a guerrilha, entre eles seu namorado, embora não conversassem sobre isso. Foram momentos de angústia para ela, o namorado sumia por dias e ela não sabia se ele estava no Comitê Central ou já tinha ido para a guerrilha: “*Eu não sabia se eu ia vê-lo alguma vez mais na minha vida. Houve momento que ele sumiu totalmente*”. Renata chegou a encontrar com um integrante do Comitê Central para discutir sua participação, mas havia uma restrição no partido: ou você era guerrilheira ou apaixonada, não havia espaço para as duas coisas. Isso ficou bem claro quando ela expôs suas dúvidas sobre a ida para o Araguaia: “*Eu tô convencida da luta, mas... Tô num momento difícil. Eu tô muito apaixonada*”. *Então volta e vive essa história e deixa amadurecer. Você não pode ir dividida*”. Coincidência ou não, seu namorado também não foi. Nessa época já estavam morando juntos, em uma favela da região, depois que seu acesso à casa do namorado foi proibido pelo pai dele. Mas se a relação com o pai do namorado não era boa, com o seu começava a melhorar. Seu pai foi procurá-la no jornal onde trabalhava, com saudades da filha da qual não tinha notícias há meses. Foi um encontro inesquecível para ela, que apresentou seu namorado e se reaproximou do pai, de quem tanto viria a precisar alguns meses depois, quando foi presa.

A militância de Renata terminou em menos de um ano, e nem ela nem o namorado tiveram tempo de ir para o Araguaia. Foram presos juntos, no dia 02 de Dezembro de 1972, a caminho da praia, sem nem desconfiarem que estavam sendo vigiados. É claro que ela reagiu à prisão, se jogou no chão, gritou para que todos na rua ouvissem, fez o maior escândalo fingindo inocência, porque essa era uma das normas de segurança do partido: “*grita, não cai preso em silêncio, grita pra mais gente vê, que se protege*”. E deu certo. Logo se espalhou a notícia pela cidade e os pais do namorado souberam o que havia acontecido com eles. Mas também por isso o tratamento policial já começou bastante violento dentro do camburão. Foram safanões e socos, e nenhuma tentativa de negociação e algemas muito apertadas, ainda que ela tenha reclamado que as mãos do namorado estavam ficando roxas: “*Aí eles... eles apertaram mais a minha, pra eu deixar de ser besta. Aí...é...aí foi assim porrada na cara, umas coisas assim*”.

O que sentiu na chegada ao quartel foi um sinal do que ainda estava por vir. A incerteza sobre os acontecimentos e a certeza do sofrimento a aproximavam do namorado, pois poderia ser a última vez que estavam juntos. Não bastasse a sensação tão real da despedida, os militares, no momento em que os separaram, fizeram questão de reafirmar que a suas vidas não estavam garantidas. A separação na entrada é uma imagem inesquecível para Renata guardada em versos: “*a gente pegou e encostou a mão um do outro assim (...) na hora, a única coisa que eu pude sentir é a coisa que só foi definida pelo Chico Buarque: ‘oh, Metade apartada de mim, metade amputada de mim’*”. Então, era assim, era um corte na carne”.

Começou aí o verdadeiro terror. Renata foi levada para um grande anfiteatro, “*que tinha plásticos pretos nas janelas*”, e ficou sob observação de quatro oficiais que utilizaram a mais freqüente forma de desestabilização emocional a que eram submetidas as mulheres: um a um, foram mandando que tirasse a pouca roupa com a qual estava vestida: “*tira a camiseta*”. (pausa). “*Agora tira a parte de cima do biquíni*”. “*A parte de baixo também*”. (pausa longa). O constrangimento aumentou com a entrada de um grupo grande de soldados que ficaram ali a observá-la. A ameaça e o terror psicológico vieram através de palavras sussurradas em torno dela: “*esse caminho não tem volta. A cada momento que a gente pedir pra tirar a roupa vamos chegar mais*” (pausa longa). A partir daí, o que ela pode dizer é da sua sensação total de abandono e solidão. Não apenas pelo fato de estar em uma solitária incomunicável, mas por saber que nenhuma instituição civil, nenhum direito, nenhuma reclamação poderia chegar até ali e mudar o que estava acontecendo. Não havia a quem reclamar ou quem reclamar por ela. É certo que ela estava avisada do que poderia ocorrer, mas somente no “*momento que se vive o limite é possível saber o que significa*” e como se reage. Foi assim que ela entendeu que ali só havia ela, por si mesma, e a repressão: “*Então eu fiz assim, uma falsa blindagem. Como se fosse uma pessoa fria, distante, segura*” e durante os interrogatórios manteve essa postura. Mesmo frente às ameaças de morte, com arma na cabeça, permanecia firme e encarava qualquer oficial sem desviar o olhar: “*então eu cheguei agressiva, eu cheguei botando dedo*

*na cara. Então eles achavam que eu era uma líder, só podia ser. E eu não era merda nenhuma, eu não tinha ascendido no partido”.*

Renata atravessou os mesmos medos que Regina, Rita e Raquel durante o período de incomunicabilidade. A solitária, a cobra aos seus pés, a nudez freqüente no quarto escuro junto da cobra, e os cachorros. De certa maneira foram os cães que trouxeram a real percepção que ela teve sobre si mesma, seus anseios e o seu lugar. Isso aconteceu em uma das idas e vindas para interrogatórios, durante a madrugada, cercada pelos cães que a atacavam, ao ser chamada de terrorista pelos soldados armados com fuzis ao seu redor. Foi ao ver a sombra dessa cena refletida na parede branca que ela entendeu: *“foi como se eu tivesse saído de mim e olhado pra mim mesma de cima. E eu olhei e vi uma criança... que podia tá indo morrer. Entendeu? Então... eu olhei e falei: ‘é, meu Deus, eu sou muito nova, eu sou uma criança (...). Eu sou uma bobagem, eu não sei nada’”*. Nesse momento ela percebeu o exagero daquilo tudo, percebeu que nada do que fizeram merecia todo aquele aparato ou fazia algum sentido e, o pior, teve a sensação de que aquela poderia ser a última vez que veria a sua imagem. Para aumentar sua fragilidade também se descobre grávida e passa a se mostrar ainda mais fria, aumentando sua *“blindagem emocional”*, pois tinha muito medo de sofrer danos maiores. Afinal, a repressão a considerava perigosa desde sua primeira ação, já que o militar que a abordou naquela situação disse em depoimento que ela estava armada. Foram longos interrogatórios sobre sua ação e somente na prisão é que foi descobrir que desde daquele episódio já estava sendo investigada.

Claro que sua família não sabia de sua militância, nem mesmo de sua vida em Vitória. Ela pouco ia à cidade natal e não falava sobre sua vida. Seus pais souberam de sua prisão através de um telefonema da chefe de Renata, comunicando que ela estava desaparecida há dias. Ainda que seu pai tenha iniciado uma busca intensa, não conseguiu encontrar a filha e só soube realmente onde ela se encontrava quando a sogra de Renata conseguiuvê-la. Isso foi uma feliz coincidência que ocorreu durante uma das vezes que estava sendo levada para o interrogatório durante o período de incomunicabilidade, durante o qual a presença dos presos nos quartéis era sempre negada a familiares e amigos que os

procuravam. Como sua sogra sabia que eles estavam presos ali passou a ir ao quartel todos os dias, e foi num desses dias que Renata a viu e correu em sua direção. Embora não tenham permitido o encontro, agora alguém sabia que eles estavam lá e vivos: “*Quando eu fui passando assim, eu vi e eu fiz um movimento pra ir, mas aí os fuzis se cruzaram na minha frente assim. Foi uma cena cinematográfica*”. Após esse breve encontro a incomunicabilidade estava rompida, e ela passou a ficar junto com as outras presas e a receber visita de sua família, sendo os primeiros seu pai e seu irmão mais velho. Renata se manteve firme, e não esmoreceu frente à emoção de seu pai, com medo não conseguir se manter depois, e ainda foi repreendida pelo capitão por sua frieza.

Alguns momentos de descontração e conforto aconteciam durante a carceragem, através da cantoria puxada por Renata e que acabou se tornando um hábito e uma identificação entre todas. Músicas que ela aprendera ainda na infância e que, de alguma maneira, refletiam o sentimento e as perdas que partilhavam naquele período. Sem dúvida, Renata era a que mais protestava por melhores condições e debatia bravamente as posturas ideológicas e políticas que todas deveriam manter. Seus principais embates eram com Rosane, também militante do partido, que reclamava quando a comida não chegava e comia todas as refeições que Renata e Rita rejeitavam, além de ler todas as revistas femininas que eram levadas cordialmente por um dos oficiais, consideradas de menor valor por Renata. Cada uma, à sua maneira, fez com que os penosos e difíceis dias pudessem ser enfrentados com algum bom humor e cuidado, pois quando não podiam suportar o que estavam vivendo se dedicavam aos cuidados com as outras, o que tornou a gravidez de Renata acolhida e partilhada, fato que para ela significou muito. Mas aos poucos, entre janeiro e fevereiro de 1973, suas companheiras foram libertadas e por fim só ficaram ela e Regina, as últimas a serem soltas. Elas se recusavam a falar do partido ou a assinar qualquer confissão, e até o dia que tiveram um encontro com seu namorado não haviam dado qualquer depoimento. Como não acreditavam quando os militares diziam que já não havia mais nada a esconder, o encontro foi programado para que seu namorado desse as informações sobre a situação do partido e as convencesse a darem o depoimento. Foi ele, então, que

pediu para que elas contassem o pouco que sabiam sobre o partido, pois tudo já havia sido entregue pelo Zé, até o Comitê Central, e não havia mais porque prolongar o período delas na cadeia. Só nesse encontro, entre gestos e sussurros, e que ela pode contar ao namorado sobre sua gravidez e ter certeza de que ele estava bem, e não morto como já haviam dito depois de lhe entregarem o relógio que ele usava.

Renata foi solta e não sabia que seu pai a esperava para levá-la para casa. Estava muito debilitada, anêmica, se lembra que pesava 39 quilos e já estava no quarto mês de gravidez, embora seus pais ainda não soubessem. Foi no momento em que ela entrou no carro de seu pai que conseguiu chorar, sem dizer uma palavra sequer. Sua mãe a acolheu e cuidou de sua saúde, sem fazer nenhuma pergunta, e quando ela perguntou se queriam saber de alguma coisa responderam que não era necessário. Sua gravidez foi recebida com grande alegria e nenhuma cobrança, e a única preocupação era cuidarem daquele bebê “*que já havia sofrido tanto*”. Mesmo diante dessa situação ela não aceitou continuar na casa dos pais durante a gravidez.

Voltou para Vitória, foi aceita em seu emprego e começou a se preparar para casar. Essa era a melhor maneira de poder acompanhar o período de prisão de seu namorado no Rio de Janeiro. Ligou para os pais e avisou: “*me caso amanhã*”. Seu pai foi a Vitória para o casamento civil, levando os doces que sua mãe havia preparado durante a noite, e que ela e as amigas comeram após o casamento, sentadas numa praça: “*E o clima era esse, assim, ‘vamos tentar ser o mais feliz que a gente consegue...’ Pra mim mesma eu precisava ser mais feliz pra reduzir o grau de tensão e de aflição*”. Foram momentos difíceis, morando sozinha, trabalhando e juntando dinheiro para o parto, que foi em sua cidade, sem precisar da ajuda financeira do pai: “*Quando eu saí, eu saí com uma missão, eu tinha que sobreviver... grávida de quatro meses (...) Eu saí de lá e... o cara falou: ‘sua chance de ter esse filho... é pequena. Sua chance de seu filho ser normal é pequena’*”.

Renata passou a cuidar da saúde, trabalhar e visitar o marido uma vez por mês no Rio de Janeiro, onde se encontrava preso junto com os demais. Formou-se uma rede de solidariedade entre todas as amigas que estiveram presas e mais

aquelas que, embora nunca tivessem estado na prisão, tinham seus companheiros presos. Embora unidas nas viagens e nas dificuldades financeiras e emocionais, elas não repartiram as angústias, os medos e as conseqüências da prisão: “*nós passamos por uma decepção coletiva, tanta decepção que a gente nem parou pra discutir sobre a decepção*”.

O suporte familiar também foi de grande importância, principalmente depois do nascimento do bebê. Foi sua tia quem a levou até o Rio de Janeiro de carro para que o pai pudesse conhecer o filho de apenas 19 dias. Foi a primeira vez em quase um ano que Renata pôde se aproximar fisicamente do marido, depois de um pedido à direção do presídio para que ele pudesse pegar o bebê no colo: “*eu só podia ficar meia hora com ele por semana. E era de nove às nove e meia da quinta-feira, a gente não conseguia passar nem um dedinho, não ter nenhum contato físico*”. Apesar de toda emoção, ele ainda aproveitou para esconder na roupa do bebê uma carta que denunciava os maus tratos e a tortura que sofriam: “*eu acho que esse documento depois chegou na... a gente mandou pra... pro juiz auditor. É isso que tá na minha memória*”. Embora fosse uma tentativa arriscada naquele momento, era a única possível. O marido de Renata só foi solto próximo ao natal do ano de 1973, e tiveram que iniciar um longo caminho para retomar a vida normal, visto que ele estava enquadrado no 477 e não poderia mais voltar a estudar e terminar o último ano de seu curso. Foi um período de adaptação difícil para os dois. Ela precisava trabalhar o dia todo enquanto ele buscava forças para procurar emprego e se recuperar do ano de reclusão: Os momentos difíceis foram atenuados por ações de pessoas a quem Renata ainda reconhece e agradece. A mãe de uma das amigas que estava com o marido preso que alugou-lhes um lugar para morar, sua chefe que burlou regras para que ela permanecesse no emprego, um professor de seu marido na Universidade que acompanhou sua gravidez de graça : “*precisava de muita coragem naquele momento pra abrigar, pra se envolver. Na verdade, você tem que entender essas coisas todas, as grandezas de cada gesto. Você ia permitir que uma pessoa ficasse na sua casa, você já tava fazendo um ato heróico.*”

### **- Reflexões de Renata sobre relações de gênero e processos identitários**

Ao refletir sobre sua trajetória Renata vai descobrindo que os motivos pelos quais iniciou sua atuação política foram tomando sentidos diferentes ao longo do tempo. Ao ingressar na militância seu objetivo era romper com os princípios morais de sua educação religiosa e burguesa: “*eu vou fazer um movimento de libertação e ficar contra tudo o que eu aprendi, contra tudo o que tava colocado na minha educação*”. Muito tempo depois ela foi descobrindo que “*na verdade foi o oposto*”. Percebeu que entrar na militância política e viver todas as consequências que se seguiram não fizeram com que rompesse com os valores familiares: “*ao longo da minha vida eu vi que eu só sei fazer as coisas de forma radical, profunda, a mesma educação que eu tinha recebido, educação que eu... achava que eu tava me afastando da religião, e eu tava mais arraigada aos princípios da religião, inclusive indo a fundo no que era realmente fundamental*”.

E o fundamental era não aceitar a lógica do mundo que estava imposta, era não aceitar uma condição só porque era considerada natural, era não seguir o que estava apenas à sua frente. Tudo que a inquietava foi tomando corpo ao longo de sua trajetória, foi ficando claro que a condição de gênero fazia parte desse contexto. Ela jamais conseguiu admitir ocupar o segundo plano, sem que lhe dessem a chance de provar que tinha condições de alcançar o que fosse necessário. Seu primeiro embate foi na política, e já ficou claro o que estava por vir: “*sempre fui uma feminista desde este momento que eu encontrei a política*”. Fez a escolha de não aceitar o que estava imposto ao seu gênero, sua missão era ascender não só no partido, mas na vida: “*Daí a história de discutir todos os padrões, virgindade, tal. Então eu fiz uma guerra tripla, minha guerra era contra o governo, era contra a religião, os princípios e todo o tradicionalismo... e uma guerra contra o papel da mulher. Então eu sabia que eu tava numa guerra mais ampla*”. Renata tinha consciência de que não lutava somente por liberdade, mas também por um lugar social para a mulher, diferente daquele até então estabelecido pelos padrões tradicionais.

Foi essa postura que levou consigo no seu exercício profissional no seu cotidiano de trabalho com o objetivo de construir uma carreira, pois para ela,

aquilo não era somente “*um emprego, não era só pra fazer dinheiro no final do mês, era pra fazer uma vida*”.

Com a maternidade e o casamento com o namorado, ampliou suas responsabilidades pessoais: assume também as condições de mãe e de esposa. Durante parte do período em que esteve casada desempenhou também o papel de provedora, pois o marido “*(...) não trabalhava nessa época. Ele tinha o dinheiro do pai dele, depois... depois que ele foi morar comigo ele tinha o dinheirinho que a mãe dele dava pra ele, alguma coisa assim, eu... eu que pagava aluguel, que fazia tudo*”. Após algum tempo o casamento foi desfeito. Apesar de difícil e dolorosa, a separação não impediu que agissem mantendo o “*carinho, a gente manteve o cuidado um com o outro, sabe? A gente ficou muito amigo*”. Renata casou-se novamente dez anos depois.

Renata avalia que passou por momentos muito difíceis em sua vida. Ao mesmo tempo, teve oportunidade de encontrar pessoas “iluminadas”, capazes de grandes gestos e de muita generosidade para com ela. Isso lhe dá a segurança de afirmar que “*Eu construí a vida que eu quis. Tive muita dificuldade, nada foi fácil*”. Diz também não ter ressentimentos da vida.

Ao longo do tempo, foi mudando sua forma de luta. O radicalismo, o embate agressivo e a pressa da juventude foram abrandados por uma maturidade ideológica, política e pessoal que a levaram a atuações mais pontuais e eficazes, o que a leva a afirmar que seus ideais permanecem: “*Eu não mudei de idéia sobre nada. Eu só mudei de idéia sobre o superficial, sobre como fazer a luta, sobre como brigar a briga (...) Eu acho que a gente é o que a gente foi. Eu entendo, todas as Renatas que eu fui, porque naquele momento era isso que eu era. E que faz todo sentido, entendeu?*

**ROSANE** - “*Eu não queria saber o que tava lá fora. Nossa realidade era aquela ali, era o meu lugar, era o meu bairro, era a minha faculdade*”.

Rosane nasceu na cidade de Vitória em 1947, a segunda de nove filhos e a primeira mulher a nascer na família: “*aí, a gente vê quase que uma escadinha lá*

*em casa, né*”. Os irmãos mais velhos ajudavam no cuidado com os mais novos, pois a mãe de Rosane também trabalhava para ajudar no orçamento da casa, ainda que tivesse deixado seu emprego de doméstica logo que se casou por exigência do marido. Como não podia sair para trabalhar, lavava roupa para fora enquanto os filhos ficavam todos em volta brincando no quintal. Sua mãe era do interior de Minas Gerais, de uma família de origem espanhola, e migrou para o Espírito Santo para trabalhar na casa de uma família que se tornou uma referência para Rosane durante muito tempo. Já seu pai era descendente de negros que povoaram uma cidade da região após a escravatura, e essa era uma história bastante contada por sua avó paterna, com quem aprendeu a sentir orgulho de suas origens.

Foi nessa condição de vida que começou a compreender o que significava seu pai dizer que só poderia deixar para os filhos o estudo, “*por que o que estava na cabeça ninguém tirava*”, e essa foi a escolha que Rosane fez, “*meu negócio era estudar. Porque eu achava que tinha que descobrir o mundo, tinha que descobrir as coisas*”, pois na casa dela só existiam duas opções: ou estudava ou trabalhava. Ela não gostava de fazer serviço doméstico e só não ajudava nas tarefas domésticas quem estivesse estudando. Embora gostasse de ler, leitura não era considerada estudo e por isso ela passava horas lendo escondido.

Sendo a primeira das filhas a aprender a ler, era quem lia para a mãe as fotonovelas e revistas femininas enviadas pela ex-patrão, das quais gosta até hoje. De certa maneira, foi o universo mostrado por essas revistas que despertou o interesse de Rosane para a música, a literatura e a arte popular, mas não tinha interesse nas discussões intelectuais, na realidade política do mundo e nas divergências entre direita e esquerda. Queria conhecer aquele mundo que via nas revistas, e foi pensando nisso que decidiu que queria trabalhar no Instituto Rio Branco, queria ser diplomata, mas para isso teria que fazer o curso Clássico, o que sua mãe não permitiu, apesar da bolsa de estudos para um colégio particular que havia ganhado. Embora a mãe não tenha explicado os motivos, decidiu que ela faria o ginásio e o curso normal em escolas públicas. Lembra que essa foi a primeira vez que seu pai lhe explicou que existiam diferenças entre classes sociais: “*a bolsa de estudos era pra estudar pelo lado pobre. Aí, que eu descobri, o pobre*

*lá era tratado como pobre*”, e por esse motivo ela faria o ginásio na escola pública pois lá “*o tratado não era humilhar*”.

As diferenças entre ricos e pobres foi ficando clara para Rosane durante a Escola Normal, pois ali percebeu a diferença entre ela e algumas outras estudantes: “*Aquelas que tocavam piano, que sabiam não sei o que, eram intelectualizadas*”, e foi quando soube, através de uma das amigas, o motivo pelo qual não poderia ter a profissão que havia escolhido: “*você não pode querer ser porque lá no Instituto Rio Branco não tem diplomata preto. E ela não me ofendeu*”. Para Rosane essa era só mais uma descoberta e não pensava em preconceito. Tornou-se professora e começou a dar aulas para adultos na sua comunidade, em um programa do governo. Fez essa escolha porque já havia percebido as dificuldades pelas quais passava sua mãe, e essa era a principal preocupação de Rosane: melhorar a condição de sua família. Queria trabalhar, ganhar dinheiro, promover o que fosse possível aos seus pais e irmãos: “*Sempre quis assim...Melhorar o lado intelectual lá de casa, dos meus irmãos. Mas eu não fui de buscar bandeira: “ah, não, tem que melhorar a classe”*”. Estava interessada na realidade na qual vivia, e por isso escolheu fazer vestibular para um curso que permitisse trabalhar para as pessoas pobres, o que foi um orgulho para sua família, já que foi a primeira dos filhos a fazer curso superior e a única entre as irmãs.

Na verdade questões políticas, partidárias, sobre a ditadura e a esquerda, só se tornaram próximas de Rosane quando ela começou a namorar um estudante da Universidade. Foi ele que a apresentou a esse mundo, levando jornais partidários e livros, considerados comunistas na época, para que ela lesse. Leituras nas quais, sinceramente, ela não tinha o menor interesse: “*Aí mandava eu ler Karl Marx, mas eu não... Da Rússia eu só queria saber... dos escritores assim, tipo, um romance russo, mas que não mexesse com política. E nem com guerra*”. Mesmo contra sua vontade acabou indo conhecer o partido do namorado, o PC do B, e se filiando, mais por insistência do que por convicção: “*não tou a fim não, ele acha que eu devo ser!*”. Em momento algum concordava com as questões ideológicas e políticas pregadas pelo partido, enfatizando o movimento operário e guerrilha rural, pois vinha de uma realidade em que a vivência pessoal falava muito mais

alto do que toda a teorização discutida por aqueles que ela considerava “*pseudointelectuais*”. Essa discordância provocou várias conversas com os dirigentes regionais do partido, que lhe explicavam os princípios políticos do partido, querendo convencê-la do acerto das ideologias partidárias.

Um dos incômodos principais era o de receber ordens do Zé, que era jovem como ela, não estudava e nem trabalhava e, sendo assim, não teria nada para ensinar a ela: “*eu não entendia como que um homem lá de baixo, analfabeto, poderia querer me mandar... não tinha nem emprego*”. O trabalho e o emprego sempre significaram muito para ela e sua família, que tinham um “*retrato do Getúlio na sala*”, e eram também critérios para avaliar se uma pessoa era qualificada e confiável. Sua posição gerava discussões com o Zé, rompendo com a hierarquia e os procedimentos partidários, que estabeleciam que somente os dirigentes podiam questionar: “*eu falei com ele que eu não concordava. Não, eu que tenho que perguntar pro senhor! O que o senhor faz? Em que trabalhava? Por que vou confiar no senhor? Porque não sei quem o senhor é!*” O fato de o dirigente regional do partido não trabalhar e responder “*que tinha que viver em função do partido*”, fez com que ela desacreditasse na legitimidade do que era pregado, questionando toda a estrutura ideológica que tentavam impor, principalmente em relação ao movimento operário: “*porque eu não admitia: ‘ah, mas é porque a foice...’, eu ‘que foice, que nada!’. ‘Tinha que ser alguém operário’, eu disse assim: ‘mas ele não é operário, que ele não é trabalhador!’*” Além, claro, de não aceitar pagar a mensalidade ao partido, mais cara do que a de seu namorado, para sustentar um dirigente: “*eu achava que aquilo ali era exploração*”.

Rosane também não conseguia separar o seu universo pessoal de toda a estrutura ideológica que o partido pregava, e não via condições de abandonar tudo o que havia aprendido, acreditado e vivido para se tornar uma militante e seguir apenas as normas e regras partidárias que, em sua percepção, eram por demais rígidas e até desnecessárias. Uma das proibições que a aborreciam era a religiosa, mais por princípio do que por crença, já que nessa época já não ia à igreja católica com tanta freqüência, mas também não queria ser impedida de assistir a uma

missa: “*Aí eles achavam, assim, que era tudo ou nada. Aí queriam mexer com estrutura religiosa, eu não aceitava. Tinha umas coisinhas dentro do Partido Comunista que não era pra ser assim tanto, não precisavam ser tão rigorosas*”. Além disso, Rosane não admitia a possibilidade de guerrilha, de violência, “*era pra pegar ou matar. Como é que a gente ia matar os nossos semelhantes ali do lado?*”. Embora seu namorado tentasse de todas as maneiras convencê-la de que a guerrilha era necessária, até porque ele estava se preparando para ir ao Araguaia, ela não abandonou suas convicções pessoais e morais, deixando claro que nem para segui-lo iria abandonar seus ideais: “*Eu lembro que eu briguei muito (...). Eu disse: ‘eu não vou! não tem nada, nem de mato eu gosto mais, entendeu? (...) Eu vou fazer aquilo que eu sempre pensei na minha vida. Vou trabalhar, se eu puder fazer alguma coisa vou fazer trabalhando’*. *Eu não dava aula para adultos analfabetos?!*”.

Mesmo não confiando no Zé e discordando ideologicamente ela aceitou continuar no partido, após um trato com o namorado de que em novembro eles sairiam juntos. A partir daí começou a atuar junto com Regina na Secretaria Estudantil e fazendo algumas panfletagens junto com outro aluno de seu curso. Ações que ela não gostava muito de realizar por ter medo de estar sendo vigiada. O medo de Rosane vinha da precariedade da segurança que ela, ao longo dos meses de sua participação, foi percebendo que existia. Todos estavam sempre juntos nas festas do curso de medicina onde as reuniões aconteciam, as namoradas eram apresentadas umas às outras com seus nomes verdadeiros, o que acabou fazendo com que ela soubesse quem era quem mesmo que não fosse explicitamente revelado, e os “*discursos inflamados*” de seu namorado e amigos deixavam clara a posição política que adotavam.

Passaram-se alguns meses e Rosane foi alertada por um cunhado de seu namorado, que avisou que as ações estavam colocando-o em risco e que ela deveria preveni-lo: “*como eu era namorada, vieram em cima de mim, ‘tira disso que ele vai cair, ele vai ser preso’*”. De certa maneira, ela considerou que tinha essa responsabilidade e aquele medo incipiente transformou-se em possibilidade concreta. Embora alguns rumores se espalhassem, e seu namorado lhe

confidenciasse que estava começando a ficar com medo de “cair”, ela só percebeu que algo estava acontecendo quando, no dia 02 de Dezembro de 1972, ele não apareceu em sua casa e nem compareceu a um compromisso. A certeza se concretizou quando os militares foram até sua casa: “*Era umas 10 horas da noite. Eu voltei do casamento pra encontrar com ele, tirei a roupa do casamento e botei uma calça, eu me lembro como se fosse hoje, uma calça chamada calça Lee, branca, e com uma frente única de pano. Com essa que me levaram.*” Com a roupa do corpo, e só tendo tempo para pegar um documento de identificação, foi levada em um carro comum, sob o pretexto de que seu namorado havia mandado buscá-la: “*Falaram que iam levar pra prestar um esclarecimento... eu pensei assim: ‘pronto, caí... não acredito que aconteceu comigo!’. Aí, quase que eu morri. Eu fiquei sem ação*”.

Percebendo a falta de flexibilidade dos policiais, seu irmão mais velho seguiu o carro dos militares até o quartel para saber para onde ela estava sendo levada, e acabou também preso, passando a noite no quartel e perdendo o emprego. Até hoje ela lamenta o ocorrido: “*Ele foi atrás, ele fez a parte do homem da casa, né, porque naquela época meu pai tinha morrido, entendeu?*”. Embora o irmão achasse que poderia protegê-la, sua presença acabou sendo usada contra ela no interrogatório. Isso se deu logo após Rosane ser levada para uma sala de onde se ouvia alguém gritando e rogando: “*lá eu ouvia a voz: ‘ah, minha santa mæzinha! Socorro, minha santa mæzinha! Não me mate não!’. Aí, eu falei assim: ‘ai, meu Deus!’. Aí, começou. Bateram tanto, tanto, tanto. Botaram ele pra ser torturado naquele momento pra eu ouvir*”. Embora soubesse que não era seu namorado, pôde reconhecer a voz de um dos amigos e, sem sequer pensar, enfrentou os oficiais que entraram na sala anunciando que sabiam onde ela estava, que sua mãe e seu irmão tinham visto quando ela foi levada: “*‘seu irmão tá aqui!’. ‘Como?’ ‘Ele veio atrás de você, tá aqui! Se você não falar, vou matar toda a sua família!’ Aí você tem motivo pra abrir a boca, falar alguma coisa*”. As ameaças não pararam por aí. Depois de exigirem que ela tirasse toda a roupa, falaram que iam “*se aproveitar (...), que eu era preta e pobre...*” e que trariam cachorros e cobra. A

primeira reação de Rosane foi ameaçá-los: “*‘não vão não, fazer isso comigo não’, eu disse. ‘Olha que eu sou virgem e minha mãe sabe’ (risos). Era mentira*”.

Os quarenta e dois dias de prisão foram longos e difíceis para ela, que não queria conversar com as demais. Não queria falar sobre o que havia lhe acontecido, mas aos poucos foi descobrindo que as outras também tinham sofrido e que passaram por condições até piores de interrogatório e tortura. A revolta de Rosane por estar naquelas condições, achando que não havia feito o suficiente para estar ali, principalmente por não concordar com o partido, por já ter pedido para se desligar e por não se considerar igual aos demais, fez com que a convivência se tornasse conflituosa em alguns momentos. As discussões aconteciam porque seu comportamento era diferente do das outras, que intelectualizavam, que faziam análises da situação, que se recusavam a partilhar de qualquer coisa que viesse dos militares, da comida oferecida às revistas femininas levadas por um dos oficiais. Rosane não sentia a repulsa pela comida que as demais manifestavam, sentia uma fome que a fazia devorar o que lhe trouxessem e mais o que as outras recusavam: *“Eu comia e dormia... esperava a comida chegar, sentia muita fome... não via nada na comida de ruim que elas viam... depois fui saber que era ansiedade né?!”* Ela também adorava a leitura das revistas femininas, um hábito que já tinha e que ali se tornou uma forma de contato com suas origens e com o mundo externo, mas as companheiras não admitiam a postura tão despolitizada que naquele momento Rosane manifestava: *“o capitão disse que pra nós tinha que ser revista feminina, de fotonovela, pra gente não botar coisa na nossa cabeça (...) eu lia, elas ficavam possessas!”*. A pressão entre elas chegou a ser tão forte que Rosane manifestou às companheiras suas inquietações com o partido, suas discórdias e a intelectualização que para ela não representava nada: *“eu andava no bairro, tipo assim, né, pé no chão, pegava ônibus...e aquele povo que tava ali querendo fundar o partido não era nada daquilo (...) o pessoal era mais intelectualizado, mas só de falar. Lia, lia e repetia”*.

Mas não eram só essas as questões que a incomodavam, eram também seus preconceitos. Duas de suas companheiras eram do interior, vindas de regiões rurais, e Rosane achava que isso significava que elas não podiam ter um nível de

conhecimento maior do que quem vivia na Capital: “*Aí deu aquela minha revolta, né! Ela é do interior, como é que ela sabe isso tudo e eu não sei?*”. Foi um momento de revisão de seus preconceitos, não só em relação ao grupo, mas todos os preconceitos sociais que a atingiam, que nunca foram discutidos em família e sobre os quais jamais havia refletido. Preconceitos que ela havia incorporado e que estavam presentes em suas atitudes: “*porque antigamente lavadeira era preta e pobre.... Precisou de Renata me dizer que a mãe dela gostava de lavar roupa, que era uma pessoa tão mais importante (...), além de ser branca... Que eu fui ver que dentro de mim eu gostava de fazer esse trabalho braçal...e tinha vergonha*”.

A prisão foi um confronto com a realidade que a chocou o suficiente para que começasse a resistir, mas não sem sofrimento: “*Eu não tive revolta quando eu era criança não. Eu fui ter revolta depois que eu fui presa. Foi daí que eu fui ver a realidade, assim... nua e crua, como é que era a vida*”. Mas a convivência na prisão foi fazendo com que pudesse rever as desigualdades tão naturalizadas para ela apenas como diferenças, e pudesse perceber que a intelectualização das demais se referia à realidade que ela vivia e que era uma outra maneira de questionar: “*naquela época eu era muito simplória (...) acho que eu lia por ler. Eu não li muito sobre o que se passava no jornal, política, nada. Eu não quis saber (...) Se tivesse questionado mais um pouco (...). Eu não tinha aquela...vamos dizer assim, aquela esperteza, aquela malícia, né?*”. Isso que ela chamava de esperteza também foi ficando claro nas músicas que cantavam na prisão. Inicialmente ficava incomodada por não saber aquelas músicas, se era ela quem sempre ouvia rádio, mas depois foi percebendo o significado das letras e entendendo que não eram apenas uma forma de passar o tempo, mas de representar o que estavam vivendo. Foram essas mudanças pelas quais passou que fizeram com que ela e Renata pudessem se aproximar: “*foi daí que eu ouvi Renata cantando, cantava Antonico, Assum Preto, descobri assim...É aí que eu vi, o lado bom dali...Renata cantava as músicas, até que eu fui entender. Eu tinha ouvido, mas não tinha ouvido a letra da música, como era linda!. E Renata cantava todo dia, porque a gente pedia toda hora*”. As canções se tornaram os Hinos das amigas, para Rosane especialmente a música Antonico, por representar o que ela havia passado naqueles dias antes da visita de

sua mãe. Graças a um vizinho que servia no quartel, a mãe de Rosane pôde receber notícias e um recado da filha de que tudo estava bem, e que era para “*botar a boca no mundo*”. Foi o que fez, contou a quem pôde, denunciou a prisão e conseguiu ser a primeira a visitar a filha, o que gerou a rede social de solidariedade que todos os demais parentes dos que estavam presos puderam articular. Foi a partir da transformação das relações entre elas e do apoio social que receberam que articularam planos de resistência e denúncia, como as idas noturnas ao banheiro para cansar os guardas e as denúncias nos eventos internos abertos ao público. Ações que fizeram com que os rapazes presos ficassem surpresos com a articulação e com a resistência, já que eles nada conseguiram fazer: “*O que eu podia fazer pra sacanear lá, eu sacaniei... Nós contamos depois pros meninos, os meninos falaram: ‘ó, como essas mulheres são fogo!’*”.

Foi durante a prisão que Rosane acabou reafirmando suas observações sobre os dirigentes do partido em relação ao trabalho. Saber que Regina trabalhava aumentou mais ainda sua “*revolta*”, já que por várias vezes ela havia visto o marido de Regina sentado na praça ou indo ao cinema em plena tarde durante um “ponto”: “*eu não admitia isso! Ela trabalhava, cuidava da casa, fazia comida, lavava roupa, e ele fazia só a parte mais leve, que era a parte intelectual. Lia aquelas coisas e passava pros outros. Isso aí pastor de Igreja fazia e padre também, lê a bíblia e passar pros outros!*”. Por outro lado, as descobertas sobre as relações que existiam entre os casais e a proximidade com todas as demais fizeram com que Rosane pudesse perceber que a representação sobre “*mulheres comunistas*” que ela partilhava e que era mais um dos motivos pelos quais antes não queria ser vista como integrante de um partido, estava completamente equivocada: “*(...) tanto que tinha uma grande amiga minha, que quando ela soube que eu era, né, que depois eu contei, ela falou assim ‘mas elas não são galinhas, são piranhas?’ Eu disse: ‘não, não são não!’*”.

Ainda que a convivência na prisão tivesse sido tão intensa, as relações entre elas não permaneceram após a soltura. Rosane foi uma das primeiras a ser liberada e se viu bastante abalada após a saída. Embora tenha voltado para casa, não pôde permanecer em seu bairro por muito tempo, sua casa era vigiada constantemente e

os vizinhos sentiam-se ameaçados pela presença da polícia. Rosane teve que ficar de casa em casa de parentes para evitar as perseguições. Essa foi uma das fases mais constrangedoras para ela, que sentia vergonha de sua condição. A volta para a universidade se deu lentamente. Muitos de seus colegas a evitavam, embora tivesse duas colegas que fizeram questão de ajudá-la nos estudos. As mesmas, únicas, que foram visitá-las na prisão, o que acabou fazendo com que também se tornassem alvo de perseguição policial, fazendo com que Rosane se sentisse muito mal, até hoje, por ter causado problemas a pessoas que lhe deram apoio.

Após a soltura do namorado iniciaram-se as intermináveis audiências, e só nessas ocasiões aconteciam os encontros com os companheiros: “*tanto que eu não soube do casamento de Renata, soube depois que ela casou (...). Nós não fomos lá, nós não poderíamos (...), nós ficamos queimados*”. Depois que foram absolvidos de todos os processos, em 1973, poucas vezes se encontraram. O recomeço da vida para ela e seu namorado não foi fácil. Concluíram seus cursos e casaram-se em 1974, após descobrirem que Rosane estava grávida. Inicialmente foram morar na casa de sua sogra, com quem ela tinha uma convivência difícil: “*tinha uns arranca-rabos feios, que ela falava que não queria que ele casasse com uma preta, e sim com uma loira, sendo que ele é negro*”. Além da origem social diferente, Rosane era acusada pela sogra de ter colocado o filho dela na política e ter acabado com a carreira profissional dele. Acabaram indo morar no interior da Bahia, por não encontrarem condições de trabalho no Estado. Ela tentou vários estágios, empregos em jornal, concursos, mas não teve sucesso.

Permaneceram no interior por dez anos, período no qual ela não desistiu de seguir sua carreira profissional, mesmo com os boicotes seguidos do marido. Mas não era só o autoritarismo do marido que a prejudicava, era a própria condição de ex-presa política que não permitia que todo o investimento pessoal que ela depositava em sua carreira pudesse ser reconhecido publicamente. Para atuar profissionalmente dependia de um registro que não obtivera facilmente, ainda que tivesse tentado o registro fora do Espírito Santo. Nesse meio tempo ela teve seu segundo filho, e seu marido se envolveu na política. Foi a gota d’água para Rosane. Ela não queria viver aquela vida de esposa de político, na verdade havia investido

muito tempo em si mesma para aceitar ser mãe, dona de casa, e viver o estilo de vida das mulheres daquela região: “*Eu não fui dondoca*” . Foi quando decidiu que era hora de voltar para Vitória. Pegou os filhos, fez as malas e resolveu que iria retomar sua vida: “*eu vim encantada pra fazer concurso, e esqueci que eles sabiam, a memória deles não foi curta... das pessoas que tavam lá no poder. Eles não deixaram leve. Aí eu consegui, foi... eu consegui sim. Não como eu pretendia, não como eu queria.*”

Foi morar no seu antigo bairro e acabou assumindo a liderança comunitária: “*foi, por causa dos problemas todos, era um resgate*”. Tornou-se tão reconhecida que queriam que ela se candidatasse a deputada, mas foi nesse momento que ela se lembrou do motivo pelo qual estava ali novamente, e acabou vendo que era hora de sair novamente de seu bairro por já ter conseguido reaver o que tinha ido buscar: “*Aí eu vi assim “gente!”. No meu bairro eu fui condenada? Não, só fui criticada... quando eu voltei. Tive que voltar, isso era uma questão de honra. Eu voltei pra ver se sobreviveria. Sobrevisi e muito*”.

Embora tenha lutado por seu espaço, conseguido seguir sua carreira e retomado sua vida, as consequências do período de militância estão presentes na vida de Rosane. A memória sobre o período permaneceu anos silenciada: “*eu tinha me escondido, tinha escondido muita coisa da minha vida (...) eu não aceito prestar contas de coisas que eu não fiz, que eu não sei, que eu não vi. E até hoje eu não aceito*”. A vida política ela não quer nem para os seus filhos. Não abandonou suas convicções sociais e continua acreditando que algo tem que ser feito pelos que necessitam. Acredita que somente com a educação é que se alcança possibilidades melhores e não enfrentando o sistema como naquele momento, por que as coisas que obteve hoje conseguiu pela percepção da vida e não pela revolta : “*agora, uma coisa eu vou te falar, eu não deixei de ser covarde. Se eu não fui quando eu era mais nova... agora eu tô bastante covarde... não faria isso de novo*”.

#### **- Reflexões de Rosane sobre relações de gênero e processos identitários**

Não fazer de novo não significa para Rosane apagar tudo o que viveu nos tempos da Ditadura, por mais que tenha deixado silenciado. Embora sinta a presença de muitas marcas, ainda doloridas, as experiências da época a fizeram ver e viver uma realidade paralela e foram fundamentais para a construção de sua visão de mundo e para suas escolhas. Isso inclui principalmente seu papel de mulher e esposa.

Embora em momento algum ela tivesse tido contato direto com o movimento feminista, e nem mesmo sabia de sua existência enquanto movimento organizado, suas atitudes colocavam em questão o papel esperado, mesmo que as contradições fizessem parte de seus desejos. Desde menina, nos saudosos tempos do bonde, ela queria ficar logo moça “*pra subir de ladinho*” e usar vestidos tubinhos, que eram os que seu pai permitia.

As regras morais eram rígidas e mantidas pelo pai constantemente: “*calça comprida, meu pai proibia. Assim como ele falou que moça não namorava, filha dele não levava ninguém no portão*”. Se namorasse não estudava, era uma coisa ou outra. Mas isso não excluía os aprendizados que uma moça deveria ter. Rosane aprendeu a bordar, a costurar e todas as “*prendas*” necessárias que, por sinal, lhe foram bastante úteis ao longo da sua vida, dadas as condições econômicas de sua família: “*aprendi a fazer minhas coisas*”. Embora a maior preocupação de sua mãe fosse que ela não namorasse para que pudesse estudar, após a morte de seu pai a rigidez diminuiu:” *Me soltei depois que papai morreu*”, pois a mãe não mantinha uma vigilância severa: “*ela confiava em mim (risos). Tinha aquele detalhe, né, eu era uma boa filha. Cumpria as normas sociais*”.

As regras sociais da época eram valorizadas na família e seguidas por Rosane, que não freqüentava bares e não andava sozinha pela cidade, mantendo a moral que se esperava para as “*moças de família*”: “*porque não podia, moça direita não passava em beco. Na minha época tinha essa distinção*”. Tais distinções faziam com que ela também se questionasse quanto a ser e se sentir militante. Afinal as mulheres que participavam de atividades políticas, que freqüentavam bares, que se reuniam com os homens, que saiam durante a noite,

rompiam com os comportamentos esperados: “era que as mulheres eram muito liberais”. Pelo menos era o que se dizia delas.

Rosane nunca se sentiu liberal e nunca quis parecer, ainda que não tenha se casado virgem e nem na igreja. Engravidar ainda solteira fez com que se sentisse envergonhada, mesmo que não tenha sido cobrada por sua mãe, que reagiu melhor do que ela esperava: “não, minha filha, já que você vai casar, e mesmo se não casasse, não tem problema não, a gente cria o filho”. Mas a questão era que ela não queria ser “revolucionária” com relação aos costumes morais e nunca achou que estivesse sendo: “Eu nunca tinha ficado nua diante do meu namorado, fazia sexo por fazer, assim, bem escondidinho...eu dizia também ‘por que com os outros dava certo e comigo não?’. E eu não era assumida. Ninguém sabia que eu transava””.

Em sua trajetória fica claro o desejo de romper com o modelo tradicional de casamento, mas não necessariamente de superar um padrão familiar. O repúdio ao modelo de esposa se fazia baseado em um ideal de autonomia, que significava uma existência para além da vida doméstica, por meio da realização profissional, da independência financeira que o trabalho poderia assegurar. No entanto, diferente de tantas outras companheiras, a atividade política não era vista por ela como mais um meio para alcançar esses objetivos, porque considerava que as organizações não absorviam as mudanças de valores que surgiam na época. Rosane não aceitava a condição de “intellectual profissional” dos homens dos partidos, enquanto às mulheres cabiam as tarefas tradicionais e mais o trabalho remunerado que garantia o sustento dos companheiros: “eu também tinha a minha função, eu era filha, eu era irmã. Eu só não era mãe, né. E era namorada e eu trabalhava e estudava”.

Mas ao se tornar mãe seguiu o modelo de dedicação exclusiva à vida doméstica, nos primeiros anos de casamento, logo que se mudou para a Bahia: “Então, pra mim, assim... aí, eu fui despertar o outro lado de esposa... de mãe, aquela coisa, então eu fui viver, fui viver pra eles! Foi o meu erro”. Durante os dez anos em que morou no interior da Bahia oscilou entre momentos de rupturas e continuidades que hoje são percebidos claramente em suas reflexões e memórias: “quatro horas da tarde eu tinha que começar a fazer o jantar pro marido! Dona de

*casa (...). Peguei dinheiro emprestado, escondido, para tirar [registro profissional] porque ele não quis deixar. Eu já tava me sujeitando a isso*”. Mas nem por isso ela se abateu completamente frente aos ideais de profissionalização e igualdade de gênero: “*não foi com esse intuito que eu fui presa, não foi com esse intuito que eu casei, né, não foi pra isso!*”. Diversas vezes ela reagiu frente às obrigações que o marido tentava lhe impor, no que dizia respeito à convivência social e política com os grupos com os quais ele havia se relacionado na região. Embora compreendesse que em “*terra de coronel*” quanto mais despercebida passasse a condição de presos políticos mais eles estariam protegidos, não assumiu a condição que considerava submissa: “*um dia combinou com um advogado uma visita (...) comecei a conversar de igual para igual e até discordar. Aí, meu marido disse: ‘Vai preparar a comida para nós’*”. Eu disse: ‘*não, porque eu sou profissional como ele*’. ‘*Mas você, aqui, é minha mulher*’. (...) Comecei a sentir essas diferenças. Meu colega dentro da minha casa, eu tinha que cozinhar, tinha que botar à mesa, né, eu não entendia que era como uma esposa”.

Ainda que rompendo com os modelos de gênero de seu tempo, seja pela participação política, seja pelos padrões de comportamento, ela não se vê como atuante nestas questões. Talvez por que as novas formas de conceber as relações amorosas, a vida em comum com a pessoa querida e a família que daí resultasse estivessem repletas de tensões, ambigüidades e conflitos, que associados às consequências da participação em uma organização política, geraram a sensação de perda de controle sobre escolhas e acontecimentos: “*Eu não fiz essa revolução de costumes, de comportamento né? foi feito, foi feita pra mim.... Foi imposta, né...*”

Atualmente Rosane se considera até “*careta*”. Questiona o que chama de “*revolução feminista*”, não entendendo bem o que isso significava em sua época e nem o que representa de benefício atualmente: “*as meninas que tão vindo hoje tão usando muito mal, né, essa liberdade. É ou não é? Tão se expondo, tão se deixando levar (...) se for olhar isso aí... eu não entendi o que a revolução feminista foi...*”. O que não impede que perceba as mudanças entre as gerações de mulheres desde sua mãe até sua filha: “*Nós abrimos um universo, eu entendo. Eu abri pra sua época, você abriu pra época da minha filha, não é assim? é tão*

*óbvio*”. Por tais questionamentos é que ela se percebe como “*atual, mas não atuante (risos)*”, no que diz respeito à participação política. Não vê necessidade de uma filiação partidária para continuar um projeto de ação pessoal que vise à eqüidade social. Avalia que nos modelos políticos de hoje a participação coletiva se torna complexa e elitista, mas isso não significa “*cruzar os braços*” para a desigualdade social: “*Eu entendo, hoje em dia, cada um faz a sua parte. E, se juntar, todo mundo tá fazendo, né? Acho que tem que ser assim*”.

## 6- DISCUSSÃO

*E é como se eu despertasse  
De um sonho  
Que não me deixou viver  
E a vida explodisse em meu peito  
Com as cores que eu não sonhei  
E é como se eu descobrisse  
Que a força esteve o tempo todo  
Em mim  
E é como se então de repente  
Eu chegassem  
Ao fundo do fim  
De volta ao começo...*

“De volta ao começo”  
(Gonzaguinha, 1980)

### 6.1 O Contexto Geracional das mulheres

Nos anos 60, vivemos no Brasil um período caracterizado por profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Essas transformações geraram em nossa sociedade uma série de instabilidades e rupturas ao mesmo tempo em que possibilitaram o surgimento de novas aspirações e de projetos individuais alternativos ao que era tradicionalmente estabelecido.

As mulheres que compõem o grupo estudado, levando-se em conta sua idade na época, as condições sócio-econômicas e os padrões de socialização vigentes, podem ser consideradas como agentes privilegiadas das transformações sociais que, por sua vez, afetaram também as relações de gênero a partir daquele período. O estímulo que as mulheres receberam de seus pais para estudar, a participação no ensino superior e, a partir deste, em atividades associadas ao mundo público, em especial a militância política, foram condições para a ruptura dos papéis estabelecidos pela divisão sexual do trabalho<sup>14</sup>, que agregando as

<sup>14</sup> Segundo Vaitsman (1994), essa é uma divisão de papéis de gênero típica da família conjugal moderna, que se tornou o padrão dominante entre as classes médias dos centros urbanos até meados dos anos 60. Um modelo familiar hierárquico que se desenvolveu juntamente com os processos de modernização e industrialização, caracterizado pela divisão sexual do trabalho nas esferas pública (associada ao homem, ao trabalho e à remuneração, consequentemente, mais valorizado socialmente) e privada (associada às crianças e mulheres, ao trabalho doméstico e à satisfação das necessidades afetivas familiares).

transformações nos comportamentos relacionados a namoro e casamento abalaram uma outra dicotomia: a das normas sexuais diferenciadas para homens e mulheres.

Nesse momento, a fim de melhor compreender a trajetória<sup>15</sup> das mulheres militantes, focalizaremos suas redes de relações com as famílias de origem, objetivando apresentar diferenças e rupturas relacionadas às aspirações e expectativas dessas famílias em relação à formação de moças e rapazes.

## 6.2 Os papéis esperados e os caminhos seguidos

Trigo (1994) enfatiza que, após a revolução de 30, já aparecem as primeiras manifestações de mudança nas relações estabelecidas entre pais e filhos até então. A aceitação pacífica e integral da interferência dos pais no destino de seus filhos homens e mulheres começa a sofrer rupturas, à medida que os filhos começam a discutir as decisões paternas e a buscar projetos de vida mais individualizados. A autora aponta que naquela época já se manifestavam indícios do embate geracional que viria a se tornar mais significativo nos anos 60 e 70.

A partir da década de 50, como parte dos processos de industrialização, modernização e urbanização em curso no Brasil, houve uma expansão das oportunidades econômicas e sociais então abertas, principalmente, às famílias de classe média. Tal situação criou condições para a valorização da escolarização dos filhos, com o objetivo de manter as posições que as famílias já haviam alcançado e/ou como forma de ascensão econômica e social. Esses aspectos são apontados pelas entrevistadas que viviam no meio urbano, na capital ou no interior. Entretanto, o estímulo à educação era diferenciado entre os irmãos e as irmãs. Para as meninas, geralmente significava um investimento para o bom desempenho de papéis familiares, o que foi apontado por todas as entrevistadas, com exceção de Sônia. Paralela à expectativa de que se casassem, estava a de que dessem continuidade aos estudos primários, cursando o Normal (apenas Sônia e Renata

---

<sup>15</sup> Utilizamos aqui a definição de trajetória baseada em Bourdieu (1996). O autor discute a noção de trajetória como um dos caminhos possíveis, entre uma série de possibilidades, que pode ser seguido por

um mesmo agente, ou grupo, em um campo determinado, estando este sujeito a transformações. Ao considerarmos essa definição temos que pensar as militantes políticas “em contraste com os demais caminhos abertos para as mulheres de sua geração” (Goldemberg, 1997, p.350).

não sentiam a presença desse desejo familiar). Para os filhos, as carreiras esperadas eram aquelas que preparavam para o desempenho de papéis públicos, geralmente cristalizadas no trinômio Medicina, Engenharia e Direito.

É importante apontar o significado da escolarização dos filhos e filhas para estas famílias, que se diferenciavam conforme a classe social e a origem urbana e rural. Embora singulares, as histórias apresentam vários elementos em comum, como padrões de valores e de relações que se reestruturavam. O incentivo ao estudo esteve presente na socialização de todas as mulheres, embora em algumas mais que em outras, variando a origem do apoio e sua intensidade. Mas nem sempre o objetivo que os pais idealizavam em relação aos estudos coincidia com os que as filhas desenvolveram ao prosseguir sua escolarização.

Geralmente os pais de classe média viam o estudo e a profissionalização das filhas como complementares ao casamento, como era o caso da maioria das entrevistadas, com exceção dos pais de Sônia. Para Biasoli-Alves (2000), essa valorização ainda não se vincula a uma percepção da mulher como um “sujeito de direitos (...), mas porque se espera dela [em meados do século XX] competências que melhor promovam a educação dos filhos e a própria vida doméstica, que façam dela o suporte adequado para o sucesso profissional de seu esposo” (p.236).

Por outro lado, para aquelas que provinham de classes populares, o casamento, a escolarização e a profissionalização não estavam necessariamente associados. Rosane e Silvia salientam que, em suas famílias, durante a infância, o estudo não era tão valorizado. Entendido como uma regalia, ou um capricho, era percebido muitas vezes pelos outros irmãos como uma forma de evitar o trabalho doméstico. Rita destaca que, em função das condições de vida na área rural, em sua família também era mais valorizado o trabalho do que o estudo. Para as classes populares, manter um dos filhos estudando significava uma sobrecarga de trabalho para os demais familiares e, possivelmente, uma renda familiar menor.

Faria (1997) destaca que, embora na década de 60 tenha se iniciado o processo de profissionalização feminina, esse não estava disponível para todas as camadas sociais. Foram, em geral, as mulheres de classe média que tiveram as melhores condições de luta e acesso, “já que, para as mulheres de classes

populares, esse processo se torna muito mais difícil, uma vez que elas enfrentam duas opressões – de gênero e de classe - quando não também a de raça, no caso da mulher negra” (p.25). Tais aspectos ficam claros na trajetória escolar de Rosane, que, ao desejar se tornar Diplomata, aspirava a uma escolarização e profissionalização não disponíveis.

Destaca-se no processo de escolarização primária dessas mulheres uma proximidade de características que demonstra a presença de valores tradicionais<sup>16</sup> na educação que receberam na infância, com poucas diferenças entre aquelas socializadas nas décadas de 50 ou de 60. Todas as entrevistadas destacaram a importância da “obediência” aos mais velhos e às regras do grupo familiar.

Biasoli-Alves (1997) e Caldana (1998) identificam esses elementos como os mais valorizados para a menina, na sociedade do final do Século XIX até as primeiras décadas do Século XX. Essa valorização ajudava a compor um sistema no qual havia pouca possibilidade de transgressão por parte da menina/moça/mulher. Cabia ao próprio pai ou a um irmão mais velho (ou até mais moço) a manutenção da hierarquia e o zelo pela moral e pela honra das meninas, como destacam Silvia e Suzana: “*Após onze anos, eu freqüentar um grupo desses significava... romper com aquele excessivo protecionismo que eu tava vendo que tava cada vez mais se intensificando com os irmãos*” (Suzana). Essa fala demonstra que se iniciava muito cedo a percepção por parte das mulheres, ainda meninas, de um excesso de opressão. Há aqui um ponto importante a salientar: a diferença entre a educação do menino e da menina como complementares. O “domínio” a ser exercido pelo homem não poderia existir se não houvesse a “submissão” da mulher, desenvolvida e reforçada no processo de socialização primária por meio de estratégias emocionais (Caldana, 1998; Biasoli-Alves, 1997, 2000).

Por outro lado, é possível notar que elas vão encontrando formas de se desvincilar, pela via da participação em atividades sociais ou religiosas

---

<sup>16</sup> Conjunto de valores presentes de forma maciça, no início do século XX, nas diferentes camadas (média e popular), podendo alguns serem aplicados para meninos e meninas (respeito, obediência, honestidade, trabalho) e outros ligados apenas às meninas (submissão, delicadeza no trato, pureza, capacidade de doação, prendas domésticas e habilidades manuais). A denominação “tradicional” é utilizada apenas para marcar a

socialmente valorizadas ou por interferência de uma terceira pessoa que intercedesse após um episódio de conflito (amigo da família, padre ou parente próximo) ou atitudes extremas por parte delas. Como revela Silvia: “*saí de casa (...) pedi ao rapaz da farmácia que me desse barbitúricos (...). Aí, eu disse: ‘mas eu tenho que fazer alguma coisa pra que esse povo entenda que eu tô desesperada’*”. Esse processo de ruptura e mudança vai se consolidando ao longo de suas trajetórias, relacionado aos aspectos da vida em uma sociedade urbana. Essas rupturas e mudanças, identificadas como subjacentes às alterações no papel e nas atividades femininas, acabam por gerar conflitos, com críticas, abertas ou veladas, entre as gerações familiares (Vaitsman, 1994; Biasoli-Alves, 2000).

A tarefa de “tomar conta” da moça é sustentada pela idéia de que a mulher é ingênua, frágil e passível de ser facilmente influenciada. Nesse sentido, Biasoli-Alves (1997, 2000) aponta que, até meados do século XX, os valores tradicionais foram mantidos de forma “*encoberta*”, enquanto as mulheres conquistavam o direito à escolarização e à profissionalização. Essa mesma autora classifica esse período como sendo de transição, no qual “há um ‘pano de fundo’ contra o qual a mulher continua sendo avaliada, ainda que a análise do quadro que se desenha nos anos 30, 40 e 50 mostre, já, uma abertura maior à escolarização” (Biasoli - Alves, 2000, p.236).

Apontamos aqui que, em meio às mudanças trazidas pelos processos de modernização econômica, social e cultural, há necessidade de se perceber que tão importante quanto às mudanças são as permanências, já que elas auxiliam a compreensão de movimentos que ocorrem em um espaço de tempo vasto e de forma não linear (Caldana, 1997). Nesse contexto, entrevistadas de classe média (Solange, Sônia, Suzana e Renata) apontaram o importante papel que a religião, associada à educação formal em colégios religiosos, em regime de internato ou semi-internato (depois de aprenderem em casa as primeiras lições escolares e algumas “prendas domésticas”, eram enviadas a um colégio de freiras para “serem educadas”), desempenhava na manutenção dos valores destinados às “moças de família” das classes abastadas. Aqui se faz uma ressalva em relação à Renata, que

---

diferença em relação aos padrões comportamentais desejáveis trazidos pela modernidade (Biasoli-Alves,

teve toda a escolarização primária e secundária em colégio protestante, do qual seu pai era diretor. Segundo ela, em tal colégio destacavam-se tanto as regras disciplinares rígidas quanto a possibilidade de argumentação.

Silvia e Rita, as duas de classe menos abastada, que estudaram em instituições católicas, apontaram o constrangimento em suas relações escolares, permeadas por preconceitos sociais que se tornavam insuportáveis: “*E eu... eu ganhava todas as medalhas de primeiro lugar, de todas as matérias, eu tinha doze medalhinhas (...) pregadinhas. Aquilo eu ficava pra morrer, porque era difícil, porque eu sabia o que eu ia agüentar... Eu saía de lá, eles me chamavam de mula de guia*” (Rita). Silvia deixou clara sua discordância em relação a sua permanência em uma escola com essas características em função da falta de condições econômicas de sua família. Sua situação diferenciada ficava evidente em seu vestuário quando comparado com os das demais alunas: “*Meu sapato tinha chapinha. Então, eu andava no pátio e fazia aquele barulho de metal... Eu me sentia um peixe fora d'água pela própria saia que eu usava... que já tinha saído acho que era o tergal, alguma coisa assim, um tecido que não precisava passar... coisas que, pra um adolescente, são complicadas (...) Eu falava com as minhas colegas como se eu ainda não tivesse perdido o padrão de vida*”.

As diferenças entre classes sociais em colégios como estes eram muito evidentes e estabeleciam uma distinção hierárquica entre as estudantes, o que explica o constrangimento vivido pelas entrevistadas. Essas diferenças ficam claras nas considerações feitas pelo pai de Rosane que, em relação ao desejo da filha de estudar na escola de freiras, argumentava que na escola pública não correria o risco de ser desrespeitada, motivo pelo qual o pai não aceita a bolsa de estudos: “*No Carmo, eles tavam dando umas bolsas. Mas era pra estudar pelo lado pobre. Mas o pobre lá era tratado como pobre. Aí, parece, não lembro da história, parece que papai falou que não poderia (....)*”.

A razão pela qual as mães de Rita e Silvia e, consequentemente, os demais familiares, se sacrificavam para mantê-las nessas instituições estava relacionada às possibilidades de aumento do *status* e de mobilidade social que essas escolas

poderiam proporcionar às alunas de baixa renda. Em função de seus currículos escolares, voltados para uma socialização de gênero condizente com aquela adotada na família e na igreja<sup>17</sup>, estar nessas escolas era uma garantia de que a filha não viria a se desviar das regras familiares, pois estava seguindo a trajetória escolar de “moças de família”, aprendendo os ofícios “femininos”, de acordo com os valores cristãos e burgueses associados ao binômio matrimônio-maternidade (Delgado, 2001).

Na década de 60, ainda era bastante comum entre os pais de classe média a expectativa de que as filhas se tornassem professoras primárias. Realizar o Curso Normal era uma espécie de garantia de profissão bastante compatível com o casamento, o que era importante, já que a profissão não deveria conflitar com os papéis na família. Para as famílias de classe baixa, era uma possibilidade de aumento de *status* social permitido por uma profissão socialmente valorizada. Vaitsman (1994) destaca que as mudanças ocorridas nas estruturas educacional e ocupacional ao longo do Século XX levaram, cada vez mais, as adolescentes pós-50 a recusarem este caminho, à medida que poderiam almejar outras possibilidades.

Apesar de ser equiparado ao estudo secundário<sup>18</sup> e podendo ser visto como uma ponte para a universidade, o Curso Normal levava a uma carreira sem maiores perspectivas, renda ou satisfação pessoal. Alguns pais, embora em princípio esperassem que suas filhas o seguissem, terminaram aceitando que escolhessem carreiras mais ambiciosas, inclusive no ensino superior.

No grupo das nove mulheres entrevistadas, Solange e Rosane seguiram o Curso Normal por influência familiar, embora ambas também tenham cursado o

---

<sup>17</sup> Delgado (2001) aponta o caráter disciplinador dessas escolas voltadas para a disciplinarização do corpo da mulher, considerando-a com foco de uma configuração de discursos e procedimentos de poder, em geral elaboradas em torno da idéia de que o papel social da mulher era biologicamente determinado. O ensino profissional feminino deveria estar voltado para a formação de donas de casa e mães e secundariamente para atividades remuneradas. As atividades curriculares profissionalizantes se diversificavam entre: corte e costura, bordado, economia doméstica, cursos para formação de professores.

<sup>18</sup> Saffioti (1976) comenta que a completa equiparação dos cursos de nível médio (com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961) foi de suma importância para a equiparação das mulheres na estrutura educacional superior, destacando que, até 1966, ainda não haviam ocorrido mudanças significativas na distribuição das mulheres normalistas pelos cursos superiores, o que dependeria muito mais de fatores sociais e econômicos, do que estritamente legislativos.

ensino superior. A única que sofreu certa pressão familiar foi Raquel, em função da tradição de sua família de seguir o magistério. Para Vaitsman (1994), a postura de muitas jovens, naquele momento, de não seguir o Curso Normal, em alguns casos apesar da oposição familiar, significou um passo muito importante em relação à primeira definição de um projeto de vida que implicaria a redefinição de papéis. Sem o saber, essas jovens preparavam o desafio aos modelos de suas famílias de origem, buscando outros projetos de vida.

Nesse processo cotidianamente batalhado, as mulheres desenvolveram suas estratégias de individuação com as possibilidades que dispunham. Algumas delas tiveram que enfrentar as desigualdades de gênero dentro da própria casa em relação aos outros irmãos. Suzana destaca a maior liberdade que seus irmãos homens tinham, não precisando travar grandes negociações para realizarem o que desejassem, enquanto ela necessitava brigar pelo espaço o tempo inteiro: “*Desde pequena. Sempre. Então, eu sempre me senti assim, o meu pedaço tem que ser sempre muito bem defendido por mim, porque os homens estão sempre no meu entorno*”. Solange também relata que os homens da família, incluindo seus tios e seu irmão, foram menos cobrados, tinham todas as facilidades e sempre receberam muito incentivo para estudar e montar os negócios, ainda que não tenham sabido aproveitar as oportunidades: “*meu avô dava tudo, facilitava tudo... todos saíram para estudar, cada um em um lugar... mas uns fugiam da escola... não souberam aproveitar*”. Segundo Silvia, seus irmãos receberam por parte de seu pai muito mais incentivo para os estudos que ela, mas não tiveram interesse em usufruí-lo: “*porque os meus irmãos homens tinham tido a oportunidade de estudar e eles não quiseram (...) fugia de uma escola, papai colocava em outra. Foi para da aeronáutica, fugiu (...) Dizia que ia para a escola e não ia...*” Rita também aponta que um dos seus irmãos não valorizava a escolarização e fazia provocações relacionadas ao fato de ela ser estudiosa: “*Ficava irritada com isso, ele me chamava de... falava que eu era CDF, não sei o que, entendeu...*”

Vaitsman (1994), chama a atenção para o fato de que quando um rapaz não seguia a escolarização que o levaria à Universidade, frustrava “as expectativas de

ascensão social e modelos de papéis masculinos associados à carreira universitária (...) o mundo instrumental do prestígio, poder e riqueza” (p. 96).

O processo de individuação das mulheres só poderia se consolidar à medida que tivessem o suporte familiar conquistado com a transposição de vários obstáculos, sobretudo quando se tratava de projetos que não reproduziam os modelos de gênero esperados. Suzana declara essa dinâmica em sua adolescência ao desejar participar de atividades e grupos que não incluíam participação familiar, gerando um contínuo conflito de argumentações: “*Eu passei a perceber isso num nível de opressão até sobre... o fato de eu ser menina e, sobretudo, pelo fato de eu ser menina querendo coisas que não estavam dentro do padrão. Porque, por exemplo, quando eu comecei a freqüentar o grupo de... de bandeirantismo, havia essa, esse hábito de fazer acampamento. Imagina? Uma menina dessa idade, um grupo de garotas dessa idade, indo pra praia pra fazer um acampamento*”.

Quanto aos homens, os conflitos de individuação foram de ordem inversa. No relato das mulheres aparecem as relações de seus pais com seus irmãos, bem como a avaliação das escolhas feitas por estes. A expectativa dos pais era de que a profissionalização dos filhos homens se efetivasse pela via da escolarização superior, principalmente nas famílias de classe média. Nas famílias de classes populares a expectativa voltava-se para a realização de, pelo menos, um curso secundário profissionalizante.

Os valores de socialização masculina eram bem definidos e, de certo modo, também exigentes, embora se perceba diferenças marcantes no que diz respeito à liberdade e ao código moral da época. Ainda que lhes fosse permitida uma liberdade maior no que diz respeito aos horários ou aos lugares que freqüentavam, cabiam aos homens algumas responsabilidades: deveriam apresentar os instrumentos para poder “ganhar a vida” ou manter os negócios familiares e prover a sua própria família. Na década de 60, as carreiras mais esperadas para os filhos continuavam sendo aquelas consideradas masculinas: Medicina, Engenharia ou Direito (Trigo, 1994; Vaitsman, 1994).

Nos relatos das mulheres de classe média a escolarização universitária aparece como um caminho a ser seguido, em função da importância que o estudo

tinha para essas famílias. Nas famílias de classe baixa o estudo também era mencionado como sendo “*a principal herança*” familiar, inclusive para as filhas. Entretanto, a expectativa dos pais e do grupo social voltava-se para a formação educacional condizente com o que caracterizava o feminino, como exemplifica Raquel: “*estudo pra eles era o mais importante. Então, assim, qualquer coisa que garantisse o estudo dentro de casa era importante. Mas isso não quis dizer que todo mundo estudou como era a expectativa deles. Eles queriam que todo mundo fizesse faculdade. É, eles gostariam que todo mundo fizesse faculdade, apesar do que, meu pai, por exemplo, a expectativa era que a gente fizesse faculdade, mas pras mulheres que fosse, assim, uma Pedagogia*”.

O que se constata é que homens e mulheres sofriam pressões, com objetivos opostos, mas que exerciam a mesma função: de ambos se esperava que seguissem profissões tradicionalmente associadas ao gênero a que pertenciam. O embate geracional entre pais e filhos, apontado por Trigo (1994) e discutido por Motta (2004)<sup>19</sup>, aparece, por exemplo, quando um rapaz ou uma moça decide não seguir as carreiras esperadas, iniciando um conflito de interesses que exige estratégias e barganhas nas negociações familiares, possibilitando que códigos e valores sejam revistos e alterados.

Raquel discorre detalhadamente sobre o jogo de negociações com seu pai quando relata a situação na qual ela e seu irmão expõem a ele seus projetos: “*Quando eu disse que ia fazer Medicina, ele tomou um certo choque, assim... Ele não esperava. Ele ficou até... E foi muito engraçado, porque eu falei que ia fazer medicina, o meu irmão falou que ia fazer Letras. Ele não se conformou com isso, pra ele tinha alguma coisa errada, porque tinha que ser o contrário*”. O relato de Raquel mostra o quanto foi difícil para o pai aceitar tal opção.

No que diz respeito à situação de seu irmão, foi necessário argumentar que a faculdade de Letras era uma ponte para se tentar atingir uma profissionalização

---

<sup>19</sup> A autora aponta que “no interior de cada grupo geracional, ou de idade, constroem-se representações, identidades e situações sociais que se confrontam com as de outros grupos ou categorias sociais”, portanto, não existem isoladamente, mas em referência mútua, contraposição ou oposição umas às outras, fazendo com que uma seja ou se torne aquilo que o jogo de poder permite. Esse movimento vai ocorrer de acordo com as condições sociais vigentes e o modo possível de

que garantisse um espaço de ordem tradicional representado pela carreira diplomática, o que, de fato, não ocorreu (o irmão ingressou no curso de filosofia)<sup>20</sup>.

A situação de Raquel, por outro lado, era ainda mais difícil. Por ser mulher, sua argumentação baseou-se nas mudanças econômicas do país, apontando o desenvolvimento de campos de trabalho que pudessem garantir seu futuro: “Ó, *pai, que é isso? Qual o problema?* Falei: ‘*pai, não proíbe não, que eu vou fazer (...) tenho que escolher o futuro, o país tá mudando... não sei o que (...)*’. *Mas não houve impedimento pra eu vir e nunca mais tocou no assunto(...).* Então, ele *começou, imediatamente, a ter orgulho da situação*”.

Segundo Vaitsman (1994), no universo de valores da classe média dos anos 60, para o bom desempenho do papel masculino era “quase imprescindível” o ingresso na universidade, o seguir uma carreira. “Assim, no caso dos homens, a educação superior não desempenhou o papel revolucionário que teve para as mulheres” (p.97). Por outro lado, podemos pensar que o ingresso de homens em cursos tipicamente femininos, como Letras, Filosofia e História, parece ter significado um impacto tanto para as famílias quanto para os próprios rapazes que, socializados dentro dos “cânones do tradicionalismo”(Trigo,1994,p.97), ingressavam em faculdades que, fugindo completamente da tradição profissional do grupo social a que pertenciam, não davam garantias de acesso ao mercado de trabalho. Esse parece ter sido o caso de um amigo a quem Solange se refere: “*ele fez Direito... Era um cara que foi fazer História na Filosofia*”. Reencontrando-o, anos depois, ela expressa o comentário dele sobre o período: “*ele falava: ‘Solange, aquilo foi algo imperdível! Imperdível! A gente entrar no mundo daquele mulherio, era estar no curso de História!*”.

Por outro lado, ingressando ou não em cursos tipicamente femininos, a entrada dessas mulheres na universidade possibilitou a abertura para projetos pessoais que não estavam colocados como possibilidades para a geração de suas

---

apreensão de cada ator geracional, além de realizar-se em articulações identitárias definidas a partir de categorias de gênero, classe e etnia (p. 353).

<sup>20</sup> Trigo (1994), ao entrevistar professores universitários, homens, que cursaram as primeiras turmas da Faculdade de Filosofia da USP (fundada em 1934), encontrou depoimentos que se referiam à negociação familiar, indicando que os homens geralmente cursavam paralelamente cursos tradicionais para satisfazerem as expectativas familiares e sociais.

mães. Para essas jovens estudantes, a idéia de profissão, formada na adolescência, conjugou-se com a de identidade profissional. É interessante observar que os modelos de mulher e de vida, com o objetivo inescapável de casar e ter filhos, que se apresentavam para Rita, Silvia, Rosane, Regina e Solange puderam ser pensados sob uma nova configuração. Tal situação não se aplica completamente a Sônia, Renata, Suzana e Raquel, já que, em suas famílias, as condições de escolarização eram colocadas como trajetória natural, podendo o casamento estar contemplado em seus projetos pessoais mais como uma alternativa do que como uma condição. Assim, diz Renata: *“nos criou todos com a idéia de que mulher não é para ficar em casa, mulher não é para cozinhar, mulher é pra sair e ter uma profissão. Então, ele empurrou as mulheres pra rua, ao contrário da educação tradicional que tinha. Então, valor na minha família era ser inteligente”*.

O relato de Renata corrobora, nesse sentido, o de Sônia, que destaca o fato de que seus pais não reproduziam os papéis esperados de gênero em sua socialização e na de seu irmão. Tal fato demonstra que nem todas as adolescentes desenvolveram projetos que estabeleceram um conflito com as expectativas de seus pais, em função das próprias rupturas que eles mesmos haviam estabelecido naquele momento. Nesse sentido, é interessante observar que, mesmo que a prática fosse estimular as mulheres ao estudo e ao questionamento de padrões morais, conservadores, estigmatizantes e segregadores em relação aos gêneros, isso era vivenciado como algo que entrava em conflito com as representações dominantes sobre o masculino e feminino. Sônia vivencia essa ambivalência de representações de gênero em dois momentos, que podem ser bastante ilustrativos para compreender que esse conflito poderia ora incluir as próprias mulheres ora lhes dar condições de articular a coexistência de códigos diferentes nos domínios público e privado, sem que isso representasse uma inversão de papéis. Na primeira situação, durante o cursinho para o vestibular, ela se identifica com as representações dominantes em seu grupo social: *“papai, eu não posso, porque pega mal, mulher não pega carona com um homem”*. Papai dizia assim: *“não, mas isso é muita bobagem, pode pegar”*. Aí, dizia assim: *“mas o que quê vão falar?”*. *“Não liga pro*

---

*que vão falar, não. Pega”*”. Algum tempo depois, já decidida a cursar engenharia, ela reage frente à colocação de seus colegas em relação à “incompatibilidade” entre seu projeto de profissionalização e o projeto clássico dos padrões dominantes de gênero: “*eu me lembro quando meus colegas vinham, quando eu fazia o Estadual, diziam assim: ‘poxa, mas você vai fazer, você tá pensando em fazer engenharia? Mas homem não gosta de mulher inteligente, não’*”. *Eu dizia assim: “ah, mas se eles não gostam de mulher inteligente... Homem que não gosta de mulher inteligente eu também não gosto [dele]. Então, estamos empatados”*.

Outras alternativas não só eram aceitas, como estimuladas pelas famílias de todas elas, sendo a educação estimulada para todas as filhas, depois dos confrontamentos para iniciarem a vida escolar. Esse é um ponto comum às entrevistadas. Todas alcançaram o curso superior sem maiores dificuldades de negociação ou objeção. Todas receberam um forte apoio para o estudo e se dedicaram às tarefas escolares, obtendo altos desempenhos. A leitura era um prazer que elas aprenderam a desfrutar desde muito jovens, independentemente da classe social, embora o acesso aos livros e as motivações para a leitura estivessem relacionados ao fato de morarem no meio urbano ou rural.

O interesse pela leitura é destacado por todas como uma referência para os futuros projetos de vida que viriam a abraçar e a dedicação escolar, um meio de alcançá-los. No que tange à dinâmica dos papéis sociais de gênero e à divisão sexual do trabalho, essas mulheres desenvolveram certas aspirações de autonomia e auto-desenvolvimento que as conduziram à conquista de seus próprios espaço e crescimento pessoal. Ao alçarem vôos mais altos, foram construindo uma identidade de gênero não mais exclusivamente referida aos papéis domésticos.

Fica-nos aqui a sensação próxima do que Trigo (1994) identifica em relação ao desejo que homens e mulheres tiveram de cursar as primeiras turmas da Faculdade de Filosofia.

Era algo novo que surgia no universo cultural e educacional que alterava os códigos e valores tradicionalmente aceitos e praticados. Mais do que isso, sugere uma sociabilidade pautada em parâmetros de uma modernidade que se anunciava, o

que implicava e exigia mudanças tanto objetivas como subjetivas (p.97).

### **6.3 O processo de individuação: a migração para a Capital e o projeto de mobilidade social**

O processo de individuação, para os jovens nascidos em cidades interioranas, incluía, e ainda hoje inclui, além dos estudos, a migração para a capital. Para os pais, a saída de casa estava diretamente relacionada aos estudos secundários e/ou universitários que possibilitariam um diploma e uma carreira profissional inviáveis no interior. Do ponto de vista dos jovens, representava, também, a possibilidade de liberdade em relação ao controle exercido pelos familiares e o restante da comunidade, e de acesso às oportunidades que poderiam ser oferecidas pelas cidades mais desenvolvidas (Vaitsman, 1994; Barros, 2004).

Esses elementos ficam claros nas considerações de Rita, Silvia e Renata, que buscaram, ao mesmo tempo, liberdade e perspectivas mais abrangentes do que as que lhes eram oferecidas nas suas cidades. Destacamos que, ainda bastante jovens, essas mulheres já almejavam um deslocamento para fora do mundo familiar.

No caso de Rita, o contraste com os familiares e vizinhos gerou a necessidade de uma outra perspectiva de vida, na qual não prevalecesse o modelo limitado de mulher: “*Nossa! Eu tinha nove, dez anos, já pensava assim... Que eu não queria de jeito nenhum aquele destino pra mim, porque eu ficava imaginando que eu ia casar lá, ficar tendo filho, né, igual aquele povo que eu via lá ... Então, é... eu era louca pra estudar, porque me dava um desespero... Deus! Me dava um horror pensar nisso!*”.

Para Silvia, acrescenta-se a essa perspectiva o tema da liberdade: “*o casamento das minhas irmãs não ia bem... o ideal do casamento, veja você, eu não tive nunca. Aliás, eu lembro que, desde pequena, eu tinha vontade de estudar, eu tinha ânsia por conhecer o mundo... o porquê das coisas e a liberdade de escolher. (...) Então, eu perguntava muito a lógica das coisas, a coerência. (...) Isso favoreceu a minha compreensão de que o mundo era grande e era diverso. E a religião católica era aquela limitação. E as limitações que me impunham...* ”.

Renata desejava romper com a tradição religiosa, com a moral burguesa e com os valores morais tradicionais de sua família e da sociedade, o que, por volta dos 16 anos, gerou conflitos abertos com seu pai e com toda a comunidade: “*eu comecei a me reunir com um grupo (...) que era o grupo ‘Os Comunistas’... jovens, todos como eu, que eram, justamente... os mais inteligentes (...). Eram todos muito pobres (...), mas era assim, pobres brilhantes... que se destacavam, mas também revoltados...*”. O caminho da cidade trouxe a ela o sentimento de pertença e a identificação com uma rede social que não estavam definidos a partir dos laços familiares, delimitados de uma forma que não permitia perceber a realidade social com seus problemas e injustiças: “*eu vou fazer um movimento de libertação e ficar contra tudo o que eu aprendi, contra tudo o que tava colocado na minha educação. (...) Minha mãe dizia: ‘sabe, minha filha, eu entendendo a sua preocupação com os pobres, eu tô entendendo que você tá muito preocupada com os pobres’*”.

O relato de Raquel coloca em destaque um aspecto fundamental para que o projeto de individuação da maioria das mulheres pudesse se consolidar na capital: a rede de parentesco. Para Raquel, a escolha da carreira que ela seguiria no seu projeto de profissionalização dependeu da possibilidade real de alcançá-lo. Para isso, escolheu um curso “possível”: “*eu queria trabalhar na área de comportamento humano, essas coisas, tá. Mas aqui não tinha Psicologia. Então, o que era mais fácil? Eu tinha aqui casa pra ficar, tá, tinha, estrutura pra ficar aqui. E, o meu pai, dinheiro pra dar não tinha, né. Então, eu vim ficar com a minha irmã*”.

Vaitsman (1994) afirma que a rede de parentesco servia como uma mediação importante entre pais e moças no processo de individuação, já que, para os, pais tratava-se de uma proteção contra os perigos das capitais, entre os quais se incluía a perda da virgindade antes do casamento. Embora, na prática, perdessem a maior parte de seu controle, a rede de parentesco legitimava a saída das filhas solteiras de casa.

Nas trajetórias bem próximas de Raquel e Rita, as redes de parentesco e amizade significaram um relativo controle durante o primeiro ano que estiveram

morando na capital, para estudarem para o vestibular. Raquel foi morar na casa da irmã casada, que acompanhava de perto sua dedicação escolar, mas que, por outro lado, permitia que realizasse viagens com o time de vôlei no qual jogava. No caso de Rita, a permanência na cidade só foi possível por intermédio de uma família conhecida que a recebeu, o que aumentou o seu autocontrole e disciplina nos estudos e nas relações sociais. Nesse sentido, fica claro que a descoberta da cidade, com a toda a liberdade e sociabilidade<sup>21</sup> só aconteceria com a entrada na universidade, que representava a permanência e consolidação do projeto de profissionalização e individuação.

As duas que seguiram para a capital sem o apoio de uma rede de parentesco, Solange e Renata, foram as que tiveram a possibilidade de ter mais liberdade e explorar a cidade assim que se instalaram, podendo rapidamente estabelecer uma rede social que lhes possibilitou uma trajetória de independência pessoal. Cabe destacar que Solange e Renata não migraram na mesma época e nem nas mesmas condições.

Solange informa que as moças de classe média do interior desenvolveram projetos que reproduziam os papéis esperados. Cita várias amigas que, ao se formarem, casavam e seguiam a vida familiar. A vinda para capital foi uma trajetória natural e esperada em sua família, associada à trajetória de gênero, como aponta Solange em relação às mulheres da sua região: “*era uma coisa mais inerente às mulheres. Nós todas fizemos Letras*”. Sua família partilhava as mesmas preocupações, cuidados, restrições e controle exigidos para uma moça de família na época. Para seu pai e seu avô, melhor do que uma rede de parentesco era uma instituição vinculada à religião que mantivesse o controle e os valores familiares, ou seja, o pensionato: “*Eu não tinha autorização para dormir fora*”. Por outro lado, gozava de certa liberdade, que era viajar com o coral universitário, após o consentimento das freiras: “*o diretor da faculdade ia lá pedir pra freira, se comprometer... Mas eu tinha que conversar muito com elas, que a turma era muito*

---

<sup>21</sup> Estamos entendendo o termo sociabilidade como práticas sociais que variam em função do movimento da vida social (Gurvitch, 1941, apud Trigo, 1994). Segundo Trigo, as mudanças nas esferas econômicas e sociais, como urbanização e industrialização, têm influência marcante nos códigos de sociabilidade.

*legal e tal, e que iam muitas pessoas, eu não era a única que tava indo do pensionato... ”.*

Renata chega a Vitória para fazer vestibular (no mesmo período de Raquel e Rita, em 1970) com relações rompidas com o pai e sem nenhuma rede de parentesco na cidade, um dos motivos pelos quais escolheu migrar para essa capital, ao invés de seguir a ordem paterna de morar com a irmã na cidade de Belo Horizonte.

A conquista da trajetória de autonomia e liberdade de Silvia também se deu através do rompimento com os valores familiares, depois de migrarem para a cidade. Embora tenha vindo com a família, foi a sociabilidade urbana que lhe deu condições de se desvencilhar do controle familiar autoritário de seus irmãos, aos 16 anos, ao sair de casa para morar com amigos, gerando questionamentos em relação aos seus comportamentos e participações grupais: “*Mas eu era uma pessoa, uma menina, vamos chamar assim, de costumes liberais para o que era o padrão da época. Bastava o fato de eu ser comunista, escrever em jornal, sair de casa, fazer teatro, fumar (...), por pertencer a um grupinho onde a maioria era de homens... (...) E todos, de um modo ou de outro, estavam relacionados com artes: teatro, literatura, cinema. Então, era um grupo muito bacana. Mas éramos o grupo dos comunistas... ”*

É importante observar que a única possibilidade que ambas encontraram de se desvencilhar da rede de parentesco e do controle familiar foi o rompimento radical, naquele momento, com as regras familiares e a autoridade masculina. Meses depois, já instaladas e com a independência financeira e familiar conquistadas, retomaram o contato normalizado com a família: “*Era uma espécie de falar: ‘pô, eu... eu quero ser do meu jeito, mas também não quero romper com a família’* (Renata).

Dado o tradicionalismo das relações e do modelo familiar, romper com o pai ou com aquele que ocupava o lugar de autoridade na família, no caso de Silvia o irmão mais velho, representava romper com a estrutura familiar, em função das fronteiras hierárquicas dos papéis de gênero familiares. Embora esse rompimento familiar ao sair de casa seja mencionado, deixam claro em seus depoimentos que

não estão se referindo a todos os familiares. Suas mães tornaram-se suas principais aliadas, intermediando e apoiando suas decisões, mesmo quando não concordavam com os motivos e os meios escolhidos para alcançá-los.

A relação com a mãe e a importância que ela teve para a mediação de conflitos ou para garantir a permanência das filhas estudando foi citada por todas aquelas que tiveram algum tipo de dificuldade nesse sentido<sup>22</sup>. Para Raquel, a mãe foi uma incentivadora importante para o pai aceitar a decisão sobre o curso que havia escolhido. Rita destaca sua mãe como sua maior incentivadora: foi ela quem decidiu e tomou a iniciativa de conseguir um parente para recebê-la. Silvia agradece à mãe ter interferido em seu favor frente aos seus irmãos e ter garantido as condições materiais para que continuasse estudando, e, Renata, por sua mãe ter compreendido e respeitado sua decisão. Destacamos também as observações de Rosane e Regina em relação às suas mães, ainda que elas não se incluam entre aquelas que migraram. Rosane teve, em sua mãe, um importante incentivo à sua dedicação escolar (era Rosane quem lia e escrevia para sua mãe, que era analfabeta). Recorda que ela a liberava das atividades domésticas e defendia sua escolha frente aos demais filhos.

O fato de não nos referirmos, nesse momento, à relação entre mãe e filha de outras entrevistadas indica apenas que estas não necessitaram da mediação das mães em seus projetos escolares. É preciso, entretanto, apontar que também essas outras entrevistadas receberam o apoio de suas mães para a concretização dos projetos profissionais, que discutiremos mais adiante.

Tanto os nossos dados, quanto os de Trigo (1994) e Barros (2004), apontam que essa redefinição do lugar da mulher na sociedade, com a possibilidade de abertura para novos projetos que não estavam disponíveis para a geração das mães das mulheres entrevistadas, recebe o aval dessas mães, que não medem esforços para garantir o acesso das filhas a essas outras possibilidades. Define-se assim, em

---

<sup>22</sup> Tanto o trabalho de Trigo (1994), referente à negociação da entrada de mulheres na universidade na década de 30, quanto o de Barros (2004), com jovens universitárias oriundas de classe popular, entre 2001 e 2003, evidenciam a importância que as mães tiveram no processo de mediação para o acesso à universidade, tornando-se aliadas contra as resistências. Trigo destaca que, além da mãe, outros familiares, em geral com um capital cultural expressivo, também foram mencionados.

cada período histórico-social, o campo de possibilidades que se apresentam às jovens para a formulação de seus projetos de vida.

Percebe-se, do ponto de vista das relações de gênero, que a possibilidade de acesso das mulheres à escolarização superior não se dá de forma linear, porque o curso de possibilidades não se repete ao longo das gerações de mulheres. Em cada momento histórico, articuladas à categoria gênero, estão também outras categorias, como classe social<sup>23</sup>.

Os relatos nos fazem notar que, para as famílias do interior do país dos anos 60, o estudo já legitimava a saída de uma filha solteira de casa a caminho de um novo universo de valores. De fato, depois de 1964, posicionar-se por igualdade social e liberdade de escolhas, valores inclusive fomentados pelo cristianismo, geralmente associava-se à oposição ao autoritarismo político militar. A universidade era um centro importante de difusão e desenvolvimento de idéias e práticas anti-ditadura, o que possibilitou uma importante socialização política para as jovens, promovendo mudanças nas práticas sociais e nas visões de mundo.

A identificação, por parte de muitos jovens depois de 64, com grupos que pudessem ser considerados marginais e desviantes<sup>24</sup> aos poucos colocaria em xeque a visão de mundo conservadora e hierárquica das classes médias<sup>25</sup> urbanas, atingindo também as cidades do interior. Ao mesmo tempo, no desenvolvimento de atividades coletivas, nas experiências em grupos e até na vida em comunidades, construíam-se as críticas ao tradicionalismo e ao individualismo. O que começa então a se delinear para todas essas jovens é um novo projeto de existência, “com

---

<sup>23</sup> Os resultados dessas pesquisas (Trigo, 1994 e Barros, 2004) apontam que o âmbito das relações de gênero é mais resistente à mudança que o das relações geracionais, já que, ainda que alterações ocorram ao longo das gerações, essas não se dão de forma homogênea para todos os grupos femininos.

<sup>24</sup> Nos referimos aqui, de maneira geral, às diversas atividades grupais que, realizadas por jovens através de manifestações culturais, artísticas e sociais, tinham como objetivo discutir e propor ações contra a “ideologia burguesa dominante”, rompendo com os códigos comportamentais da época (Faria, 1997).

<sup>25</sup> A formação, a consolidação, o destino político e a dinâmica das relações entre classes, foram amplamente discutidos no Brasil em meados da década de 70. O termo Classes médias remete a uma discussão que coloca o problema da diversificação de um grupo social que além de ter um caráter intermediário entre classes, apresenta também uma diversidade de traços internos que não a constitui como classe homogênea. Como exemplo citamos a separação utilizada por Araújo (1977) entre camadas médias assalariadas e não assalariadas. Para maior aprofundamento dessa discussão ver: Guilhon Alburqueque, J.A. 1977.

identidades fundadas em valores libertários, no plano pessoal, e igualitários, no plano social”<sup>26</sup>. Silvia, Raquel e Renata falam dessas experiências em grupos de jovens que, influenciados pelas primeiras leituras existencialistas e pelo pensamento de esquerda, estabeleciam as bases de seus projetos coletivos, determinando suas participações políticas e sociais.

O papel que a aquisição de capital cultural assumiu é mais representativo do que qualquer outro para demonstrar a importância que o mito modernista havia alcançado através da ideologia do desenvolvimento difundida pós 1955<sup>27</sup>. Essa ideologia fez com que as classes médias investissem nos estudos e no futuro de seus filhos, estimuladas pela esperança da elevação do padrão de vida que esse projeto alimentava e, efetivamente, promovia. A estrutura social que prometia ascensão na escala social, através do estudo superior e da migração para a capital, também se mostrava promissora para as camadas mais populares.

Portanto, outro tema fundamental que aparece para essa geração é a mobilidade social. Os ideais sociais difundidos na época, e que compunham o cenário ideológico da esquerda, não só estruturavam o projeto dos jovens de classes populares visando atingir outros patamares sociais como também influenciavam os de classe média a realizarem ações que contribuíssem para uma maior igualdade de renda. Para os jovens de classes mais baixas, estudar significou distanciar-se da pobreza, ultrapassando os limites sociais e culturais de suas famílias de origem, nas quais seus pais, em geral, eram analfabetos ou alcançaram, no máximo, o primário, para os homens e o normal, para as mulheres, como na família de Rita.

Rosane e Regina revelaram sempre ter tido um projeto de ascensão social, relacionado à educação superior, a fim de proporcionarem uma melhor condição de

---

<sup>26</sup> Vaitzman, 1994, p.102.

<sup>27</sup> Refere-se ao debate crescente em torno das idéias de desenvolvimento versus subdesenvolvimento, e visava à criação de estratégias que tirassem o país do estado de subdesenvolvimento. O plano de metas criado por Juscelino Kubitschek, acarretou uma euforia desenvolvimentista em alguns setores. Muitos se lançaram a um projeto de desenvolvimento sem perceberem as graves consequências sociais que acarretaria à nação. As principais críticas à ideologia do nacional desenvolvimentismo (criado pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros -ISEB) “referem-se ao seu caráter autoritário, centralizador, elitista e reformista, que priorizava a questão nacional em detrimento dos problemas sociais mais graves” (Faria, 1997, p.32).

vida a suas famílias, enquanto Silvia associava a essa mobilidade a mudança de bairro: “*a inflexão pra baixo da situação social da minha família, que, de repente, a gente cai num bairro horroroso, porque aquele [bairro] era horrível*”.

Em um momento em que as oportunidades sociais e econômicas apresentavam-se particularmente favoráveis para a classe média, com possibilidades viáveis de ascensão social, a precariedade da família de origem constituía, ainda que não criticamente, uma imagem a ser afastada no processo de individuação. Tal processo, que estava associado a uma busca pela mobilidade social que proporcionasse o acesso a bens culturais e materiais tinha como objetivo permitir, inclusive, a ascensão social da própria família. Como declararam Rosane: “*minha preocupação era melhorar lá em casa. Sempre quis assim. Melhorar o lado intelectual lá de casa, dos meus irmãos*”; e Regina: “*eu vim de uma família pobre, humilde, então... a gente fica com aquele complexo de inferioridade*”.

Assim, a socialização dessas jovens foi cercada de um interesse pelos estudos, pela leitura e pela escolarização. Havia uma motivação para que o capital cultural se elevasse, trazendo, como consequência, mais tarde, a elevação do capital econômico – idéia cristalizada nos estudos dos filhos como a maior herança dada pelos pais. Silvia fala de um grande esforço pessoal para estar mais perto da informação, dos acontecimentos e da efervescência política e cultural: “*me interessava muito o tema da justiça social, o tema da exploração. Eu estudava muito, lia muito filosofia, mas não tinha livros de Marx... (...) Mas eu lia Kant nessa época, eu lia Schopenhauer, eu li um pedaço de Hegel, eu acho que não entendia muito não, mas eu fazia um esforço para entender. Eu li Espinosa, eu li os principais filósofos e a literatura, digamos, clássica francesa quase toda, os principais autores, a literatura russa*”.

A elevação do capital cultural promoveu uma capacidade de reflexão crítica que levou os jovens a questionarem o padrão desenvolvimentista<sup>28</sup>, a falta de

---

<sup>28</sup> Oportunidades vislumbradas pela modernização, iniciada pós 1955 e que atingiu seu ápice nos anos 70, através do aumento da industrialização, a consolidação de empresas multinacionais, a urbanização crescente, a indústria cultural e o aumento progressivo da sociedade de consumo. O progresso e a modernização sinalizavam que o país caminhava para frente, em meio às campanhas ufanistas com *slogans* patrióticos como “este é um país que vai pra frente”, produzindo riquezas, conhecimento e bens de consumo que atingiram o conjunto da população (Almeida e Weis, 2002).

oportunidades iguais e as ideologias cristãs que faziam com que as famílias pobres permanecessem em estado de carência, sem acesso aos meios de mudança. Os jovens de classes populares buscavam um projeto de vida que se afastava das condições que estavam impostas aos seus familiares. Essa dimensão é identificada em um diálogo de Silvia com a mãe: “*Eu dizia: ‘mãe, mas se Deus é onipresente, onisciente e onipotente, como é que ele pode permitir que haja pessoas no mundo que sejam assassinas, ladrões, pobres, prostitutas, miseráveis, explorados?’ Mamãe dizia: ‘minha filha, mas existe o livre arbítrio!’ Eu dizia: ‘mamãe, que livre arbítrio pode ter uma pessoa ignorante, [que] não sabe ler, não sabe escrever, que já nasce na miséria, que não tem opções?’*”.

Rita também partilhava da perspectiva de Silvia. A postura crítica em relação à desigualdade de classes sociais a mobilizou para uma ação de ruptura com o padrão de vida que sua família passou a ter depois que deixaram a subsistência rural e migraram para a cidade por causa dela. A vida urbana, enquanto aumentava seu capital cultural, empobrecia a vida familiar<sup>29</sup>.

Por outro lado, é interessante notar que Solange, Sônia, Suzana, Renata e Raquel aderiram ao ideal de promover condições para que os menos favorecidos pudessem alcançar a mobilidade social. Nesse sentido, umas mais que outras, partilham tanto a percepção de uma prática familiar de solidariedade, refletida na trajetória de proximidade de classes sociais durante a infância, quanto uma moral cristã que buscava, como explica Suzana, “*abrir oportunidade a todos*”, dando condições culturais, sociais e políticas para que a ascensão social ocorresse.

Nesse percurso, destacam o acesso à leitura de pensadores e filósofos, que permitiu o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre a realidade social e sobre as relações sociais. Através desse pensamento crítico, puderam questionar dogmas religiosos, culturais e morais que eram vistos como naturais aos Homens: “*Na minha casa se tinha leitura, se lia dois jornais por dia (...) então, a gente se*

---

<sup>29</sup> A acelerada expansão da economia depois do AI-5, “o festejado ‘milagre econômico’, concentrou a renda a ponto de ampliar, em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social” (Almeida e Weis, 2002, p.332). Segundo Pastore (1986), os determinantes mais importantes para a mobilidade social acompanhada de desigualdade foram: a expansão do emprego associado à diferenciação das ocupações no mercado de trabalho em função da escolarização e origem social.

*informava, Eu lia isso, eu me interessava por isso, você vai... papai pegava o jornal, eu sentava do lado dele. (...) Ele falava: 'lê aqui o Segundo Caderno'. Eu falava: 'Não quero essa parte, eu quero a parte de política, economia e internacional (...). A minha descoberta do conflito político brasileiro, que eu fiz através de leitura, leitura, leitura, leitura, leitura e leitura, filósofos agnósticos, Sartre, e tal, Niestche é...e... aí eu comecei a pedir o reembolso participando de um grupo de jovens considerados comunistas" (Renata).*

Ainda que em suas trajetórias se configurem experiências singulares, no processo de individuação dessas mulheres identificamos pontos comuns tanto entre aquelas que ascenderam socialmente e as que já estavam no patamar social que as primeiras almejavam, quanto entre as que nasceram e foram criadas na capital e aquelas que trilharam o caminho da cidade grande. Para o conjunto das jovens desse grupo, individuar-se representou a construção de uma visão de mundo libertária e “antiautoritária” que orientou projetos e estilos de vida, não só pessoais como coletivos, resultando em diferenças significativas em relação à trajetória de vida de seus pais e à que eles almejaram para elas.

O que também se destaca como ponto comum nas suas trajetórias de vida é o fato de que circularam em contextos universitários, culturais e artísticos, com debates de idéias, em um momento de questionamento da ordem política, social e cultural. Assim, tiveram a oportunidade de construir uma visão de mundo que valoriza a autonomia e a igualdade através do respeito às diferenças, incluindo aquelas relacionadas às esferas afetivo-sexuais.

#### **6.4 A Socialização política e as práticas estudantis.**

A socialização política de homens e mulheres se faz através de um complexo processo de transmissão de valores, conceitos, comportamentos e ideologias, podendo se dar de forma sistemática e controlada por numerosas agências sociais e/ ou de forma assistemática, como resultado da vivência individual, pela prática da ação política coletiva (Coimbra, 1981; Tabak e Toscano, 1982; Tabak, 1983). A família, a escola e as organizações sociais são destacadas

como principais agentes socializadores por desempenharem um importante papel nesse processo.

Entretanto, é o Estado que detém os maiores recursos para “direcionar” o processo de socialização política, relacionado ao gênero, pois tem o poder de disseminar valores, doutrinas e idéias por meios de diversos veículos<sup>30</sup> (Tabak, 1983). Esse passa a ser um aspecto fundamental, pois em um regime político militar há o afastamento de setores expressivos da sociedade civil, situação que pode chegar quase à anulação da prática política na sua diversidade de formas de expressão. “Nessas condições, o processo de conscientização política de homens e mulheres teria que refletir as pressões ideológicas do regime no poder e as limitações ao exercício de uma prática democrática” (Tabak, 1983, p.51).

As experiências e trajetórias das mulheres que entrevistamos, juntamente com aspectos sociais e econômicos discutidos pela bibliografia histórica, demonstram a existência de uma socialização que se deu também pela prática política, ainda que vinculadas aos papéis tradicionais de gênero, afetando setores cada vez mais amplos da população feminina ao longo do período em que o regime durou<sup>31</sup>. Para Tabak (1983, p.61), essa foi a expressão da “força dialética” dentro do contexto político-institucional autoritário presente nos países Latino – Americanos.

O investimento em projetos baseados em aspirações de autonomia e igualdade se fundamentou na educação e nas práticas sociais, políticas e culturais que propiciaram uma nova sociabilidade de gênero refletida na consolidação de

---

<sup>30</sup> O período que se instaura com o golpe militar de 1964 não só atuou no sentido de controlar e reorientar as agências socializadoras (escola, imprensa, organizações comunitárias, profissionais, político-partidária), mas através da censura impediu também que elas veiculassem determinadas mensagens e forçou-as a difundir mensagens ideológicas por via da propaganda (Ribeiro, 1987).

<sup>31</sup> Em um contexto de alto índice inflacionário, setores da sociedade civil, principalmente a população feminina constituída por donas de casa e mães, que estiveram afastadas do debate dos problemas políticos, foram afetados pelas condições econômicas e pelas práticas violentas e antidemocráticas dos governos militares (tortura e desaparecimentos de familiares, maridos, filhos). Essa conjuntura fez com que surgisse uma enorme contradição entre o discurso ideológico do regime (que insistia nas promessas de ordem, segurança e desenvolvimento) e a realidade concreta cotidiana da população, principalmente das mulheres que precisavam descobrir estratégias para enfrentar a elevação constante do custo de vida e as arbitrariedades do governo. A insatisfação com o regime, por motivos diversos, mobilizou-as para a necessidade de se organizarem para protestar contra a política adotada em diversas frentes de atuação. A luta pela Anistia política no

projetos cada vez mais coletivos nas escolas secundárias e universidades. A progressiva integração das mulheres em cursos cujos currículos não se traduziam apenas em investimentos necessários ao bom desempenho doméstico contribuiu para a construção de uma nova visão de mundo, possibilitando práticas que colocavam em xeque as concepções predominantes sobre o lugar social das mulheres até aquele momento.

Alguns fatores, já apontados anteriormente, foram destacados como importantes para a socialização política e de gênero nas trajetórias dessas mulheres, contribuindo expressivamente para a composição de sua sociabilidade na juventude e na sua trajetória da vida adulta. Nesse sentido, condicionado ao tipo de relacionamento que se estabelecia na vivência familiar, destaca-se o clima propício à participação intelectual das jovens que se formavam nos níveis médio e universitário.

Na década de 60, alguns colégios, mesmo conservadores, religiosos ou de elite, ofereciam uma educação humanística que abria espaço para as reflexões filosóficas, sociais e existenciais. Essa educação contribuía para a formação intelectual e política dessas mulheres. É interessante destacar que há, no grupo estudado, uma significativa diferença entre aquelas que cursaram o ensino secundário antes ou depois do Golpe Militar de 64. Particularmente entre as que cursaram antes de 64, nota-se, em função da liberdade de acesso a materiais de conteúdo intelectual diversificado e a discussões politizadas entre professores e alunos, a formação de um importante capital cultural para essas mulheres, gerando possibilidades de uma atuação política e social antes da vida universitária. Dentre as que iniciaram a vida escolar secundária antes do golpe de 1964 (Silvia, Solange, Sônia e Suzana), Solange atribui a um de seus professores forte influência para construir sua visão de mundo: *“foi meu professor de português e literatura (...) um cara que a gente discutia muito literatura (...) ele sabia muita história. Ele era um homem que tinha feito uma história no Partido Comunista Brasileiro, e a gente bebia aquelas experiências (...) interessante, que ele era um homem que tinha muito cuidado com justiça. Não conflitava com nossas formações religiosas”*.

---

Brasil, por exemplo, mobilizou milhares de pessoas, incluindo mulheres que até então não tinham

Silvia revela a importância de ter tido acesso a uma literatura que valorizava questões sociais e existenciais: “*Eu lembro de ter lido, nessa época, ‘O Segundo Sexo’, de Simone de Beauvoir, que foi a minha primeira... a doutrina, as teorias Sartreanas tinham tido um efeito forte em mim. A liberdade de escolha, as pessoas têm que ser livres, têm que ter informação pra escolher. Na época, não pensava nesses termos, mas a questão da escolha, de você ter liberdade para optar de viver assim ou assado e a busca da felicidade*”. Aos poucos, ela foi desenvolvendo valores libertários e, em 1961, aos 16 anos, tornou-se militante do ainda legalizado Partido Comunista. Segundo a própria Silvia, sua concepção de liberdade extrapolava, e muito, “*a luta revolucionária*”: “*Era um pensamento muito forte em mim a questão social dessas estruturas burguesas de dominação que, pra mim, eram mais importantes serem rompidas até que do ponto de vista político. Porque eu não entendia fazer uma revolução como somente a desapropriação dos meios de produção, se não [alterasse] as formas de vida. A liberdade do ser humano*”.

Suzana chama atenção para o papel essencial das organizações político-estudantis durante o estudo secundário: “*Isso já é no começo do colégio Estadual. 1º ano clássico, 2º, 3º. Então, isso já é sessenta e... dois, três e quatro. E (...) nessa época, a gente recebe um apelo mais forte de uma participação já no movimento estudantil secundarista*”. Sônia, que participou junto com Suzana nas mesmas organizações, destaca a relevância desses grupos para o despertar das ações políticas, inicialmente bastante ligadas às questões estudantis: “*A gente tava tentando organizar um... um grêmio no Estadual. Aí chamavam as pessoas, iam lá, faziam umas palestras... no Colégio Estadual, a gente ia lá e conversava com eles, que era todo mundo ligado ao movimento universitário aqui, já. Já tava efervescendo, efervescência, porque... aquele período, Jânio, João Goulart foi um período de muita agitação. Então, quando acaba a ‘revolução’... aí vem a ‘Revolução’ de Sessenta e Quatro. A UEE tomou uma posição absolutamente contra, né? Fomos fazer... ia junto. Era meio na onda, porque eu era secundarista*”.

---

tido nenhum tipo de participação política. (Tabak, 1983; Tavares, 1994; Cano, 2004).

Para as mulheres que fizeram o curso secundário depois de 1964 (Renata, Raquel, Regina, Rosane e Rita) as possibilidades de participação mais ativa não estavam disponíveis, o que não significa dizer que referências importantes não estavam se consolidando em suas avaliações políticas, sociais e de gênero. No que diz respeito ao universo escolar, Rita lembra-se da figura de uma professora que simbolizava, naquele período, a ruptura de modelo feminino por ela almejada: “*Ela ia dar aula de motocicleta daqui pra Colatina. (...) Eu achava ela o máximo, gente! Ela era tão moderna, inteligente*”.

A vivência escolar secundária de todas as mulheres desse grupo esteve vinculada à escolarização formal, à dedicação às disciplinas básicas e à preparação para o vestibular. Embora a leitura fosse muito almejada e valorizada por todas, não tiveram acesso ao conjunto de obras filosóficas e a uma literatura clássica, como a russa ou a portuguesa. Raquel cita como leitura importante para o desenvolvimento do pensamento político e social “*Subterrâneos da Liberdade, do Jorge Amado, que na época era o livro que todo mundo lia, né? Todo mundo se apaixonava lendo aqueles livros. Subterrâneos da Liberdade era a primeira leitura que fazia quando se era adolescente*”. Mas é Rita que descreve o impacto dessa leitura em sua trajetória política: “*Eu li Subterrâneos da Liberdade [quando] eu tinha treze anos. Eu tava na segunda série ginásial. Foi assim, foi uma coisa, o maior impacto que eu já tive na minha vida com uma coisa, assim... eu achei que eu ia morrer, eu fiquei doente. Eu lia assim, eu comecei a ler aquele livro numa terça-feira e acabei no domingo, os três volumes*”.

Rosane e Regina, as únicas que estudavam já na capital, tiveram pouco acesso à literatura; elas estavam muito próximas, naquele período, à realidade das classes populares, onde o acesso a bens materiais e culturais era escasso e a responsabilidade escolar era alta. A principal leitura de Rosane eram revistas como “*Cruzeiro, Fatos e Fotos, Realidade*”, que recebiam da ex-patrão de sua mãe: “*Então, ela que mandava as revistas, então a minha cultura, né, veio assim. Depois eu aguacei mais ainda, que na revista era futilidade*”. Outro fator diferencial é que ambas trabalhavam antes de ingressarem na Universidade, e o

trabalho significava muito mais do que renda familiar; era, e continua sendo<sup>32</sup>, um valor moral fundamental associado à idéia do sacrifício pessoal para vencer na vida. Acrescentamos que, durante o Curso Científico, Rita também trabalhou, dando aulas particulares para seus colegas de classe, a fim de contribuir com o pagamento das despesas de seus estudos.

Ainda que essas mulheres estivessem no ensino secundário durante os anos de 67 e 68, não tinham participação em grupos ou atividades que estivessem ideologicamente comprometidas com as manifestações contra o regime. Um outro fator que aparentemente se coloca através dos relatos é a idéia de que as manifestações que aconteciam na capital do estado eram majoritariamente universitárias, ainda que houvesse participação de estudantes secundaristas.

Há, porém, um outro aspecto, já apontado anteriormente, que nos parece importante retomar: a preocupação com o projeto de mobilidade social. No que diz respeito àquelas que trabalhavam, indicamos aqui que a “condição de trabalhador-estudante”, apontada por Ridenti<sup>33</sup>, é repleta de ambigüidades. Isso ocorre pelo fato de que a ilusão de ascensão social através da educação, permeada pelas idéias de padrão de carreira e pela ética do compromisso e sacrifício pessoais para atingir o ensino superior e ser “alguém na vida”, pode fazer com que o estudante se torne tão ou mais “acomodado” à ordem estabelecida do que os demais estudantes que não precisam trabalhar.

Esse fator nos parece de fundamental importância por dois motivos. O primeiro é apontado por Ridenti (1993) e diz respeito ao fato de que a classe operária e trabalhadora também estava implicada nas lutas universitárias, já que também havia na Universidade estudantes provenientes dessa classe<sup>34</sup>. O segundo é

---

<sup>32</sup> Sarti (1996) aponta que, nas camadas populares, o trabalho está relacionado ao valor moral que assegura a conduta, o respeito e a dignidade daquele que trabalha perante a comunidade e a família, conforme a atribuição de gênero.

<sup>33</sup> Ridenti (1993,p.148) aponta que a necessidade do trabalho durante os estudos, principalmente universitários, está atrelada ao projeto de carreira e também ao fato dos estudantes pertencerem à classe trabalhadora e necessitarem do trabalho, ainda que temporariamente, até mesmo para manterem a inserção estudantil. A condição ilusória da ascensão social está colocada na medida que o estudo universitário não vai, necessariamente, resultar nessa ascensão. Como coloca Madel (1979), ainda que com a mesma formação profissional, as condições de inserção dos formados no mercado de trabalho não serão as mesmas.

<sup>34</sup> Alguns pesquisadores defendem que o que se tem chamado “camadas médias ascendentes” pode ser considerado como parte constituinte da classe trabalhadora, o que torna mais apropriado o uso

a adesão dos jovens de classe média a um projeto revolucionário que visava promover uma reforma do ensino que contemplasse também os interesses dos trabalhadores e dos mais pobres e que, consequentemente, criasse condições para que todos pudessem ter direitos integrais (acesso a saúde, educação, lazer, transporte, moradia, liberdade de se reunir em associações, entre outros). Segundo Ridenti (1993), esse é o caráter subversivo da democracia, caráter que fazia com que o regime autoritário perseguisse qualquer cidadão que tentasse atuar nesse sentido.

A que se destaca nesse contexto é Renata, que, oriunda de uma classe mais alta, teve acesso a leituras e discussões que a levaram à percepção crítica da realidade social antes da entrada na Universidade. Em prol de uma atuação por justiça social, tal percepção gerou até mesmo o rompimento com sua família.

Tabak (1983) revela que a escola é uma instituição social que contribui em grande medida para socializar politicamente o cidadão. Nesse sentido, a autora afirma que uma série de estudos tem apontado a prática democrática como de fundamental importância desde os primeiros anos, pois assegura elevados índices de participação no processo de tomada de decisões. Por outro lado, em um sistema autoritário há, por parte do Estado, uma importante ação política que tem como objetivo impedir que as instituições sociais ajam de forma independente, e a impedir que as pessoas fiquem informadas do que ocorre e se organizem em ações coletivas que desenvolvam ações políticas contrárias aos interessantes estatais. Um dos motivos destacados pela autora para a baixa socialização política feminina nos países Latino-Americanos, durante o período autoritário, foi a persistente

---

do termo “estratos médios” ao nos referimos à classe social dos estudantes universitários. Segundo Forracchi (1977), nas investigações sobre as condições sociais da participação do estudante no processo de transformação da sociedade brasileira, deve-se ter como referência sua classe de origem, que é indicada pela autora como sendo predominantemente a “nova Classe Média”, como era denominada na época por alguns autores (p.221). Para Ridenti (1993), considerar os estudantes trabalhadores ou filhos de trabalhadores junto com aqueles de efetiva classe média (que tem condições de manter os filhos com dedicação exclusiva aos estudos) seria considerar sinônimo a classificação de classe média com a denominação estratos médios. Segundo o autor, seria mais correto observar que a origem dos universitários está em diversos componentes de classe, inclusive os de uma efetiva classe média, “composta por assalariados, encarregados de funções como as de controle e de organização da produção em nome do capital” (p. 147). Velho (1977) inclui nesse rol os profissionais que tinham como ocupações principais: pequenos funcionários públicos, bancários, comerciários, profissionais liberais assalariados ou não.

deformação do sistema educacional associado ao condicionamento cultural<sup>35</sup> que, através do fortalecimento de estereótipos ligados à definição social tradicional dos papéis sexuais, reforçaram a aceitação de aspectos pseudo-científicos sobre os comportamentos de gênero. Assim, reforçaram também a participação feminina em carreiras tradicionais, diminuindo suas ações no cenário político e público, por associarem à feminilidade os papéis de esposa e mãe.

O que notamos no grupo estudado é que a escolarização secundária dessas mulheres foi vivenciada de forma diferenciada, em função do período de tempo em que estiveram mais ou menos ligadas a instituições e organizações sociais que exerciam um importante papel na socialização política e de gênero antes do endurecimento do regime.

Coimbra (1981) e Tabak (1983) colocam em relevo a atuação de agências sociais que contribuem para o processo de socialização política, que se forma em meio a uma multiplicidade de influências que se cruzam. Coimbra aponta a participação dos jovens em atividades extracurriculares e fora do círculo familiar, que ocorrem em clubes de esportes, escolas ou grupos dominicais, entre outros. A socialização secundária<sup>36</sup> é destacada não só por Coimbra, mas também por Barros (2004), em função da possibilidade de novas interpretações da realidade se colocarem como concorrentes aos valores, padrões de comportamentos e ações familiares. Assim, o sujeito experimenta uma multiplicidade de influências, algumas com carga política direta, e outras com carga apenas indireta. É nesse sentido que Tabak (1983) chama atenção não só para o importante acesso à informação sobre a realidade social, mas também para a possibilidade de uma participação política mais expressiva, que, segundo a autora, se tornou ocasional e circunstancial na América Latina, principalmente para as mulheres, em função dos estados autoritários.

---

<sup>35</sup> O sistema educacional compôs suas diretrizes baseadas em características comportamentais e de personalidade para homens e mulheres. A escolarização feminina, separada da educação masculina e ocorrendo em colégios apropriados e com currículos diferenciados, deveria estar voltada à valorização de uma personalidade frágil (Faria, 1997).

<sup>36</sup> Segundo Berger e Luckman (1993), o processo de socialização se divide em socialização primária e socialização secundária. Socialização primária: é a primeira que o indivíduo experimenta ainda na infância, tornando-se, através dela, um membro da sociedade. Por socialização secundária

Salientamos novamente a diferença nas possibilidades de acesso a essa participação política que tiveram as mulheres que militaram entre 61 e 68 e aquelas que o fizeram no início dos anos 70. Chamamos a atenção para as colocações de Sônia e Suzana, que participaram de organizações estudantis que representaram uma variada forma de mobilização e organização e que chegaram a desenvolver formas bastante expressivas de ação política voltadas para setores diversificados como, por exemplo, a organização de grupos de alfabetização popular pelo “Método de Alfabetização Paulo Freire” <sup>37</sup> junto à União Estadual Estudantil (UEE) ou a formação do Grêmio Escolar, que tinha uma importante função no desenvolvimento de ações políticas educacionais: “*se denunciava primeiro que a educação era elitista, que ela tinha que ser para todos e que o próprio currículo escolar era desligado, deslocado da realidade, não se preparava para realidade. Então, se preparava desde é... o currículo, você denunciava que muitos estavam fora da escola e não tinham acesso a essa educação de qualidade. Me lembro nessa época nitidamente a questão do imperialismo americano aqui dominando, e a gente já tinha toda uma luta política contra o imperialismo, porque tava determinando que se reproduzisse um modelo, que você estaria formando mão de obra para esse modelo econômico, né, determinado pelos Estados Unidos e que não interessava ao Brasil e que a gente não queria. Aí teve toda essa luta do MEC-USAID, essa coisa toda*” (Suzana). A filiação de Silvia em 1961 ao Partido Comunista, ainda legalizado no País, também representa uma importante fonte de informação e atuação política, junto com sua participação em grupos e instituições teatrais e culturais que promoviam a discussão e a ação política.

---

entende-se “qualquer processo subseqüente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (p.175).

<sup>37</sup> O método de alfabetização de adultos implantado pelo governo de João Goulart, que foi uma das sementes para a “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, salientava o respeito à capacidade das classes populares em contraposição às elitistas. A proposta era fazer com que o professor não apenas divulgasse o conhecimento, mas atuasse como um educador que dialogasse com o alfabetizando sobre a situação concreta de sua vivência e, assim, auxiliasse o processo de conscientização, ajudando as pessoas a refletirem e se tornarem sujeitos de sua própria história através de um processo ativo de aprendizagem, criando, assim, um espaço democrático que possibilitasse a mobilização dos setores populares na direção da transformação social (Freire, 1994). Embora nunca tenha atuado extensivamente com a Igreja Católica, seu pensamento foi precursor da Igreja popular dos anos 70 e 80, pois sua forma de trabalhar junto às classes populares encontrava eco naquelas que vinham sendo desenvolvidas pelo Catolicismo Progressista (Mainwaring, 2004). Para maiores detalhes ver: Cunha, L. A. e Góes, M. (2002).

Rosane é única do grupo de mulheres que militaram a partir de 1970 que descreve uma atuação social que antecede a entrada na Universidade: “*quando eu saí da escola normal, que eu fui alfabetizar adulto, pensando na minha mãe (...) alfabetizei todas as senhoras do bairro... eu dei aula para adulto no projeto Minerva, atendi o apoio do Governo*”.

Tais organizações sociais e outras formas de associação que a sociedade civil cria e difunde (sindicatos, associações profissionais, partidos políticos, associações culturais e artísticas, sociedades científicas, etc.) são apontadas como verdadeiras escolas de aprendizagem política, pois permitem que seus afiliados obtenham informações que possibilitam a interpretação da realidade social e dos fatos políticos (Tabak e Toscano, 1982; Tabak, 1983; Coimbra, 1981; Leers, 1987).

Nesse processo de socialização política é fundamental considerar também a influência poderosa da fé religiosa difundida, sobretudo pela igreja católica<sup>38</sup>, que na América Latina é tão forte que partidos políticos e governos buscam seu apoio. Decerto é importante salientar as mudanças que alguns seguimentos desta instituição produziu no Brasil, em que passou de um apoio à luta dos governos contra a chamada “subversão” a um esforço enorme no sentido de mobilizar e organizar setores populacionais mais pobres e carentes, através de uma ação político-social que contou com a atuação de jovens brasileiros dos estratos médios. Além disso, a igreja católica teve uma importante ação em defesa dos direitos humanos, denunciando a violência e o arbítrio praticados por governos militares (Mainwaring, 2004; Leers, 1987).

A criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s) possibilitou uma forma de organização que trouxe a participação de milhares de homens e, principalmente, de mulheres (em geral distantes da ação política), constituindo-se uma extraordinária experiência de conscientização das pessoas quanto à

---

<sup>38</sup> Tabak (1983) destaca a posição da igreja em relação a uma série de aspectos que afetam diretamente a vida das mulheres e influenciam seus comportamentos político-sociais (casamento, divórcio, aborto, família, filhos etc.) e que devem ser levados em conta quando falamos de processo de socialização política das novas gerações. Tais aspectos, por manterem sistemas de valores repletos de estereótipos sociais que afastam a mulher da atuação pública/política, fazendo com que

possibilidade de resolverem seus problemas cotidianos vitais. A participação conjunta dos jovens estudantes, trabalhadores e donas de casa em entidades cristãs politizadas contribuiu para a socialização pela prática política (Leers, 1987).

Ressaltamos aqui o importante papel que a esquerda católica exerceu no processo de socialização política dessas mulheres em contraposição a uma atuação religiosa tradicional e assistencialista. Destacamos a posição crítica que todas as mulheres apresentaram em relação à visão tradicional católica, todas elas com algum tipo de atuação em grupos religiosos durante a infância, grupos com os quais acabaram rompendo na juventude em função das atividades elitistas, discriminatórias e essencialmente assistencialistas dos mesmos em relação aos mais pobres. Alguns exemplos já foram mencionados anteriormente através de falas de Silvia, de Rita e de Sônia. Mas cabe uma observação sobre as características desses grupos apontada por Suzana: “*Isso aí tinha uma marca muito mais caritativa (...) havia uma associação das Luízas de Marilac, Luizinhas, ser Luizinhas de Marilac, filhas de Maria. Mas isso aí era puramente assistencialista*”.

Aparece nos relatos um grupo específico formado por meninas e jovens (Bandeirantes) do qual participaram Sônia, Suzana e Rosane. Tal participação parece ter sido a primeira a contribuir para uma posterior participação política: “*no bandeirantismo já havia uma consciência mais social. Então, por que existia mais carentes? Por que existia a diferença social? Então, era mais nesse sentido, a gente via a diferença, sabia que não era justa, e queria, então, mais justiça, direitos iguais, oportunidades iguais, coisas assim*” (Suzana). Rosane cita a importância que o movimento teve para despertar nela a solidariedade e o interesse pela ação: “*fui bandeirante, (...) tem aquele negócio de querer fazer alguma coisa*”.

Rita mostra a relevância que um grupo de jovens católicos teve em sua iniciação política. É interessante observar que essa participação foi a única mencionada em relação a uma atuação católica progressista no interior: “*Na época de segundo grau eu entrei pr’uma coisa que era movimento de jovens da igreja*.

---

a “ordem” que os regimes autoritários estabelecem possa vir a ser entendida como preservação

*Isso aí eu gostava, porque era só discutir política, entendeu? E... era muito bom. Foi meu primeiro contato assim com política (...). A igreja católica tava muito na esquerda (...) e tinha muito de movimento social mesmo. Era fantástico. Então tinha encontros, assim, ficava o final de semana inteirinho numa escola daquelas lá, dormindo em albergue (...) tinha que levar colchão... discutia até de madrugada. E era botar a mão na massa também, né, era fazer”.*

A participação em grupos vinculados à igreja católica progressista foi mais expressiva entre aquelas mulheres socializadas politicamente nos primeiros anos da década de 60, período no qual os grupos leigos puderam atuar sem maiores problemas com o Bispado Católico, como era o caso da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC)<sup>39</sup>. Suzana expressa como foi a entrada na JEC, mostrando como se dava a passagem da participação de um grupo para outro antes do golpe de 1964, e deixando claro o quanto essa passagem dependia de uma determinada inserção estudantil: “*Então, essa coisa de liderança cristã, eu acho que foi justamente no bandeirantismo que eu fui convidada a participar desse tal curso de liderança. E lá estavam novamente eu, Sônia (...), e, por coincidência, nessa época a gente recebe um apelo mais forte de uma participação já no movimento secundarista. Isso já é no começo do Estadual. 1º ano clássico, 2º, 3º. Então, isso já é sessenta e... dois, três e quatro*”. Essa fala de Suzana demonstra o quanto os movimentos estudantis, a esquerda católica e os partidos de esquerda se tornariam gradualmente interligados a partir de 1964.

---

moral, podem vir a ser um empecilho à socialização política feminina.

<sup>39</sup> A JUC começou em 1930 com um movimento conservador, clerical, visando cristianizar a futura elite. Após 1950, tornou-se mais autônoma e passou a ter mais envolvimento com o movimento estudantil e, gradualmente, com a esquerda, tendo sido afetada por esses movimentos. No fim dos anos 50 uma intensa radicalização levou a um conflito com a hierarquia da igreja. Em 1960 a JUC estava amplamente envolvida com a esquerda e com o movimento universitário brasileiros. Os católicos progressistas se envolveram no mesmo contexto histórico dos demais atuantes de esquerda e exercearam uma importante influência nos movimentos estudantis nacionais, chegando a assumir um expressivo papel na UNE e em movimentos pela educação e cultura populares. Durante os anos 60 a esquerda católica competia, em menores proporções, com o PCB e com o PC do B, constituindo-se uma força organizada da esquerda no Brasil. A reafirmação de uma visão progressista da fé, em 1961, iniciou um processo de afastamento ideológico gradual por parte dos Bispos católicos, que culminaria com a dissolução da JUC em 1966. Nesse período de dissolução, vários dos seus membros se integraram à Ação Popular (Mainwaring, 2004). Para maiores detalhes, ver: Souza (1984).

A participação nesses grupos consolidou a ligação a atividades políticas que até então não ocorria de forma expressiva para essas mulheres, direcionando a participação em um projeto coletivo que, a partir desse momento, definiria o projeto de vida que elas estavam dispostas a seguir. O papel de socialização política da JEC fica claro na fala de Suzana: “*Então, JEC tinha aquele negócio de socialismo cristão. E que estavam também no Estadual. E, aí, já começávamos a freqüentar essa tal JEC e que tinha uma participação de igreja, mas não era essa igreja beata, nada disso que..., né? Era uma igreja mais com cunho social, com ideal de participação social, do cristão que tinha essa tarefa de líder na sociedade. Na formação de uma nova sociedade. Então, eu já percebo essa história de transformar a sociedade, você já passa a ter essa percepção que eu acho que foi bem interessante, do chamado a você, de fato, participar e intervir na mudança dessa sociedade, nos rumos dessa sociedade (...)*”.

No que tange à JUC, somente Solange participou dessa organização e acompanhou sua transição para a AP. Ela destaca o quanto a JUC teve um papel fundamental para sua participação política dentro do movimento estudantil Universitário, já que, somente depois da sua entrada na universidade, recém chegada na capital, teve acesso ao que marcou profundamente sua identidade política e cristã: “*nossa função da JUC, que era algo muito especial (...). O que nós vamos ver, como nos ver, a igreja, nós enquanto igreja. Era o ver, julgar e agir. (...) Coisas que nós íamos debater, ou de congresso, etc. e tal, nós tínhamos que tirar uma atitude nossa, também de acordo com toda aquela realidade que tava ali pra ser julgada. Qual era a diferença de nós, cristãos? (...) Tanto que eu incorporei na minha vida... E eu aprendi na JUC. Foi muito importante. E eu ensinei muito cedo isso aos meus filhos. Eu contava a eles o que era a filosofia, como que era, e eles nem piscavam. Já era uma questão de diálogo. Mas foi um bom princípio, valeu pra mim, você entendeu? Foi valioso*”.

No caso de Silvia, observamos um movimento contrário. Ela aproximou-se do pensamento de esquerda e da participação política no Partido Comunista ao se afastar da ideologia e prática católicas tão presentes em sua família. Por outro lado, relata que sua socialização política se iniciou em casa, com uma intensa discussão

sobre questões políticas que seu pai e sua mãe realizavam com os amigos e políticos que os visitavam. Suzana também aponta a importância da referência familiar para a sua socialização política ao mencionar sua identificação com as propostas da JEC: “(...) aí você já passa a ter essa percepção que eu acho que foi bem interessante, do chamado a você, de fato, participar e intervir na mudança dessa sociedade, nos rumos dessa sociedade que... veja que interessante, se mescla à referência familiar”.

Essa importância também está presente na fala de outras mulheres que atribuem um valor importante à sua consciência sobre as diferenças sociais, respeito ao outro, pensamento crítico, capital cultural e político, capacidade de reflexão, entre outras habilidades e compreensões importantes para sua socialização política e que as conduziram à militância organizada. O que não significa dizer que seus pais simpatizavam com o pensamento de esquerda ou tinham uma atuação política partidária, com exceção do pai de Sônia. Esse parece ser um ponto interessante na trajetória de militância política dessas mulheres, que não tiveram uma socialização política de esquerda. Tiveram, por outro lado, uma socialização política na família, ainda que bastante diferenciadas entre si, que as aproximou dos ideais de esquerda naquele momento, começando a dar sentido às crenças, valores e práticas que elas já partilhavam. Como expressa, por exemplo, Suzana: “meu pai não tinha uma sintonia muito intensa com a política, mas ele era, por exemplo, uma pessoa que tinha uma crítica severíssima ao clericalismo (...) achava aquilo tudo (...) uma bajulação ao poder, a igreja sempre esteve ao lado do poder, aquela coisa toda. Ele também tinha, assim, uma crítica à política, do ponto de vista que a política era uma coisa envolta na corrupção, e que aquilo era uma coisa maligna. Ele era sempre muito crítico, assim, de... de mostrar: ‘olha, não dá para conviver com esse tipo de pessoa, não dá para conviver com profissional desse jeito’, sabe?”

Raquel mostra que a prática familiar a conduziu a uma participação político-social naturalmente: “Meus pais também eram pessoas que desenvolviam muito a questão do amor ao próximo, da solidariedade. Meu irmão, um certo toque de luta pela igualdade, também era um garoto, mas também era um certo

*toque político. Então, (...) eu tive uma certa atração por essa área, né, era normal. É como se fosse isso. Aí, especificamente, os meus primeiros sentimentos em relação a isso era alguma coisa, o seguinte, tem uma injustiça que tá colocada e alguém tem que fazer alguma coisa, eu me senti na obrigação de fazer alguma coisa. Era como se fosse assim uma obrigação”.*

O pai de Sônia tinha uma série de discordâncias com o comunismo e com o socialismo, mas em sua casa se discutia política. Já o pai de Renata chegava a expressar um pensamento de direita a favor da propriedade privada e contra o comunismo, mas incentivava o poder de argumentação, a discussão intelectual e a expressão de pensamento. Solange lembra da ação política de seu avô, que, embora não tivesse uma filiação partidária, atuava eticamente na vida pública de sua cidade. Rosane descreve situações que demonstram o interesse de seus pais por assuntos políticos, mas não havia discussões políticas em sua casa, o que não impediu que ela tivesse uma socialização familiar que despertasse sua ação política: “*quando a gente era criança, tinha um quadro de Getúlio, o famoso quadro de Getúlio lá em casa, na sala. Ele era, né, uma referência. E minha mãe ouvia, a gente ouvia ‘A Voz do Brasil’, eu sempre fui ligada, assim, à política. E eu fazia questão de votar. Quando eu tirei meu título foi um... sabe? Foi, assim, um orgulho pra mim, entendeu?*”

No que diz respeito ao universo familiar, chama a atenção a presença marcante que as mães, ou alguma mulher na família, tiveram nesse processo, destacando o quanto as mulheres também tinham um importante grau de politização. Um diferencial frente ao que Tabak (1983) discute sobre a socialização política feminina<sup>40</sup> é o forte interesse e participação que suas mães manifestavam em assuntos políticos, discutindo dentro de casa tais questões com os maridos ou demais familiares e amigos. Rita, Silvia, Renata, Regina e Suzana expressam claramente a participação de suas mães na socialização política familiar e o incentivo e compreensão que tiveram em relação às escolhas políticas das filhas.

---

<sup>40</sup> Segundo a autora, a dominação masculina no relacionamento marido/mulher, associada ao condicionamento cultural de gênero, faz com que os homens não conversem sobre política em casa com a esposa ou filhas, “porque política não interessa à mulher, é coisa de homem” (p. 55), fazendo com que não sejam transmitidas à sua esposa informações e pensamentos críticos sobre a realidade política ou sobre problemas políticos cotidianos.

O que talvez seus pais não esperassem era que quanto mais avançavam a escolarização e a socialização política de suas filhas, menos elas estavam submetidas a sua autoridade; eram incapazes de controlar o que era ensinado, lido e discutido em sala de aula ou, fora dela, nos espaços de socialização que nem sempre eram bem vistos para as moças de família. Isso ocorria porque, a partir da escola secundária, a educação ia se tornando mais mista, o que promovia uma maior aproximação das meninas de atividades e organizações sociais e, principalmente, de ações políticas. Como declara Silvia: “*E eu dizia pra mamãe: ‘eu quero estudar no colégio estadual’. Ela me dizia ‘não vai!’ E ‘por que não vai?’ ‘Porque é um colégio misto’*”.

A entrada em uma escola mista, ainda que isso não significasse salas de aulas mistas, alterou completamente a sociabilidade de gênero das mulheres da época, propiciando a vivência de novas práticas sociais. Mesmo de maneira tímida e ambígua, essa vivência era acompanhada de uma incipiente, e aparente, igualdade que, até então, elas ainda não haviam experimentado. Não ignoramos a ocorrência desse molde de sociabilidade, por exemplo, em grupos familiares. Porém, essa foi a primeira vez que a sociabilidade escolar foi vivida em um grupo misto.

Os grupos que a partir da escola se formaram, mistos por excelência, trouxeram oportunidade para uma transformação das práticas sociais, anunciando um novo código para as relações entre os pares que, simultaneamente, inaugurou uma nova relação com os espaços da cidade, o que implicou mudanças tanto objetivas (por exemplo, utilização de novos espaços públicos) como subjetivas (por exemplo, novas representações promovidas por essa utilização) (Trigo, 1994). Essas mulheres foram experimentando uma sensação de que, pelo menos em parte, estavam alargando suas perspectivas de vida com a introdução de uma nova vertente em seus papéis sociais, que se concretizava com a profissionalização e a militância política.

O tipo de sociabilidade que vivenciaram, vinculado aos pensamentos de esquerda, às bases filosóficas existencialistas e às discussões em torno de uma nova existência cristã, representava uma mudança para os padrões da época não só

no que diz respeito às relações entre homens e mulheres: também as noções de hierarquia foram abaladas em toda a rede social e familiar. A partir das relações no colégio Estadual, o que se viu estabelecer foi uma sociabilidade que unia, para além dos muros da escola, alunas secundaristas, universitárias e representantes de outros segmentos escolares ou sociais. Os relatos de Silvia e Suzana traduzem uma sociabilidade comunitária, em que todos se conheciam e tinham um grande empenho em estar juntos: “*as outras meninas eram mais recatadas, elas faziam teatro e tudo, mas não eram como eu, porque eu acompanhava os rapazes. A gente ia pro ‘Mar e Terra’ jantar, depois dos ensaios do teatro. Era tudo tão inocente, sabe, tão inocente. Era um grupo nosso*” (Silvia).

Deve ficar claro que, ao nos referirmos a tais características de sociabilidade a partir da experiência em uma escola mista para Silvia, Suzana e Sônia, em um primeiro momento, não estamos igualando as trajetórias e suas consequências. Estamos apenas enfatizando a mudança que tal experiência ocasionou em seus cenários sociais, possibilitando um novo padrão de escolhas e convivência social, que se consolidaria com maior ênfase na vida universitária.

Um ponto fundamental de diferença entre Silvia e Suzana foi a negociação dessa nova sociabilidade de gênero no meio familiar. Como Silvia rompeu com as regras de convivência familiar muito cedo, sofria menos conflitos ou apelos familiares. Porém, fica claro o incômodo vivido com seus irmãos: “*eles questionavam o quê que eu tava fazendo da minha vida. (...) E aquele negócio: por pertencer a um grupinho onde a maioria era de homens... Quer dizer, eu era a ovelha negra mesmo, né? Mas eles já não tinham poder nenhum. Papai também não tinha mais pulso ativo*”.

Deve-se observar, no entanto, que a introdução de um novo código de sociabilidade de gênero no meio estudantil, ainda que tenha trazido mudanças, não alterou grande parte dos valores e práticas sociais<sup>41</sup> voltados para as diferenças de

---

<sup>41</sup> Ribeiro (1987) chama atenção para a “relação de circularidade dialética entre permanências e mudanças sociais”(p. 15). Aspecto este que deve ser sempre observado quando se considera o conceito de valor designando padrões amplos das normas e regras. Ribeiro (1987), citando Silva (1986), alerta que, nas reflexões sociológicas e antropológicas, o conceito de valor passou “para um estágio em que o elemento da característica de normatividade das regras tornou-se o critério determinante, passando valor a designar, ‘não todas as normas sociais, mas apenas os seus padrões

gênero, como exemplifica Suzana, ao analisar os comportamentos igualitários: “*Aí, eram relativamente, relativamente iguais. Porque... a diferença aparecia, assim, os meninos já podiam, por exemplo, impulsionar mais é... por esses outros universos... a sexualidade, que a gente ainda não saía tanto à noite, de madrugada, isso aí foi devagarzinho que a gente passou a freqüentar um bar, uma coisa assim. Mas isso foi muito lentamente, devagarinho*”.

Suzana expressa o que representou participar de grupos mistos, e como essa sociabilidade de gênero ocasionava dificuldades em relação aos hábitos familiares que necessitavam ser negociados. A pertença religiosa foi fundamental para as primeiras argumentações: “*Ah, essa primeira turma mista foi adorável! Ah, aí na JEC, a grande descoberta era isso, a possibilidade de você conviver agora com os meninos. Como eram adorados os meninos... Então, nós descobrimos primeiro que eles eram, assim, muito... como irmãos. Aquela coisa, assim, meninos de JEC: ‘não, mamãe, não tem importância, não, são meninos de JEC, eles jamais vão nos desrespeitar’. Então, isso tudo era, assim, o convencimento que a gente fazia, porque a gente também tinha os momentos de encontro de JEC, (...) como se fossem退iros, assim, mas que era pra trabalhar e pra discutir temas, não era pra ficar parado, rezando, não*”.

A base dessas reuniões, ou encontros, era sempre a conversação. Sem dúvida, a conversação era a principal forma de lazer para esses grupos, que iniciavam uma reflexão sobre a realidade social em todos os seus aspectos, principalmente aqueles relacionados às questões político-sociais do país naquele momento. Destacavam-se, nesse sentido, as evidentes desigualdades sociais que passavam a falar quase que por si mesmas de um contexto de modernização excluente. A própria escolarização era percebida desta maneira, já que a maior parcela da população não tinha acesso ao ensino secundário público ou à universidade. Essas questões constituíam-se em objeto de reflexão essencial para aqueles que tinham maior acesso à informação e à educação formal.

Vários trabalhos indicam que, no momento em que uma nova classe média se estruturava no meio urbano, os colégios secundários e as universidades

---

mais amplos, os quais, quando relacionados com as realidades da vida social, podem dar origem a

tornavam-se espaços bastante privilegiados de reflexão, questionamentos e difusão de idéias anti-autoritárias e igualitárias<sup>42</sup>. Esses espaços foram vivenciados intensamente por todas as entrevistadas, que tiveram, através da universidade, uma mudança fundamental nos seus códigos de sociabilidade de gênero e socialização política.

Para as mulheres entrevistadas, era praticamente impossível não serem atingidas, direta ou indiretamente, pelo que acontecia em vários centros urbanos do país e nos meios estudantis depois de 1964, para aquelas que militaram nesse período, e depois de 1968, para aquelas que militaram a partir de 70. Essa é uma dimensão clara, por exemplo, na colocação de Regina em relação aos eventos do ano de 1968: “*Proibido publicar sobre o assassinato do estudante Edson Luis, tava lá escrito na imprensa. Então, quer dizer, eu, eu, eu lia aquelas coisas todas, então eu achava absurdo aquilo, poxa! Eu prefiro que... se matar o meu filho eu quero que todo mundo saiba, não que fique escondido*”.

A fim de termos uma idéia do que foi o impacto dos acontecimentos durante esse período, realizamos um levantamento de matérias jornalísticas em um dos jornais de maior circulação diária na capital capixaba no ano de 1968. Encontramos no primeiro semestre desse ano um total de 93 matérias que faziam referência ao movimento estudantil e aos estudantes. Incluem-se entre elas as que noticiaram a morte do estudante Edson Luis no restaurante Calabouço<sup>43</sup>- Rio de Janeiro, ao qual se refere Regina. Das 93 reportagens veiculadas, 56 noticiaram acontecimentos em diversas cidades do país e 37 noticiaram a movimentação dos estudantes na capital Capixaba<sup>44</sup>.

Foi também de suma importância a influência dos movimentos anti-autoritários internacionais, que se fortaleceram após a primeira metade da década de 60 e que ocuparam uma grande parcela das páginas dos jornais desse período

---

complexos de normas institucionalizadas’ ” (p.140).

<sup>42</sup> Almeida e Weis, 2002; Vaitzman, 1994; Faria, 1997; Martins Filho, 1987; Garcia e Vieira, 1999; Alves, 1993.

<sup>43</sup> A morte do Estudante no início do semestre letivo “detona” um movimento estudantil, que já estava prestes a explodir contra o regime, e mobiliza a sociedade civil a protestar contra as arbitrariedades que já vinham sendo sinalizadas pelos militares. Para maiores detalhes, ver: Diniz (1986).

<sup>44</sup> Gianordoli-Nascimento, I. F. et al (2004).

(Pilagallo, 2002). Sônia deixa claro o quanto as experiências no exterior, no movimento jovem contra a guerra do Vietnã e nos movimentos de Direitos Humanos e Civis dos negros, marcaram sua trajetória pessoal e política, possibilitando a certeza do seu engajamento político ao retornar para o Brasil, engajamento sustentado por um capital cultural que tornaria diferenciado seu acesso às informações e práticas políticas, proporcionando-lhe maior liberdade nas ações políticas e sociais: “*Eu tava lá no meio da confusão (...) e... eu tinha contato com muita gente que era da... do movimento dos negros, de... de libertação... Então, houve um grande debate (...) na época. E isso era muito discutido numa aula que eu fazia de civismo... e meu professor americano era um cara bem liberal, era contra a Guerra do Vietnã e a favor... e era, assim, muito favorável a esse movimento dos negros*”. Um ponto importante a salientar é a sua predisposição, antes mesmo de sua viagem aos Estados Unidos, à participação nos primeiros movimentos contra o golpe militar: “*Essas questões se discutiam em todo lugar, né? Não dava para se alienar. Então, como eu já tinha um antecedente político aqui... naturalmente eu... eu tive que me envolver com aquilo. Eu vivi a... a renúncia do Jânio Quadros, que foi dramática. Eu estava em Brasília, tive que pegar um avião correndo e vir para Vitória. Tava no meio do furacão. Então, nós chegamos em casa chorando, ‘meu Deus, esse homem renunciou, o quê que a gente faz?’.* *Eu já tinha me envolvido contra o golpe... não tinha mais volta*”.

Nos anos 60, fervilhava em Vitória uma intensa vida política e cultural organizada pelas entidades estudantis. O contato com a universidade, com o movimento estudantil, com idéias anti-autoritárias e igualitárias, criou as condições para o questionamento de um conjunto de comportamentos associados ao “sistema” político-social. Naquele momento, “contestar e ter atitude” significava “ser vanguarda”, e isso incluía a luta contra a ditadura militar, contra os acordos internacionais e contra o autoritarismo de direita. Essas lutas estavam relacionadas a projetos políticos de esquerda, que, mais tarde, viriam a ser considerados, por uma parte de seus integrantes, a exemplo de Renata, Sônia, Raquel e Rosane, como também autoritários. Solange, por outro lado, exemplifica o que foi essa conjunção de vida política e cultural quando chegou à cidade, conjunção que transforma sua

vida num movimento intenso, no qual transformações sociais e projetos pessoais se tornam uma coisa só: “*Então, havia coisas maravilhosas... Eu me lembro que, naquela fase, logo foi criado o Centro Popular de Cultura, CPC, esse centro maravilhoso (...). Teve todos os treinamentos também, com a alfabetização de adultos de Paulo Freire e tal (...). Apresentação da mesma parte nacional de... Arena conta Zumbi, era a resistência artística... A gente esteve presente sempre. Não podia faltar! ...como estávamos quando veio Clarisse Lispector ...nós tínhamos todo tipo de coisas! Paulo Autran falar sobre Shakespeare era uma paixão! Aí, ele falou: ‘gente, a quantidade de pessoas não é possível! Eu soube que Vitória era... é culturalmente importantíssimo!’ (...). Nós só líamos Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Última Hora... certo? Nos sentimos sempre inseridos mais nacionalmente. Então, era assim, muito interessante, porque falava-se que em Vitória era uma esquerda festiva”*

Silvia, que atuava no cenário cultural capixaba, situa o que era esse movimento e como se dava a atuação da censura: “*Porque o meu exemplo forte de referência era o que fazia política e fazia parte da vida cultural, fazia teatro de oposição nesse momento. A primeira peça que a gente tentou montar em Vitória foi ‘A Raposa e as Uvas’, que é aquela fábula (...) e que foi vetada pela censura. Depois eu acho que foi ‘A Arena conta a liberdade’, que também foi vetada, e depois foi ‘A Arena conta Zumbi’, que foi a primeira peça que a gente conseguiu encenar. Foram meses de sucesso total de público e tudo, e foi maravilhoso enquanto durou. Depois, ainda, a gente conseguiu fazer de novo outra peça que era ‘Geração de raiva e muito amor’, acho que era assim que se chamava. E, depois, essa segunda peça já foi no ano de 67, a maioria de nós estávamos nos formando (...) já deixando, alguns já saíram de Vitória, e o grupo de teatro se dissolveu em 67. Mas a gente continuava escrevendo em jornais*”.

A vinda de uma cidade pequena para uma capital, ainda que pequena como Vitória, ou a saída de uma capital rumo ao Exterior são histórias que se repetiram na vida de várias jovens dessa geração, jovens que estiveram direta ou

indiretamente envolvidas em movimentos populares<sup>45</sup>. Esse deslocamento marca sua identidade e sua visão de mundo ao dar acesso a um estilo de vida cosmopolita, criando a possibilidade de uma contínua diversificação social e pessoal e conferindo-lhes, mesmo que em um regime autoritário, uma sensação de liberdade vivida como projeto de autonomia tanto pessoal quanto coletiva, apoiada na certeza da transformação social. O sentido dado por essas jovens a essa abertura foi uma das bases para a construção de seu projeto de vida<sup>46</sup>.

Tais aspectos estão presentes nas percepções de Solange e Suzana: “*Era uma questão... ah... conceito de justiça e exercer algumas atividades, assim, político-estudantil, era uma coisa mais ou menos comum, inerente. Por quê? Porque a gente achava que a gente era uma força. Acreditava que os estudantes eram uma força, que iam mudar conceitos, ia fazer... Então, eu lembro que nós cantávamos uma música que dizia assim: ‘somos 1% da população, mas sairá de nós a revolução’.* (...) *Então, recordo e, assim... toda vida fiz parte de tudo que a universidade ofereceu de arte a cursos*” (Solange).

Ainda que a informação apareça generalizada, nem todos os cursos universitários eram tomados pela efervescência política e cultural nos primeiros anos do governo militar. As faculdades de Filosofia e Direito atraíam alunos de outras escolas, que davam corpo ao movimento estudantil (Almeida e Weis, 2002). Em Vitória, a situação não era diferente. A FAFI, cujos cursos abrigavam a maior concentração de estudantes engajados, era local privilegiado de reuniões, assembléias e movimentos culturais de oposição. Entre o período de 1964 e 1968, os alunos tinham total liberdade dentro do meio universitário, o que fazia com que a convivência entre os alunos, e entre eles e muitos professores, fosse intensa. Para os autores acima mencionados, essa era a condição primeira para um crescente ativismo estudantil nos anos de 1967 e 1968, crescimento acompanhado pela intensificação da hostilidade do regime ao universo acadêmico em todas as suas dimensões, e, em especial, aos cursos que compunham a área de Humanidades, considerados lugares propícios à subversão. Essa condição só fazia aumentar o

<sup>45</sup> Diversos relatos dessas trajetórias podem ser lidos em duas pioneiras e importantes publicações: 1-Cavalcanti e Ramos (1978). 2- Costa et al. (1980).

<sup>46</sup> Ver: Velho (1994).

poder de sedução dessa participação sobre os estudantes, propiciando a identificação de pares que se formava naturalmente nas escolas. Sob o regime de crescente autoritarismo, “a universidade era o ambiente onde política e vida privada se confundiam numa experiência única -e inédita- para um número expressivo de estudantes. Pois, naqueles anos, a política tinha a ver com tudo o que representava para um jovem o fato de entrar numa faculdade: novos hábitos, novas amizades, novos gostos, novos conhecimentos e novas convicções” (Almeida e Weis, 2002, p.364).

*“Porque a sensação que a gente tinha era que aquilo era como que até mesmo, era uma percepção tão... idealística, que a gente achava que era como se fosse uma missão, sabe? Algo assim, é... assumido, que deveria ser assumido a nível de missão, uma coisa que a gente tem que assumir até as últimas consequências. Porque a gente sabia que alguém tinha que fazer. Porque aquilo era inevitável” (Suzana).*

Rita e Raquel, embora só tenham ingressado na Universidade nos anos 70, tendo contato com outro momento da vida estudantil, referem-se à mudança que sentiram acontecer consigo mesmas ao entrarem no contexto acadêmico. A reestruturação de suas redes sociais alterou completamente os projetos que tinham quando ingressaram na universidade: *“Quando eu entrei na faculdade, foi assim, um boom, assim, uma coisa, né (...) instantaneamente vem uma coisa assim, que tudo fica mais claro, mais nítido. Eu tive aquela sensação (...) que a minha cabeça... vai assim e abre numa coisa enorme, assim, sabe, uma coisa imensa, fica muito grande minha cabeça... Muito grande, muito grande, saindo de dentro muita coisa, sabe? E isso, na faculdade, foi uma coisa de percepção de outro mundo” (Rita).*

O que se percebe nos relatos é a tônica dada à condição de estudante, principalmente universitário, como uma orientação importante para a trajetória escolhida pelas jovens. Dada a relação intrínseca entre vida privada e atuação

pública, essa condição ajuda a elaborar, a partir daí, suas identidades participativas na política.<sup>47</sup>

No período de 1960 a 1968, a forte identidade de estudante tornou-se uma referência para múltiplas dimensões de projetos diversificados que se mostravam disponíveis aos jovens universitários de estratos médios, identidade que, dentro de uma dinâmica de oposição política, se tornou, para alguns, radical. Para Mische (1997, p.140), isso não se deu em função de um “destino histórico”, ou de uma lógica intrínseca, dos estudantes como categoria social<sup>48</sup>, mas resultou da estruturação específica de suas redes sociais que, nesse período, eram concentradas principalmente na família, e acima de tudo, nas universidades onde estavam aglutinados os novos contextos sociais, culturais e políticos aos quais passaram a ter acesso. Por outro lado, podemos pensar que, possivelmente, esse quadro se altera depois de 1969 em função da falta de perspectivas para o movimento estudantil. A saída encontrada era entrar para as organizações clandestinas de esquerdas (Ridenti, 1993). O movimento estudantil se tornou, então, uma porta de entrada para os movimentos de militantes guerrilheiros, não mais para os estudantes militantes.

Entendemos que, com a vida estudantil, novos contatos e formas de interação social foram estabelecidos para todas as mulheres entrevistadas, embora com diferentes graduações de percepção, ocorrendo, dessa forma, a socialização com base em novos códigos de interpretação da realidade, códigos que foram

<sup>47</sup> O conceito de participação aqui usado se baseia em Tabak (1983), e “designa uma ação que não se esgota na simples presença física, mas que se exercita no desempenho de papéis sociais e no cumprimento de determinadas funções que refletem a vontade de pertencer a um grupo ou instituição e de nele integrar-se como parte do todo”. O termo toma um sentido de ação e engajamento e se diferencia de uma “simples participação como presença, como estado ou situação de quem faz parte de uma totalidade mas disso não tem consciência” (p.59). Esse sentido de participação se associa à idéia de Identidade Social desenvolvida por Tajfel (1983). Segundo ele, “identidade social é entendida como aquela *parcela* de autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (p. 290). (grifo do autor).

<sup>48</sup> Para Martins Filho (1987), estudos aprofundados de algumas passagens da história do movimento estudantil poderiam apontar a impossibilidade de atribuir à participação estudantil um caráter genérico e imutável, com conteúdos e objetivos permanentes. Nesse sentido, o autor aponta que o conjunto do que se tem escrito sobre a questão tende a enfatizar a “condição estudantil” ou “juvenil” na definição das orientações das ações estudantis, tomando essa condição como mais relevante do que a situação de classe, sendo que é esta situação a que, acima de tudo, classifica os estudantes universitários como uma categoria social.

dando sentido às experiências subsequentes. Tal situação permitiu que as experiências vividas ao longo da vida pudessem ser organizadas como uma história, definindo, assim, uma biografia narrada, em que o realce está na mudança, não só da trajetória individual, mas também da familiar e da geracional.

## 6.5 Os processos identitários

### 6.5.1 Gênero e militância

O movimento estudantil se constituiu e ainda se constitui numa formidável agência de socialização política de homens e mulheres. Durante os anos de autoritarismo, aqueles que conseguiram alcançar a Universidade tiveram melhores oportunidades de conhecer e estudar novas teorias políticas e econômicas, encontraram espaço para debates e contestações e já não aceitavam passivamente a mistificação de progresso e moralidade veiculada pelo regime. Isso contribuiu para a elevada participação dos estudantes nos movimentos políticos de oposição ao governo militar, inclusive na ação armada visando a derrubada do regime<sup>49</sup>, ainda que os participantes desses movimentos pudessem ser considerados como uma minoria da população.

A partir do endurecimento do regime, a opção pela militância política geralmente implicou o rompimento com as expectativas familiares, seja de casamento ou de carreira profissional, à medida que o projeto pessoal se transformava em projeto político<sup>50</sup> e, por isso, coletivo, e acarretou a possibilidade de prisão, clandestinidade ou exílio.

---

<sup>49</sup> Segundo Ridenti (1993,p.115) foi notável a presença dos estudantes nos grupos de esquerda em geral, 906 -24,5% do total de 3.698 processados judicialmente, que tinham ocupação conhecida, por ligação com grupos de esquerda- anos 60 e 70. Destacam-se também, aqueles que pegaram em armas, 583- 30,7% dos 1.897 denunciados por vinculação com organizações guerrilheiras urbanas. Cabe destacar que esses números referem-se aos militantes processados, esse número seria maior se fossem incluídos aqueles que tiveram alguma participação, mas que não foram contabilizados em processos oficiais, incluindo os mortos e desaparecidos, os torturados e não processados, os exilados e ainda aqueles a que os militares não tiveram acesso.

<sup>50</sup> Baseado nas colocações de Velho (1994) sobre *campo de possibilidades* e noção de *projeto*, entendemos que a conjugação de um projeto individual com um projeto coletivo é um arranjo complexo à medida que o nível de adesão de cada sujeito à motivação genérica e abrangente do projeto coletivo vai depender de uma série de variáveis individuais e da força que o projeto social

A motivação da esquerda brasileira nos anos 60 era a transformação social pela instauração da justiça. Com o golpe militar de 64, a motivação passa a incorporar o confronto com o autoritarismo, alterando-se as táticas de implementação do projeto nos primeiros anos da ditadura. A ação via movimento estudantil passa a ser uma dessas táticas e o confronto vai se acirrando pouco a pouco até atingir, no ano de 68, os grandes conflitos entre estudantes e militares. Segundo Sônia, esse acirramento é o que provoca o endurecimento do regime, à medida que tais conflitos são a justificativa que os setores mais radicais dos militares necessitavam para conter a disputa que havia no governo: “*A partir de Ibiúna é que a polícia começou a meter o pau (...) o pessoal mais linha dura toma conta (...), veio o AI-5*”.

A partir do AI-5 e do endurecimento da repressão, com seqüestros, prisões e torturas, algumas organizações políticas, já clandestinas no final de 1968, mantêm o projeto inicial, sendo agora o confronto com o autoritarismo, através da luta armada, a forma de manutenção das condições para a ação transformadora, só possível com a derrubada do regime. O que Sônia salienta, nesse sentido, é que a derrubada da ditadura como projeto coletivo não surge com o AI-5, pois não seria possível atingir todos os seguimentos sociais, como aconteceu na “passeata dos cem mil”, no Rio de Janeiro, se essa aspiração já não estivesse sendo propagada. Para ela, mesmo a grande adesão por parte dos estudantes às bandeiras levantadas pelas lideranças do movimento estudantil nacional, do qual fazia parte, só ocorreu em função dessa motivação maior para se posicionar contra as arbitrariedades da ditadura. Nas assembleias eram denunciadas perseguições, prisões e assassinatos, fatos que não saíam nos jornais: “*aquilo contagiou todo mundo, (...) foi uma adesão. Aí foi a grande revolta dos estudantes que aderiram à greve. A greve, o restaurante, foi mais um pretexto... Já tinham uma posição política assumida nesse momento (...) contra o governo*”.

O que se vê nesse período são posições diversificadas que se voltam para um projeto amplo. Devemos, contudo, considerar a presença de posições discrepantes frente à mesma realidade. Enquanto para um amplo setor da esquerda,

---

tem de sintetizar e incorporar os interesses pessoais, ou seja, “(...)*sua eficácia simbólica e política*”

constituído por segmentos estudantis dos grandes centros urbanos, havia a alternativa da clandestinidade, com a opção pela luta armada (seja como defesa ou solução política), para muitos a ação contra a presença militar no poder e contra as condições sociais brasileiras não passavam nem pela militância de esquerda nem pela luta armada, ou passava pela primeira e não pela segunda, configurando outros tipos de resistência ao sistema (Martins, 1979).

Portanto, fazer oposição podia significar uma infinidade de coisas, dependendo do grau de envolvimento na atividade de resistência e da forma de participação adotada, que variava de ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a militantes ao engajamento em tempo integral. Os exemplos citados pelas entrevistadas mostram que entre esses dois pólos, ser de oposição podia incluir: abrigar militantes de passagem; assegurar empregos para militantes; dar apoio no ambiente de trabalho; emprestar o carro para ações clandestinas e auxiliar financeira ou materialmente organizações guerrilheiras. Ainda podem ser acrescentadas àquelas outras ações menos “diretas” que visavam o apoio aos movimentos, como: participar de assembléias ou manifestações públicas; assinar manifestos; fazer denúncias de prisão e tortura; fazer visitas a presos políticos; participar de centros acadêmicos, e assim por diante.

Dadas as condições do regime, ao longo do processo de endurecimento, qualquer desses atos envolvia riscos pessoais impossíveis de serem avaliados previamente, principalmente antes do AI-5, motivo pelo qual a incerteza da ação, a insegurança e o medo terem sido sensações que acompanharam a vida cotidiana de quem quer que tenha feito qualquer ação que pudesse ser considerada de oposição, marcando profundamente a vida privada dos considerados oposicionistas e definindo fronteiras bastante imprecisas e fluidas entre a vida pública e a vida privada<sup>51</sup>.

---

(p. 33).

<sup>51</sup> Segundo Almeida e Weis (2002, p.327), fazem parte do universo privado quaisquer situações ou atividades que envolvam “a família, o círculo de amizade, as relações amorosas, a experiência religiosa ou mística, o trabalho, o estudo, o lazer, o entretenimento e a fruição da cultura”. Portanto, nos regimes autoritários, os limites entre as dimensões pública e privada são mais “movediços” e “imprecisos” que nas democracias. O autoritarismo, ao reprimir a atividade política autônoma, produz consequências diretas sobre o dia-dia dos seus opositores, como perda de

Não podemos deixar de frisar que as experiências objetivas e subjetivas da ação contra o regime variaram amplamente de 1964 a 1985. É essa multiplicidade de posicionamentos que demarca a trajetória e a identidade social das mulheres entrevistadas que se tornaram militantes frente àquelas que, também estudantes, não optaram por essa trajetória. Nesse sentido, não podemos também generalizar o “ser estudante e militante” para todos os períodos da história do autoritarismo<sup>52</sup>, visto que os contextos ideológicos, interpessoais e políticos vividos pelos jovens universitários concederam à identidade de “estudante” múltiplos significados capazes de intercalar uma variedade de projetos em formação (Mische, 1997).

Essa diversidade de posições e motivações pode ser encontrada também nos militantes, especificamente nas falas de Renata e Rosane, ambas envolvidas com o movimento político após 69 e possuindo motivações<sup>53</sup> diferenciadas para a militância, como já apontamos anteriormente. Enquanto Renata acreditava que a participação no movimento de esquerda responderia às suas convicções políticas, Rosane entrou no partido por insistência do namorado, mas não tinha convicções políticas que a fizessem acreditar sem ressalvas na militância de esquerda, muito menos na guerrilha: “*Eu disse: ‘eu não vou atirar em nada pra sobreviver! Eu vou fazer aquilo que eu sempre pensei na minha vida, né? Vou trabalhar. Se eu puder fazer alguma coisa, vou fazer trabalhando’*”.

As reflexões apontadas se direcionam para a compreensão do que é estabelecido enquanto importância e possibilidade de elaboração de projetos numa determinada organização social. Tanto os projetos individuais quanto os coletivos são construídos e desenvolvidos com as mudanças que se impõem ou são descartados dentro de um campo de possibilidades. Dois aspectos constitutivos da elaboração de projetos pessoais e coletivos, que se dão ao mesmo tempo, são: a liberdade de escolha dos atores sociais nas trajetórias existenciais que vivenciam e as condições que estão impostas e que delimitam uma dada realidade histórico-

---

emprego, mudança de casa, afastamento social e familiar, prisão, etc, fazendo com que a resistência ao regime tenha que ser exercida dentro da órbita privada, clandestinamente.

<sup>52</sup> Do AI ao AI-5 (1964-1968); do AI-5 ao início da abertura (1969-1974); a longa transição rumo ao governo civil (1975-1984) (Almeida e Weis, 2002).

social, possibilitando que os indivíduos tenham conhecimentos e alternativas na elaboração de suas escolhas e projetos. Portanto, a indeterminação de trajetórias, principalmente nas sociedades urbanas modernas<sup>54</sup>, está intimamente relacionada às situações política, cultural, econômica e histórica vigentes (Velho, 1994) .

É nesse mesmo sentido que podemos pensar as constantes contradições com as quais os militantes se defrontavam ao aderir ao projeto coletivo de militância política. Ainda que as características de um projeto coletivo impliquem a capacidade de potencializar a ação e abrir possibilidades de escolha, isso não significa dizer que não produza dilemas. A entrada e permanência de Rosane nessa militância, por exemplo, deixam clara essa dinâmica. Ao relatar a identificação que tem com o projeto coletivo da esquerda, motivo que a levou a ceder à insistência do namorado em permanecer no partido, demonstra o vínculo com o grupo: “*Eu achava que era ali, que poderia mudar alguma coisa*”. Mas, ao mesmo tempo, aparece a recusa frente ao processo de pertencimento, o que aponta que nem mesmo ações coercitivas podem garantir a submissão de um indivíduo, se ele estiver disposto a arcar com as consequências de não agir conforme o ordenado: “*...eu comecei a tomar raiva. De tanto que eles impunham, impunham, eles tavam quase que me obrigando... a aceitar o partido, aceitar as normas. (...) Aí, quando me davam as tarefas (...), não era pra falar, mas eu falava escondido com [namorado]. Contava tudinho. Não podia falar, mas eu contava pra ele e ele contava pra mim*”. Com o projeto a dinâmica é a mesma, não há controle sobre seu resultado por mais que pareça haver coerência interna em seus significados. A construção do projeto se dá por uma sucessão de escolhas em um plano de ajustes

---

<sup>53</sup> Schutz (citado por Velho, 1994) desenvolve em seus conceitos de motivação a idéia de que associados a uma ação estão os motivos **para** (em geral ações voltadas para o futuro e ligadas a objetivos a serem alcançados) e os motivos **por que** (razões ancoradas em vivências passadas).

<sup>54</sup> Velho (1994;1997) denomina de sociedade complexa e heterogênea aquela onde há a coexistência de diferentes mundos contraditórios e conflituosos, que vão constituir a sua própria dinâmica. Para o autor, a continuidade e as transformações da vida social dependem dessa interação contraditória, na qual os indivíduos transitam constantemente sem muito problema. Assim, os indivíduos vivem muitos papéis em função dos diferentes planos nos quais se movem (domínios de trabalho, lazer, família, amigos), que poderiam parecer incompatíveis se analisados linearmente. Para o autor, essa condição faz com que o indivíduo esteja em um permanente estado de reconstrução, chamado, por ele, de *metamorfose*.

ou de transformação de aspectos da realidade<sup>55</sup>, como acontecia com a militância e os militantes, na intenção do projeto revolucionário.

Esses aspectos da realidade eram múltiplos, fazendo com que as possibilidades de alterações e ajustes se dessem pela reflexão, contestação de idéias políticas, sociais e familiares. Parte das entrevistadas contestou as idéias políticas que predominavam ou circulavam entre alguns membros da família, como exemplifica Regina: “*Você sabe, como toda família, ela tem umas pessoas que são a favor, outras que são contra (...) tinha uns que eram a favor dos militares e outros não*”. Outras radicalizaram as idéias progressistas que absorveram em casa, com o marxismo desempenhando um papel importante no desenvolvimento da reflexão crítica e das práticas políticas. A negação da religião e a descoberta da razão levaram, quase que automaticamente, ao materialismo histórico. A idéia de autonomia associava-se ao sentido marxista: a libertação da exploração e da alienação com a tomada do poder político pela classe operária e por outros segmentos oprimidos.

Considerando o movimento sócio-cultural que ocorreu entre o fim do primeiro período autoritário e o começo da década de 70, é possível identificar a existência de duas gerações de lideranças estudantis pós-64, que conduziram ações estudantis também diversificadas, já que os movimentos de 1970 desenvolveram uma multiplicidade de experiências locais, de alcance também local, devido à inexistência de uma articulação nacional (Almeida e Weis, 2002). A identificação de uma diferenciação dentro do mesmo grupo etário é discutida por Mannheim (1982, p.73) como fazendo parte do “fenômeno social da ‘geração’” que nada mais representa “do que um tipo particular de identidade de situação, abrangendo ‘grupos etários’ relacionados, incrustados em um processo histórico-social”, observando-se que o mesmo contexto não afeta igualmente todos os indivíduos de um grupo de vivência ou de idade. Verifica-se, assim, que segmentos dessa geração podem assumir caminhos e posturas diferentes ou, até mesmo, opostos. “É o caso de padrões ou de movimentos culturais que se manifestam diversamente na mesma época, ou de movimentos políticos, uns radicais outros conservadores, cada

---

<sup>55</sup> Velho, 1994.

um reunindo indivíduos de idade aproximada num cenário social semelhante” (Motta, 2004, p. 351).

Essa parece ser a situação de vivência da militância entre as mulheres que entrevistamos e que, devido ao momento no qual ingressaram na vida estudantil, tiveram trajetórias e experiências de participação, em alguns pontos, comuns, e em outros, bastante diferentes. Um ponto de aproximação importante entre elas é que todas se fizeram militantes de oposição nas faculdades, valendo lembrar que, entre as que aderiram a organizações revolucionárias de luta armada pós 68, somente Sônia tinha feito política no curso secundário e sido liderança estudantil no Estado entre 67-68.

O cenário diferenciado do movimento estudantil até 1968 e em 1970 estabelece uma dinâmica e configuração de militância própria nos dois períodos<sup>56</sup>. Embora não seja nosso objetivo analisar a dinâmica interna do Movimento Estudantil, algumas considerações a esse respeito merecem atenção para configurar o cenário e as condições ambientais que caracterizam as diferenças e semelhanças na militância exercida pelas mulheres que entrevistamos. Uma delas, apontada anteriormente, refere-se às articulações dos movimentos com o cenário nacional. Entre 67 e 68, Sônia e Solange enfatizam as articulações nacionais das entidades estudantis que, mesmo clandestinas, promoviam encontros para definição de bandeiras nacionais em um intenso jogo político entre as organizações militantes para assumirem as lideranças das entidades tanto locais quanto nacionais, como demonstra Sônia: “Aí, começaram a me fazer a cabeça pra eu me candidatar à UEE, que era União Estadual dos Estudantes. (...) eu entrei como uma representante do... do grupo que eles consideravam cristão”.

No que se refere a 1971/72, Raquel relata o caráter local do movimento em cada Faculdade, em cada Diretório Acadêmico, sem articulações entre as reivindicações estritamente estudantis, declarando assim o isolamento dos cursos, o que não significa dizer que o movimento não era percebido e vivenciado com entusiasmo e intensidade dentro da faculdade: “O DCE já tava fechado. Foi fechado em 68. Bom, aí você entra gostando dessas coisas, do que tinha pra fazer

*participação política. Isso era do diretório. Aí, com o diretório a gente tinha as brigas internas ali”.*

Nesse sentido, para 1968, Sônia, em nível nacional, e Suzana, em nível local, destacam as disputas e articulações de uma infinidade de organizações partidárias e de esquerda que se mobilizavam em militâncias que não eram mais exclusivas dentro do movimento estudantil e que, por fim, em 69, não estariam mais vinculadas ao movimento estudantil: “*Porque não havia essa unidade toda entre os... entre os... esses grupos políticos. Nós chegamos a ter quase uns cinqüenta partidos de grupos políticos.*” (Sônia). Suzana relata sua percepção das organizações políticas dentro do Movimento Estudantil estadual depois que assumiu a presidência do Centro Acadêmico de seu curso: “*E aí é que eu começo a despertar pra essa questão, por exemplo, de partidos políticos que já existiam e que estavam aí emergindo com forças, como o PC do B, como o Partido Comunista, o PCB mesmo, e... e a gente foi vendo essas coisas, então, mais claramente*”.

No cenário local, Suzana e Sônia deixam claro que as relações entre os grupos sociais em 68 eram conflituosas e discriminatórias em função da diversidade de origens ideológicas que se articulavam em um processo dialético de exclusão/inclusão social<sup>57</sup>, que, como consequência, em relação ao grupo ao qual pertenciam, geravam ameaças violentas e discriminatórias associadas ao gênero, nos bastidores das disputas políticas: “*Os eruditos, os muito... chegados somente às grandes obras ...esses discriminavam muito. E nós, inclusive, perante esse grupo... éramos as pequenas burguesas. (...) Sempre as mulheres eram mais discriminadas e rotuladas assim (...). Sempre teve uma discriminação, porque nós nos originamos de um movimento cristão (...). Aqueles que eram mais ligados ao PC do B sempre olhava a gente de banda, como as igrejeiras, as cristâzinhas, uma*

---

<sup>56</sup> Para detalhamento da análise da dinâmica interna das organizações de esquerda e do movimento estudantil, ver: Gorender (1987); Ridenti (1993) e Reis Filho, (1990).

<sup>57</sup> Souza (2004, p.61) realiza um amplo debate sobre a complexidade e ambigüidade dos conceitos de exclusão e violência, incluindo a referência dialética presente nas práticas sociais de exclusão/inclusão, seja nos regimes políticos de exceção ou nas práticas democráticas que visam à cidadania. Destacamos aqui que fazem parte dessa discussão as práticas de “restrições invisíveis, mediadas ideologicamente, naturalizadas e materializadas nos costumes, como a limitação de acesso a determinadas profissões para mulheres, ainda hoje”.

*coisa assim*”. As falas de Sônia sobre os bastidores das disputas políticas e ideológicas complementam a análise das formas de exclusão e ações violentas: “... *a gente defendia uma posição, o cara defendia outra. E, às vezes, assim... diante do povo, da assembléia, tava tudo bem (...). Mas, por trás, às vezes, os caras tavam se comendo. Brigando mesmo. (...) Dizia assim: ‘vamos dar uma porrada nessas... A Ação Popular tá cheia de menininhas. Essas menininhas filhinhos de papai, aí’*”.

Esse exemplo de disputa interna no Movimento Estudantil local em 1968 vai ao encontro da análise de Souza (2004), em relação ao processo de exclusão e, portanto, de violência, já que podemos observar a presença de grupos “reguladores das relações políticas” que lutavam “para se impor como interesses dominantes”(p.64). Portanto, estabeleciam um processo de categorização que implicava diferenciações grupais (tanto positivas quanto negativas) baseadas em posições ideológicas e comportamentais, que permitiam identificar o outro como diferente, logo, não pertencente ao grupo.

Segundo Souza (2004), a violência articulada com inclusão/exclusão não se dirige a qualquer ser social, é um processo contra categorias sociais específicas construídas historicamente, como, por exemplo, “comunistas”, “de esquerda”, “subversivos”<sup>58</sup>. Portanto, essa é uma dinâmica que pode ser percebida entre os mais diversos grupos sociais mencionados pelas mulheres. Podemos citar como exemplo a categorização social mais ampla, que abarca a comparação entre um Nós (comunistas/militantes) e um Eles (não comunistas), entre um Nós (mulheres militantes) e Elas (“*o grupo, por exemplo, de mulheres que seguiam o modelo tradicional*”) ou, ainda, entre um Nós “de esquerda” e um Eles “de direita”, e vice-versa, consideradas aqui como relações intergrupos. Por outro lado, há também a dinâmica interna do grupo “da esquerda”, que vai se dar na interação entre os subgrupos e organizações de esquerda. Como exemplo, podemos citar: “A Esquerda” e a “*esquerda festiva*”; as militantes originadas “*de um movimento cristão*” e as militantes “*de grupos mais radicais*”; “*os simpatizantes*” e os militantes; entre tantas outras categorizações de organizações de esquerda citadas

ao longo da exposição dos resultados. Vamos chamar, portanto, essas relações de relações intragrupo, considerando as organizações como sub-grupos da categoria maior, a esquerda.

Para exemplificar categorizações e diferenciações, podemos recorrer aos “apelidos” mencionados pelas militantes para diferenciar os grupos: “os eruditos”, “os teóricos”, “os radicais”, “as igrejeiras”, “as cristâzinhas”, “filhinhas de papai”, “pequenos burgueses” ou “burguesas”, entre outros. Essas expressões se referem sempre a aspectos considerados pejorativos, ou melhor, socialmente desvalorizados dentro da categoria social mais ampla “estudantes de esquerda”, identidade social que abarcava a todos e que, em certo sentido, os igualava nas diferenças. “Essa identidade funciona como uma marca que permite identificar quem faz parte e quem não faz parte do grupo”.<sup>59</sup> Por outro lado, entre as categorizações de esquerda havia aquelas destinadas aos considerados menos engajados: a esquerda que não poderia “ser levada a sério”, “a esquerda festiva”, a que Sônia e Solange se referem, porém com perspectivas diferenciadas. Solange se remete à referência que os grupos militantes de fora do estado (*outgroup*) tinham sobre as atividades da militância capixaba (*ingroup*), que geralmente aconteciam em festas e eventos vinculados à Universidade. No entanto, ela protege a Identidade social de esquerda do seu grupo ao mencionar a importância que esses eventos tinham para as articulações internas do movimento, funcionando, também, como uma espécie de fachada: “*Se dançava, se brincava, mas ali era facilíssimo chamar o conselho do DCE. Com certeza, tavam os representantes de todas as faculdades*”. Sônia se refere, ao falar de esquerda festiva (*outgroup*), do grupo de militantes e simpatizantes que se detinham em discussões sobre as mudanças dos costumes afetivo-sexuais ligadas às discussões sobre oposição ideológica (“*Ficar discutindo política em barzinho, tomando cerveja e comendo pizza. Só a parte boa*”), em contraposição aos outros militantes (*ingroup*) que planejavam e executavam ações.

---

<sup>58</sup> Para a análise do modo como a categoria “subversivo” se inseriu no cotidiano nacional, ver: Velho (1997).

<sup>59</sup> Souza 2004, p.64.

Segundo Tajfel (1983), é exatamente esta perspectiva comparativa que estabelece a ligação entre categorização social e identidade social, ocorrendo uma tendência à valorização do *ingroup* e à desvalorização do *outgroup*, e, portanto, das possibilidades de inclusão/ exclusão a partir das identificações sociais, exemplificada por Velho (1997).

Em todo e qualquer grupo tribal, tradicional ou moderno, definem-se e classificam-se categorias sociais (...). O fato de um indivíduo ser judeu, católico, cigano, índio, negro, umbandista, japonês etc. coloca-o como parte de uma categoria social que, dependendo do contexto, poderá ser valorizada ou ser objeto de estigmatização (...). Podem-se, como sabemos, estabelecer *n* diferenciações e subdivisões dependendo do palco e dos atores envolvidos. As categorias podem ser reconhecidas pelos seus membros como autênticas ou poderão ser tomadas como acusações ou rótulos estigmatizantes (p.44-45).

Portanto, ao chamarem o grupo de Sônia, Suzana e Solange de “*igrejeiras*”, associavam a ele atributos ideológicos considerados negativos pela esquerda<sup>60</sup>, considerando a participação política para a qual a mulher não estaria habilitada e estabelecendo, assim, um processo de exclusão moral e social. Dessa forma, desqualificando a ação política e ideológica, de suposta origem burguesa e de gênero, do grupo local da AP, composto por lideranças basicamente femininas, estavam fazendo um movimento de valorização e proteção positiva do próprio grupo e das suas lideranças masculinas.

Essa produção de um distanciamento do outro grupo, que acarretava a valorização dos participantes do próprio grupo e o fortalecimento das convicções internas, promovia e justificava a penalização do outro através da exclusão moral e social, justificando, inclusive, como vimos acima, o uso de ameaças de violência física contra as mulheres. “A contrapartida da exclusão, face perniciosa e cínica das relações intergrupais e categorizações, é a promoção de solidariedade e identidade, portanto de inclusão e pertencimento”<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Historicamente, a religiosidade está vinculada à representação de gênero feminino.

<sup>61</sup> Souza (2004). Análise baseada nas colocações do autor, que chama atenção para o fato de que “grupos ou categorias podem ser excluídos não apenas por sua condição econômica degradada, mas

Tajfel (1983), ao discutir a relação entre categorização social e sentimento de pertença de um indivíduo a um grupo, não se refere apenas a uma pertença objetiva, mas a um sentimento de pertença que associa representações, senso de justiça, valores éticos e morais e conhecimento sócio-histórico que promovem “aspectos e consequências psicológicas da pertença” (p.294), fazendo com que a identidade social de um indivíduo seja concebida por meio do “conhecimento que ele tem de que pertence a determinados grupos sociais, juntamente com o significado emocional e de valor que ele atribui a essa pertença”. Tais aspectos “só podem ser definidos através dos efeitos das categorizações sociais que dividem o meio social do indivíduo no seu próprio grupo e em outros”. Temos, então, uma elaboração de pertencimento múltiplo, que promove um caráter múltiplo também à identidade, posicionada no cruzamento de vários contextos sociais nos quais o sujeito pode se reconhecer e se diferenciar em diversas interações grupais, inclusive com os considerados “marginais”. Portanto, um grupo só pode existir enquanto tal na medida em que há um outro grupo através do qual ele pode se reconhecer e ser reconhecido. É através desse mesmo círculo de reconhecimento que as identidades se tornam visíveis, sendo reconhecidas por outros dentro de locais específicos de interação (Mische, 1997).

Um exemplo dessa interação nos parece ser a reflexão que Sônia faz a respeito do posicionamento de Silvia frente ao processo de exclusão social promovido pelo grupo. Tal reflexão indica que a identidade de gênero promovia tipos distintos de pertença que poderiam ser apontados nos dois grupos, favorecendo uma outra forma de interação entre os mesmos: “*a Silvia ficava pra morrer quando faziam essas coisas. Porque ela não participava disso. Mas eu acho que mulher era maioria do nosso lado, da Ação Popular, aqui de Vitória*”.

O relato de Suzana sobre os conflitos grupais, no que diz respeito à identidade de gênero das mulheres militantes, aponta outra interação, que, a nosso ver, deixa clara a relação entre categorização social, pertencimento múltiplo e identidade como reconhecimento. Sua fala indica a percepção de que seu grupo (o

---

também em função do sexo, do gênero, da raça, do local de moradia, da filiação a escolas filosóficas ou científicas, da sexualidade e de limitações físicas ou mentais, entre tantas outras possibilidades” (Souza, 2004, p. 67).

*in-group* neste caso são as mulheres militantes) é valorizado negativamente pelas mulheres não militantes: “*havia um certo preconceito em relação a nós, era... o grupo, por exemplo, de mulheres que seguiam o modelo tradicional. Elas percebiam que nós éramos diferentes (...)*”. A fim de proteger o seu grupo e, logo, a identidade grupal, ela desvaloriza o repertório de reconhecimento das “mulheres tradicionais” e se identifica com a representação de que, em contraposição, as mulheres militantes são mais “avançadas” ou mais cosmopolitas: “*a gente achava que era coisa de Vitória, de cidade pequena, (...) como se fosse uma mentalidade provinciana*”. Por outro lado, nas relações internas da esquerda, ela sente que seu grupo de militância (o *in-group* passa a ser formado pelas mulheres que militavam na mesma organização) também é alvo de preconceito, sendo identificadas com as mulheres “tradicionais”: “*Agora, por outro lado, esse grupo mais radical achava que nós éramos, ainda, como aquelas*”. Para valorizar a identidade grupal nessa rede social, seu grupo valoriza negativamente o comportamento das mulheres que pertencem ao grupo “dos radicais”: “*esse outro grupo já era um grupo muito mais avançado, mais livre. Então, eram outros valores do ponto de vista, é... da sexualidade*”. Ao mesmo tempo, o comportamento do seu grupo é enfatizado como o mais adequado para “*meninas direitas*”: “*Então, nós éramos meninas direitas. A gente passava a noite, por exemplo, fora de casa, mas trabalhando, ali. Mas ninguém saía dali pra fazer um programa, pra dormir com um cara, pra isso e aquilo*”. Entretanto, ao fazerem isso, se identificam com alguns elementos que caracterizam o grupo das “*mulheres que seguiam o modelo tradicional*” e utilizam o mesmo repertório desse grupo para desvalorizar as outras integrantes da esquerda: “*Então, essa coisa de virgindade, essas coisas, ainda era um valor preservado, né? Mas isso era relativamente mal visto*”. Essa reflexão apresentada indica que um mesmo grupo oscila entre a dialética out-group/in-group em suas múltiplas interações, dependendo das circunstâncias nas quais seus reconhecimento e pertença são acionados, e reage valorizando positivamente as ações e a identidade do próprio grupo, desvalorizando o outro grupo, ainda que, para isso, utilize elementos do repertório de reconhecimento pelo qual também já foi desvalorizado.

Portanto, a identidade social é múltipla, uma vez que está relacionada, no contexto das interações sociais, a pertenças também múltiplas: faz parte “*da competência normal de um agente social*” mover-se entre planos e níveis distintos da realidade socialmente construída sem que isso cause choques traumáticos, caracterizando, assim, o “*potencial de metamorfose*” da identidade, que, segundo Velho (1994), se caracteriza por estar

vinculada a grupos de referência e [ser] implementada através de mecanismos socializadores básicos contrastivos, como família, etnia, região, vizinhança, religião etc. A tendência à fragmentação não anula totalmente certas âncoras fundamentais que podem ser acionadas em momentos estratégicos. Por outro lado, a fragmentação não deve ser entendida como um estraçalhamento literal do indivíduo psicológico. O trânsito entre os diferentes mundos, planos (...) é possível, justamente, graças à natureza simbólica da construção social da realidade (p. 29).

A identidade como reconhecimento e experimentação também está presente na relação intergrupo das mulheres que militaram em 1971, embora não tenha sido mencionada a interação intragrupo da esquerda. Exemplo é o “potencial de metamorfose” que podemos perceber no processo identitário de Rosane frente à militância. Em suas falas, ela destaca a relação conflituosa que estabelece com a militância, à medida que aponta elementos que configuram a identidade feminina, compondo um repertório mais ou menos delimitado de reconhecimento coletivo sobre moça “direita” ou de família. Tal repertório não era aplicável às moças militantes, pois seus comportamentos rompiam com algumas regras de recato que deveriam ser seguidas. “*Não podia ir no barzinho, era proibido porque era mulher*”(Sônia). “*Eu já era chamada de subversiva, era uma pessoa que questionava...*” (Suzana). “*Porque mulher, naquela época, não podia andar em bar, né, (...) Não podia ficar assim... solta na rua, tinha que ser acompanhada e, no máximo, até 10, 11 horas da noite*” (Rosane).

Rosane partilhava desses códigos e se aproximou da militância temendo sofrer, pelo risco de poder vir a ser identificada como “mulher comunista”, uma exclusão moral e social. Esse foi um dos motivos pelos quais resistiu em se reconhecer como pertencendo ao grupo de militantes com o qual estava envolvida: “*Então, outra coisa também que eu não gostava (...) era que as mulheres eram muito liberais. Pra mim, eram muito galinhas, muito piranhas. (...)*”. Por outro lado, à medida que interage na militância e convive com as outras mulheres, vai se identificando, reconhecendo e sendo reconhecida, criando, assim, um impacto crítico em relação às opções que estavam disponíveis: “*tanto que tinha uma grande amiga minha, que (...) quando ela soube que eu era, né, que depois eu contei, ela falou assim: ‘mas elas não são galinhas, são piranhas?’ Eu disse: ‘não, não são não!’*”.

O que queremos assinalar com tais exemplos é que as entrevistadas, embora tenham militado em cenários políticos diferentes (pré e pós AI-5), compartilhavam uma dinâmica de interação grupal que se desenvolvia de forma semelhante. Essa dinâmica de interação, porém, se dava com uma maior intensidade para as mulheres que militaram até 68, em função das diversidades grupal e ideológica com as quais tinham que lidar dentro do que poderia ser chamado “grande grupo de esquerda” e que geravam, portanto, também uma maior diversidade de repertórios, motivações e trajetórias.

Nesses movimentos a proporção de mulheres foi bem menor que a dos homens<sup>62</sup>. Por outro lado, se forem levados em conta alguns elementos, podemos perceber que, ainda que proporcionalmente menor, sua presença foi significativa. Em primeiro lugar, as mulheres ocupavam posições submissas na política e na sociedade até o início dos anos 70. A regra era a ausência de mulheres na política, principalmente nos partidos, exceto para reafirmar seus lugares tradicionais de mãe, esposa e dona de casa, principalmente para as mulheres que iniciaram a militância antes de 1964 (Goldemberg, 1997; Ridenti 1993). A presença das mulheres na luta armada e nos movimentos revolucionários representou um avanço

---

<sup>62</sup> Dos 4.124 processados por participarem de organizações de esquerda nos anos 60 e 70, 660 (16,0%) eram mulheres. Já os grupos armados urbanos, no seu conjunto, tiveram percentagem um pouco mais significativa de mulheres na sua composição: 18,3% (Ridenti, 1993).

para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado, ainda que essa participação, em certa medida, também se desse em função do mundo masculino. Segundo Goldemberg (1997), essas mulheres, com raríssimas exceções, foram introduzidas no mundo da política por algum homem importante em suas vidas (irmão, pai, marido etc..), o que contribuiu para a sua “invisibilidade” no interior do partido. Por estarem sendo “escondidas com o rótulo: ‘mulher de’, ‘companheira de’, ‘filha de’” (Goldemberg, 1997, p. 352), elas apareciam como coadjuvantes.

Destacamos esses elementos na trajetória das mulheres que entrevistamos, havendo uma diferença entre as que militaram até 1968 e as que iniciaram a militância em 1971. Dentre as militantes da década de 1960, nenhuma ingressou no partido, ou mesmo no movimento estudantil, conduzida por um homem. Pelo contrário, filiaram-se ao movimento sob protestos dos familiares e sempre tiveram ações independentes e de destaque nas organizações, envolvendo-se com as decisões políticas (o mundo das idéias) e com as ações práticas (o mundo público). Situação diferente daquela das que militaram em 1971. Com exceção de Raquel, todas as outras ingressaram na militância pelas mãos de seus companheiros e não tiveram a oportunidade de ocupar posições destacadas ou de liderança, o que também não significa que abdicaram de suas próprias atividades de militância em prol da deles. Criaram o seu próprio espaço de atuação, desenvolvendo uma certa autonomia, ainda que fosse nas bases do movimento. Para Goldemberg (1997), existe uma estreita relação entre militância masculina e ingresso feminino no que tange à posição ocupada pelas mulheres no interior da organização. Tal fato pode estar relacionado com o capital cultural diferenciado entre os gêneros: quanto mais as mulheres apresentavam um capital político acumulado quando da sua entrada na organização, maior possibilidade de uma relação de gênero mais igualitária.

Sem dúvida, a competência política de Sônia era reconhecida tanto pelos homens quanto pelas mulheres envolvidas em sua trajetória política, motivo pelo qual teve funções de liderança tanto no movimento estudantil quanto na militância operária na AP em 69: “*Ela era uma liderança decisiva, articuladora e tudo mais (...). E ela tinha uma vinculação com o movimento mesmo, com o partido e com o*

*movimento proletário. Era uma coisa mais... mais comunista mesmo, uma coisa bem explícita, assim*” (Suzana). Grande destaque tiveram também Suzana, que foi presidente de diretório acadêmico, e Silvia, que liderou e organizou grandes movimentos de rua. Solange cita o exemplo de Silvia para mostrar o quanto ela era reconhecida na militância como uma mulher que apresentava um capital político e cultural importante: “*tinha a Silvia (...). Eram umas pessoas muito fortes, eram umas mulheres muito decididas, sabe? E, ao mesmo tempo, pessoas que você não podia falar nada delas em nada, eram pessoas muito... bonitas, se apresentavam, falavam muito bem*”.

Parece que o alto capital cultural, social e político<sup>63</sup> dessas mulheres foi determinante no tipo de atividade que desempenharam, quando associado ao fato de não estarem acompanhadas de nenhum homem militante. Tal situação pode ser exemplificada pela percepção da mudança na condição de líder, ocupada por Silvia, quando esta passou a namorar um líder do movimento estudantil: “*Então, é como a gente via, por exemplo, a... a Silvia, ela teve esse papel, mas quem apareceu muito mais foi o cara, o companheiro (...). Mas a gente sentia que ela tinha muito mais consistência*”.

No grupo de 1970, Renata até brigou dentro do partido para que pudesse participar das decisões internas e, embora tivesse um capital político e cultural também reconhecido pelos pares, foi convencida, depois de uma votação pela sua expulsão, a permanecer na base. Seu namorado era dirigente regional.

O machismo<sup>64</sup> nessas organizações foi apontado, direta ou indiretamente, por todas as mulheres entrevistadas. No entanto, durante a militância ainda não tinham adquirido uma consciência explicitamente feminista da especificidade da condição da mulher na luta política cotidiana, embora tivessem algumas atitudes ou incômodos nas relações, que já apontavam essa direção: “*quando eu cheguei, que eu encontrei uma instituição tão fechada, tão cheia de ‘você tem que aceitar isto’ quanto aquela da qual eu tinha me libertado, eu falei: ‘Não. Não de*

<sup>63</sup> “O capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na *crença e no reconhecimento*, ou mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa -ou a um objeto- os próprios poderes que eles lhes conferem” (Bourdieu, 1998, p. 188).

<sup>64</sup> Sobre machismo, ver: Soares, 2004.

*novo’’* (Renata). Entretanto, é preciso salientar que a idéia que predominava era a de que mulheres e homens eram iguais na luta, as diferenças se davam por causa do sistema. Assim, as reivindicações mais especificamente femininas eram vistas como pequeno-burquesas, acusação freqüentemente acionada contra as mulheres que buscavam um espaço maior, como relatou Renata: “*ah, mulher... a revolução vai resolver tudo. Isso daí tudo é fruto do capitalismo, que coloca hierarquias*”. No seu depoimento, fica clara a existência de uma certa insubordinação feminina nas organizações armadas: “*Eu não queria ser uma militante de base, eu queria ascender no partido. E isso nunca foi colocado pra mim*”. Ficou evidente para ela que a discriminação de gênero estava estabelecida dentro do partido: “*ou calando a discussão com argumentos biológicos, ou não deixando a ascensão das mulheres*”. Rosane demonstra que o partido considerava natural que as tarefas menores fossem obrigações das mulheres. Segundo o comentário de seu namorado, ao saber “*que tinha uma das mulheres militantes, que estava querendo alcançar ações*”, “*mulher não era pra fazer*”. Embora não tenha percebido na época que suas indignações tinham tais características, foi a partir desse episódio que ela passou a ter embates feministas com dirigentes sobre o papel da mulher/esposa na guerrilha: “*Aí, eu já ficava indignada com aquilo tudo... Então, eu falava assim: ‘nós [referindo-se também ao namorado] não vamos nos reunir com esse partido de vocês, porque eu não vou pra cozinha, nem vou lavar roupa pra homem. (...) não é essa a finalidade do partido, não!’*” Para ela, parecia injusto e significava falta de caráter um homem não trabalhar e só se dedicar à militância, enquanto sua mulher, também do partido, trabalhava para sustentá-lo, como ela supunha que era a situação de Regina: “*eu não admitia isso! Ela trabalhava, cuidava da casa, fazia comida, lavava roupa, e ele fazia só a parte mais leve, que era a parte intelectual. (...) Então, tinha uma divisão que era: os homens faziam a parte mais intelectual, mais nobre, e as mulheres ficavam com as ações... é... mais comuns, mais de mulher*”.

Também havia uma grande luta das militantes de 68 para provar seu valor e manter suas posições frente à liderança masculina, como relembra Suzana: “*iam... se evidenciando como líderes, como pessoas capazes mesmo e... tinham um nível*

*intelectual de reflexão profunda das coisas, de compreensão de todo o processo... tiveram que, praticamente, disputar com os homens”.*

Essa configuração de gênero no interior das organizações salienta o modelo prevalente de mulher militante e as representações mais gerais existentes sobre o bom militante<sup>65</sup>. Nos depoimentos aparece um modelo que era exigido na militância e outro que elas iam adotando em suas trajetórias. O “ser militante” exigia das mulheres a negação de sua individualidade em função do partido e se aproximava do modelo tradicional de papéis masculinos e femininos, no qual a mulher é considerada hierarquicamente inferior ao marido na família. Muitas vezes a função das mulheres restringia-se a servir de fachada para os homens em ações, se passando por namoradas ou sendo a esposa dos militantes, estando impedidas de participarem mais efetivamente por terem que se ocupar da vida doméstica e dos filhos, como aconteceu com Regina, Suzana e Raquel. Por outro lado, suas atitudes e desejos se dirigiam a um modelo mais próximo do difundido pelo movimento feminista, em que se buscava a igualdade e se defendia o controle feminino sobre sua própria vida. Quanto mais nos aproximamos da trajetória das mulheres que foram militantes em 71 e 72, mais nos deparamos com esses conflitos se aglutinando em seus papéis, valores e visões de mundo.

Ainda que vistas hoje pelos movimentos feministas como relativamente tímidas, as alterações nas relações entre homens e mulheres, sobretudo as que militaram na esquerda armada em 71 (Rosane, Renata, Regina, Raquel, Rita e Silvia), produziram também modificações em uma série de preconceitos e práticas afetivo-sexuais, bem como na interação no cotidiano da militância. Sem dúvida, ainda que toda a discussão sobre os papéis femininos já estivesse em pauta nas rodas informais da esquerda no momento anterior (até 68), se compararmos as práticas, há diferenças. A principal delas refere-se às relações afetivas-sexuais: as mulheres do primeiro período (Sônia, Solange e Suzana) citam menos a vida afetiva, falando amplamente sobre o mundo público e político. Naquele momento a

---

<sup>65</sup> Ao bom militante estão associadas características que salientam a militância masculina: o domínio do discurso em grandes passeatas e assembleias, fala dura, impessoal e agressiva, distância das questões da vida familiar e doméstica, métodos de disputas agressivos, entre outros (Ramos, 2001).

militância estava completamente voltada para o mundo político, que se estabelecia cindido do mundo privado. Como coloca Sônia: “é que não queria namorar...”. Silvia se diferencia nesse sentido. Para ela, revolucionar a estrutura burguesa era começar por si mesma, fazendo da vida pessoal, ao romper com todos os tradicionalismos morais, uma ação política: “*mas era uma postura pessoal, claramente pessoal*”. Assim, percebe que existia, em 68, uma distância entre ela e as demais, notando que suas trajetórias políticas e sociais não eram as mesmas. Isso fazia com que elas tivessem posturas ideológicas que se diferenciavam principalmente pela origem e vivência de classe social. Tal fato, por não estar mais ‘protegida’ pelas condições e valores da classe média, proporcionou a Silvia uma outra experiência sobre o “ser mulher”: “*quantas mulheres tinham referências fortes no movimento estudantil da Solange, da Sônia? Lembro que Sônia foi uma figura que marcou muito, mas elas não faziam parte desses dois mundos (...). E, depois, foi diferente também, talvez, ou quase certamente, pelo fato de que eu era uma menina pobre*”.

As mulheres do segundo período, ao se referirem à vida política, também se referiram à vida afetiva. Nesse contexto, a militância não estabelecia fronteiras e tudo era vivido intensamente, como exemplifica Renata: “*Eu tinha de dezoito pra dezenove anos... Aí, foi essa militância de um ano, tensa, porque tudo tava começando (...), tava apaixonada pela profissão. Eu tava adorando o curso..., eu tava apaixonada pelo meu namorado, era uma paixão avassaladora... Eu tava... no meio de uma guerra. Então, esse foi o momento de explosão de emoções... Vivia emocionada com tudo*”. No segundo período, as mulheres viveram um momento de militância no qual não havia mais a possibilidade da convivência coletiva entre elas. Elas não se encontravam, portanto, não podiam perceber as diferenças, fossem ideológicas, comportamentais ou de classe, que estavam colocadas entre elas. Essas diferenças só puderam ser comparadas na prisão, quando viveram coletivamente. Tal comparação marcou profundamente a vida de Rosane, pois a fez perceber o quanto estava distante sócio-culturalmente das companheiras, por ser negra e de origem pobre. Tais aspectos demonstram que devem ser consideradas as diferenças sociais existentes entre as mulheres das chamadas

“camadas médias intelectualizadas”<sup>66</sup> que compunham os movimentos estudantil e revolucionário dessa geração, para que não se iguale toda a diversidade da experiência, privilegiando historicamente uma classe, o que certamente não contribuiria para a democratização da memória social da história recente do País.

A militância das mulheres revolucionou os costumes, questionou o papel do casamento na sociedade, questionou a virgindade e estabeleceu uma dinâmica de vida na clandestinidade que alterou as práticas afetivo-sexuais. Percebemos diversos avanços na militância feminina. Com a conquista de diversos direitos na atuação pública e política<sup>67</sup>, esses avanços se consolidam na trajetória política das mulheres até a atualidade, embora a igualdade ainda permaneça como um desafio. Os papéis femininos mudaram e essa mudança se deu não apenas em função do processo de democratização da sociedade brasileira, na qual a vida política adquiriu novos contornos, mas principalmente devido ao fato da mulher ter alcançado uma série de conquistas nos mundos público e privado<sup>68</sup>. As mulheres que entrevistamos nos dão um ótimo exemplo dessa dinâmica. Elas romperam com a possibilidade de um único modelo feminino, o tradicional, no qual a mulher abdica de sua individualidade e projetos pessoais para investir nos do marido. No caso de Rita, Rosane e Regina, por exemplo, romper com o modelo significou romper com o casamento. Embora ainda exista o papel da mulher obediente e única responsável pelo bem estar familiar, existem também mulheres autônomas, que exigem respeito e igualdade na família, no trabalho e nas organizações políticas, ainda que esses elementos estejam em constantes conflitos.

Cabe também lembrar que nem toda a oposição feminina após 1964 foi tão extremada, nem politicamente nem pessoalmente, quanto aquela das mulheres que aderiram a organizações de esquerda. Sabemos de uma atuação também importante em 1968, destacada por Silvia: os movimentos de mães, noivas, esposas que protestavam contra a repressão a seus familiares. Ainda que essas mulheres não tenham colocado em discussão a transformação das relações de gênero, tiveram

---

<sup>66</sup> Guilhon Albuquerque (1977a; 1977b); Forrachi (1977;1982); Almeida e Weis. (2002).

<sup>67</sup> Ver Tabak e Toscano (1982); Barroso (1982); Pimentel (1988) e Godinho (2004).

<sup>68</sup> Ver Venturine. Recamán e Oliveira (2004).

possibilidade de adquirir conhecimento político e ultrapassar o espaço privado e doméstico.

Uma das questões que apareceram neste estudo foi a forma como as militantes Sônia e Silvia construíram um “nome” no campo político da época, entendendo-se que estes “nomes” (prestígio ou fama) foram o capital simbólico<sup>69</sup> que elas obtiveram ao serem conhecidas e reconhecidas dentro e fora das organizações das quais fizeram parte. Assim, permaneceram na memória do movimento estudantil de 68 e na daqueles que compartilharam de suas atuações, rompendo com o anonimato e a invisibilidade que perpassa a militância feminina. É muito importante destacar essa questão tendo em vista que as mulheres militantes de destaque no cenário da esquerda antes de 1964, geralmente construíram seus nomes por meio do reconhecimento adquirido pelos companheiros, como, por exemplo, Maria Prestes<sup>70</sup>.

Tanto Sônia quanto Silvia tornaram-se “mitos” depois de 68. Foram mulheres emblemáticas para a geração militante seguinte, em função dos grandes feitos que lideraram e da perseguição que sofreram durante todos os anos seguintes (prisão, tortura, exílio), feitos e perseguição nebulosamente comentados entre os militantes de esquerda em 71. Renata nos dá uma idéia da importância que elas tiveram para as militantes depois de 1968: “*teve um movimento que foi até 68, mas é outra geração, depois veio o AI-5. Eu não conheci essas pessoas. Cheguei depois. Mas tinha lendas, tinha a lenda da Sônia, da Silvia. Tem um intermédio e depois tem um outro movimento aqui, início de 70, que é o pau puro, que é a guerrilha. Ninguém mais tava lá*”. Raquel também se refere à lenda que existia em torno do nome das duas, exemplificando o que representava o nome de Silvia: “*É, Silvia e Sônia, os nomes que eu via na época. Silvia, que era um mistério absoluto. Eu não conseguia saber qual era a história de Silvia (...) mas tinha um nome. Aí, eu perguntava: quem é? Foi embora, tá certo? Era da onde? Não tinha*

<sup>69</sup> “O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele credita (...) que ele lhe confia pondo nele a sua confiança. (...) o homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos” (Bourdieu, 1998, p. 188).

<sup>70</sup> Prestes (1993).

*informação, tinha um nome. E era desaparecida*”. Suzana se refere ao papel que as mulheres desempenharam tanto em seus grupos partidários quanto no movimento estudantil estadual, destacando a atuação de Silvia: “*Agora... o que eu sempre pensei comigo é que quem parece que sempre alimentava a chama eram as mulheres. Por exemplo, no movimento... maio de 68 (...) Silvia. Nitidamente, quem dava sustentação àquele grupo... né? (...) A gente percebia que quem alimentava aquilo tudo ali era a Silvia*”.

Por outro lado, estamos também querendo enfatizar que as demais mulheres, ainda que não tenham se tornado um mito ou uma lenda, construíram seus nomes por meio do seu próprio capital político, social e simbólico. Conquistaram independência e tornaram-se profissionais, tornaram-se socialmente independentes depois de terem vivido em um intenso mundo político e social, pois não se contentaram em ser “a mulher do marido, a sombra de um homem de esquerda<sup>71</sup>”.

Ao falar da militância, não podemos deixar de falar do significado do sofrimento na vida dessas mulheres. Não pretendemos, de forma alguma, analisar as perdas e as dores, desejamos apenas mostrar o que foi revelado através do sentido que elas atribuem a essas experiências em suas trajetórias.

### **6.5.2 Militância feminina e violência: Clandestinidade, tortura e prisão.**

Falar das mulheres militantes implica falar de mulheres exiladas, perseguidas, presas e torturadas. Também daquelas que tiveram suas vidas afetadas profundamente por acompanharem o sofrimento de seus companheiros, maridos, pais e mães. Mulheres que abandonaram suas famílias, os estudos, perderam seus trabalhos e se afastaram de seus amigos. Tiveram filhos na clandestinidade, sozinhas no exílio, na mais absoluta precariedade, apartadas de apoio e carinho. Algumas foram obrigadas à ausência dos filhos. Mulheres que tiveram suas casas reviradas, seus pertences confiscados, suas vidas invadidas. Mulheres que buscaram a liberdade em tempos de ditadura e que enfrentaram a violência dentro e fora de seus partidos. Começaremos pela clandestinidade.

---

<sup>71</sup> Goldemberg (2004, p. 143).

A militância exigia que os indivíduos transitassem na malha social de forma peculiar, com procedimentos alternativos de interação social que contrastavam com o código cultural com o qual estavam habituados. Tais procedimentos variavam entre a semi-clandestinidade até uma espécie de ‘desaparecimento’ da vida cotidiana legal no interior da sociedade<sup>72</sup>. Essa experiência não abolia os arranjos sociais constantemente negociados para garantir a produção da vida em sociedade. O que se vivia era uma outra forma de inserção na vida social, que passava a ter novos significados e criava uma nova rede de interação, diferente da que existia na vida legal. Tal situação pode ser caracterizada como uma espécie de ‘realidade paralela’, e quem estava na situação de semi-clandestinidade transitava entre uma e outra. Aqueles que estavam em clandestinidade total passavam a viver a reclusão, condição na qual os únicos elos de ligação social eram, quando possível, os companheiros semi-clandestinos. Na sociedade legal também surge uma nova rede, a dos simpatizantes, que se engajavam em um movimento de solidariedade aos militantes através das mais diferentes formas de apoio, já mencionadas anteriormente.

A clandestinidade foi vivida de diversas formas, tanto em relação à qualidade da experiência quanto ao tempo de duração, podendo ser contínua ou não. Para as histórias apresentadas, a clandestinidade significava o convívio regular nos espaços urbanos nos quais os sujeitos transitavam, apesar da condição incógnita desses mesmos sujeitos, em função da militância. No entanto, todas vivenciaram a militância clandestina em uma vida legal, o que, para a época, não era considerado viver em clandestinidade. Contudo, essa experiência já provocava sensações de perigo, risco e mal-estar, mesmo antes do AI-5, em relação aos encontros clandestinos e às estratégias que tinham que adotar para não levantar suspeitas, como nos conta Solange: “*Eu acho que não poder mostrar a cara é*

---

<sup>72</sup> A semi-clandestinidade representava a tentativa de conciliar a militância ilegal com uma vida relativamente normal, fazendo com que os militantes pudessem manter melhores condições de sobrevivência e de realização de tarefas, garantindo a própria segurança e a segurança de companheiros, por poderem transitar no meio social. Já no outro extremo, têm-se a situação limite, a perda de contato com o mundo legal e, na maior parte das vezes, com as atividades da organização, causada pela perseguição empreendida pelos órgãos da repressão. Entrar na clandestinidade total não era uma alternativa, mas uma necessidade.

*muito ruim, precisava disfarçar, dar voltas e rodeios. Isso era uma coisa que me incomodava, mas eu sabia que era necessário”.*

É interessante notar que, entre o fim de 68 e início de 72, as perspectivas sobre o que era a clandestinidade e sobre o tempo de sua duração já tinham se alterado bastante. As trajetórias de Silvia e Sônia na clandestinidade demonstram bem essas alterações, e, de certa forma, o mesmo vale para o que significava a prisão. Em 1968, quando Sônia foi presa no congresso de Ibiúna, tudo era sentido pelos estudantes como uma “festa”, para utilizar a expressão de Suzana: “Ah, não, essa de Ibiúna é folclórica, isso aí foi ótimo pra todos nós. Nós achamos isso interessantíssimo”. A própria dinâmica dos estudantes presos nessa ocasião, relatada por Sônia, demonstra um clima de euforia. Ainda se acreditava que a ditadura tinha dias contados e que tudo o que se vivia era passageiro. Podemos dizer que o que se vivia era, para usar uma expressão de Gaspari (2002)<sup>73</sup>, uma “ditadura envergonhada”. Aliás, era assim que os estudantes se sentiam, como relata Silvia em relação à sua entrada na clandestinidade no fim de outubro de 1968: “e, ainda assim, na minha consciência, veja bem, eu saí de Vitória pensando que eu voltava em 15 dias (...). ... a gente, talvez pela própria alienação de ser jovem e tudo... a gente não acreditava que pudesse acontecer com a gente, porque (...) era preso, prestava declaração, a gente entrava com habeas-corpus e soltavam, como vários companheiros, entende?” Em 1968, com o AI-5, o *habeas-corpus* deixa de existir e, em 1969, o “exército aprende a torturar”<sup>74</sup>. Sônia conhece os verdadeiros porões da ditadura, e, muito emocionada, relata como foi a decisão de entrar na clandestinidade: “e foi aí que eu resolvi, o pessoal de Ação Popular entrou em contato comigo e perguntou se eu queria ir pra clandestinidade, eu falei que ia... até porque... não tinha mais até alternativa”.

Mesmo para Sônia, que se deslocou para uma região operária, passando a viver uma outra realidade, ou para Regina e o marido, que perderam o contato com a organização, a clandestinidade não significou o isolamento total. Entretanto, esse

---

<sup>73</sup> Segundo o autor, durante o ano de 1968, as instituições militares e os órgãos de informação se preocupavam em preparar o golpe, o AI-5, mais do que recolher informações sobre organizações e ação de militantes, o que aumentava a sensação de que as ações esquerdistas estavam obtendo sucesso. Essa sensação durou até os primeiros meses de 1969.

<sup>74</sup> Gaspari, H. (2002, p. 357)

foi o significado para Silvia, que passou alguns meses isolada, transitando entre ‘aparelhos’<sup>75</sup> e casas de simpatizantes, até a preparação da saída para o exílio, e para Rita e Raquel, que passaram algumas semanas em total reclusão, sem nenhum contato com a organização, antes de se entregarem aos militares. Cabe destacar que essa experiência lhes assegurava a sobrevivência e, ao mesmo tempo, representava uma ameaça a suas vidas, o que gerava um contínuo estado de medo e desconfiança de que, a qualquer momento, poderiam ser descobertas. Rita e Raquel descrevem o que representaram os primeiros momentos em que estiveram clandestinas, residindo em uma casa emprestada, depois que os companheiros haviam sido presos: “*Aquela noite um horror, né, porque a gente morrendo de fome, não tinha comida, não tinha nada. Um medo, um medo (...). Qualquer barulho a gente achava que era a polícia, uma paranóia, né?*” (Raquel). “*A Raquel achou que tinha alguém de qualquer jeito. Aí, (...) nós saímos (...) pela porta do fundo da casa, dava pra aquela pedra, nós fomos subindo aquilo ali e ficamos ali até clarear o dia*” (Rita).

Em função da grande dificuldade que era viver em total clandestinidade, entende-se porque essa decisão era protelada ao máximo. Geralmente, ela só era tomada quando outros membros da organização eram presos, o que colocava a vida de todos os outros em risco, ou quando as militantes já tinham passado pela prisão, como foram os casos de Sônia e Regina. A clandestinidade de Silvia, por outro lado, se deu porque ela havia agredido um militar, tornando-se um alvo de ódio e vingança; passou a ser caçada no Estado.

Em situações como as de Regina, Sônia e Silvia, a mudança de identidade era o recurso de segurança mais importante, pois seus verdadeiros nomes integravam listas que se espalhavam pelos órgãos da repressão. A mudança de nome implicava a criação de uma nova história de vida e a composição de uma outra identidade social que deveria ser mantida. Se esse era um recurso que garantia a sobrevivência e o trânsito de um local para outro, havia um grande risco de, ao dar informações sobre si, cair em contradição, como contou Regina, ao

---

<sup>75</sup> Chamavam-se ‘aparelhos’ os locais que tinham a função de esconder os militantes por um período de tempo. Geralmente, casas ou apartamentos alugados pela organização, por intermédio de algum simpatizante ou militante legal, para assegurar a segurança do local.

relatar sua fuga do Estado, em um táxi, pelas cidades do interior. Outro problema era a dificuldade para romper com o próprio passado, deixando os laços familiares, na maior parte das vezes, repentinamente, sem poder manter nenhum tipo de contato, como exemplificou Silvia, em relação à morte de seu pai: “*Papai morreu uma semana antes do nascimento da [filha], mas eu não fiquei sabendo (...)*”. Regina, Sônia e Raquel também se referem a essa distância e ausência de relações familiares como os piores aspectos da clandestinidade. É interessante observar que os laços vão se refazendo através da cultura familiar recuperada por elas nesse período, sendo utilizada como uma importante estratégia de enfrentamento que garantia a permanência do sentimento de pertença e a identidade social vinculada à vida legal. As três se referem a datas comemorativas valorizadas pelas suas famílias, essas datas se tornaram momentos esperados para a comunicação e valorização dos laços familiares. Raquel relata o natal que passou sozinha em um apartamento desconhecido, escondida. Regina refere-se ao dia das mães: “*No dia das mães, ela ficava: ‘eu sei que ela vai ligar’. Eu ligava com outro nome, né, aí ela falava: ‘ah, eu sabia que você ia ligar (...), hoje eu não ia sair de perto do telefone*””. Sônia relata a data de aniversário de casamento dos pais: “*quando papai e mamãe fizeram 25 anos de casados (...) eu liguei pra eles. Aí, eles disseram que eles iam lá aquele dia, que eles queriam me ver (...). Aí, eu marquei um barzinho, um lugar lá em Belo Horizonte pra encontrar com eles (...). E eu tenho uma foto com eles nesse dia*”.

Qualquer tipo de comunicação ou encontro era um grande risco tanto para a família quanto para a militante, já que, em geral, as casas e telefones estavam constantemente vigiados, o que permitia aos militares a apropriação de códigos familiares que possibilitassem encontrar os militantes, como revelou Regina, ao mencionar um recado falso recebido por seu marido, recado que utilizava o apelido dado a ele pelo pai.

Embora haja diferenças nos relatos das entrevistadas em relação ao período da clandestinidade, quer pela situação especial que cada uma viveu, quer pela relação que estabeleciam com essa vivência a partir de questões subjetivas, pode-se observar que, de forma geral, viviam uma situação apontada por Ferreira (1996)

como sendo de mão dupla: por um lado, se deparavam com a ação (que se dava na interação com o mundo externo) e, por outro, com a participação (voltada para a relação com a organização). Na clandestinidade, a participação foi o principal ponto que permeou as reflexões das entrevistadas.

A ordem que regula a vida na clandestinidade acaba com o limite de interação entre os domínios público, o da organização ou guerrilha, e privado, a vida particular. Havia uma forte interferência da organização na vida pessoal dos participantes, muitas vezes através de rigorosas determinações, sentidas também na militância clandestina, como já revelada anteriormente por Rosane e bastante questionada por Solange: “*você não pode mandar alguém fazer algo que você não faça. (...) É só aquela parte dos princípios básicos, você não vai infringir mesmo, em nome de nada, de nenhuma revolução.*”

Um dos domínios mais afetados pelas organizações era o amoroso<sup>76</sup>. Das nove entrevistadas, somente duas mantiveram relacionamentos estáveis que não sofreram alguma interferência da organização ou da militância. O controle das organizações atingia suas vidas do namoro ao casamento e incluía a questão da gravidez, geralmente repudiada pelos dirigentes por considerarem-na mais um fator de risco e fragilidade para o grupo, como aconteceu com Regina e Silvia. Regina teve que enfrentar o marido e abandonar a militância para poder seguir com a gravidez durante a clandestinidade. Silvia foi afastada das ações de guerrilha urbana durante a gravidez, passando isolada por todo o período, e teve que, ao sair para o exílio, deixar sua filha recém-nascida no Brasil. No que tange à vida afetivo-sexual, observamos certa ambigüidade na vivência dessas jovens. Ao mesmo tempo em que rompiam com os códigos morais da sociedade maior, experimentando uma inusitada autonomia, criavam uma outra ordem de códigos de condutas afetivas, inspiradas em ações estratégicas e com aplicações mais ou

---

<sup>76</sup> Se a convivência íntima livre de constrangimentos e imposições sociais entre rapazes e moças militantes era uma ruptura com os padrões vigentes, isso não significa dizer que eles não recorreram a arranjos convencionais de relacionamento. Todas as mulheres do segundo período, que namoravam, se casaram não virgens. Também tiveram filhos e apenas uma permaneceu casada até os dias atuais.

menos rígidas conforme a estruturação de cada grupo. Assim, se, por um lado, elas transgrediram algumas normas, por outro, acataram outras.

Regina, por exemplo, resolveu casar para poder seguir para a guerrilha do Araguaia com o marido. Como o marido não partiu por causa dela, como uma espécie de compensação, recebeu ordens do partido para fazer da sua casa uma gráfica clandestina. Renata, por estar muito apaixonada, foi proibida pelo partido de seguir para o Araguaia com o namorado: “*Então, volta e vive essa história, e deixa amadurecer. Você não pode ir dividida*”. Rosane, por outro lado, se recusou a casar e a seguir para a guerrilha, como havia sugerido a organização: “*Então, tava decidido: ou eu não iria casar com ele ou eu não iria ficar no partido*”. Sônia, por sua vez, teve que enfrentar uma separação forçada quando ela e o namorado foram contra a decisão da entrada da organização na guerrilha armada rural: “*Então, quando eu encontrava com ele, aquela idéia, a gente se fortalecia, um fortalecia o outro (...). Eles armaram para a gente não se encontrar (...), pra tentar mandar um pra um lugar, outro pro outro*”. Portanto, um militante poderia ser punido, através de sua relação amorosa, por discordar de alguma postura ideológica do partido, o que tinha um alto custo emocional para os militantes. Tais relatos apontam que a postura ideológica das organizações nem sempre correspondia aos códigos morais impostos aos seus membros.

A clandestinidade causou um grande impacto sobre as entrevistadas, em função das condições às quais foram submetidas. Tais condições exigiram delas altos níveis de autocontrole e de desprendimento da vida anterior, impondo-lhes a necessidade de uma rápida adaptação a condições adversas e desconhecidas, principalmente quando não tinham mais contato com a organização, o que também aumentava o isolamento social e as sensações de insegurança e de medo. Raquel e Rita descrevem também a sensação de perda de controle sobre suas próprias vidas, o que representava estar completamente dependente de pessoas estranhas e de decisões alheias às suas vontades ou razões, como aconteceu quando estavam na casa do tio do namorado de Rita e foram ‘obrigadas’ a se entregar ao Cenimar. A sensação de perda de autonomia foi sentida por diversas vezes nas mais diversas situações relatadas, inclusive na tortura. Essa dinâmica resulta em uma vivência

contraditória, já que um dos ideais buscados na vivência da militância era aquele que representava a ruptura dialética com todas as barreiras ideológicas e comportamentais da estrutura burguesa (no plano público) e da própria família (no plano privado), ou seja, uma busca por autonomia. Portanto, o mesmo meio, ou grupo, que tinha consolidado a individuação e a autonomia, aspectos positivamente valorizados da identidade social do indivíduo, levava à busca perda das conquistas pessoais, gerando uma fragmentação identitária, ao contribuir com o total isolamento político e social, como exemplificam Raquel, durante a clandestinidade, e Sônia, durante a prisão, relatando situações que favoreceram a fragmentação de sua identificação com as organizações de esquerda.

Raquel refere-se à obstinada busca que fez pelo apoio do partido durante a clandestinidade, acreditando que a organização encontraria um modo de tirá-los do País ou de escondê-los com segurança, já que tinham conseguido escapar do cerco militar que estava acontecendo no estado. Entretanto, o partido não os reconheceu como militantes e recusou ajuda: “*E o que eu posso dizer para você é o seguinte, isso é que chama “enganar otário”. Foi passado que havia uma situação de segurança. Era assim: se a polícia me pegou, não tem solução. Mas, se eu consegui escapar, pronto! Aí, sim, tinha tudo que fosse necessário. E foi o contrário. Ele disse: ‘que tem sim, até tem, mas para os dirigentes do partido. Vocês são desconhecidos. Tem, mas não para vocês’*”. A partir desse momento, Raquel se sente completamente abandonada pelo partido e rompe com militância partidária, tanto objetiva quanto psicologicamente.

Segundo Tajfel (1983),

se um grupo social não oferece condições adequadas para a preservação da identidade social positiva, o indivíduo abandoná-lo-á-psicologicamente, objetivamente ou ambos (...). Em certas condições, (...) um grupo só pode preencher esta função de proteger a identidade social dos seus membros, se conseguir manter a sua distinguibilidade

positivamente valorizada em relação a outros grupos<sup>77</sup> (p. 294).

Com Sônia, o processo se dá nesse sentido. Durante a prisão, ao se aproximar de militantes das mais diversas organizações de esquerda, começa a perceber que algumas dessas organizações defendiam ações que ela acreditava que somente a direita, em especial os militares, realizassem. Essa “descoberta” acelera a ruptura psicológica com a AP, ruptura que já vinha acontecendo progressivamente, desde o momento em que a organização decidiu participar da luta armada: “*Foi assim, dos grandes choques que eu tive na minha vida, quando eu comecei a entender (...). Essa descoberta do comportamento fascista da esquerda*”. À medida que Sônia não consegue mais distinguir positivamente o seu grupo dos outros radicais de esquerda, com os quais ela não se identificava, e os grupos de esquerda positivamente em relação aos de direita, inicia-se o processo de fragmentação da identidade social de esquerda. Mais tarde, no exílio, ela se afasta da identidade de militante de esquerda.

Por outro lado, Regina e o marido, mesmo estando a maior parte do período de clandestinidade afastados do partido<sup>78</sup>, continuaram se sentindo vinculados ao mesmo, pois acreditavam que a falta de apoio por parte da organização, ainda que seu esposo fosse um Dirigente Regional, só estava ocorrendo em função da repressão: “*O Zé entregou a direção nacional*<sup>79</sup>, né? (...) *Perdemos o contato*

---

<sup>77</sup>Tajfel (1983, p.291) salienta que o indivíduo pode não abandonar o grupo por “razões objetivas” ou porque “isso entra em conflito com valores importantes, sendo, eles mesmos, parte da sua auto-imagem aceitável”. Em tais circunstâncias, o indivíduo tende a solucionar a fragmentação da identidade mudando “a interpretação pessoal dos atributos do grupo de modo a que suas características indesejáveis se tornem justificáveis, ou aceitáveis através duma reinterpretação”. Ou ainda o indivíduo aceita a situação tal como é e empenha-se em desenvolver ações sociais que possam levar a mudanças desejáveis da situação. Sendo assim, podemos ainda pensar em diversas combinações possíveis entre esses aspectos, “como, por exemplo, quando há uma justificação para os atributos negativos e se empreende ao mesmo tempo uma ação social para os modificar”.

<sup>78</sup>Afastamento relacionado à impossibilidade de se localizarem militantes e dirigentes, causada pela intensa repressão militar à guerrilha do Araguaia, repressão que levou à dizimação de todo o Comitê Central do partido. Entre os 136 casos de desaparecidos políticos reconhecidos pelo Estado brasileiro, 61 são de militantes do PC do B, dos quais 58 foram mortos no Araguaia. Dentre estes, 03 capixabas foram mortos no ano de 1973 e um no início de 1974 (Miranda e Tibúrcio, 1999).

<sup>79</sup>Entre dezembro de 1972, período no qual todos os militantes capixabas do PC do B foram presos no estado, e março de 1973, “quatro membros do Comitê Central do PC do B foram mortos pela repressão (...), após a prisão de um dirigente regional do partido no Espírito Santo.” (Miranda e Tibúrcio, 1999, p. 198).

*todinho com o PC do B. Foi quando nós resolvemos ir pro Pará.... a gente tava procurando pelo partido (...) nós não conseguimos localizar. ... tava tendo a guerrilha do Araguaia. Então, se alguém era do PC do B, ele tinha muito medo de falar qualquer coisa".* A justificativa de Regina para a perda de apoio da organização promove a reinterpretação dos atributos grupais naquele momento de total insegurança e abandono. Tal estratégia pode ser identificada como uma proteção da identidade social, pois garantia o nível de pertença ao grupo, mesmo quando o partido não tinha condições de garantir a segurança de seus membros. No caso de Regina e seu marido, abandonar o partido, justo naquele momento em que companheiros estavam presos e torturados para que pudessem entregar o paradeiro de ambos, era inaceitável. Tal abandono entraria em conflito com seus valores pessoais e coletivos. Logo, o casal aceita a situação e empenha-se em conseguir sobreviver escondido, com outras identidades, migrando de cidade em cidade, assim que se sentiam ameaçados ou descobertos. A clandestinidade de Regina termina quando ela, em função da maternidade, retoma a vida legal. Logo depois, o marido se entrega e cumpre um ano de prisão.

Em função de todas essas condições, muitas das “atividades subversivas” foram sendo realizadas por militantes que ainda mantinham uma vida legal: tinham endereço certo, vínculo empregatício e local de estudos conhecido. Esse era o caso de todas as mulheres que militaram em 71, incluindo Suzana, que, mesmo não estando mais vinculada a qualquer organização, fazia parte da rede social que dava apoio à infra-estrutura do PC do B. A partir de 1970, o movimento estudantil e a vida universitária se tornaram uma espécie de fachada para aqueles que estavam envolvidos com a militância organizada dos partidos, possibilitando certa flexibilidade para ação. Era também o caso de Suzana que, tendo uma vida “acima de qualquer suspeita”, por estar casada e ser funcionária pública, tinha a garantia de uma segurança maior, o que se confirmou quando o marido foi preso e ela não. Por outro lado, essa garantia de vínculos, tão importante para a segurança dos militantes de 1968, já não se mostrava mais tão funcional em 1972, motivo pelo qual todas as mulheres foram presas ou “caíram”, para usar o termo da época, sem que esperassem que isso pudesse realmente acontecer.

Em relação à aparente bravura que demonstravam em situações de alto risco, Renata, considerada pelas outras entrevistadas do período como a mais corajosa e valente do grupo, comenta que era comum lidar com a possibilidade de morte. Ainda assim, segundo ela, não havia, para todas as ações, uma grande preocupação com os riscos reais nelas envolvidos. O que prevalecia era “*rapidez de raciocínio*”. Por outro lado, essa estratégia de só pensar no perigo no momento em que ele se apresentasse não era eficiente para todos. A própria Renata descreve, relatando uma ação na qual foram flagradas, a situação de pânico pela qual passou uma das militantes de sua célula. Todos os depoimentos deixaram claro que, como dissemos acima, no momento de suas prisões, nenhum dos militantes realmente esperava que isso pudesse acontecer, mesmo que alguns sinais indicassem que havia algum perigo. Esse tipo de reação aconteceu tanto com as que foram presas antes do AI-5 quanto com as que o foram depois. Como relatam Solange, em sua prisão no primeiro semestre de 68, Silvia, já ao fim do mesmo ano, e Rosane, presa em 02 de dezembro de 1972: “*no finalzinho de novembro, o pessoal já tava caindo. Aí, já tava aquele zum-zum-zum que tava acontecendo alguma coisa. Eu fiquei com medo. Ele [namorado] tava falando que tava com medo (...). No dia que fui presa (...), [namorado] não apareceu meio-dia. Eu fiquei assim, grilada, mas não liguei não. (...) Aí, mamãe falou que tinha passado um carro me procurando*” (Rosane). A mesma situação de surpresa pode ser percebida em todos os relatos sobre o momento da prisão, ocorrida em suas casas ou na rua.

Embora todos os militantes de esquerda soubessem do perigo ao qual estavam expostos, a mais extrema aceitação da sua existência só ocorreu durante as seções de tortura. No entanto, através dos relatos das mulheres, podemos perceber que a experiência pela qual o militante de esquerda deveria passar era a da convivência com a morte<sup>80</sup>. Aquele que optasse por uma vida revolucionária, passaria a conviver permanentemente com a idéia de que poderia ser preso,

---

<sup>80</sup> Segundo Ramos (2001), os grupos guerrilheiros/revolucionários impunham uma dupla convivência com a morte. Uma delas era simbólica e se relacionava com o processo de proletarização pelo qual deveria passar o militante da classe burguesa, a fim de ser submetido a uma mudança radical de valores e comportamentos. Esperava-se que, ao término do processo de proletarização, “o pequeno-burguês teria [tivesse] morrido e dado lugar ao verdadeiro revolucionário” (p.53).

torturado e morto. A fim de desenvolver a resistência dos militantes, as organizações construíam mecanismos de defesa baseados na educação ideológica e na construção do ideal de sacrifício, o que tornava o ideal revolucionário bastante compatível com as concepções religiosas de algumas militantes. O principal ponto de convergência desses dois ideais era a vocação cristã de missão, sacrifício e solidariedade, apontados por algumas das entrevistadas como parte do seu compromisso pessoal. Sendo assim, um militante, um “verdadeiro militante”, só poderia ser considerado preparado para prosseguir a sua tarefa se racionalizasse a morte. Essa era uma condição básica para que os jovens revolucionários pudessem resistir às adversidades, ou seja, ele deveria ter consciência da possibilidade da morte em nome da revolução<sup>81</sup>. Raquel dá um exemplo de como era reforçado o mecanismo de defesa individual: “*Eu não vou dizer que não havia o medo. Havia, mas eu achava o seguinte, pensava isso mesmo, assim: ‘bom, se todo mundo tiver medo, não dá pra fazer nada. Então, não posso pensar no medo. Então, põe o medo de lado’.* Pra poder enfrentar a situação, você põe o medo de lado. E ia em frente”. Através da valorização positiva individualizada, em contraposição àqueles indivíduos que não se posicionavam por medo, reconhecido socialmente pelas organizações como fraqueza, os partidos valorizavam tanto a ação pessoal quanto a grupal, mantendo, assim, o grupo auto-valorizado e garantindo a coesão interna (Ramos, 2001).

A perspectiva de seguir ao encontro da morte foi uma experiência vivenciada por Raquel quando, por já não vislumbrar nenhuma outra saída, se viu obrigada a se entregar aos militares. “*No tal do Cenimar [um dos piores centros de tortura da época]. Era o pior que podia passar pela cabeça, era o pior centro de repressão, ninguém saía vivo de lá, eu pensava: ‘será que eu saio de lá?’*” Essa situação é, hoje, percebida por Raquel como uma resignação ao risco de morte: “*Eu sempre soube do risco, e, agora, eu estava vivendo o próprio risco (...). Já não faz mais diferença. ... eu já tava lá e não tinha mais saída. O sentimento é um só, o ato de estar lá já é o risco (...), mas era conformador*”.

---

<sup>81</sup> Ramos (2001). Para esse autor, isso representava a racionalização do suicídio.

Raquel foi a única das entrevistadas a relatar, explicitamente, tal reação, mas não a única a vivenciá-la. Os momentos da prisão foram sempre caracterizados como “*um choque*”, mais brutal nos casos de Renata, de Sônia e de Silvia, que foram agredidas e levadas em camburão, ou menos brutal como nos de Rosane, de Regina, de Suzana e de Solange, levadas em carro comum para “*averiguação*”. No entanto, durante o período de tortura, todas que estiveram presas passaram por essa mesma vivência avassaladora, onde conheceram uma “experiência-limite de medo, dor, desespero e também de luta furiosa pela sobrevivência” (Almeida e Weis, 2002, p. 390).

Oito das entrevistadas foram submetidas a essa situação. Entre elas estão três que passaram por situações diferenciadas em função do período em que foram presas e/ou em função dos locais nos quais as sessões foram realizadas. São elas: Solange, Silvia e Sônia. Acompanhando as trajetórias de prisão e tortura das mulheres que iniciaram a militância antes de 68 e as comparando com aquelas das mulheres presas em 1972, podemos perceber o progressivo endurecimento do regime e o quanto a tortura foi sendo aprendida e executada com métodos mais sofisticados e com um alto grau de precisão e planejamento. Como relatou Sônia, a respeito do período que passou na ‘Casa de Petrópolis<sup>82</sup>’: “*aquilo, seguramente, era uma coisa muito estudada. Essas seqüências de ações eram muito estudadas. Isso eu tinha certeza*”.

Solange foi presa antes do AI-5, momento do regime considerado ‘brando’ no que tange à repressão<sup>83</sup>. Sônia foi presa várias vezes, relatando características diferentes para cada período. Silvia, que não estava engajada na luta armada e tampouco pertencia mais a qualquer organização de esquerda, foi detida no Exílio<sup>84</sup>. A experiência de Silvia se aproxima e se afasta, no tempo e no espaço, da

<sup>82</sup> Também conhecida como “Casa da Morte”. Centro de tortura e extermínio clandestino montado pelo Centro de Informação do Exército (CIE), era considerado “uma filial do inferno”. Passar pelas mãos do CIE era considerado pelos militantes como o equivalente a passar pelas “piores desgraças possíveis. Não era só o risco de ser morto. No CIE, a morte não era o pior dos castigos; muitas vezes, para os guerrilheiros presos, parecia até mesmo ser a solução” (Figueiredo, 2005, p. 207).

<sup>83</sup> Ver: Gaspari (2002).

<sup>84</sup> Não sabemos se o nome de Silvia consta em algum processo das auditorias militares brasileiras, pois ela se encontrava fora do Brasil nas duas vezes que foi presa. Como nas duas ocasiões ela se encontrava em países da América Latina, há possibilidade de que ela possa ter caído nas malhas da ‘Operação Condor’. A “*Operação Condor*” foi um sistema integrado de combate ao comunismo

que foi vivida pelas outras mulheres. Demonstra, sobretudo, que, mesmo fora do país, a repressão havia criado tentáculos que não permitiam que as vidas pudessem ser refeitas impunemente. Esfacelando sua identidade, o absurdo das condições de prisão e de tortura vivenciadas por Silvia fora do país está relacionado, entre outros fatores, à distância que existia entre o momento que estava vivendo e a militância/vínculos políticos anteriores, pois, nos momentos em que foi presa, ela não mais se reconhecia nem como militante nem como refugiada.

Solange, presa em 68, e Sônia, a respeito de sua prisão em 69, afirmaram não terem sido submetidas à tortura nesses momentos. Entretanto, relataram ameaças, longas horas de interrogatórios, privação do sono e humilhações. Rita e Raquel também declararam não terem sido torturadas quando foram presas em 72, ainda que também tenham sofrido ameaças, “*safanões*” e passado por interrogatórios humilhantes. Segundo Rita, “*Porrada na mesa tinha, isso tinha.... Nossa, era horrível isso....*”. Fica claro que, quando falam que não foram torturadas, estão pensando nas sevícias sobre as quais, naquele momento, já haviam ouvido falar, e nas que Sônia sofreu depois. Entretanto, não se pode negar que conheceram a tortura psicológica tão bem planejada e executada pelos órgãos da repressão. A diferença entre as suas experiências e a das demais mulheres está no fato de não terem sido submetidas à tortura física, não terem sido submetidas ao estágio seguinte do processo. Mesmo assim, o conteúdo de suas falas e as longas pausas que permearam as mesmas deixam clara a dimensão dessa experiência em suas lembranças, como expõem Rita e Solange: “*E, realmente, não teve tortura física. (pausa longa). A mental teve, mas física não teve (pausa)*” (Rita); “*Eu sempre considerei a humilhação uma tortura grande demais, algo difícil de agüentar. Difícil de agüentar... E eu sabia que aquilo era uma primeira fase pra... (pausa) ficar acabada*” (Solange).

---

criado, em novembro de 1975 (já em funcionamento no Chile desde 1973), por autoridades governamentais e de Inteligência do Chile, Bolívia, Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina, que decidiram montar um banco de dados computadorizado e estabelecer uma rede de comunicação internacional, que contava com um grande envolvimento do governo Americano. Através da troca de informações entre os países, localizavam-se refugiados e exilados, que eram presos, torturados e até mortos no exílio, em ações conjuntamente planejadas. Durante uma década, “*o Condor*” foi responsável pela tortura e assassinato de milhares de cidadãos latino-americanos (cerca de 30 mil), incluindo líderes civis que estavam exilados sob proteção da ONU (Dinges, 2005:250).

Cabe ressaltar que, hoje, com a devida distância no tempo, elas reconhecem a tortura psicológica que sofreram e o que ela representou para suas vidas. Contudo, comparações entre o que foi vivido na própria tortura e o que se sabe que outros viveram foram freqüentes na reflexão dessas mulheres. Com base nessas comparações, e para valorizarem o sofrimento e esforço de outros militantes que resistiram ou não à tortura, acabam minimizando o seu próprio sofrimento, alegando que outros companheiros não tiveram a mesma sorte. Procuram, assim, desenvolver uma “escala de sofrimento”, que só quem viveu tal experiência tem o direito de estabelecer. Como exemplo, citamos Regina: “*assim, em vista do que você esperava, claro, eu acho que, se eles tivessem me feito coisa maior, eu podia até ter morrido. Mas, no caso, assim, aquilo foi leve em relação àquilo que você sabia que se passava nos presídios*”.

Por outro lado, elas não entendem a força que tiveram nos momentos em que se sentiram amedrontadas, enfrentando o medo e os militares. Solange, Silvia, Rita e Raquel não tiveram explicação para suas reações face às ameaças. Sônia também relata não compreender de onde tirou forças para resistir e não revelar mesmo pequenas informações que pudessem aliviar, ainda que minimamente, seu sofrimento.

Tendo sido uma das presas torturadas por mais tempo, era, e ainda é, de se espantar que Sônia tenha conseguido resistir às mais cruéis formas de violência física e psicológica, motivo pelo qual foi objeto de disputa entre os órgãos de tortura, que, buscando vencer sua resistência, tinham o objetivo de provar qual deles era o mais eficiente<sup>85</sup>. Ela acredita que várias de suas atitudes de enfrentamento, do silêncio à comiseração, fizeram com que tivesse condições de se manter consciente, não despertando “*neles muito ódio*”. Isso foi o que a manteve viva: “*se eu não enlouqueci ou não morri, foi por muita determinação e pura sorte*”.

---

<sup>85</sup> De Belo Horizonte, Sônia foi enviada para a Casa da Morte, no Rio de Janeiro. Esse era um local de ação dos agentes do serviço secreto do Exército. Em geral, os militantes considerados pela repressão como os piores ou os mais resistentes eram enviados ao CIE. Esse Centro, em 1973, “insuflou a traição dentro de um dos mais importantes grupos de luta armada, a AP (...) a repressão tirou de circulação pelo menos duas dezenas de guerrilheiros; oito deles foram mortos” Figueiredo (2005, p. 205). Entre os mortos, o ex-namorado de Sônia.

Regina, por sua vez, fala da experiência em tom de deboche, mesmo quando se refere às humilhações sexuais pelas quais passou. Assim como Sônia e tantas outras, ela nunca se sentiu vítima por ter vivido essa situação, tendo tido sempre uma atitude de enfrentamento e de desafio em relação aos torturadores, que, segundo ela, esperavam que se abatesse para que a pudessem manipular e aumentar ainda mais a sua humilhação. Renata partilha dessa idéia e relata que tais enfrentamentos eram ensinados pela organização, sendo esses a base de suas reações durante a tortura. Rosane e Silvia, por outro lado, declaram-se ‘vítimas’ da repressão. Para Silvia, o Estado brasileiro ainda não se responsabilizou devidamente pelas perdas sofridas pelos cidadãos.

Aliadas aos comentários feitos fora da prisão, colocando sua moral em questão (“*pessoas que falavam que eu ficava dormindo com os soldados*”), as humilhações que Rosane sofreu ao ficar nua e ameaçada de violência sexual foram, segundo ela, as piores experiências que viveu. Essa, sem dúvida, foi a primeira humilhação pela qual passaram quase todas as mulheres entrevistadas. Muitas vezes despidas à força e agredidas, foram violentamente atingidas no sentimento de pudor inculcado, em geral, pela formação religiosa que tiveram. Sentiram-se frágeis, atingidas naquilo que era o bem maior da intimidade feminina, seu corpo.

Renata fala da experiência com serenidade e refere-se à percepção que teve sobre si mesma durante os interrogatórios. Nesses episódios, percebeu o quanto a crença que tinham na revolução que fariam era ilusória e que não passavam de jovens idealistas, chegando a ficar revoltada com o fato de o exército os considerar de “*alta periculosidade*”: “*Mas, então, eu cheguei agressiva, eu cheguei botando dedo na cara. Então, eles achavam que eu era uma líder, só podia ser*”. Renata, também considerada perigosa pelos militares, assim como Sônia, entendeu, nesse momento, o quanto ela era somente uma “*garota de dezenove anos que era rebelde. Era só isso, mais nada*”. Ao se deparar com a morte, Renata percebeu uma mudança na sua identificação como guerrilheira: “*tive clareza sobre várias coisas. (...) Foi uma hora estranha, que eu tenho marcada, (...) é como se eu tivesse saído de mim e olhado pra mim mesma de cima. E eu olhei e vi uma criança..., que podia tá indo morrer*”.

Nem sempre a morte era considerada um castigo ou algo amedrontador. Segundo Figueiredo (2005), aqueles que caíram nas mãos do CIE viam a morte “(...) até mesmo como uma solução” (p. 207). Foi o que aconteceu com Sônia. Ficam evidentes em seu relato as diferenças entre a tortura e os torturadores em Belo horizonte e em Petrópolis. Na Casa da Morte, ela não conseguiu manter os mesmos autocontrole e estabilidade emocional, e começou a ser agressiva para que os torturadores pudessem odiá-la. Enquanto que em Belo Horizonte ela tinha que lidar com a possibilidade de morte na tortura, no Rio, o que a desestabilizou foi algo que a assustava bem mais: *“teve horas que eu pensei que eu ia enlouquecer, porque eu fiquei sem entender nada, nada, nada”*. Essa sensação a acompanhou quando retornou à prisão em Minas Gerais e não foi mais submetida a torturas físicas, passando a viver, contudo, sob constante tortura psicológica.

Outras sensações freqüentemente caracterizadas como aterradoras eram as de desamparo e de solidão. Não por estarem efetivamente sozinhas, mas pelas implicações daquela experiência ditatorial, como o questionamento sobre o que era viver nesse regime e, acima de tudo, a admissão do seguinte fato: o aparato violento do Estado era muito maior do que haviam cogitado até aquele momento. *“O país te abandonou, as instituições te abandonaram. Você não tem instituição, sabe? A sensação de viver num país sem leis, e que você tá prisioneiro, portanto, do órgão repressor... é que nada te defende, ninguém te defende, não há ninguém com você”* (Renata).

O depoimento de Renata, entre outros, sugere a existência, no interior das organizações de esquerda, de duas percepções sobre a morte. A primeira caracterizava-a como uma contingência da luta revolucionária, que traria a vitória política e social. Morrer pela causa significava uma opção de vida, pela vida. “Numa primeira fase, os riscos do sacrifício e da própria morte eram assumidos pelos revolucionários brasileiros como parte de um projeto maior de vida, individual e coletivo<sup>86</sup>”. É o que evidencia a fala de Regina: *“Eu, eu tava certa de que, se eu morresse na luta, era muito melhor do que morrer de acidente”*. Por outro lado, a reflexão de Renata durante a prisão e a tortura nos leva a considerar a

---

<sup>86</sup> Ridenti, 1993, p. 267.

segunda percepção: a partir de um determinado momento a luta pelo projeto revolucionário se restringiu, na prática, à luta pela sobrevivência dos militantes de cada grupo; falava mais alto a preservação da própria vida do que um projeto coletivo que não mais se sustentava: “*É, eu acho que, quando você tá lá dentro, as coisas ficam mais claras pra você. Não tem nada... que me proteja. (...) Era uma situação profunda de solidão e desamparo, porque era você, deixada de lado, e aqueles caras, que podiam tudo*”.

Vários relatos de tortura deixam transparecer o efeito da presença feminina e a sua condição nesse quadro político. Vários autores<sup>87</sup> destacam o duplo papel transgressor que as mulheres desempenharam nesse período: o de agente político, que atuava contra o regime, e o de gênero, subvertendo o padrão de comportamento esperado das mulheres. Esse duplo papel pode ser considerado motivador de uma atenção especial dada pela repressão às mulheres militantes, gerando, quando comparadas aos homens militantes, um maior desprezo a elas direcionado, principalmente quando estavam grávidas, como foram os casos de Rita e Renata. Essa diferenciação pode se sustentar pelo fato dos regimes autoritários considerarem as mulheres como reproduutoras de valores tradicionais e conservadores, insistindo na responsabilidade da mulher pelos comportamentos atual e futuro dos filhos. Além disso, elas não se enquadravam à figura emblemática da mulher, na época, submissa e recatada. Objetivava-se, assim, a “prevalência da ‘ordem’ e da estabilidade, contra a desordem e a instabilidade política” (Tabak, 1983, p.72). Dessa forma, fica evidente que as mulheres militantes comprometiam não só a estabilidade do regime, mas também a socialização de seus filhos. Segundo Tabak (1983), “eles sabem, muito bem, que é na família que as crianças começam a receber a socialização política, seja qual for o sistema político em vigor ou quão cruciais tenham sido as mudanças que a família- como instituição social – tenha experimentado”(p. 71).

Por esse ângulo, podemos pensar também sobre o lugar que as mães dessas militantes ocuparam na dinâmica da repressão, já que os militares recorriam à presença delas para convencerem ou sensibilizarem suas filhas a falar, inclusive as

---

<sup>87</sup> Ferreira (1996); Colling (1997); Goldenberg (1997); Arquidiocese de São Paulo (1985).

fazendo passar por situações ameaçadoras. Ao se referirem às visitas dos familiares, a presença materna foi sempre a mais citada: segundo Sônia, só permitiam a ela encontros com sua mãe. Também essas eram interrogadas. Com o objetivo da delação de companheiros, Regina menciona que sua mãe foi mantida em um quarto fechado e foi pressionada a dar notícias do genro. Solange fala da importância de sua mãe durante o período de sua prisão, acompanhando a filha e denunciando sua condição. Ao mesmo aspecto se refere Rosane. Rita identifica as mães como a maior rede social de apoio extra e intramuros que tiveram. Essas, além de serem um suporte para todas as militantes presas, mantinham uma rede de comunicação e representavam também uma ponte para reivindicações e acesso a bens materiais proibidos: *“As mães, as mães todas se comunicavam, né? Ficou aquela rede de mães se falando, né? Quem tava preso, né, como que tava, o que ia levar...”*(Rita).

Suzana nos apresenta a saga pela qual passaram as famílias dos presos políticos: *“a gente não obtinha informação de nada. Por exemplo, a mãe (do namorado de Renata) morava na nossa rua também. E ela também... tentava chegar lá e diziam que ele não estava lá, que não tinha ninguém preso... Enfim, então, foi muito... muito... terrivelmente... difícil esse momento.”* A única das entrevistadas que não foi presa, mas que teve o marido preso, relata o que representava o período de desaparecimento que se seguia à prisão. A família, durante a incomunicabilidade do preso, também era torturada psologicamente, pois temia pela vida daquele que estava em algum dos porões da ditadura. Suzana, por exemplo, ficou seriamente doente durante o período em que passou tentando localizar o marido, colocando em risco sua gravidez.

A essa altura é preciso apontar o que era a permanência em órgãos da repressão, marcando a diferença entre as vivências individual e/ou coletiva, sem a intenção de reconstruir todos os momentos desse processo. Nesse sentido, a experiência de Sônia apresenta particularidades, pois ela chegou a ficar presa em presídios comuns, ainda que a maior parte do tempo em que esteve encarcerada tenha sido mantida em solitária, inclusive em local onde não havia presos políticos. Sozinha, Solange permaneceu presa por algumas semanas em um escritório no Rio

de Janeiro, o que, para ela, representava um perigo maior, já que possibilitava ao preso, em um momento de desespero, colocar fogo no local. Todas as outras passaram pelo período de incomunicabilidade, no qual ficaram presas em solitárias, ainda que posteriormente tenham ficado juntas em um quarto. Rita conta a mistura de alegria, emoção e desespero quando ela e Raquel chegaram a Vitória e foram para o coletivo onde as companheiras já se encontravam: “*Quando a gente chegou, foi a maior alegria. Também, né, assim, você sabe... Nossa, as meninas tavam acabadas, né, assim... Porque, coitadas, elas pegaram uma coisa pesada*”.

Nessas condições, era imperioso encontrar meios de preservar a sanidade mental. Diversos recursos individuais e coletivos eram usados para garantir o autocontrole e a lucidez, principalmente quando não se tinha uma vivência coletiva que possibilitasse uma rotina. Para Silvia, Solange e Sônia, sobreviver exigia também resgatar algum espaço para a experiência privada, ainda que fosse através da lembrança ou do sonho, como exemplifica Solange, ao mencionar as recordações da infância e as “viagens mentais” que fazia, ou mesmo Sônia, ao realizar exercícios mentais de relaxamento. Entretanto, o mais poderoso recurso utilizado por aquelas que passaram maior tempo na prisão foi a música. Preferiam, em geral, as de protesto ou as que tinham alguma referência mais direta com a situação que estavam vivendo<sup>88</sup>. Sônia, para seu enfrentamento da prisão, se refere ao poder das músicas de Chico Buarque de Holanda. Cantar tinha o poder de manter a resistência, de reforçar a luta que estavam travando contra a própria debilidade física e mental à qual temiam sucumbir. Para as mulheres que ficaram presas juntas, o canto foi também um fator de coesão e aproximação do grupo, que passou a estabelecer laços importantes de amizade e solidariedade ao instituírem seus hinos de resistência, como declarava Rosane: “*foi daí que eu ouvi Renata cantando, cantava Antônico*<sup>89</sup>. *Assum Preto*<sup>90</sup> *descobri assim... É aí que eu vi o lado bom dali...*

<sup>88</sup> Em função do lugar que ocupa tanto na indústria cultural quanto na cultura da juventude, a música popular foi o mais amplo canal de denúncia do autoritarismo no país. “Nenhuma outra criação artística simbolizou com tanto vigor a oposição ao regime, nem tão explicitamente convocou à sua derrubada – pelo menos até o ‘Hino Nacional’ cantado por Fafá de Belém (...) em 1984 - quanto ‘pra não dizer que não falei das flores’ de Geraldo Vandré, que horrorizou os militares para todo o sempre pelos seus versos explícitos sobre o que se ensinava nos quartéis: ‘morrer pela pátria/ e viver sem razão’” (Almeida e Weiss, 2002, p. 345).

<sup>89</sup> Composição de Ismael Silva, gravação original de 1950, foi regravada pelo próprio Ismael em 1973.

<sup>90</sup> Composição de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, gravação original de 1950.

*Renata cantava as músicas, até que eu fui entender (...). E Renata cantava todo dia, porque a gente pedia toda hora*”. Rita acrescenta: “*a gente cantava também, às vezes, Geraldo Vandré*<sup>91</sup>”. Raquel e Sônia relembram músicas que se tornaram referências em suas histórias pessoais ao saírem da cadeia, fazendo com que retomassem a vida e “exorcizassem” a solidão e o medo vividos: “... *essa música até hoje me emociona (...). Aí, quando dizia assim: ‘são as águas de março fechando o verão, é promessa de vida no meu coração*<sup>92</sup>’. Eu falei: ‘gente, eu sobrevivi, eu tô ouvindo música de rádio, eu tô ouvindo o que tá acontecendo no mundo, eu entrei em contato com o mundo’” (Sônia).

A forte presença das canções, símbolos que carregam daquele período, nos relatos e memórias dessas mulheres dá visibilidade à importância que as atividades culturais e artísticas tiveram como veículos de crítica ao autoritarismo<sup>93</sup>. Mais do que isso, mostra o quanto essas canções, ao se tornarem hinos que embalaram os ideais de uma geração, expressaram idéias libertárias. No caso dessas mulheres, ajudaram a dar sentido a uma experiência dura em suas vidas.

Enquanto cantavam, a solidariedade consolidava-se como um componente importante para que pudessem suportar as condições de insegurança e de sofrimento. Essa experiência só podia ser partilhada por elas próprias, já que não havia contato periódico com familiares. Assim, a partir dessas circunstâncias, criavam as possibilidades de apoio e cuidado recíprocos, principalmente em relação à gravidez de Renata e Rita. Ambas chegaram a passar mal durante a prisão, necessitando de cuidados médicos. Também trocavam confidências, buscavam refazer os últimos acontecimentos antes da prisão e discutiam formas de resistência. De todo modo, ainda que implicasse eventuais conflitos, havia uma

---

<sup>91</sup> Autor de, entre outras canções, “Caminhando (Pra não dizer que não falei de flores)”, original de 1968. Essa canção obteve o 2º lugar no III Festival Internacional da Canção, realizado em São Paulo, e se tornou um hino estudantil.

<sup>92</sup> Águas de Março, composição de Antônio Carlos Jobim, gravação original de 1972.

<sup>93</sup> O regime militar atacou com virulência a produção artística e cultural do país durante todo o período militar, inclusive causando um impacto devastador sobre os profissionais. A censura muitas vezes proibia uma obra inteira, cancelando a encenação de peças, a publicação de livros, o lançamento de discos ou canções isoladas e, acima de tudo, classificando vários artistas como inimigos do Estado. Geraldo Vandré, por exemplo, foi para o Exílio após intensa perseguição política, tendo suas músicas proibidas; Chico Buarque de Holanda “se tornou alvo da mais longa e acidentada história de atritos com a ditadura e a censura” (Almeida e Weiss, 202, p.346).

incessante busca de contato com a realidade anterior, fosse pelo raciocínio, pelo exercício lúdico ou pela afetividade.

Um importante elo com o mundo externo à cela era o contato com os “guardinhas”, “soldadinhos” ou oficiais que, muitas vezes, se aproximavam, com pequenos gestos cordiais, para amenizar a atmosfera de solidão e confinamento que prevalecia. Há que se destacar que a distância dos acontecimentos permite um olhar sobre os mesmos considerando a ambigüidade emocional vivenciada. Durante o período, as relações com o sistema foram vividas como repletas de antagonismos e contradições, nem sempre inteligíveis, ou congruentes com as posturas ideológicas que tentavam preservar. Nesse sentido, Raquel e Rita relatam a atenção que um sargento que tirava plantões noturnos costumava ter com elas, servindo-lhes chá ou leite quente, ao saber que algumas delas não tomavam café puro, ou levando o lanche reforçado para as que estavam grávidas. Raquel se recorda com emoção do apelido que dele recebeu: *“me chamava de Betânia, por causa de Maria Betânia [mais uma vez, a música]. Me lembro disso perfeitamente, para mim era uma pessoa agradável naquele espaço... Quando não gostava de uma coisa, [ele] trazia outra”*. Rosane salienta o quanto foi importante para sua comunicação com a família a presença de um dos soldados, que, ao reconhecê-la, levou à sua mãe um recado seu. Como estava incomunicável, esse recado foi a confirmação, para a família, de sua localização. Rita reforça a importância que essas pessoas tiveram ao permitirem a entrada clandestina de materiais que, segundo ela, foram fundamentais para o seu bem-estar psicológico, como agulha, linha e tecido com os quais costurou algumas roupinhas para o seu bebê: *“Eu falo: ‘gente, os militares, né, a gente não pode generalizar’. Porque tinha pessoas que não tinham nada a ver com aquilo e tinha pessoas que eram boas, né?”* Silvia se recorda de ter recebido um alerta do carcereiro que a prendeu no exílio, alertando-a de que, ao ser solta, correria riscos. As poucas informações fornecidas indicaram um sentido, ainda que ilusório, para o que estava vivendo, propiciando estratégias de enfrentamento. Rosane relembra a importância que tiveram para ela as revistas comerciais que eram levadas por um dos oficiais, pois a mantinham em contato com a realidade.

Sônia também faz diversos comentários sobre as relações na prisão. Fala sobre a aparente “tranqüilidade” que sentiu em alguns momentos em que esteve presa sozinha, situação que poderia parecer, em um primeiro momento, bastante dolorosa. Esclarece que, nessas condições, não tinha que lidar com o convívio forçado e com as diferenças internas do grupo. Se a coesão do grupo servia como fator de proteção para as presas políticas em relação à instituição, por vezes a convivência gerava desentendimentos, como os relatados por Rosane em relação à Renata. As situações de conflito estavam relacionadas ao fato do encarceramento reproduzir de forma pouco natural as vidas social e individual dos sujeitos, realçando o produto das interações, às vezes antagônicas, entre as companheiras de uma mesma organização. Tais situações de conflito geraram sentimentos difíceis de serem vivenciados, o que, para esse grupo, também significa dizer que esse mesmo conflito ocasionou mudanças importantes tanto individuais quanto relativas ao grupo.

No caso da experiência carcerária de Regina, Raquel, Rita, Rosane e Renata, o convívio se sustentava a partir de uma identificação entre elas: todas militavam na mesma organização e consideravam-se de esquerda. A empatia existente, mesmo levando-se em consideração as diferenças individuais e os conflitos que delas decorriam, aparentemente ligava-se à perspectiva ideológica por elas compartilhada. No entanto, essa homogeneidade aparente foi quebrada à medida que foram descobrindo, entre elas, graus diferentes da identificação com essa perspectiva. Rita descreve o clima de intransigência e “*desavença ideológica*” que, às vezes, se estabelecia entre elas, tomando como exemplo a relação entre Renata e Rosane. As desavenças entre as duas misturavam aspectos do cotidiano a análises políticas e ideológicas, análises sobre as quais Rosane não tinha o menor interesse. Alimentar-se com a comida de má qualidade servida promovia o embate; algumas achavam que não aceitar aquela alimentação era uma atitude política. Com as revistas se passava o mesmo. Apesar de submetidas às mesmas circunstâncias adversas, as diferenças entre suas histórias de vida e, portanto, seu campo de inserção social, influenciavam a qualidade da interação estabelecida entre elas. A partir de sua prisão, Rosane não se reconhece mais como militante de

esquerda, reagindo enfaticamente a qualquer comentário ou ação que a identificasse como tal. Como Sônia no exílio, as transformações identitárias passaram por sua saída simbólica e afetiva do grupo ao qual tinha pertencido.

O embate entre Rosane e as demais revela que contradições são possíveis mesmo nas relações que acontecem a partir de um projeto coletivo. As regras de comportamento e as reações próprias do confinamento deixavam evidentes elementos socioculturais e individuais que Rosane não reconhecia e com os quais, portanto, não se identificava. Ao descrever as diferenças que percebia entre as origens sociais, os valores partilhados e as práticas familiares e culturais das companheiras de prisão, ela afirma: “*naquela época, eu era muito simplória (...). Acho que eu lia por ler. Eu não li muito sobre o que se passava no jornal, política, nada. Eu não tinha aquela... vamos dizer assim, aquela esperteza, aquela malícia, né?*”. Por outro lado, reconhece que a sua convivência com as outras mulheres, ora próxima ora distante, a inseriu em um universo de valores que até então não estavam disponíveis para ela, produzindo sua aproximação dos códigos partilhados pelas demais, o que aguçou o seu senso crítico em relação à realidade social da qual fazia parte.

Renata também destaca o caráter revelador das diferenças entre ela, Rosane e as demais companheiras. Ao descrever a coesão do grupo, ela identifica o papel que cada uma teve nas dinâmicas de interação e resistência. Refletindo sobre a postura que adotava, contrapondo-se a Rosane, ela percebe a complementaridade de suas diferenças, reconhecendo nas atitudes naturais da companheira a prática de seu próprio discurso: “*eu meio que pregava, assim, aquela coisa de ‘vamos, é a ditadura’ (...). Eu tava lá fortuna, mas não tinha me dado conta de que a gente podia atrapalhar a festa deles, criar um constrangimento... E... e a Rosane, do jeito dela, completamente diferente, anárquica e tal, ela criou esse constrangimento<sup>94</sup>. Eu jamais teria pensado (...), foi genial*”.

A prisão foi a última etapa da experiência das militantes antes de retornarem à vida legal. Algumas delas foram mantidas presas sem que fossem levantadas provas que as incriminassem em qualquer ação contra o regime militar.

Durante a fase de julgamentos (todos realizados fora do Estado), que puderam passar em liberdade, viveram um longo período de insegurança porque a cada audiência temiam ser presas novamente. Todas que estiveram presas e passaram pelas mais arbitrárias e brutais formas de reclusão, foram, ao final, absolvidas.

Embora Raquel não se lembre quando foi absolvida, relata o que representou para ela o recebimento da resposta da justiça anunciando sua absolvição: *“Pensei apenas que essa carta representava a minha libertação. Porque, é com se fosse assim, eu tinha uma ficha suja. (...) Então, essa carta eu lembro, perguntei: ‘isso representa que eu tenho atestado de bons antecedentes?’ Porque era uma limitação você não ter.”* Sônia, por ter sido enquadrada no Artigo 477<sup>95</sup>, não teve possibilidade de concluir o curso universitário no tempo normal. Seus pais desgastaram-se com intermináveis viagens e despesas médicas, *“para, afinal, ser absolvida, sem que o Estado Brasileiro tivesse feito alguma reparação pelos danos ilegalmente provocados”*. Somente em 1975, três anos após a sua última prisão, ela conseguiu retomar efetivamente sua vida ao sair do País. Viu-se obrigada a tal decisão por não suportar mais continuar sendo perseguida mesmo depois de ter sido julgada e absolvida. Os exemplos de Sônia e Raquel ilustram o que muitas disseram: durante um longo o período de suas vidas, que vai da clandestinidade à absolvição, viveram em um estado permanente de “suspensão”, estado que Gati Pietrocola (1996), chamou de “viver entre parênteses (p.121)”<sup>96</sup>.

Segundo a autora, o tempo no “viver entre parênteses” é regido pela transitoriedade e não pela linearidade dos relógios. Assim, o que se busca conhecer é o sentido de um tempo peculiar, construído como categoria social num cotidiano específico. Essa perspectiva pode nos levar a perceber que há uma diferenciação na percepção da duração de algumas situações, na prisão, na clandestinidade ou no exílio, relatadas pelas mulheres. As mulheres militantes demonstraram ter vivenciado o período da militância e a duração de cada uma de suas etapas de maneira diversa. Assim, momentos breves que pareceram durar uma eternidade, ou

---

<sup>94</sup> Durante uma formatura de oficiais no 3º Batalhão de Comando, Rosane, da janela do cárcere, gritava aos oficiais e aos convidados: “estamos com fome!!”

<sup>95</sup> Ver Anexo 6.

<sup>96</sup> Esta categoria foi criada para explicar três situações paradigmáticas da experiência dos perseguidos políticos pela ditadura militar - a clandestinidade, o exílio e as prisões.

seja, mais do que parecia suportável, foram relatados com riqueza de detalhes. Como exemplos, temos: o relato da fuga de Raquel e Rita, relato que nos dá a sensação de que a fuga durou bem mais do que vinte dias; o período de incomunicabilidade e prisão de Sônia, que durou sete meses; o período de encarceramento das que se encontravam presas em 1972, que durou, em média, 45 dias. Os relatos das entrevistadas mostram que, em alguns momentos, elas mesmas observavam essa alteração na percepção do tempo. Isso concedia, segundo elas, um caráter irreal a suas experiências, um desconhecimento sobre a realidade, o que dificultava o reconhecimento de sua identidade social em função da contradição entre o que percebiam e o que podiam constatar, pouco depois, como sendo a realidade objetiva dos fatos. Outro exemplo desse tipo de vivência é o fato de que algumas das entrevistadas afirmaram não conseguir lembrar quanto tempo passaram nos órgãos de repressão, ou quanto tempo passaram, na condição de refugiadas, migrando entre cidades. Só vieram a ter essas informações através de suas famílias ou dos seus advogados. Ainda hoje, mesmo em posse dessas informações, freqüentemente a esquecem ou se mostram confusas sobre esses dados.

Para Gati Pietrocolla (1996), o “viver entre parênteses”, ao retirar o sujeito do seu meio, corta completamente suas ligações com o mundo do trabalho e dos afetos originais. Em seus lugares, outras experiências vão se colocando. As situações de mudanças bruscas, como a prisão, a clandestinidade e o exílio, favorecem a desestruturação/reestruturação da identidade. Os exílios de Silvia e Sônia exemplificam essa dinâmica, já que a elas possibilitaram a construção de uma identidade reconhecida socialmente: a de exilado político. Diferentemente de quem permaneceu estigmatizado no Brasil, como apontaram Raquel, quando mencionou sua “ficha suja”, e Rosane, quando relatou as perseguições que sofreu, não conseguindo reconhecimento profissional, no caso dos exilados, após um período de rupturas bruscas e dilaceramento, foi ocorrendo lentamente a reestruturação do eu e a re-elaboração de aspectos da identidade. Às perdas e violências sofridas foram se juntando novas conquistas. Novos amores foram surgindo, nasceram filhos, outras experiências profissionais, sociais e políticas

puderam ser estabelecidas, exigindo delas, assim, uma nova postura de vida. Outros desafios demandaram revisões ideológicas, de princípios e de comportamentos, como as descritas por Sônia, ao rever sua posição de esquerda.

Em 1969, durante o período de endurecimento do regime, Sônia caiu nas mãos da ditadura e Silvia saiu ilegalmente do país. A saída do Brasil, para Sônia, em condição legalizada e com bolsa de estudos, só foi possível em 1975. As trajetórias diferenciadas dessas mulheres se aproximam daquelas descritas na literatura sobre o exílio, pois este pode ser caracterizado como uma “experiência heterogênea, vivida em função de uma série de variáveis (...). Assim, houve quem suportasse situações adversas, as mesmas nas quais outras sucumbiram e vice-versa. E mesmo há quem foi capaz de lutar, bravamente, pela vida em momentos de perigo e, passada a ameaça, entraram em um processo de autodestruição”<sup>97</sup>. Sônia retornou ao país depois da abertura política, tendo oportunidade de seguir com a carreira profissional e, aos poucos, retomar, após um contínuo processo de estranhamento, a vida cotidiana no Brasil. Silvia, por outro lado, fez várias tentativas de retorno e só conseguiu se estabelecer no país depois de passados 33 anos de sua saída.

#### **6.5.3 “De volta ao começo”: A dialética entre o individual e o coletivo**

Nem todas as ex-presas políticas tiveram problemas para reassumir uma posição legal na sociedade. Ainda assim, pode-se perceber que todas conheceram, em algum momento e em alguma medida, situações em que a própria história teve que continuar clandestina em suas trajetórias de re-inserção social. Além disso, o retorno à suas vidas cotidianas legais não implicou o descarte automático da anterior, já que, incorporado a um nome sempre está um passado. Passado arquivado em dossiês que, para suas carreiras profissionais, assemelhavam-se a fantasmas. Como relataram Raquel e Rosane, isso tornava ainda mais difícil, mesmo após a Anistia, assumir esse passado de militância, principalmente nos

---

<sup>97</sup>Rollemburg, D. (2004, p.279).

primeiros anos, quando as críticas a suas ações e ao resultado do confronto com o regime começaram a surgir.

De fato, pode-se dizer que só recentemente (1995), quando o Estado brasileiro admitiu sua responsabilidade pelo desaparecimento de militantes de esquerda<sup>98</sup>, houve um redimensionamento oficial do papel dos dois grupos protagonistas da história daquele período. Essa admissão representa o reconhecimento do processo de re-elaboração da identidade coletiva desses agentes políticos, tornando relativa a interpretação dos acontecimentos daquele período e possibilitando, desse modo, a incorporação definitiva da trajetória dos integrantes da luta armada e de outros militantes de esquerda à história recente do país.

Portanto, calar sobre o passado foi, para parte dessas mulheres, uma estratégia de reintegração, principalmente em um Estado pequeno como o do Espírito Santo, onde as relações eram ainda muito provincianas. Tal fato promoveu, em alguns casos, o afastamento das relações políticas e a necessidade de migração com o objetivo de reconstrução da vida legal, como foram os casos de Rosane, Renata e Sônia.

Algumas das entrevistadas mantiveram contato com ex-companheiras, estabelecendo uma rede de amizade entre as ex-militantes, rede de amizade que dura até hoje e que garantiu o suporte necessário para que pudessem, naquele momento, se re-inserir socialmente. Esse foi o caso de Raquel, Renata e Rita, que se juntaram a outras mulheres cujos maridos estavam presos, constituindo uma rede de apoio mútuo. Por outro lado, Regina, Rosane e Sônia romperam com esse tipo de relacionamento, com o objetivo de se recuperarem emocionalmente e se descolarem, com mais facilidade, do que entendiam ser suas identidades ainda estigmatizadas. Além disso, temiam ser presas novamente, como exemplifica Sônia: “*E eu tava assim... querendo me afastar um pouco de militantes, de militantes políticos, porque, na minha cabeça, já tava empapuçada disso. Eu falei:*

---

<sup>98</sup> Também a Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, em 1998, aprovou a Lei 5751/98, “cujo texto reconhece a responsabilidade do Estado do Espírito Santo em casos de coação e danos psicológicos causados a pessoas presas legal e ilegalmente de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tendo estas direito a indenização” (Vereza, 2005, p. 13).

*‘eu tenho que também me preservar um pouco, porque é... Se eles me prendem outra vez, eles me matam’”.*

A readaptação das ex-militantes à vida social legal, consideradas as especificidades de cada caso, alienou-as de suas próprias histórias durante um espaço de tempo, por vezes muito longo. Se antes da revogação do AI-5, em janeiro de 1979, não podiam assumir integralmente sua trajetória, pois estavam sujeitas a uma intensa perseguição política e social, depois dessa data não encontraram, imediatamente, condições sociais necessárias para isso. Tal processo esteve próximo ao que foi vivido socialmente no Chile (Lira, 1998), onde também os ex-militantes, com o fim da ditadura naquele país, ao encontrarem a possibilidade de se confrontarem com reações emocionais incontroláveis e violência política, valorizaram os consensos, evitaram o risco da instabilidade política e se calaram, temendo o retorno do terror vivido.

Essa situação favorece a despolitização da memória do período, uma vez que as ameaças e experiências traumáticas originadas na repressão política acabam por ser socialmente validadas. Portanto, sem o reconhecimento social do sofrimento e das perdas vivenciados, as experiências traumáticas são relegadas ao âmbito da esfera privada pessoal, não permitindo, portanto, que sejam confrontadas. Esse não reconhecimento torna tal experiência difícil de ser partilhada com a família ou mesmo com seus pares (Lira, 1998). Raquel afirma não mais ter conversado com suas companheiras sobre o que haviam vivido na militância ou na prisão. Também nunca mais tocou no assunto com seus pais ou relatou aos seus filhos acontecimentos da época. Abriu uma exceção para a nossa entrevista.

Todos os relatos apontam que, de algum modo, a volta das ex-militantes à vida comum exigiu cuidados especiais. A re-inserção no mundo acadêmico ou no mercado de trabalho foi realizada com muita precaução e discrição sobre suas experiências anteriores. Quando era necessário ou inevitável que o fato fosse conhecido, geralmente se sentiam constrangidas com a revelação ou com o isolamento por ela causado, como exemplificaram Solange, ao retornar, em 1968, ao seu trabalho, onde todos sabiam de sua prisão, e Raquel, ao se recordar do

constrangimento que passou quando um ex-colega de especialização comentou com ela sobre a existência de um dossiê com seu nome. O mal-estar, para algumas, era resultado do juízo que, segundo elas, grande parte da sociedade brasileira fazia sobre ser comunista ou militante de esquerda. Embora a maioria delas indique ter havido uma interpretação equivocada ou parcial sobre o projeto de esquerda ao qual se filiaram, a discriminação resultante dessa filiação foi um fator de ‘marginalização’ profissional no início de suas carreiras. Portanto, o passado político representou, para elas, nesse momento de re-integração, uma marca que dificultava a convivência social.

Por outro lado, o apoio e o carinho que receberam de seus familiares, de vários amigos e, inclusive, de pessoas que elas jamais poderiam imaginar que as acolheriam foi fundamental para se reestruturarem emocional e profissionalmente. Nos relatos, há vários testemunhos que indicam que a força moral e as resistências física e emocional que tiveram para enfrentar os sofrimentos foram garantidas pelos vínculos de afeto que conseguiram manter. Em algumas situações, esses vínculos foram estabelecidos com terceiros, como é o caso de Renata, que pôde contar com o apoio da mãe de uma amiga e de um professor da universidade, que se ofereceu para acompanhar, de graça, sua gravidez. Em função disso, fizeram questão de também retribuir o que receberam, oferecendo apoio àqueles companheiros que, presos ou não, não tinham possibilidades de estar perto de suas famílias, como relata Raquel a respeito de um colega preso e removido para o Rio de Janeiro.

É importante frisar que, depois da volta à legalidade, todas redimensionaram suas vidas e se engajaram em projetos pessoais. Com exceção de Regina, que, após sua soltura, passou dez anos na clandestinidade ao lado do marido, as demais retomaram os estudos, se formaram, abandonaram a militância política partidária e travaram uma grande batalha para se posicionarem profissionalmente e criarem seus filhos, ainda que fora do país, como fizeram Sônia e Silvia.

Assim, pode-se dizer que a iniciativa dessas mulheres seguindo seus projetos de individuação colocou em evidência a problemática do papel das

mulheres e de seu *status*. Na realidade, através de ações e não por uma reflexão e/ou uma discussão anteriores, isto se deu como uma espécie de antecipação do que viria a ocorrer no Brasil a partir dos anos 70. Uma dessas ações foi a conjugação do casamento/maternidade ao projeto de profissionalização.

Ainda que não se caracterizem como relacionados diretamente ao tema central do presente trabalho e, portanto, não seja nossa intenção explorá-los em todos os seus desdobramentos, alguns aspectos relevantes da dinâmica conjugal e da vivência da maternidade associadas às trajetórias política e profissional dessas mulheres devem ser analisados. O fato de o início da vida adulta ter coincidido, para algumas, com um momento em que o projeto de autonomia se integrava ao da militância política, pois acreditavam que a autonomia pessoal passava pela derrubada dos valores burgueses, marcou os significados das práticas afetivo-sexuais das entrevistadas. Nesse contexto, um projeto privado como o casamento soava incongruente com objetivos coletivos, fazendo com que, muitas vezes, causasse mal-estar a situação na qual aparecia de forma clara o conflito entre objetivos totalizantes e individualizantes. Esse conflito, entretanto, freqüentemente fazia parte das relações amorosas entre homens e mulheres militantes. Silvia, por exemplo, considerava absurdo, naquele momento (1968), que o seu namorado fizesse planos de que tivessem filhos, mesmo clandestinos e na guerrilha,

Nesse sentido, seguindo Vaitsman (1994), se pensarmos a passagem de um período para o outro, o casamento e sua formalização trazem transformações que vão se intensificando ao longo da trajetória dessas mulheres. Assim, em alguns casos, a formalização do casamento significou um passo estratégico para a realização de outro projeto (por exemplo, Regina se casa para poder ir para a Guerrilha). De forma geral, para todas essas mulheres, o casamento deixou de representar um fim em si. Além disso, as mulheres do primeiro período contestavam os padrões até então dominantes de família, principalmente aqueles das chamadas ‘famílias tradicionais’, procurando conjugar o não rompimento com as suas famílias ao investimento em projetos individuais. Foi assim que Solange e Suzana se casaram no civil e no religioso, fazendo questão, entretanto, de dispensar as “damas de honra” e de não se vestirem como noivas tradicionais: optaram por

mini-saia, não usaram véu e grinalda e, no lugar do buquê, apenas por uma flor natural.

Desta forma, foram negociadas soluções intermediárias que procuraram atender, pelo menos em parte, tanto os critérios conservadores familiares quanto os de vanguarda. As mudanças e rupturas ocorreram, portanto, a partir do modo como os indivíduos lidaram e agiram em relação às normas e códigos já existentes, e que, nesse processo, como dissemos, vão sendo progressivamente transformados.

Essas transformações já se mostram mais consolidadas nos depoimento das mulheres do segundo período, que se casaram logo após a prisão ou em meados de 70. O rito do casamento não foi sequer mencionado por elas. Embora Rita, Rosane e Renata tenham se casado no civil, o fizeram com o objetivo de fortalecer suas defesas em processos políticos, já que suas relações amorosas e políticas seriam julgadas a partir de seus comportamentos morais; portanto, estarem grávidas e solteiras seria prejudicial em seus julgamentos. Silvia, que também se casou no civil, o fez por insistência do marido, que alegava que, obtendo a cidadania estrangeira, ela teria sua situação no país legalizada e, com isso, evitaria perseguições políticas. O casamento de Raquel foi o que mais acarretou conflitos familiares. Apaixonou-se pelo namorado, dez anos mais velho e desquitado: “*o problema era ser um homem que não poderia casar*”. Certa de sua autonomia, mantém a relação e sai de casa em respeito à mãe, indo morar com Renata.

É interessante observar que as mulheres que iniciaram a militância no primeiro período continuavam casadas com os mesmos parceiros até o momento em que as entrevistas foram realizadas. Entre as mulheres que iniciaram a militância na década de 70, somente Raquel continua casada com o mesmo parceiro. No que diz respeito à permanência e à duração do casamento, destaca-se que a valorização dos projetos pessoais e a construção de suas identidades não mais referidas exclusivamente aos papéis domésticos conduziram algumas relações à separação do casal, já que homens e mulheres desenvolviam-se por caminhos divergentes, conforme apontaram Renata, Rosane e Rita. Assim, enquanto o projeto delas não entrava em conflito com o de seus maridos, a relação mantinha-se viável.

As trajetórias de vida, implicando definição de projetos e avanços por caminhos profissionais próprios, inviabilizavam o casamento nos casos em que os caminhos planejados se tornaram incompatíveis com as expectativas dos parceiros. Como relata Rosane, ainda que tenha inicialmente acompanhado o projeto do marido, os novos horizontes que lhe foram abertos com a escolarização e os novos códigos sociais aprendidos junto às demais companheiras na cadeia favoreceram o desenvolvimento de sua individualidade e das aspirações a projetos extra-domésticos: “*Então, quer dizer, ele queria que eu fosse (...) dona de casa. Não virei nem dondoca. Não, não era, não foi com esse intuito que eu fui presa, não foi com esse intuito que eu casei, né, não foi pra isso! (...) Eu já tinha o diploma de doutora*”.

De maneira geral, ao se casarem, as mulheres associavam suas aspirações pessoais ao casamento, o que, muitas vezes, como para Rosane e Regina, por exemplo, significava uma subordinação ao projeto profissional do marido. Nisso, não pareciam se diferenciar muito de uma esposa do modelo conjugal moderno, para quem o casamento é o principal objetivo da vida. Contudo, segundo Vaitzman (1994), as mulheres desta geração

já eram muito mais conflituadas e seguiriam um caminho mais fragmentado. Viviam uma outra época, criando suas próprias condições internas - identidades não mais exclusivamente referidas aos papéis na família - e externas - produzindo transformações culturais e legitimidade social para tais transformações – para expressar seus conflitos e tentar solucioná-los (p. 127).

O que não implicou, necessariamente, a dissolução do casamento.

No entanto, todas as mulheres experimentaram, em algum momento, a sensação de que estavam repetindo ambigüamente parte dos modelos recebidos de suas mães. A sensação era ambígua porque elas mesmas admitiam não serem mais como suas mães, como reflete Raquel: “*Eu começo a fazer muita escolha baseada em filhos. Então, eu diria assim, eu mesmo, olhando minha vida para trás, eu penso que aquilo que eu consegui romper no contexto de família, de papel de mulher, esposa, essas coisas, eu talvez não tenha conseguido enquanto papel de*

*mãe. Porque o papel de mãe, eu meio que reproduzi, sabe?".* Tal sensação transformava-se de ambígua em conflituosa, em alguns momentos, por elas desejarem o casamento e os filhos, ainda que suas identidades não estivessem mais orientadas exclusivamente aos papéis de mãe e de esposa. Se a maternidade, ao mesmo tempo, foi desejada e perseguida como realização pessoal, restringiu outros projetos considerados importantes, como relata Suzana, ao mencionar que se aborrecia com o fato de ter que se afastar de algumas atividades políticas nas quais ela e seu marido estavam envolvidos, em função de ser sobretudo sua a responsabilidade pelos cuidados com os filhos.

No que tange à importância que a militância teve no exercício da maternidade, percebemos que a gravidez estabeleceu um limite entre dois papéis. Ser mãe foi considerado mais importante que ser militante e correr riscos de vida. Sendo assim, as mulheres que se tornaram mães durante o período da repressão abandonaram a militância para preservarem a maternidade, principalmente as que engravidaram após terem passado pela tortura e pela prisão, como demonstra Rosane: "*Eu tive um filho em 75 e o outro em 76. Que foi justamente... foram três anos, né, ou quatro anos depois da minha prisão. Eu fiquei... fiquei mais medrosa. Filho meu ninguém pegava não! Me agarrei. Eu não ia entregar meus filhos, depois que eu passei pelo BI, né? (...) Não ia entregar na mão de qualquer... Eu sei que eu achava que tinha alguém em algum lugar até naquela época... Então, eu fui viver, fui viver pra eles*".

Refletindo sobre o cotidiano dessas mulheres na militância, pode-se admitir que no processo de conscientização política pelo qual passaram não foram incluídas de modo objetivo reflexões sobre a trajetória, a presença e a importância específica das mulheres no projeto de esquerda ou na luta armada. Mesmo que tenham agido com autonomia e se considerado, na maioria das vezes, com os mesmos direitos e condições que os companheiros de luta, não perceberam, de modo geral, o alcance dessa participação em termos históricos. Acreditaram estar agindo naturalmente e se dispuseram a um novo papel histórico que, até o momento das nossas entrevistas, não estava claro para todas elas. Algumas, inclusive, afirmaram que poderiam falar sobre o que viveram, ainda que não

percebessem, em suas trajetórias, algo que indicasse uma atuação de gênero diferenciada. Entretanto, outras indicaram ter total compreensão do significado de suas ações políticas, admitindo que o comportamento das mulheres dessa geração abriu novas possibilidades para a inserção das mulheres na vida pública, mesmo que nenhuma delas tenha se dedicado posteriormente à vida político-partidária, nesse caso mais por escolha do que por falta de oportunidade. Como exemplifica Sônia: “*eu acho que eu construí outra identidade, né? Tanto que você vê que eu fiz questão de não me ligar a nenhum grupo. Ora, teria sido muito cômodo pra mim me ligar... Num instante, eu iria virar uma vereadora, tranquilo, se eu tivesse optado pela esquerda. Acontece que eu não me identificava mais com aquelas posições políticas. Então, não tinha o menor cabimento eu fazer isso*”.

Essa fala de Sônia nos remete à motivação inicial que levou essas mulheres a ingressarem no movimento de esquerda. De forma geral, todas elas buscavam contribuir para a solução dos problemas sociais e políticos que, de alguma maneira, vivenciaram ou presenciaram, tentando contribuir para o desenvolvimento de um país mais justo, mais igualitário e com menos miséria. Nesse sentido, salientam em suas entrevistas que estavam inspiradas em ideais éticos e políticos e não em motivos de ordem emocional. Segundo algumas delas, associar seu engajamento unicamente a uma ordem emocional retira a dimensão racional de suas intenções. A pouca idade de grande parte das militantes despertou, naqueles que acompanhavam o envolvimento dos jovens em causas tão arriscadas, uma suspeita, como fez questão de apontar Raquel: “*uma vez, minha mãe comentou (...). Achou que, em Vitória, eu me envolvi com más companhias. Por isso que ela tinha, inclusive, que vir pra cuidar de mim, tá certo? Eu falei: ‘que má companhia, mãe? Pelo amor de Deus! Então, vai ver que a má companhia sou eu! (...). O que acontece é que as pessoas pensam exatamente como eu penso. Então, não tem essa de má companhia*””. Essa observação confirma que a maioria das entrevistadas estava consciente de seus propósitos ao se engajar na militância. É importante observar que, em suas reflexões atuais, elas não rejeitam em nada a validade de seus propósitos iniciais e continuam em busca de ações que possam promovê-los, embora não acreditem mais que a política tradicional seja a via para alcançá-los.

De diversas formas, fazem a crítica e a autocrítica das ações políticas suas e de seu grupo. Reconhecem que houve equívocos na avaliação das estratégias utilizadas e do alcance que teriam essas ações. No entanto, há, entre elas, uma percepção em comum: a luta que iniciaram na sua juventude frutificou-se na existência de setores sociais que, hoje, lutam por justiça social e se empenham em buscar soluções para desigualdades de todas as ordens.

Fica claro, nas reflexões desenvolvidas a partir do conjunto das nove entrevistas, que singularidades e compartilhamentos permeiam, simultaneamente, as trajetórias femininas na militância. Embora todas tenham se tornado militantes participando do movimento estudantil, havia diferenças em suas trajetórias de estudo e em suas origens sociais. Mesmo a forma de engajamento as diferenciava, pois este estava determinado tanto pelos diferentes perfis das organizações às quais elas estavam vinculadas quanto pelo momento histórico no qual o mesmo se deu. Sem dúvida, notar a dialética entre a variedade e a semelhança nesse conjunto de experiências foi um dos aspectos mais apaixonantes da realização deste trabalho.

## 7. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho que se propõe a lidar com múltiplos aspectos de um fenômeno social não pode ser encerrado sem que fique uma sensação de que mais poderia ter sido feito. Entretanto, entendemos e aceitamos que o que chamamos de contexto social, considerando as redes de significados que ele comporta, se presta sempre a outras possibilidades de abordagens e de análises. Assim, a completude de uma análise social só poderia ser almejada se todas essas possibilidades pudessem ser exploradas, tarefa que, apresentando-se para além do alcance de qualquer disciplina isolada, mostra-se impossível de ser alcançada pelas mãos de um só pesquisador. Entretanto, parece-nos que trabalhar com um fenômeno social, a partir de um determinado recorte e sob certo referencial teórico, pode ser considerado válido se seu tratamento permite que se vejam traços a partir do quais se pode também vislumbrar o restante do seu contexto.

Nesse sentido, com o objetivo de que se revelassem seus múltiplos elementos e as particularidades de seus arranjos, procuramos lidar com o objeto dessa pesquisa sob diversos ângulos, buscando fazer com que a composição das diferenças e similaridades fosse percebida através da sua presença em diversos planos. Por exemplo, as particularidades das origens das militantes, relacionadas a aspectos específicos de suas vidas (nascimento/infância nos meios urbano ou rural; pertencimento a estratos médios ou populares; experiências socioculturais diversificadas, ainda que oriundas do mesmo estrato social; pertença religiosa e grau de religiosidade), foram confrontadas às opções e ações políticas que as igualavam num projeto coletivo.

Contudo, é necessário esclarecer que um texto que procura abordar certa variedade de aspectos sobre um determinado tema necessariamente apresenta limites. Ou seja, a própria escolha que fizemos ao nos propormos estudar a militância política durante a ditadura militar foi acompanhada pela impossibilidade de que alguns outros temas claramente próximos fossem explorados mais detalhadamente. Assim, não foi possível tratar com a devida atenção questões como a vida conjugal, a maternidade e a profissionalização como componentes de

um projeto individual conflitante com objetivos coletivos, o que, sem dúvida, possibilitaria capítulos específicos apoiados em uma já vasta literatura. Também não recebeu a atenção merecida toda a dinâmica de vida estruturada no exílio, tema que propiciaria maiores investigações, devido a sua configuração tão variada e aos seus desdobramentos diferenciados na vida dessas mulheres. Incluímos aqui ainda a riqueza dos significados relacionados à experiência de confinamento, situação também múltipla em função da variedade de ocorrências e implicações. Enfim...

Ainda assim, aceitamos o risco de buscar uma abordagem múltipla, ao invés de um único foco de percepção da vivência dessas mulheres na militância, procurando apreender alguns dos aspectos significativos que compuseram, em um dado momento histórico, seus processos identidários.

Gostaríamos de reiterar que foi fascinante perceber que, apesar da diversidade de suas biografias e das especificidades que salientam em suas experiências atuais, as trajetórias dessas mulheres apresentam como ponto em comum a manutenção até os dias atuais do comprometimento com determinados princípios. Esse comprometimento se revela na preocupação que, em termos de validade e de propósito, todas possuem com seu papel social e com os sentidos de seu trabalho e de suas opções pessoais. Reconhecem-se como agentes políticos. O que, de fato, são. Atesta isso a postura que adotaram ao colaborarem com esse trabalho.

As inúmeras horas dedicadas aos depoimentos, a rememoração de episódios dolorosos, o cansaço na repetição de fatos e no detalhamento de acontecimentos. As memórias, para algumas, guardadas há tanto tempo em silêncio. A repetição, mais uma vez, de fatos já relatados em outras ocasiões. O esforço para enfrentar o guardado.

Tais elementos não são meros produtos da realização das entrevistas. A participação dessas mulheres no nosso trabalho começou antes mesmo do momento de ligação do gravador. Para algumas, o tempo que nos pediram para suas elaborações pessoais, entre o convite e a realização da entrevista, chegou a ser de um ano. No período que correu entre o primeiro contato e o dia de nosso encontro para a entrevista, algumas foram, literalmente, atrás de suas histórias

individuais e coletivas, como quando cheguei à casa de uma delas e fui surpreendida com uma cópia do Inquérito Policial Militar (IPM), aberto na época, que continha material sobre parte do grupo de mulheres entrevistadas e uma série de informações sobre a organização da qual participavam.

Na reconstrução de suas trajetórias, as ex-militantes revelam a interação complexa entre motivações, escolhas e experiências incomuns e, por vezes duras, que delas resultaram. A complexidade dessa interação, por sua vez, contribui, e, de forma evidente, continua contribuindo, para a constituição de suas identidades.

Esse é um ponto que desejamos salientar ao final das reflexões que são ainda possíveis. Entendemos que o estudo dos processos identitários revela uma faceta importante das relações sociais, contribuindo para a compreensão da diversidade de pertenças e identificações presentes em todas as trajetórias de vida, a partir de uma perspectiva que ultrapassa visões individualistas e deterministas, visões essas que costumam fundamentar as análises essencialistas. Ao transitarmos pela trajetória de vida dessas mulheres, identificamos que estável permanece, por enquanto, somente a certeza de que os processos identitários são exatamente isso: processos.

Para finalizar, gostaríamos de lembrar que as experiências relatadas compõem um período político que compreende 21 anos da história recente do país. Entretanto, conforme já observava Ferreira (1996), continuamos não podendo afirmar ainda que um ponto final foi posto nas consequências das prática repressivas utilizadas durante a ditadura, já que seus desdobramentos continuam repercutindo na sociedade mesmo após igual tempo, 21 anos, de consolidado regime democrático. Essa repercussão adquiriu intensidade nas políticas públicas a partir dos anos 90, com o reconhecimento, por parte do Estado, de sua responsabilidade pelo desaparecimento de militantes no período de 1964 a 1979<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> Segundo Coimbra (2001), a lei é limitada, porque não inclui todos os mortos e desaparecidos, apenas aqueles que foram registrados, e refere-se a um período que não abrange o término da ditadura que, oficialmente, teve seu fim em 1985. Além disso, ela é perversa, pois “colocou o ônus das provas nas mãos dos familiares e não na mão do Estado. Ou seja, foram as famílias que tiveram que provar que os seus entes queridos foram mortos sob a guarda de agentes do Estado” (Coimbra, 2001, p. 19). Para maiores detalhes sobre o assunto, consultar também Coimbra (2000).

Por outro lado, ficaram desconhecidos, e talvez assim permaneçam para sempre, muitos dos que foram calados pela ditadura, tendo suas famílias poucas condições de acessar provas que comprovem suas perdas (até porque, no período, já não dispunham de condições de obter informações ou contratar advogados que pudessem auxiliar no acompanhamento dos casos de prisão ou seqüestro pelo Estado).

Ao contrário da revelação e da discussão sobre, por exemplo, o papel dos militantes das camadas médias ou das elites durante a ditadura militar, nada se sabe ou não se traz à tona a respeito desses outros participantes daqueles mesmos acontecimentos históricos (...). Com essa exclusão, vastos setores da sociedade brasileira são, na realidade, marginalizados não só em relação ao registro histórico, mas também do processo político e sócio-econômico do país - já que não contam com a memória de seu grupo para fixar sua identidade coletiva e, com ela, a existência social e política de seus membros (Ferreira, 1994, p.159).

É a partir dessa história tão pouco passada a limpo, segundo as próprias entrevistadas, que a motivação para buscarem reconstruir aquele período esteve baseada em uma questão ética. Já não podiam mais continuar “escondendo”, em si mesmas, aspectos relevantes para a consolidação da democracia nesse país, furtando às gerações de seus filhos e netos a certeza de que alguns acontecimentos não podem se repetir.

---

## 8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramo, H.W. (1994). Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Scritta.

Abreu, A. A. (1997). Quando eles eram jovens revolucionários. In H. Viana, (Org.). Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Aguiar, J.A. (1994). Panorama da música popular brasileira. In S. Schwartz & S. Sosnowski (Orgs.). Brasil: o trânsito da memória (p.121-130). São Paulo: Edusp.

Almeida, M.H.T & Weis, L. (2002). Carro Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In L.M. Schwarcz e F.A. Novais (Orgs.). História da Vida Privada no Brasil V. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. (pp. 322-409). São Paulo: Companhia das Letras, 20,

Alves, M.M. (1993). 68 mudou o mundo: a explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Amâncio, L. (1998). Masculino e Feminino: a construção social da diferença. Porto: Afrontamento. 2<sup>a</sup> ed.

Araújo, B.J. (1977). Mudança na Estrutura Social Brasileira. In: J. A. Guilhon Albuquerque (Coord.). Classes médias e política no Brasil (pp. 83-114). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Araújo, M. P. N. (2000). A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV.

Araújo, M. P. N. (2004). A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In D. A. Reis, M. Ridenti & R.P.S. Motta (Orgs.). O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004) (p. 161-178). Bauru: EDUSC.

Arquidiocese de São Paulo (1985). Brasil: nunca mais. Petrópolis: Vozes. 8<sup>a</sup> ed.

Barros, M.M.L. (2004). Do “mundinho” fechado ao universo quase infinito: negociando a saída de casa. Caderno de CRH, 17(42), 365-373.

Barroso, C. (1982). Mulher, sociedade e estado no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

Berger, P.L. & Luckmann, T. (1993). A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes.

Biasoli-Alves, Z.M.M. (1997). Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. Temas em psicologia, 16 (3), 33-49.

Biasoli-Alves, Z.M.M. (2000). Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira do século XX. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 13(3), 133-239.

Bourdieu, P. (1996). A ilusão biográfica. In M. M. Ferreira & J. Amado (Orgs.). Usos & Abusos da História Oral (p. 183-191). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Bourdieu, P. (1998). O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Brito da Motta, A. (2004). Introdução. Caderno de CRH, 17(42), Caderno especial Gênero, idades e gerações, 349-355.

Brossat, A. (1999). Violência e política. In M. A. Garcia & M. A. Vieira (Orgs.). Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil/França/Alemanha (p. 35-41). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Bullington, J. & Karlsson, G. (1984). Introduction to Phenomenological psychological research. Scandinavian Journal of Psychology, 25, 51-63.

Caldana, R.H.L. (1998). A criança na família no início do Século: autoridade, limites e cotidiano. Temas em psicologia, 6(2), 87-103.

Cano, W. (2004). Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras. Trabalhos apresentados no Seminário 40 anos do golpe de 1964, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março de 2004, no IFCS/ UFRJ/UFF e na FGV.

Cardoso, I. (1998). Maria Antônia: o edifício de nº 294. In J.R. Martins Filho (Org.). 1968 faz 30 anos (p. 27-49). Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: Editora da UFScar,

Carmo, P.S. (2001). Culturas da rebeldia: a Juventude em questão. São Paulo: SENAC.

Carvalho, L.M. (1998). Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Globo.

Catela, L.S. (2001). Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, ANPOCS.

Cavalcanti, P.C.U. & Ramos, J. (Coord.). (1978). Memórias do Exílio. São Paulo: Livramento.

Coimbra, M.A. (1981). Estudantes e ideologia no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé.

Colling, A. M. (1997). A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos.

Costa, A.O.; Moraes, M.T.P.; Marzola, N. & Lima, V.R. (Eds). (1980). Memória das mulheres do Exílio. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Costalat-Founeau, A. M. (1997). Identité Sociale et dynamique représentationnelle. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Cunha, L.A. & Góes, M. (2002). O golpe na educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 11<sup>a</sup> ed.

D'Alessio, M. M. (1998). Intervenções da memória na histografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. Projeto História, 17, 269-280.

DaMatta, R. (1981). Relativizando: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes.

Delgado, A.F. (2001). A história oral e a história da educação das mulheres. In: A. T. Montenegro & T.M. Fernandes (Orgs.). História Oral: um espaço plural (p. 249-258). Recife: Editora Universitária/UFPE.

Dinges, J. (2005). Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das Letras.

Diniz, J. A. (1986). Calabouço 1968: o cerco das trevas. Rio de Janeiro: Cátedra.

Dirceu, J. (1998). Abaixo a ditadura: José Dirceu e Vladimir Palmeira. Rio de Janeiro: Garamond.

Faria, L. (1997). Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Ferreira, E.F.X. (1996). Mulheres: militância e memória. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Figueiredo, L. (2005). Ministério do silêncio. Rio de Janeiro: Record.

Foracchi, M. A. (1977). O estudante e a transformação da sociedade brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2<sup>a</sup> Ed.

Foracchi, M. A. (1982). A participação social dos excluídos. São Paulo: Hucitec.

Freire, P. (1994). Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3<sup>a</sup> ed.

Garcia, M. A. & Vieira, M.A. (Orgs.). (1999). Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil/França/Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Gaspari, E. (2002). A Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras.

Gati Pierocolla, L. (1996). Anos 60/70: do sonho revolucionário ao amargo retorno. Tempo Social, 8(2), 119-145.

Gianordoli-Nascimento, I.F. (2000). “O que fazer quando o coração aperta?”: A dinâmica conjugal pós-infarto. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

Gianordoli-Nascimento, I. F.; Trindade, Z. A.; Menandro, M. C. S.; Rolke, R. K. & Bertollo, M. (2004). Abaixo a ditadura: o movimento estudantil na mídia escrita do Espírito Santo no ano de 1968. In Anais da 56<sup>a</sup> Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 56<sup>a</sup> Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Cuiabá/MT.

Giorgi, A. (1989). Um enfoque fenomenológico-descritivo da Psicologia empírica. Psicologia: Reflexão e Crítica, 4(1-2), 116-122.

Godinho, T. (2004). Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. In G. Venturine, M. Recamán & S. Oliveira. (Orgs). A mulher brasileira nos espaços público e privado (p. 149-158). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Goldenberg, M. (1997). Mulheres e Militantes. Estudos Feministas, 5(2), 349-364.

Goldenberg, M. (2004). De perto ninguém é normal. Rio de Janeiro: Record.

Gomes, W. B. (1989). O critério metodológico da fenomenologia estrutural na análise de depoimentos. Psicologia: Reflexão e Crítica, 4 (1-2), 98- 102.

Gomes, W. B. (1998). A entrevista fenomenológica e o estudo da experiência consciente. In W. B. Gomes (Org.). Fenomenologia e pesquisa em Psicologia (p. 19-44). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.

Gorender, J. (1987). Combate nas trevas - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática.

Guilhon Albuquerque, J. A. (Coord.). (1977a). Classes médias e política no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guilhon Albuquerque, J. A. (1977b). Movimento estudantil e consciência social na América Latina. São Paulo: Paz e Terra.

Guillebaud, J.C. (1999). A consolação da revolução sexual. In M. A. Garcia & M. A. Vieira (Orgs.). Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil/França/Alemanha (p.173-180). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Gurgel, A. P. (2002). A rebelião dos estudantes: Brasília, 1968. Brasília: Editora UNB.

Hagemeyer, R.R. (1998). 1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná. In J.R. Martins Filho (Org.). 1968 faz 30 anos (95-128). Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: UFScar.

Halbwachs, M. (1990). A memória coletiva. São Paulo: Vértice.

Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? In T. S. Silva (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais (p. 103-133). Petrópolis: Vozes.

Haug, W.F. 1968 na Alemanha. In M. A. Garcia & M. A. Vieira (Orgs.). Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil/França/Alemanha (p.27-34). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Iñiguez, L. (2001). Identidad: de lo personal a lo social. Un recorrido conceptual. In E. Crespo (Ed.). La constitución social de la subjetividad (p. 209-225). Madri: Catarata.

Jedlowski, P. (2001). Memory and Sociology. Themes and issues. Time & Society, 10(1), 29-44.

Jodelet, D. (1998). El lado moral y afectivo de la historia. Um exemplo de memoria de massas: el proceso a K. Barbie, “El Carnicero de Lyon” In: D. Páez, J. F. Valencia, J. M. Pennabaker, B. Rimé & D. Jodelet (Orgs). Memorias colectivas de procesos culturales y políticos (p. 341-360). Bilbao: Universidad del País Vasco.

Jodelet, D. (2001). Os processos psicossociais da exclusão. In B.B. Sawaia (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social (p. 53-66). Petrópolis: Vozes.

Leers, B. (1987). Filosofia, moral, ética, família e sociedade no Brasil (1964-1984). In: I. Ribeiro (Org.). Sociedade brasileira contemporânea: família e valores (p. 121-164). São Paulo: Loyola.

Lima, R. R. (2002). Mulher x luta armada: um tema à procura de pesquisadores. In, M. Adelman & B.C. Silvestrin (Orgs.). Gênero plural: um debate interdisciplinar (p. 201-220). Curitiba: Ed. UFPR.

Lira, E. (1998). Recordar es volver a pasar por el corazón. In: D. Páez, J. F. Valencia, J. M. Pennabaker, B. Rimé & D. Jodelet (Orgs). Memorias colectivas de procesos culturales y políticos (p. 247-263). Bilbao: Universidad del País Vasco.

Mainwaring, S. (2004). Igreja católica e política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense.

Mandel, E. (1979). Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes. Lisboa: Antídoto.

Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. M. M. Forrachi (Org.). Karl Mannheim: Sociologia. (Trad. E. Willems, S. Uliana e C. Marcondes). São Paulo: Ática.

Martins Filho, J.R. (1987). Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968. Campinas: Papirus.

Martins Filho, J.R. (1996). Rebelião estudantil: 1968 - México, França e Brasil. Campinas: Mercado das Letras.

Martins Filho, J.R. (Org.). (1998). 1968 faz 30 anos. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: Editora da UFSCar.

Martins, L. (1979). A geração AI-5. Ensaios de Opinião, 11, 72-102.

Menandro, M. C. S. (1995). Convivência familiar com o afetado por distrofia muscular de Duchene: da comunicação do diagnóstico às estratégias de enfrentamento. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Mestrado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

Menezes, E. T.; Santos, T. H. "MEC/USAID" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=325>, visitado em 23/10/2006

Michalski, Y. (1994). A crise do teatro dentro da crise maior. In S. Schwartz & S. Sosnowski (Orgs.). Brasil: o trânsito da memória (p.113-120). São Paulo: Edusp.

Miranda, N. & Tibúrcio, C. (1999). Dos filhos deste solo - mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial.

Mische, A. (1997). De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação, 5/6, 134-150.

Motta, A.B. (2004). Gênero, idades e gerações-Introdução. Caderno CRH, Salvador, v.17,n.42 (p.349-355).

Oliveira, J.A.S. (1998). O movimento estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões. In J.R. Martins Filho (Org.). 1968 faz 30 anos (p. 145-164). Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: UFScar,

Ortner, S.B. (1979). Está a mulher para a cultura assim como a natureza para a cultura? In M.Z. Rosaldo & L. Lamphere (Orgs.). A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pastore, J. (1986). Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: E. Bacha e H. Klein. (Orgs.). A transição incompleta (p. 38-50). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Pilagallo, O. (2002). O Brasil em sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha. São Paulo: Publifolha.

Pimentel, S. (1988). A mulher brasileira, a constituinte e a participação política. In: N.V. Carvalho (Org.). A condição feminina (p.65-83). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. Estudos Históricos, 5(10), 200-212.

Pontes, J.A.V. & Carneiro, M.L. 1968, do sonho ao pesadelo. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1968.

Prestes, M. (1993). Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes. Rio de Janeiro: Rocco.

Ramos, A.F. (2001). Intelectuais de esquerda e a luta contra a ditadura militar brasileira (1964-1970). Estudos de História, 8(1), 41-58.

Reis Filho, D. A. (1990). A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

Reis Filho, D. A. & Morais, P. (1998). 68: A paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Reis Filho, D. A. (1999). 1968, o curto ano de todos os desejos. In M. A. Garcia & M. A. Vieira (Orgs.). Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil/França/Alemanha (p. 6-71). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Ribeiro, I. (1987). Introdução. In I. Ribeiro (Org.). Sociedade brasileira contemporânea: família e valores (p.13-43). São Paulo: Loyola.

Ridenti, M. S. (1990). As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. Tempo Social, 2(2), 113-128.

Ridenti, M. (1993). O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: UNESP.

Ridenti, M. (1999). Breve capitulação de 1968 no Brasil. In M. A. Garcia & M. A. Vieira (Orgs.). Rebeldes e contestadores: 1968 - Brasil/França/Alemanha (p. 55-60). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Rocha-Coutinho, M. L. (1994). Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

Rollemburg, D. (2004). Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In D. A. Reis, M. Ridenti & R. S. Motta. (Orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964/2004) (p. 277-296). Bauru: Edusc.

Romagnoli, L.H. & Gonçalves, T. (1979). A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador. História Imediata, 5, 03-95.

Romanelli, G. (1998). A entrevista Antropológica: troca e alteridade. In G. Romanelli & Z. Biasoli-Alves (Orgs.). Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa (p. 119-133). Ribeirão Preto: Legis Summa.

Rosaldo, M.Z. (1979). A mulher, a cultura e a sociedade: uma Revisão Teórica. In M.Z. Rosaldo & L. Lamphere (Orgs.). A mulher, a cultura e a sociedade (p 33-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rosaldo, M.Z. & Lamphere L. (1979). A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Saffioti, H.I.B. (1976). A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes.

Sarti, C. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos feministas, 12(2), 35-50.

Schimidt, J.P. (2001). Juventude e política no Brasil: A socialização política dos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Simões, I. (1999). Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil. São Paulo: SENAC.

Soares, V. (2004). O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In G. Venturi, M. Recamán & S. Oliveira (Orgs.). A mulher brasileira nos espaços público e privado (p. 161-182). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Soihet, R. (2005). Feminismo x antifeminismo de libertário: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário. In R. Soihet, M.F.B. Bicalho & M.F.S. Gouvêa (Orgs.). Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história (p. 307-332). Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

Sousa, J.T.P. (1999). Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90. São Paulo: Hacker; São Carlos: UFScar.

Souza, L. (2004). Processos de categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In Z. A. Trindade & L. Souza (Orgs.). Violência e Exclusão: convivendo com paradoxos (p. 57-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Souza, L. (2005). Processos de identidade social: da intolerância e violência à utopia solidária. In Z. Trindade e L. Souza (Orgs.). Anais do Simpósio Nacional de psicologia social e do desenvolvimento humano- X Encontro Nacional do PROCAD/psicologia-CAPES. Vitória/ES. Textos completos on-line, [www.simpsodes.pro.br](http://www.simpsodes.pro.br).

Souza, L. A. G. (1984). A JUC: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes.

Tabak, F. & Toscano, M. (1982). Mulher e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Tabak, F. (1983). Autoritarismo e participação política da mulher. Rio de Janeiro: Graal.

Tajfel, H. (1983). Grupos humanos e categorias sociais. Lisboa: Livros Horizonte. v. II.

Tavares, M. C. (1994). A política econômica do Autoritarismo. In J. Schwartz e S. Sosnowski (Orgs.). Brasil: o trânsito da memória (p. 31-40). São Paulo: Edusp.

Trigo, M. H.B. (1994). A mulher universitária: códigos de sociabilidade e relações de gênero. In C. Bruschini & B. Sorj (Orgs.). Novos olhares: mulheres e relações de Gênero no Brasil (p. 89-110). São Paulo: Marco Zero e Fundação Carlos Chagas.

Trindade, Z. A. (1991) Representações Sociais da Paternidade e da Maternidade: implicações no Processo de Aconselhamento Genético. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo.

Vaitsman, J. (1994). Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco.

Valle, M. R. (1999). 1968, o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campinas/: Editora da UNICAMP.

Velho, G. (1977). Cotidiano e política num prédio de conjugados. In J. A. Guilhon Albuquerque (Coord.). Classes médias e política no Brasil (p. 145-151). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Velho, G. (1989). Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Velho, G. (1994). Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar.

Velho, G. (1997). Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar. 4<sup>a</sup> ed.

Ventura, Z. (1988). 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Venturi, G.; Recamán, M. & Oliveira, S. (Orgs.). (2004). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Vereza, C. (2005). Exemplo para o Futuro. In V. P. Pereira e M. Marvilha (Orgs). Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo. Vitória: Flor&cultura e Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Zaneti, H. (2001). Juventude e revolução: uma investigação sobre a atitude revolucionária juvenil no Brasil. Brasília: Editora da UnB.

## ANEXO 1

### As organizações de esquerda das militantes entrevistadas

**AP-** A organização “Ação Popular surgiu em 1962 como organização autônoma, implantada principalmente no movimento estudantil, onde manteve a diretoria da UNE e de muitas entidades durante os anos 60. A proposta de construção da AP como movimento político independente brotara no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade estudantil ligada à igreja nos anos 50 e 60. Em 1964, a AP defendia a criação de uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana, ainda que já estivesse desatado seus vínculos orgânicos com a JUC” (Ridenti, 1993, p. 26). Em 1971, quando já era adiantado o processo de aproximação com o PC do B, a organização modifica seus estatutos e passa a se intitular Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. A unificação acontece após uma acirrada luta interna na organização, que dividiu os dirigentes da AP. Uma grande parcela incorpora-se ao PC do B. Outro setor mantém a AP como organização independente. De 1973 em diante, o grupo que rejeitou a incorporação passou a ser reconhecido como AP socialista, aproximando-se do MR-8 e da POLOP.

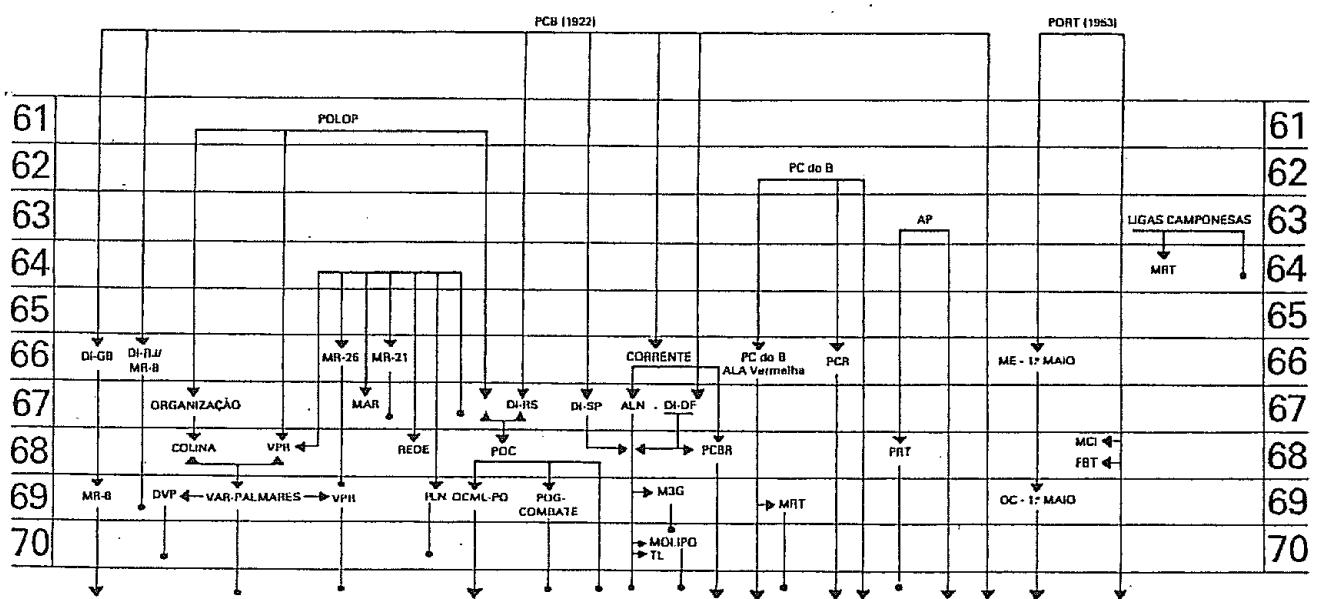
**PC do B-** “foi a cisão do setor minoritário abertamente stalinista do PCB, setor que no princípio de 1962 criaria um novo partido, retomando o nome tradicional do antigo Partido Comunista (PC), fundado em 1922 como partido Comunista do Brasil, passando a denominar-se Partido Comunista Brasileiro somente no início dos anos 60, para tentar sua legalização(...). Até hoje o PC do B reivindica a continuidade do PC fundado em 1922, mas é fato histórico que, no início da década de 60, o PC do B não passava de uma pequena dissidência sobretudo da antiga direção do PC, constituindo uma cisão que, relativamente, só cresceria a partir no final dos anos 60. O PC do B desencadearia entre 1972 e 1974. a única experiência de guerrilha rural no Brasil, na região do Araguaia, mantendo-se

distante da Guerrilha urbana” (Ridenti, 1993, p. 27). Após 1968, o PC do B conseguiu desenvolver um trabalho de aproximação com a AP. Em 1972 absorve a parcela majoritária da AP, estabelecendo vínculos com inúmeros trabalhos da pastoral popular. Desde 1966, o partido dedica-se à implantação de quadros partidários numa área rural do Pará, onde seria o futuro embrião do Exército popular Guerrilheiro. No Araguaia, estabelecem laços estreitos com a população, tentado, a partir daí, preparar essa população para enfrentar as forças armadas. Em 1974 os militares dizimaram todo o foco guerrilheiro.

**PCBR-** Uma das principais cisões do PCB. Tirou militantes do PCB de todo o país, organizando-se nacionalmente, embora sua principal força se concentrasse na Guanabara (como era chamada a cidade do Rio de Janeiro na época). Em sua “linha política” de 1968 declarou que o objetivo fundamental da Revolução Brasileira era destituir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um governo popular revolucionário. Sua proposta geral consistia na construção de um novo partido marxista, que reformulasse a linha tradicional do PCB. Desde abril de 1969, se ocupou de operações armadas, urbanas, voltadas essencialmente para a divulgação do projeto revolucionário. Com o acirramento da repressão neste mesmo ano, o partido se viu obrigado a aprofundar sua clandestinidade e a realizar ações mais ousadas. Entre 1970 e 1972, viveu a rotina clandestina da maior parte das organizações armadas urbanas, realizando ações para obter recursos, a fim de manter seu quadro de militantes clandestinos. Em 1973, integrantes do último comitê central foram mortos, no Rio de Janeiro, em um episódio até hoje não devidamente esclarecido.

## ANEXO 2

### As organizações de esquerda – 1971/1970



Fonte: Reis Filho, D.A. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo:Brasiliense, 1990. p.12.

## **ANEXO 3**

### **MEC/USAID**

“Nome de um acordo que incluiu uma série de convênios realizados a partir de 1964, durante o regime militar brasileiro, entre o Ministério da Educação (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID, tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras através de uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, pelo acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino.

A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal reivindicação do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil. Diante da violenta oposição levantada nos meios intelectuais e estudantis contra os acordos MEC/USAID, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo” (Menezes e Santos, 2006).

## ANEXO 4

### “Lei Suplicy”- Lei 4.464 de 09 de novembro de 1964

Em 1º de Abril de 1964, o Congresso elege para presidente o chefe do estado maior do exército, marechal, Humberto de Alencar Castello Branco. Empossado em 15 de Abril de 1964, governa até março de 1967. Nesse período, o então Presidente, promulga Atos Institucionais (AI) como instrumentos de repressão: fecha associações civis, proíbe greves, intervém em sindicatos e cassa mandatos de políticos. No dia 13 de junho de 64 cria o SNI (Serviço Nacional de Informações). Com o objetivo de deter a mobilização dos estudantes contra o novo governo, foi baixada em 9 de novembro de 1964 a Lei nº. 4.464, conhecida como “Lei Suplicy de Lacerda”, nome do ministro da Educação, que, entre outros aspectos, proibia a atividade política de entidades estudantis e reorganizava as entidades, proibindo-as de desenvolverem atividades políticas. O Congresso aprova a lei Suplicy extinguindo a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (Decreto- Lei nº. 228 de 28 de fevereiro de 1967) . O novo governo assina um acordo com os Estados Unidos com o objetivo de restaurar a educação pública, chamado MEC-Usaid. Os estudantes reagiram negando-se a participar das novas entidades oficiais e realizando manifestações públicas (passeatas), que se tornaram cada vez mais freqüentes e concorridas. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil procurou assegurar a existência das suas entidades legítimas, agora na clandestinidade. A Lei nº 4.464 foi revogada em 31 de outubro de 1985 pela Lei nº 7.395.

**Senado Federal**  
**Subsecretaria de Informações**



#### ADVERTÊNCIA

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

#### LEI Nº 4.464, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1964.

*Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências.*

#### **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta Lei, têm por finalidade:

- a) defender os interesses dos estudantes;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;

- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico, e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades carentes de recursos;
- g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

**Art. 2º.** São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade;
- c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior;
- d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal.

#### Parágrafo único - VETADO

**Art. 3º.** Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo docente;
- b) designar a representação prevista em lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade;

§ 1º. A representação a que se refere a alínea *b* dêste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes regularmente matriculados, em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento ou Instituto deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integrem, tudo de acordo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e estatutos das Universidades.

§ 2º. A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho-Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou seção.

**Art. 4º.** Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar, com amplitude estadual, as finalidades previstas no art. 1º desta Lei.

**Art. 5º.** O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§ 1º. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§ 2º. A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§ 3º. O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subseqüente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.

§ 4º. O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

**Art. 6º.** A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas:

- a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não-repetente, ou dependente, nem em regime parcelado;
- b) realizado dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;
- c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade;
- d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade da urna;
- e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados a possibilidade de apresentação de recurso;
- f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade;

Parágrafo único. A mudança para regime parcelado, trancamento da matrícula ou conclusão de curso importa em cassação de mandato.

**Art. 7º.** O Diretório Estadual de Estudantes será constituído de representantes de cada Diretório Acadêmico ou grupos de Diretórios Acadêmicos existentes no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.

**Art. 8º** A eleição para o Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos, atendidas, no que couber, as normas previstas no art. 6º e seu parágrafo único.

**Art. 9º** A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação Estudantil serão fixadas em seus regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15.

Parágrafo único O exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência de freqüência.

**Art. 10** O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que, no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no art. 1º, observará todos os preconceitos gerais desta Lei.

§ 1º Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover, durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.

§ 2º O Diretório Federal em que haja órgão previsto no art. 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

§ 3º O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidos no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus

membros, do Ministério da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.

**Art.11** Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes as normas estabelecidas no art. 5º e seus parágrafos desta Lei.

**Art. 12º** As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de reconhecimento das contribuições dos estudantes.

§ 1º O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regulamente o pagamento das contribuições que lhe competem.

§ 2º Os órgãos de representação estudantil são obrigados a lançar todo o movimento de receita e despesa em livros apropriados, com a devida comprovação.

§ 3º Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas, ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não-aprovação das mesmas, se comprovado o uso internacional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

**Art. 13.** Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhadas de parecer.

**Art. 14.** É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

**Art.15** A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à congregação ou ao Conselho Departamental na forma de regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico; ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

Parágrafo único. O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários.

**Art. 16.** O regimento de cada Faculdade ou escola e estatuto de cada Universidade disporão sobre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sobre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.

Parágrafo único. Quando a matéria fôr relativa ao previsto no § 2º do artigo 73, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a decisão de Faculdade ou Escola deverá acorrer:

a) no prazo de dez dias, em se tratando de não-comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;

b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não comparecimento de, pelo menos, três, quartos do programa da respectiva cadeira.

**Art. 17.** O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. As Congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da

responsabilidade, nos têrmos dêste artigo, dos autos que forem levados a seu conhecimento .

**Art.** 18. Poderão ser constituídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de carácter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

Parágrafo único. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.

**Art.** 19. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos têrmos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

**Art.** 20. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no art. 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

**Art.** 21. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Educação.

**Art.** 22. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, e as demais disposições em contrário.

Brasília, 9 de novembro de 1964; 143º da Independência e 76º da República

**H. CASTELLO BRANCO**

Flávio Lacerd.



**Senado Federal  
Subsecretaria de Informações**

**ADVERTÊNCIA**

Informamos que os textos das normas deste sítio são digitados ou digitalizados, não sendo, portanto, "textos oficiais". São reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa.

**DECRETO-LEI N° 228, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

*Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 9º, § 2º do Ato Institucional nº 4,

**decreta:**

**Art.** 1º Os órgãos de representação dos estudantes do âmbito do ensino superior, que se regerão por êste decreto-lei, têm por finalidade:

a) defender os interesses dos estudantes, nos limites de suas atribuições;

b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior;

- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação universitária;
- e) assistir os estudantes carentes de recursos;
- f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- g) concorrer para o aprimoramento das instituições democráticas.

**Art. 2º** São órgãos de representação dos estudantes de estabelecimentos de nível superior:

- a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior;
- b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), cada Universidade.

**Art. 3º** Compete ao Diretório Acadêmico e ao Diretório Central de Estudantes, perante as respectivas autoridades do estabelecimento de ensino ou da Universidade:

- a) patrocinar os interesses do corpo discente;
- b) designar a representação prevista em lei, junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada Departamento constitutivo de Faculdade, Escola ou Instituto;
- c) exercer o direito de representação previsto no art. 73 § 2º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**§ 1º** A representação a que se refere a alínea b dêste artigo será exercida, junto a cada órgão, por estudante ou estudantes, regularmente matriculados em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento, deverá recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integram, tudo de acordo com os Regimentos dos estabelecimentos de ensino ou Estatutos das Universidades.

**§ 2º** A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de determinado curso ou secção.

**§ 3º** No caso da representação, a que se refere o item c, a Congregação decidirá:

1) no prazo de dez (10) dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificação, a 25% das aulas e exercícios;

2) antes do início do ano letivo seguinte, no caso do não cumprimento de, pelo menos, três quartos do programa da respectiva cadeira.

**Art. 4º** O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes do estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo corpo discente.

**Art. 5º** É obrigatório o exercício do voto por todo estudante regularmente matriculado, para a eleição do D.A.

Parágrafo único. Salvo se comprovar devidamente motivo de fôrça maior ou de doença, o estudante que deixar de votar será suspenso por trinta (30) dias.

**Art. 6º** A eleição do D.A. será regulada em seu Regimento, atendidas as seguintes normas:

- a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo apenas elegível o estudante regularmente matriculado em série ou em disciplinas pelo regime de créditos, não repetente ou dependente;
- b) realização, dentro do recinto do estabelecimento de ensino, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares;
- c) identificação do votante, mediante confronto dos votantes com a lista nominal fornecida pelo estabelecimento de ensino;
- d) garantia e sigilo do voto e a inviolabilidade da urna;
- e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recurso;
- f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do Regimento de cada estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

**Art. 7º** O D.C.E. será eleito por voto indireto através do colegiado formado por delegados dos D.A., na forma por que dispuser o Estatuto da Universidade.

**Art. 8º** Atendendo ao disposto no presente decreto-lei, a composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus Regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 10.

§ 1º O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um (1) ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

§ 2º o exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante do cumprimento dos seus deveres escolares, inclusive da exigência da freqüência.

**Art. 9º** Os D.A. e os D.C.E. serão mantidos por contribuição dos estudantes, fixadas em seus Regimentos, podendo receber auxílios do estabelecimento e da Universidade.

§ 1º Os D.A. e os D.C.E. poderão receber auxílios dos podêres públicos e donativos de particulares, mediante prévia autorização das Congregações e dos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino e as Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos Estudantes.

§ 3º Cabe aos D.A. transferir parte das contribuições para os D.C.E. da mesma Universidade, na forma do Regimento dêstes.

**Art. 10.** Os auxílios ou donativos, provenientes dos Podêres Públicos ou de particulares, serão entregues aos estabelecimentos de ensino ou às Universidades, que os encaminharão aos órgãos estudantis a que forem destinadas, mediante plano de aplicação a ser previamente

aprovado pela Congregação ou Conselho Universitário, respectivamente.

§ 1º As prestações de contas relativas à gestão financeira dos D.A. e dos D.C.E. serão encaminhadas, com o parecer dos Diretores ou Reitores, às Congregações ou aos Conselhos Universitários, respectivamente.

§ 2º A não aprovação das contas impedirá o recebimento de quaisquer novos auxílios e, se comprovado o uso indevido dos bens e recursos entregues à entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

**Art.** 11. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo único. A inobservância dêste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do D.A. ou D.C.E.

**Art.** 12. A fiscalização do cumprimento dêste decreto-lei caberá ao Diretor do estabelecimento ou ao Reitor da Universidade, respectivamente, conforme se tratar de D.A. ou D.C.E.

§ 1º O Diretor do estabelecimento de ensino ou Reitor da Universidade incorrerá em falta grave se, por ação, tolerância ou omissão, não tornar efetivo o cumprimento dêste decreto-lei.

§ 2º Caberá às Congregações e aos Conselhos Universitários a apuração da responsabilidade, nos termos dêste artigo, aplicando, em decorrência, as penalidades que couberem.

§ 3º Em caso de omissão das autoridades, caberá ao Ministro da Educação e Cultura impor as penalidades.

**Art.** 13. As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus Estatutos e Regimentos, respectivamente, aos termos do presente decreto-lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

**Art.** 14. Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder à reforma de seus regimentos, adaptando-os ao presente decreto-lei e os submetendo, através do Diretor do estabelecimento ou do Reitor da Universidade, à Congregação ou ao Conselho Universitário, dentro de trinta (30) dias da aprovação da reforma dos Regimentos e Estatutos, a que se refere o artigo anterior.

**Art.** 15. Serão suspensos ou dissolvidos pelas Congregações ou pelos Conselhos Universitários, conforme se trate de Diretório Acadêmico ou de Diretório Central de Estudantes, os órgãos de representação estudantil que não se organizarem ou não funcionarem em obediência ao prescrito neste decreto-lei e nos respectivos Regimentos ou Estatutos.

§ 1º A suspensão não poderá ultrapassar noventa (90) dias, findos os quais serão dissolvidos os órgãos se não provarem adaptação às normas legais e regimentais.

§ 2º No caso de dissolução, será promovida, pelas autoridades escolares, a imediata desocupação da sede do D.A. ou D.C.E., porventura situada no recinto da Faculdade ou Universidade, devolvendo-se os bens e recursos colocados à disposição dos órgãos.

§ 3º Os bens e recursos, a que se refere o item anterior, ficarão sob a guarda da Congregação

ou do Conselho Universitário, até que se reorganize o órgão.

**Art.** 16. Nos estabelecimentos de ensino e Universidades em que não foram constituídas representações estudantis em conformidade com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, serão convocadas eleições.

§ 1º A convocação dessas eleições será promovida pelos Diretores ou Reitores, respectivamente dentro de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Decreto-Iei.

§ 2º O Ministro da Educação e Cultura, em caso de omissão das autoridades, poderá avocar a si tal providência.

§ 3º Aplicam-se aos D.A. referidos neste Artigo, as disposições do art. 14.

**Art.** 17. Nos estabelecimentos de ensino de grau médio sómente poderão ser constituídos grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no Regimento, devendo ser sempre assistidos por um professor.

**Art.** 18. Fica instituída a "Conferência Nacional do Estudante Universitário", cuja finalidade é o exame e o debate objetivo de problemas universitários, para a elaboração de teses, sugestões e reivindicações a serem apresentadas às autoridades e órgãos competentes, sendo vedados os temas de cunho religioso, político-partidário ou racial.

§ 1º A Conferência, cuja duração não deverá ultrapassar uma semana reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, e, extraordinariamente quando convocada pelo Ministro da Educação e Cultura.

§ 2º As reuniões ordinárias serão realizadas obrigatoriamente, na capital da República e as extraordinárias no local indicado pela autoridade que a convocar.

§ 3º A Conferência será constituída por um representante de cada D.C.E e por um representante de cada grupo de dez (10) escolas superiores isoladas de cada Estado, onde houver número igual ou superior, ou, onde não houver, um representante para o total inferior a esse número.

**Art.** 19. A 1ª Conferência será convocada e instalada pelo Ministro da Educação e Cultura, e as demais serão convocadas pelo Presidente da anterior.

Parágrafo único. Ao instalar-se, a Conferência procederá à eleição de cinco (5) de seus membros que dirigirão os trabalhos, os quais indicarão o Presidente.

**Art.** 20. Ficam extintos os órgãos estudantis do âmbito estadual, ainda que organizados como entidades de direito privado.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal promoverá a dissolução das entidades e o patrimônio dos referidos órgãos será incorporado à Universidade federal do Estado respectivo, para utilização pelo D.C.E.

**Art.** 21. O Ministro da Educação a Cultura baixará as instruções necessárias para a execução deste decreto-lei.

**Art.** 22. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.

Brasília, 28 de fevereiro de 1967; 146º da Independência e 79º da República.

**H. CASTELLO BRANCO**

Raymundo Moniz de Aragão



**Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI N° 7.395, DE 31 DE OUTUBRO DE 1985.**

Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art . 1º - A União Nacional dos Estudantes - UNE, criada em 1937, é entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País.

Art . 2º - As Uniões Estaduais dos Estudantes UEEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma instituição de ensino superior.

Art . 3º - Os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada instituição de ensino superior.

Art . 4º - Fica assegurado aos Estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos - CAs ou Diretórios Acadêmicos - DAs como suas entidades representativas.

Art . 5º - A organização, o funcionamento e as atividades das entidades a que se refere esta Lei serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em assembléia-geral no caso de CAs ou DAs e através de congressos nas demais entidades.

Art . 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art . 7º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, e na [Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979.](#)

Brasília, em 31 de outubro de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

**JOSÉ SARNEY**  
*Marco Maciel*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 4.11.1985

Fonte: S!CON- Sistema de Informação do Congresso Nacional -  
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action#>

**ANEXO 5**  
**TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS- INFORMAÇÃO**

**TÍTULO DA PESQUISA:** *Mulheres e militância no Espírito Santo: Encontros e confrontos durante a ditadura militar.*

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

**INFORMAÇÕES DADAS AOS ENTREVISTADOS:** A presente pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo- Doutorado em Psicologia. Os dados da pesquisa são obtidos através de entrevistas gravadas, e destinados para fins de pesquisa científica, estando garantido o caráter confidencial das informações.

**OBJETIVO DA PESQUISA:** Descrever e analisar as formas de participação feminina na militância política durante a ditadura militar no estado do Espírito Santo.

Eu, , RG , abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos, concordo em participar do projeto de pesquisa.

Declaro estar ciente: a) do objetivo do projeto; b) da segurança de não ser identificado e de que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas com a nossa privacidade; c) do recebimento de devolução das informações sobre o resultado final do processo de avaliação; d) de ter liberdade de recusar a participar em qualquer momento da pesquisa.

Vitória, ES 04 de Setembro de 2003.

---

Nome completo

---

Assinatura

---

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento  
Pesquisadora responsável- CI 1.160.713-SSP-ES  
Matrícula PPGP/UFES- 7973-1

## ANEXO 6

### Decreto-Lei Nº 477 - de 26 de fevereiro de 1969.

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional no 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralização de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realiza, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza pelo prazo de cinco anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere este Decreto-Lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instalação de inquérito policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá as diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indicado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se for estudante, proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no item I do § 1º do Art. 1º deste Decreto-Lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos atos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste Decreto-Lei.

Art. 6º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fonte: [www.pedagogiaemfoco.pro.br](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br)

## ANEXO 7

### SIGLAS

38 ° BI- Trigésimo oitavo Batalhão de Infantaria  
3º BC- Terceiro Batalhão de Comando  
ALN - Aliança Nacional Libertadora  
AP- Ação Popular  
CCC- Comando de Caça aos Comunistas.  
Cenimar- Centro de informações da Marinha  
CIE- centro de informação do Exército  
COLINA - Comandos de Libertação Nacional  
DOI-Codi- Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa interna  
FAFI- Faculdade de Filosofia  
JEC- Juventude Estudantil Católica  
JOC- Juventude Operária Católica  
JUC- Juventude universitária Católica  
ME- Movimento Estudantil  
MEC- Ministério da Educação e Cultura  
MR-8- Movimento revolucionário 8 de outubro  
PC do B- Partido Comunista do Brasil  
PC- Partido Comunista  
PCB- Partido Comunista Brasileiro  
PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
POLOP- Organização Revolucionária Marxista de Política Operária  
UEE- União Estadual dos Estudantes  
UFES- Universidade Federal do Espírito Santo  
UNB- Universidade de Brasília  
UNE- União Nacional dos Estudantes  
UNESCO -Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
VAR-Palmares- Vanguarda Popular Revolucionária  
VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

